

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

WHERISTON SILVA NERIS

**AS BASES SOCIAIS DE RECRUTAMENTO DA ELITE ECLESIASTICA NO
BISPADO DO MARANHÃO (1850-1900).**

São Luís - MA

2009

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

WHERISTON SILVA NERIS

**AS BASES SOCIAIS DE RECRUTAMENTO DA ELITE ECLESIASTICA NO
BISPADO DO MARANHÃO (1850-1900).**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Ciências Sociais da Universidade
Federal do Maranhão para obtenção do Grau de
Mestre em Ciências Sociais

Orientador: Prof. Dr. Igor Gastal Grill

São Luís - MA

2009

NERIS, Wheriston Silva.

As bases sociais de recrutamento da elite eclesiástica no Bispado do Maranhão (1850-1900) / Neris, Wheriston Silva – São Luis, 2009.

198fls.

Impresso por computador (fotocópia).

Orientador: Igor Gastal Grill.

Monografia (Graduação) – Universidade Federal do Maranhão, Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 2009.

1. Bispado - Maranhão – Bases Sociais; 2. Bispado – Maranhão- Seleção – Recrutamento; 3. Elite Eclesiástica I. Título

CDU 316.37:2-726.2 (812.1)

WHERISTON SILVA NERIS

**AS BASES SOCIAIS DE RECRUTAMENTO DA ELITE ECLESIASTICA NO
BISPADO DO MARANHÃO (1850-1900).**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Ciências Sociais da Universidade
Federal do Maranhão para obtenção do Grau de
Mestre em Ciências Sociais

Aprovada em / /

Banca Examinadora

Prof. Dr. Igor Gastal Grill (Orientador)
Cientista Político - PPGCSO/UFMA

Prof. Dr. Sérgio Figueiredo Ferreti
Antropólogo - PPGCSO/UFMA

Prof. Dr. Ernesto Seidl
Cientista Político - NPPCS/UFS

Às duas mulheres mais importantes da minha vida: Maria José (Mãe) e Cida (Esposa).

AGRADECIMENTOS

Muito diversas foram as pessoas que de formas diferentes, até mesmo contraditórias, contribuíram para que a conclusão desse trabalho fosse possível. O fato de algumas delas não serem citadas, de forma alguma significa que deixaram de ter importância, ou que sua colaboração deverá ser diminuída frente ao nome daqueles que aqui foram mencionados.

Feitas as ressalvas, gostaria de agradecer em primeiro lugar à minha mãe, Maria José Silva, que sempre apoiou sentimentalmente o prosseguimento da pesquisa e tinha expectativas de que, ao término do trabalho, seu filho pudesse apresentá-la na comunidade eclesial de base em que era coordenadora. Também aos meus sobrinhos (Wesley, Wendler e Douglas) que aguardavam ansiosamente o término da pesquisa para que pudéssemos fazer algumas programações em conjunto.

À Cidinalva Silva Camara Neris, minha Cida, pelo apoio incondicional que sempre me deu e tem dado, pela amizade e pelo amor que nos une. A conclusão desta pesquisa deveu-se em grande parte à paciência e cumplicidade dela; necessária para agüentar a tensão de um trabalho escrito às madrugadas (por conta de trabalhar ao longo do dia) e de conversas infundáveis e, não raro, monótonas, mas regadas a cervejas e bons vinhos. Também devo agradecer à minha cunhada, Conceição (mais conhecida como Norinha), que à sua maneira, sempre me ofereceu auxílio e apoio.

Agradeço também a todos os Irmãos que conquistei no Curso de História da UFMA (impossível de serem enumerados aqui), alguns dos quais fizeram parte da turma de Ciências Sociais, ajudando a tornar mais “familiar” o aprendizado de um novo ofício. À turma de Ciências Sociais como um todo, pela relação de amizade e respeito que aprendemos a nutrir uns pelos outros.

Agradeço ainda aos professores do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFMA (PPGCSO/UFMA) pelo incentivo e receptividade que dão a alunos oriundos de outras áreas. Em especial, desejo registrar minha admiração e gratidão à amizade e à orientação dadas pelo Prof.º Dr. Igor Gastal Grill que sempre esteve disposto a ler, discutir e comentar as várias versões que teve o trabalho. A inspiração de suas aulas, o profissionalismo (que impunha certo distanciamento), o rigor aguçado de suas observações e o estímulo dados nos diversos momentos de conversa e reflexão foram cruciais para sedimentar a viabilidade do trabalho. Também registro minha gratidão a todos os membros do “LEEPOC –

Laboratório de Estudos sobre Elites Políticas e Culturais”, em especial à Prof.^a Dr.^a Eliana Tavares dos Reis que, meses antes da apresentação da dissertação, se dispuseram a ler o trabalho ainda em fase embrionária e criticá-lo sem reticências, o que foi fundamental para forçar a melhoria do mesmo. Por fim, meus agradecimentos também ao Grupo de Pesquisa História e Religião, coordenado pelos Prof.^o Lyndon Araújo Santos e Adroaldo José Silva Almeida, e a todos os seus participantes.

“Quem quer que seja pode naturalmente qualificar-se de 'grande' se isso lhe agradar, mas na matéria em questão são os usos do tribunal que decidem.”

Franz Kafka.

RESUMO

O presente trabalho se dedica à análise dos condicionantes que presidiram os processos de seleção e recrutamento da elite eclesiástica no Bispado do Maranhão da segunda metade do século XIX. Partindo do exame da lógica de funcionamento aparentemente autônomo da instituição e dos mecanismos que comandavam o acesso e a progressão dos sacerdotes pela estrutura de postos, procurou-se situar os parâmetros históricos e sociais que comandavam a formação da elite em pauta. Com base na análise das características sociais dos agentes que ingressaram na instituição ao longo do período, objetivou-se estabelecer relações entre as propriedades apreendidas através das variáveis selecionadas e o direcionamento inicial e posterior desenvolvimento que tiveram ao longo da carreira. Ao estudo das modalidades de inserção religiosa da população recortada e dos padrões de carreira detectados, seguiu-se o exame da composição de quatro trajetórias de clérigos que ascenderam a postos de liderança na Igreja, colocando em evidência os recursos (tais como aqueles associados às relações de reciprocidade, amizade e patronagem), os investimentos e as apostas específicas. Sendo uma investigação baseada em uma perspectiva diacrônica, considera-se que a análise das estratégias de enquadramento e recrutamento religiosos discutidas explicita as bases sociais sobre as quais se operou o conjunto de modificações da instituição ao longo do período

Palavras-chave: Bases sociais. Seleção e recrutamento. Elite eclesiástica. Bispado do Maranhão.

RÉSUMÉ

Ce travail est consacré à l'analyse des conditions qui ont régi le processus de sélection et de recrutement d'élite ecclésiastique dans le diocèse de Maranhão au cours de la seconde moitié du XIX^e siècle. De l'examen de la logique de fonctionnement en apparence autonome de l'institution et les mécanismes d'accès aux commandants et la progression des prêtres par la structure des emplois, nous avons essayé de situer les paramètres historiques et sociaux qui commandait la formation d'élite. Basé sur l'analyse des caractéristiques des agents sociaux qui sont entrés à l'institution au cours de la période, on veut établir des relations entre les propriétés saisies par les variables choisies et l'orientation initiale et le développement ultérieurs qui avait en sa carrière. Après l'étude des méthodes d'insertion de la population choisie et des profils de carrière détectés, suivant un examen de la composition des quatre trajectoires des clercs qui accèdent à des postes de leadership dans l'Église, mettant en évidence les caractéristiques (tels que ceux associés avec les relations la réciprocité, d'amitié et de patronage), les investissements et le jeu spécifique. Comme la recherche est fondée sur une perspective diachronique, il est considéré que l'analyse des stratégies de recrutement et de cadre religieux expressément envisagé les bases sociales sur lesquelles il a exploité la série de changements dans l'institution pendant la période.

Mots-clés: base sociale. Sélection et recrutement. Ecclésiastiques élite. Evêché de Maranhão.

LISTA DE FIGURAS E QUADROS

Figura 1: Classificação das Freguesias que compunham o Bispado.....	70
Quadro I: índices de aprovação e reprovação nos exames.....	78
Quadro II: distribuição das “oposições” ao “cabido” conforme o cargo de destino.....	82
Quadro III: Candidatos e documentos anexados para a vaga de Arcipreste em 1853.....	84
Quadro IV: Ordenados conforme a diocese de Origem.....	98
Quadro V: Distribuição por freguesias de Origem.....	100
Quadro VI: distribuição por comarca eclesiástica.....	103
Quadro VII: Profissão dos pais.....	106
Quadro VIII: Tipo de patrimônio transferido.....	109
Quadro IX: idade de ordenação.....	113
Quadro X: clérigos com formação no exterior e instituições/localidades de obtenção.....	115
Quadro XI: funções de ingresso na carreira eclesiástica.....	121
Quadro XII: cruzamento entre o indicador da profissão do pai e função de ingresso.....	127

SUMÁRIO

RESUMO

RESUMÉ

LISTA DE FIGURAS E QUADROS

INTRODUÇÃO	11
Capítulo 1: O SISTEMA DE CLASSIFICAÇÃO ECLESIAÍSTICO: por uma história da instituição e dos seus mecanismos	36
1.1 A instituição e o “duplo sistema de lealdades”	36
1.2 A produção do corpo sacerdotal: formação seminarística e exposição às regras	41
1.2.1 A estruturação do trabalho de inculcação: a criação dos seminários.....	43
1.2.2 As mudanças no padrão de recrutamento e a crise dos seminários.....	48
1.2.3 A passagem pelos seminários como divisor de águas.....	54
1.3 O ato de investidura institucional: Os processos de habilitação sacerdotal	56
1.3.1 O privilégio do foro eclesiástico.....	57
1.3.2 O processo de habilitação à carreira.....	59
1.3.3 O capital social e o julgamento da honra no ingresso ao clero.....	67
1.4 Os mecanismos de acesso aos postos eclesiásticos	71
1.4.1 A geografia do espaço e os princípios de divisão.....	72
1.4.2 “Oposições” e “Colaões” em cargos eclesiásticos.....	78
1.4.3 O acesso aos postos paroquiais.....	82
1.4.4 A ocupação dos postos no cabido diocesano.....	86
1.4.5 As transformações e permanências no mecanismo de acesso a cargos eclesiásticos.....	92
1.4.6 A divisão entre as vias de acesso e as relações de reciprocidade.....	94
Capítulo 2: POR UMA HISTÓRIA SOCIAL DOS AGENTES: a composição social das elites eclesiásticas no Bispado do Maranhão	98
2.1 A delimitação da população investigada.....	99
2.2 Distribuição geográfica, extração social, patrimônio transferido e idade de ordenação.....	104
2.3 Formação, mediação cultural, ingresso na carreira e acúmulo de cargos.....	119
2.4 Cruzamento de variáveis e composição social da hierarquia.....	129
Capítulo 3: O ENCONTRO DE DUAS HISTÓRIAS: Padrões de Seleção eclesiásticos e condicionantes de trajetórias de sucesso	135
3.1 Os condicionantes sociais de quatro trajetórias bem sucedidas.....	139
3.1.1 Carlos Luis D’Amour: da origem humilde ao episcopado.....	139
3.1.2 Manoel Tavares da Silva e a “inserção privilegiada”.....	143
3.1.3 Raimundo Alves da Fonseca: o sacerdote “paradigma”.....	147
3.1.4 Tolentino Guedelha Mourão: da ascensão social ao radicalismo das posições.....	151
CONCLUSÃO	159
REFERÊNCIAS	162
ANEXOS	174

Introdução.

O presente trabalho se insere no campo de estudos sobre os processos de seleção de elites culturais e se dedica a análise dos condicionantes sociais que presidiam os processos de seleção e recrutamento de elites da Igreja Católica no Bispado do Maranhão na segunda metade do século XIX. A opção pela referida temática resulta de um interesse de pesquisa despertado desde a graduação e que resultou na apresentação do trabalho monográfico intitulado “*A civilização católica: o movimento reformador católico através da educação e da imprensa na São Luis oitocentista*”¹.

Objetivamente, tratava-se naquela oportunidade de analisar o conjunto de modificações introduzidas ao longo de cinco bispados no século XIX, tendentes a montar uma estrutura institucional renovada, notadamente quanto à formação produzida nos seminários diocesanos e às representações formuladas por representantes da hierarquia eclesiástica através do periódico católico *Civilização* “1880-1890”. Essas modificações introduzidas principalmente pelos bispos foram tratadas classicamente na historiografia sobre a Igreja no século XIX, como resultado da introdução de novas regras institucionais de controle e reprodução importadas de Roma, geralmente concebidas através do uso das categorias de Romanização e/ou Ultramontanismo². O foco principal dessas modificações eram a) a afirmação frente às elites políticas e culturais regionais e b) a moralização do corpo sacerdotal e normatização das manifestações religiosas da população em geral.

A atenção às dimensões específicas através das quais estes investimentos foram realizados permitiu visualizar então um manancial para futuras investigações, dentro do qual o presente trabalho não consiste senão num desdobramento reflexivo. A abordagem aqui realizada derivou então da mobilização de modos de construção conceitual tanto da sociologia quanto da história para conferir um deslocamento no modo de tratamento conferido às

¹ O trabalho possuía a seguinte economia geral: primeiro, um relato linear desenvolvido exclusivamente sobre a trajetória do Movimento Reformador Católico no Maranhão, descrevendo as tomadas de posição, singularidades e semelhanças entre cinco bispados: D. Marcos Antônio de Sousa (1826-1842); D. Frei Carlos de São José (1844-1850); D. Manoel Joaquim de Silveira (1851-1861); D. Frei Luiz da Conceição Saraiva (1861-1876); D. Antônio de Alvarenga (1878-1898); segundo, a análise da educação fornecida por duas instituições confessionais de ensino: os seminários de Santo Antônio (fundado em 1838) e das Mercês (fundado em 1863), principais centros de formação do clero e terceiro, a análise do investimento na imprensa, cujo foco recaiu sobre o jornal “*Civilização*” (1880-1890), mas também envolvia uma brevíssima caracterização de jornais católicos publicados anteriormente: *O Eclesiástico*, que circulou de 1852 a 1862 e *O Cristianismo*, que circulou de 1854 a 1855.

² Os conceitos de Romanização e Ultramontanismo são utilizados nas análises historiográficas como correlatos e tentam dar conta da política elaborada pelo Vaticano e posta em prática em todos os países, numa tentativa de retomar os valores tridentinos – abrandados ou deturpados ao longo do tempo, para enfrentar as inovações do mundo moderno e, em especial, o liberalismo (NERIS, 2007).

disputas entre autoridades eclesiásticas e civis, Estado e Igreja, elites locais e representantes eclesiásticos, pelo mesmo espaço de poder no século XIX. De uma abordagem mais descritiva, centrada no exame e inventário das posições oficiais da alta hierarquia católica e das suas tomadas de posição ao longo do tempo (SEIDL, 2007b), procurou-se objetivar o conjunto de percepções produzidas sobre a função da Igreja e de seus membros apreendendo os condicionantes sobre os quais a Igreja Católica lograria montar uma estrutura institucional renovada. Nesse sentido, e de maneira a fazer avançar as questões sobre as quais o analista se detinha, o foco de interesse investigativo deslocou-se dos discursos produzidos pelos representantes institucionais, tomados em si, para as condições sociais de produção desses discursos e, principalmente, dos seus produtores.

Objetivamente, pode-se dizer que o problema fundamental neste trabalho acerca das “bases sociais do recrutamento de elites eclesiásticas” na segunda metade do século XIX, consiste na tentativa de *apreender os mecanismos sociais e culturais por meio dos quais a instituição católica operava o processo de cooptação, filtragem e ajustamento daqueles indivíduos destinados a tomar em mão seu comando e garantir sua reprodução ao longo do tempo*, como já ensejado em outras pesquisas (SEIDL, 2007b). Em paralelo, objetiva-se construir as condições para análise das relações de interdependência estabelecidas pelos membros dessa unidade compósita, a qual denominamos *catolicismo, com suas bases sociais e culturais, e as demais instituições e esferas sociais às quais a trajetórias de seus membros estavam vinculados* (CORADINI, 2005).

Perscrutar a lógica do recrutamento do corpo de padres no recorte em pauta, contudo, não oferece menos problemas ao investigador que o estudo de qualquer dimensão do social que já tenha sido objeto de investigações. A construção de um instrumental analítico que tenha como objetivo a apreensão desses condicionantes enfrenta, desde o princípio, pelo menos quatro grandes obstáculos que devem ser destacados.

Em primeiro lugar, esses obstáculos estão associados ao fato de haver um conjunto de resistências ao tratamento da experiência religiosa como um fenômeno social, posto que vivenciada pelos agentes como fenômeno alheio a qualquer explicação que não aquela do “chamamento espiritual”, do “livre arbítrio” (SUAD, 1975). Denegado pelos agentes devido a um conjunto de procedimentos realizados por meio das instituições, e mistificado por uma linguagem formulada em termos propriamente religiosos da crença, os condicionantes que estão na base da produção social desse grupo tendem a ser explicados como “mistérios humanamente inexplicáveis” (SEIDL, 2003).

De fato, o discurso e a linguagem religiosa não são somente meios de expressão ou ideologias; eles funcionam, na realidade, como princípios estruturadores do próprio grupo e como apoios fundamentais ao reconhecimento e engajamento dos agentes. A crença é, sem dúvida, um elemento fundamental nessa estrutura. Não se pode empreender um esforço de compreensão do processo de produção vocacional sem levar em conta o modo subjetivo pelos quais os agentes se narram, se engajam e interpretam a própria crença, o que é fundamental para a construção de *formas identitárias* (DUBAR, 1998) - para demarcação da existência do grupo, para exibir uma maneira própria de ser no mundo e significar simbolicamente um estatuto e uma posição. Por uma série de razões que se tornarão visíveis ao longo do trabalho, o objeto da presente investigação incide muito mais sobre o recrutamento e seleção das elites eclesiais do Bispado do Maranhão, sobre as trajetórias e carreiras dos agentes que a constituíram, do que propriamente sobre os processos de formação e de construção subjetivas da crença na unidade e identidade do grupo (dimensão que deverá ser integrada em trabalhos vindouros).

Um segundo obstáculo diz respeito às dificuldades inerentes à utilização de esquemas de análise forjados com base em outros referenciais empíricos, mobilizados com a finalidade de dar a conhecer os critérios e princípios que presidem o recrutamento de uma elite cultural dominante em uma “sociedade periférica”, importadora de modelos, instituições, tecnologias e ideologias dos “países centrais” (CORADINI, 1997; 2005; BADIE e HERMET, 1993). Nessas condições, a adequação do repertório conceitual deve atentar para as condições de adaptação desse tipo de instituição e dos seus modelos às circunstâncias sociais e culturais locais e os efeitos de hibridização e justaposição dela decorrentes.

Outro obstáculo, o terceiro a ser mencionado, reside no fato de que, ainda que se possa falar em uma relativa renovação temática em recentes trabalhos monográficos, são ainda escassos os estudos sobre o clero e o bispado do Maranhão de finais do século XIX que permitam um conhecimento aprofundado sobre o perfil social das carreiras eclesiais no período em pauta. Ainda hoje, os trabalhos mais amplamente documentados a esse respeito são os de história eclesial local (SILVA, 1922; PACHECO, 1969; MEIRELLES, 1977), cujo mais recente data da década de 1970. Assim, não seria injusto asseverar que o pesquisador que se aventure a tentar objetivar a essa estrutura e os seus modos de categorização institucional através de uma pesquisa empiricamente fundamentada estará praticamente condenado a fazê-lo sozinho, não obstante a quantidade e variedade de fontes disponíveis para pesquisa.

Como quarto obstáculo, ressalta-se o estágio ainda incipiente das investigações acerca dos processos de formação, socialização e estruturação das elites culturais locais no século XIX (com base em determinantes ligados à ocupação e prestígio, idades e papéis, fortuna e origem familiar, posição social e simbólica), especialmente no que tange às elites provinciais maranhenses. Pode-se dizer ainda que a concentração dos estudos sobre as categorias que as elites utilizavam para representar-se e aos demais grupos, sem que tais estudos sejam combinados com investigações sistemáticas sobre as origens sociais dos indivíduos que ocupavam posições elevadas na hierarquia social, sobre os vínculos e valores sociais que os aproximavam e a respeito das estratégias orientadas para a consolidação social nos diferentes segmentos de que se compunham, etc. tendem a constituir-se em obstáculo, por que o estudo de qualquer elite remete também à compreensão da sua posição relacional no espaço social.

Mas qual o sentido com que a noção de elite é tomada neste trabalho? Pode-se precisá-la, numa primeira análise, indicando que elas são tomadas aqui como estando associadas à idéia de uma minoria que ocupa uma posição de destaque em uma determinada configuração social cuja condição não é garantida exatamente (ou pelo menos estritamente) pela sua pujança econômica, mas supõe principalmente o envolvimento na produção e/ou reformulação de noções concernentes à ordem social (DAOU, 2000; SYGAL, 2002). Assim, na medida em que detêm o monopólio do poder e do papel de orientadoras dos padrões culturais de uma determinada configuração, essas elites culturais se destacariam tanto pela participação nos rituais de consagração social que garantiriam sua existência - resultando em uma cotação social em prestígio - como também pela preocupação com as aparências, com a demonstração de certos controles das emoções que funcionariam como instrumentos de afirmação da posição e do valor social de cada indivíduo que freqüentava o espaço enobrecido de exibição da conduta civilizada.

Pertencer à elite resulta, por conseguinte, no reconhecimento, na apreciação da posição social dos pares e, quiçá, no conhecimento da rede de relações familiares, dos compromissos políticos e do capital de cada um (DAOU, 2000). Ao focalizar as origens sociais dessas elites, os espaços onde se movimentavam, os valores sociais compartilhados, constitui-se um primeiro passo decisivo para entender quer o sentido dos confrontos, quer a forma como foram construídas “categorias de auto-representação”, fundamentais à criação dos sentimentos de unidade, coesão e distinção social.

Na presente pesquisa, parte-se precisamente da compreensão de que, historicamente, os membros do corpo eclesiástico compunham um dos segmentos dessas mesmas elites culturais, entre as quais ainda poderia ser destacado categorias heterogêneas de comerciantes

e profissionais liberais, funcionários bem posicionados da administração provincial³, herdeiros de famílias tradicionais agro-exportadoras, proprietários de latifúndios escravocratas, etc. Adota-se, como ponto de partida, a compreensão de que a compreensão das origens e formação diversificada das elites do período pode ser cotejada a partir do estudo de um dos seus segmentos, na medida em que oferece uma contribuição para iluminar não somente as suas estratégias de inserção, mobilidade e permanência em determinadas posições no espaço social⁴, como também a compreensão do processo de construção de valores norteadores das ações coletivas e formas de classificação social no recorte. Quer dizer, sua contribuição reside na tentativa de iluminar os espaços, mecanismos e princípios de poder empregados no processo de hierarquização social e acesso às posições dominantes naquele contexto (HEINZ, 2006).

Com base nessa definição, especifica-se que a população investigada neste trabalho, composta do conjunto de agentes que ingressaram (ordenaram-se) na instituição eclesial na segunda metade do século XIX, precisamente nos últimos três bispados⁵, compõem a chamada elite eclesiástica. Nesses termos, a elite pode ser definida, a princípio, como um grupo de agentes que ocupavam posições-chave naquela sociedade e que dispunham de poderes, de influência e privilégios que, a rigor, eram inacessíveis aos demais grupos. Contudo, mais do que simplesmente operar um corte vertical, segundo o qual bastava ser sacerdote para contar como parte dessa elite, o principal problema a ser enfrentado remete à dificuldade de estabelecer cortes horizontais, dando conta da forma como cada agente se relaciona com as instrumentalidades sociais através das quais o poder é exercido internamente a esse espaço, outra dimensão fundamental no presente trabalho.

Nesse sentido, o estudo desses mecanismos durante um período de tempo médio (meio século, grosso modo), tem sido enfrentado com base em um certo número de questões: Como se dá o processo de distribuição diferencial do poder nessa estrutura? Quais os filtros e barreiras que comandam a progressão e distribuição dos agentes na pluralidade de cargos e

³ Ao tratar da elite política maranhense no final do século XIX, Josenildo de Jesus Pereira (2006) argumenta que, entre outros atributos, ela exercia funções públicas ocupando cargos da burocracia pública local como Vereadores, Deputados Provinciais, Desembargadores, Juizes, Delegados e subdelegados de polícia, e na Corte como Deputados Gerais, Senadores, Conselheiros ou Ministros do Estado.

⁴ Segundo Pierre Bourdieu (2007, p. 135), pode-se descrever o espaço social como um lócus multidimensional de posições tal que qualquer posição actual pode ser definida em função de um sistema multidimensional de coordenadas cujos valores das diferentes variáveis correspondem aos valores das diferentes variáveis pertinentes: os agentes distribuem-se nele, na primeira dimensão, segundo o volume global do capital que possuem e, na segunda dimensão, segundo a composição do seu capital – quer dizer, segundo o peso relativo das diferentes espécies no conjunto de suas posses.

⁵ 1) Dom Manuel Joaquim da Silveira (1852-1861); 2) D. Frei Luiz da Conceição Saraiva (1862-1878) e 3) D. Antônio Candido Alvarenga (1878-1898).

postos que compunham a esfera institucional católica? Em que condições histórico-sociais realizaram-se as trajetórias dos membros da hierarquia eclesiástica no período em pauta? Que propriedades e recursos sociais e culturais foram empregados na composição das carreiras religiosas, estando na base da produção desse grupo profissional? Que características distinguem os membros dessa elite mais bem sucedidos daqueles menos bem sucedidos? Quais os recursos e trunfos que separam dominantes e dominados nessa estrutura de dominação? Sem a pretensão de responder a todos esses questionamentos, o trabalho que segue atenta para cada uma dessas dimensões.

Aportes conceituais no estudo das elites eclesiásticas.

O estudo de uma elite ou das elites constitui um tema que perpassa uma longa tradição sociológica constituída de uma “linhagem de autores” adstrita, pelo menos em seu período inicial, à chamada Ciência Política (GRILL, 2006; CORADINI, 2008; MONTEIRO, 2009). De maneira geral, o foco dessas pesquisas tendeu à concentração principalmente sobre algumas grandes ordens institucionais, tais como a política/administrativa (executivos de alta administração do Estado), econômica (dirigentes de empresas, bancos), a ordem militar (oficiais de diferentes armas), etc. Mais fragmentários e mais dispersos foram os trabalhos dedicados às chamadas elites eclesiásticas, que são, precisamente, o foco da presente pesquisa.

A renovação operada nesse âmbito de pesquisas pelos trabalhos de Pierre Bourdieu e de pesquisadores próximos se constituiu no principal marco conceitual do presente trabalho. Rompendo com a predisposição a análises determinísticas, preocupadas em dar uma resposta empírica à questão de quem governa, como aponta Odaci Luiz Coradini (2008, p. 12-14), Bourdieu destacara a necessidade de estudar os espaços “definidos por relações objetivas entre indivíduos e propriedades que se aproximam ou se opõem”, ou o “campo do poder” como “campo de força cuja estrutura define-se pelo estado das relações de força entre espécies de capital”, estando em pauta as lutas pela imposição dos princípios legítimos de dominação. Nesse sentido, o foco deixa então de ser as chamadas elites ou grupos dirigentes e passa a ser “estruturas de capital, de poder e de dominação em diversas esferas sociais”; não é o grupo nem os são os indivíduos que constituem o problema, “mas os recursos e princípios de legitimação que estruturam suas práticas e suas relações com as demais categorias”.

Essa perspectiva pode ser observada em vários trabalhos desenvolvidos pelo próprio Pierre Bourdieu (1987; 1996; 2008) entre os quais caberia mencionar o trabalho desenvolvido em conjunto com Monique de Saint Martin acerca da *elite eclesiástica francesa*. Parte de um conjunto de pesquisas mais amplas sobre diversas elites, na análise do episcopado francês, os autores têm como foco a reconstituição do espaço católico, tomado enquanto um lócus estruturado em torno de disputas materiais e simbólicas historicamente construídas no interior do campo religioso. Assim, para apreender esse espaço estruturado de posições e interesses, incorpora-se a análise uma grande diversidade de agentes por meio dos quais se objetiva compreender os fundamentos objetivos da “ilusão” discursiva de “homogeneidade” do corpo episcopal e do próprio clero.

Para os autores, o trabalho dessa “instância de representação” encontra-se, por seu turno, associado ao princípio mesmo de mobilização da linguagem religiosa pelos representantes religiosos, tendente a eufemizar a verdade de que a Igreja⁶ também funciona como uma empresa econômica, como a interpreta Max Weber (1994), e a transfigurar verbalmente as diferenças sociais significativas que estiveram na base de sua produção enquanto grupo. Com base no estudo da composição social de três gerações do episcopado francês, bem como das definições da “excelência religiosa” e da maneira de “exercê-las”, Bourdieu e Saint Martin evidenciam a divisão do campo episcopal em dois pólos: o dos *oblatos*, entre os quais se encontravam os agentes com menor montante de capital social e escolar, e cuja entrada na instituição ocorre mais cedo e outro, o dos *herdeiros*, entre os quais se encontravam os bispos cuja ordenação ocorria de forma mais tardia e marcada pela posse de um forte capital social. Assim, a oposição constituída entre um pólo dominante e outro dominado estivera na origem do estabelecimento de homologias entre as divisões no interior dos campos do poder religioso e simbólico e nos modos de recrutamento que caracterizavam o próprio espaço.

O modo de construção conceitual proposto por Pierre Bourdieu pode também ser acompanhado em uma série de trabalhos de pesquisadores próximos, tais como, Christophe Charle (1977; 1980; 1982; 2006), Louis Pinto (1975; 1996), Monique de Saint Martin (1995), Charles Suad (1974; 1975; 1976), direcionados aos campos literários, políticos, burocráticos,

⁶ Para Pierre Bourdieu, a Igreja resulta de um processo de institucionalização e burocratização da seita profética tendendo a apresentar as características de uma empresa burocraticamente organizada “no que concerne à carreira, à remuneração, aos deveres profissionais e o modo de vida extra-profissional”. Na sua perspectiva, essa “comunidade institucionalizada” constitui então um dos pólos do “campo religioso”, entendido enquanto um universo de disputas em torno do exercício de poder sobre os leigos e do monopólio da gestão dos bens de salvação; espaço em que concorreriam também o profeta e sua seita.

econômicos, religioso, etc. os quais foram também importantes na construção da problemática e na instrumentalização conceitual do presente trabalho.

Como aponta Ernesto Seidl (2007), pesquisas similares também foram desenvolvidas em vários países, inclusive no Brasil, a exemplo dos conhecidos trabalhos de Sérgio Miceli (1988; 2001), Maria Rita Loureiro (1992). Além destes, muito importantes também foram os aportes conceituais apreendidos junto aos estudos desenvolvidos por Odaci Luiz Coradini (1997a; 1997b, 2003) e o conjunto de pesquisadores próximos⁷, os quais se notabilizaram pela tentativa de compor um esquema analítico para apreensão dos critérios e princípios que em uma sociedade “não ocidental” presidem o recrutamento para as elites de profissões diversas.

Foi por intermédio desses trabalhos que se pôde observar a possibilidade de combinação da “sociologia do poder”, como proposta por Pierre Bourdieu, com vertentes teóricas distintas, a exemplo daquela de matriz anglo-saxônica que se dirige à apreensão de estruturas sociais onde as relações de reciprocidade, estratégias e relações personificadas são um componente estruturante e não residual ou meramente complementar das relações entre agentes e grupos.

O próprio Bourdieu (2002; 2006) já havia situado as distinções entre um *modo de dominação* que teria marcado profundamente as sociedades européias, caracterizado pelo desenvolvimento progressivo de um *modo de reprodução* com base no componente escolar e no mérito, garantido juridicamente pelo Estado, marcado pela ruptura progressiva dos vínculos naturais e lealdades primárias com base familiar e pela constituição de esferas sociais relativamente autônomas, pela existência de um mercado auto-regulado, enfim, pela existência de relações de dominação objetivas e institucionalizadas. E outro, “caracterizado pela inexistência de um mercado estruturado e instituições que garantam a equivalência entre títulos” (CORADINI, 1997, p. 426), no qual as relações de dominação têm de ser indefinidamente renovadas, se fazendo e desfazendo na e pela interação entre as pessoas.

Em condições periféricas, como a brasileira, onde não teria havido o processo histórico de relativa autonomização dos diferentes campos, “as relações entre a constituição dos agentes, ou suas respectivas estruturas de capital e disposições, e as tomadas de posição implicariam, em graus mais elevados, outras lógicas sociais” (CORADINI, 2003). Em vista disso, “as estratégias dos agentes estão voltadas para a acumulação do capital simbólico personificado, condição de garantia das demais formas de capital” (CORADINI, 1997, p. 426).

⁷ Todos esses pesquisadores estão na coletânea de artigos organizada por Odaci Luiz Coradini (2008).

Em outros trabalhos de Pierre Bourdieu (1998, p. 67), as relações de reciprocidade são abordadas através da noção residual de *capital social*, tomada enquanto “o conjunto dos recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento”. Aquilo que aparece como não estruturante nos estudos realizados por Bourdieu acerca dos “fundamentos da ideologia meritocrática” na França são, no entanto, dimensões fundamentais no estudo de elites no Brasil (CORADINI, 1996). Conforme também aponta Mário Grynspan (1990), as relações com base na reciprocidade possuem, em nossa sociedade um cunho fortemente hierarquizante. Daí Coradini chamar atenção para o arsenal de conceitos que a vertente anglo saxônica fornece, tais como as noções de “alianças diádicas” (LANDÉ, 1977), “parentesco”, “amizade instrumental” (WOLF, 2003), “patronagem” (GRYNSPAN, 1990; DAVIS, 1977), “clientelismos como addenda” (CORADINI, 1997, 2003; 2005).

Além disso, caberia destacar dois trabalhos de cunho propriamente sociológico sobre as elites eclesiásticas no Brasil que se mostraram especialmente importantes na presente pesquisa. O trabalho de Sérgio Miceli (1988), intitulado *A Elite Eclesiástica Brasileira*, fora pioneiro nesse sentido. Parte de uma pesquisa mais abrangente acerca dos intelectuais e políticos profissionais, o trabalho do referido autor se dedica a investigar o “processo de ‘construção institucional’ da Igreja Católica brasileira ao longo da República Velha (1890-1930)” colocado em relação aos condicionantes sociais institucionais que presidiriam o processo de formação de sua elite dirigente (traduzido pelo “empenho na consolidação da máquina organizacional, através da imposição de linhas hierárquicas de comando e autoridade”) e as “sólidas alianças com setores oligárquicos”. O sucesso da viabilização da Igreja Católica como empreendimento religioso e como organização burocrática⁸ estivera associado então, na perspectiva do autor, à interlocução dos princípios de composição dos altos escalões eclesiásticos⁹, aos interesses “dos clãs oligárquicos, os governos e lideranças estaduais desejosos de cercear a influência eclesiástica sobre os negócios temporais e, ao mesmo tempo, abrindo espaços à presença da Igreja em domínios de atividades como o sistema de ensino”.

⁸ “A igreja Católica logrou êxito considerável em múltiplas frentes de atuação: estabilizou suas fontes de receita e recuperou seu patrimônio imobiliário, reconstruiu e ‘modernizou’ suas casas de formação e seminários, dinamizou consideravelmente sua presença territorial, ‘moralizou’, profissionalizou e ampliou seus quadros de pessoal, ainda que para tanto tivesse que apelar para a introdução maciçamente à importação de mão-de-obra religiosa, diversificou a pauta de serviços escolares, que passou praticamente a monopolizar, celebrou alianças com facções oligárquica estaduais...” (MICELI, 1984, p. 153).

⁹ Associados à reaproximação com o papado e moralização dos seus quadros (romanização/ultramontanismo) e a constituição de uma “cultura organizacional” própria, dotada de uniformidade nas formas de gestão e estilo homogêneo de comando.

Nesse trabalho, o referido autor oferece algumas importantes indicações no tratamento da formação da alta hierarquia eclesiástica aliando o “enfoque sobre os determinantes ligados à origem geográfica, familiar e social, àqueles derivados do complexo e prolongado processo de conversão dos seminaristas adolescentes em jovens presbíteros”. A partir disso, Sérgio Miceli distinguiu três Matrizes Sociais do Episcopado: 1) “Os prelados da Aristocracia Imperial”, que “associam sua presença na elite de profissionais liberais e políticos eminentes aos interesses econômicos, como grandes proprietários de terras e engenhos”; 2) um segundo e numeroso contingente constituído pelos bispos do “Patriciado Decadente”, construído sociologicamente como “resultado de uma trajetória declinante de antigos setores proprietários que passaram crescentemente a valer-se de estratégias defensivas no intuito de preservar as chances derradeiras de realocar os seus em postos e carreiras de refúgio em organizações de estilo previdenciário” e 3) “Os filhos da Igreja”, cotas de agentes oriundos de famílias socialmente desamparadas, levados a tudo dever a instituição e a dar mostras fervorosas de “entrega e submissão aos ideais organizacionais” – instrumento de afirmação plena dos interesses do próprio corpo sacerdotal.

Além de Sérgio Miceli, os trabalhos de Ernesto Seidl (2003; 2006; 2007; 2008) têm, sem dúvida, oferecido importantes contribuições para a presente análise. É difícil oferecer uma visão de conjunto de suas diferentes pesquisas. O foco do referido autor, direcionado ao tratamento da *Elite eclesiástica no Rio Grande do sul*, tem como principal mote a compreensão das transformações na estruturação da alta esfera católica no referido estado, na segunda metade do século XIX, focalizando os princípios de composição do espaço católico e as estratégias de enquadramento e recrutamento religiosos. Combinando a abordagem histórica do desenvolvimento da igreja no Brasil (e as peculiaridades de sua inserção na região sul) e dispondo de diferentes recursos metodológicos (como pesquisa histórica e bibliográfica, a prosopografia, entrevistas em profundidade, análise de trajetórias, etc), o pesquisador tem procurado estabelecer homologias entre as transformações do espaço católico e as redefinições da excelência religiosa.

Não seria equivocado dizer que foi principalmente com base na interlocução com os trabalhos de Sérgio Miceli e Ernesto Seidl que se constituíram dimensões fundamentais no presente trabalho, os quais haviam sido apenas esboçados parcialmente no trabalho monográfico. Essa aproximação, no entanto, sugere a necessidade de reconhecer algumas distinções fundamentais. Em primeiro lugar, como será demonstrado, a presente pesquisa se distingue das demais pelo fato de focalizar uma espécie de “escalão intermediário”, conjunto de postos e funções cuja importância é, dir-se-ia, mais regional, não se constituído exatamente

na alta hierarquia eclesiástica no Brasil. Essa distinção está associada ainda ao fato de que o Bispado do Maranhão nunca se constituíra, exatamente, em um celeiro de produções vocacionais, bastando notar a quase inexistente representatividade de bispos produzidos pela referida circunscrição eclesiástica ao longo do século XIX e início do XX.

Em segundo lugar, as condições institucionais de recrutamento e seleção clerical as quais os referidos pesquisadores se referem estão direcionados, ou para as estratégias levadas a cabo pela organização com a separação do Estado (MICELI, 1988), ou para um contexto em que esses condicionantes estão mais governados por critérios internos ao próprio universo católico (SEIDL, 2003). A constituição da elite clerical aqui estudada remete não apenas a um contexto de baixa autonomia, como também um período de existência institucional indistinta e conflituosa com o próprio Estado em formação.

Ademais, pode-se dizer que a problemática que orientou este trabalho esteve orientada pela tentativa de apreensão e operacionalização dos aportes conceituais presentes em vários desses trabalhos. Metodologicamente o trabalho também é tributário de investigações realizadas por pesquisadores de diversas procedências, tais como Rodolfo Aguirre (2004); Marchisano, (2000); Martinez Sanchez (2006); Salinas Araneda (2006); Vones-Liebenstein (2005); Roy (1981); Marc Vernard (1968); Giovanni Levi (1990; 1989; 2000); Nuno Gonçalves Monteiro (2003); Fernanda Olival (2004); Roy & Saint-Pierre (2006); Flávio Heinz (2006); Danila Zanon (2000); José Murilo de Carvalho (1996); Edilberto Reis (2003); Antônia da Silva Mota (2007a);

Quando o campo é o arquivo: pesquisas em acervos eclesiásticos e inventário das fontes.

O início da prática de pesquisa impõe situar como foco de análise os próprios procedimentos que permeiam a construção do objeto e a maneira como se realiza o esquadramento dos repertórios arquivísticos. Trata-se de dar a conhecer o trabalho de construção e seus efeitos, explicitando as operações mesmas da investigação e tornando possível um maior controle lógico sobre os seus pressupostos. Tem-se em vista, portanto, que a perspectiva de trabalho nos arquivos, exige a sua desnaturalização e o reconhecimento de que se trata de operações específicas dos sujeitos que o constituíram e organizaram¹⁰.

¹⁰ Patrícia Maria Portela Nunes (2000, p. 92), ao tratar da pesquisa que realizara sobre a Medicina no Maranhão, enfatiza que é preciso levar em conta que as tomadas de posição em relação às pesquisas que presidem a construção do objeto envolvem, na pesquisa em arquivo, um “conjunto de regras subjacentes ao sistema de funcionamento dos enunciados e que orientam tanto a prática quanto o discurso dos agentes atualizados no

Os acervos eclesiásticos detêm uma série de especificidades que devem ser levados em conta no processo de construção do objeto. Em primeiro lugar, deve-se levar em conta que a existência do conjunto de documentos que os compõem resultou de um conjunto de procedimentos lógicos de organização e preservação que tem como fundamento um investimento operado pela própria instituição. O fundamento explicativo desse interesse pela preservação não deriva tanto das normas canônicas reguladoras dos arquivos eclesiásticos (MARCHISANO, 2000), quanto de uma objetivação das estratégias de apresentação institucional, colocada em ação pelos seus agentes encarregados. Os documentos e monumentos institucionais representam, na realidade, a consciência que o grupo tinha de si mesmo, associado a uma imagem a um lugar (CERTEAU, 1982, p. 269). Quer dizer, a maior parte das fontes disponíveis encontra sua razão de ser em demandas e estratégias derivadas do funcionamento e das lutas sucedidas no interior da própria organização eclesiástica.

Historicamente, o “Concílio de Trento”¹¹ tem sido apontado como um marco fundacional de uma política mais sistemática sobre os arquivos paroquiais, ou sobre as matérias com eles relacionadas (ABREU, 2000). Desde então, apareceram normativas sobre as fábricas das igrejas, sobre fundações pias, sobre testamentos e legados pios, sobre confrarias e irmandades e a obrigação de um minucioso controle e registro da administração de sacramentos. Orientados pelo Concílio Tridentino, os Concílios Provinciais¹² e os Sínodos Diocesanos¹³ deveriam pôr em atuação essas diretrizes completando com uma espécie de legislação específica para os arquivos dos seus territórios. Como se sabe, foi apenas em 1707 que fora criada a primeira legislação eclesiástica da Colônia, as “Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia”. Através dela, prescreveram-se algumas regulamentações não apenas com relação aos procedimentos arquivísticos, como também se procurou uniformizar todos os documentos produzidos, submetendo-os a um padrão.

A importância do disciplinamento e controle dos procedimentos de registros e processos eclesiásticos estavam relacionados, certamente, ao fato de que os mesmos detinham

âmbito da biblioteca, do arquivo, do departamento universitário, enfim, nos locais de realização da presente pesquisa e nos quais foi possível ser observado modalidades distintas de disputas pela legitimação intelectual”.

¹¹ Através do “Concílio de Trento” (1545-1563), a igreja remodelou o clero, clarificou a doutrina, conservou os sete sacramentos, afirmou a presença real na eucarística, iniciou a redação de um catecismo, obrigou os bispos a residir no local de seu bispado, os padres a pregar e decidiu a criação dos seminários.

¹² Um concílio é uma reunião de autoridades eclesiásticas com o objetivo de discutir e deliberar sobre questões pastorais, de doutrina, fé e costumes (moral). Os concílios podem ser ecumênicos, plenários, nacionais, provinciais ou diocesanos, consoante o âmbito que abarquem.

¹³ Trata-se de uma “assembleia de eclesiásticos” e leigos “convocados pelo seu prelado ou outro superior” que se reúnem com o propósito de “caminhar juntos”, seguindo um determinado plano, decidir determinadas questões.

uma função importante na manutenção do catolicismo como religião dominante¹⁴. Contudo, em que pese as determinações constantes no “Concílio de Trento” e nas “Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia”, nem sempre se puderam uniformizar os registros realizados. Na realidade, havia uma multiplicidade de formas de registro (associado também às maneiras diversas de realizar as cerimônias religiosas). Ao que parece, como sugeriu Scheila de Castro Faria (1998, p.308) a respeito dos registros paroquiais, tudo indica que somente no século XIX as informações dos registros se tornaram mais uniformes, conforme se pôde observar ao longo da pesquisa.

Em suma, a importância detida pelos acervos eclesiásticos para a pesquisa de aspectos relativos às sociabilidades na Colônia e no Império não apenas denota o papel desempenhado pela instituição para o Estado, como também o investimento na transmissão para as gerações futuras de todo um “legado” objetivado nos códigos, nas constituições, nos cânones e na consagração e santificação da história de seus próprios agentes. O corpus arquivístico reflete então as próprias lógicas de construção do discurso da instituição retendo as marcas dos interesses, dos valores e das estratégias de seus porta-vozes. Seria preciso reconhecer com Sérgio Miceli (1984, p.154) que,

os modos de operação, os valores, a cultura política dos grupos, os sentimentos vigentes de hierarquia, os padrões de relacionamento, enfim, todas as características materiais e mentais das elites estão como que inscritas nas fontes que elas mesmas produzem (ou subsidiam ou encomendam) e que, via de regra, falam desses grupos como eles apreciam que se fale deles.

É preciso, portanto, que o pesquisador se acautele para não conceber que encontra algum segredo escondido na investigação do acervo arquiocesano, como se através dele fosse encontrada uma “verdade” pretensamente escondida. Entenda-se, pois, que a massa de documentação disponível a respeito do clero, a respeito dos integrantes da alta hierarquia, fora produzida pelos próprios membros da organização eclesiástica ou por intelectuais católicos especializados no trabalho de propaganda e celebração. Essas fontes são componentes de “uma atividade de simbolização” através do qual essa elite manifesta “seus interesses, valores

¹⁴ Como bem salientou Scheila de Castro Faria (1998), durante longo período, o registro da vida das pessoas passava pelo domínio do catolicismo. Quase todas as etapas dos momentos rituais da sociedade passavam pelo olhar e controle dos agentes eclesiásticos: o batismo significava a comprovação de ser filha dos pais e da terra alegados. A união matrimonial só existia se o casal tivesse recebido bênçãos de um padre, com testemunhas e assentos em livros próprios. O registro de óbito paroquial representava uma espécie de morte social. A guarda dos processos de ordenação sacerdotal asseguraria a comprovação de que o agente escolhido estava plenamente conforme aos desígnios divinos. Os ofícios, requerimentos, cartas, editais, enfim, os registros oficiais quase todos eles foram mantidos, guardados

e estratégias”, sendo “peças de um repertório de imagens que o grupo veicula” que gera e “gere sua própria identidade, sua face pública e o seu rosto privado” (MICELI, 1988, p. 156).

Essa lógica de acumulação, preservação e investimento é a razão pela qual esses documentos detêm uma relação orgânica entre si, constituindo um todo articulado. Além disso, essa coleção de documentos do acervo da arquidiocese é quase que completamente manuscrita. Raros são os documentos datilografados, o que exige também um tratamento técnico e a posse de certos conhecimentos em paleografia pelo pesquisador, os quais deverão ser aprimorados à medida em que se realiza a pesquisa.

Na medida em que vai sendo realizado o trabalho, o pesquisador passa a perceber que o Arquivo não abriga todos os documentos que um dia foram preservados, mas somente uma parte deles que ainda pode ser mantido, uma vez que com o passar do tempo e das múltiplas passagens dos documentos, muitos foram perdidos ou extraviados. Hoje, esses documentos estão reclassificados por um trabalho realizado pelos técnicos da instituição arquivísticas e que tende a favorecer a localização e busca realizada por qualquer pesquisador. Evidentemente, desde que o mesmo também tenha o conhecimento da lógica de acumulação dos documentos e dos métodos para guardá-los, o que se mostra fundamental num primeiro momento.

Quando Celso Castro (2008) responde à pergunta sobre “*o que é um arquivo?*” afirmando que se trata de um tipo de instituição de guarda de documentos onde os arquivistas e demais funcionários, detêm um considerável poder sobre os documentos que guardam, muito maior que os bibliotecários, o pesquisador deve dar especial valor a essa definição sob pena de comprometer a sua pesquisa (especialmente se desejar fazer uma investigação volumosa). É preciso considerar a ida ao arquivo como um processo de interação com os arquivistas, atendentes, e outros funcionários da instituição de guarda como um *encontro etnográfico* (Castro, 2008, p. 46). Quer dizer, tão importante quanto uma postura profissional e objetiva do pesquisador, é a necessidade de estabelecer uma relação efetivamente dialógica com a equipe do arquivo, como aponta o já citado autor:

Esta é uma relação efetivamente dialógica, e não de “inquiridor” e “informante”, pois a equipe do arquivo também precisa compreender aquilo que o pesquisador tem em mente ao buscar documentos que ajudem a responder suas perguntas de pesquisa. Uma percepção equivocada das intenções do pesquisador (seja por causa e má apresentação, ou pela dificuldade do pessoal do arquivo em compreendê-las) pode levar a enormes dificuldades. Por outro lado, um diálogo intenso e produtivo entre pesquisador e pessoal do arquivo pode levar a descobertas de caminhos desconhecidos ou impensados para a pesquisa, muitas vezes mais ricos ou produtivos do que aquilo que se imaginava previamente à ida a “campo” –

nesta perspectiva, a pesquisa em arquivos é vista como uma modalidade da tradicional “pesquisa de campo” antropológica (CASTRO, 2008, p. 47).

Na presente investigação sobre os padrões de seleção e recrutamento eclesiásticos, o pesquisador beneficiou-se, principalmente, do fato de já ter realizado pesquisas no arquivo público e ser conhecido pelo(a)s funcionários, o que permitiu um acesso bastante privilegiado, posto que pautado em relações de confiança e profissionalismo. Isto fora fundamental para abordagem da diversidade de fontes que foram integradas à pesquisa e para o seu tratamento metodológico, que será abordado no próximo sub-tópico.

Explicitado parte dos condicionantes associados à pesquisa, passa-se agora ao inventário das fontes. A grosso modo, boa parte das publicações realizadas sobre o catolicismo no Bispado do Maranhão, pelo menos até a década de 90, esteve vinculada às instituições religiosas ou representantes destas (ALMEIDA, 2007). Tal constatação não deve estranhar, à vista de que outros pesquisadores já fizeram notar, com inteira procedência, que o trabalho de sociologia da religião no Brasil tem sido, quase sempre, obra de clérigos, antigos clérigos, de militantes ou antigos militantes de movimentos ligados a Igreja, assim como de pesquisadores que participam em variados graus dos tipos diversos de lutas que ocorrem dentro do próprio espaço religioso (SAINT-MARTIN, 1984, p. 111-112).

Esse trabalho de consagração está presente, em certo sentido, na perspectiva que permeia as histórias eclesiásticas regionais, como no caso das quatro principais fontes escritas de caráter bibliográfico sobre a hierarquia católica: 1) “A Igreja no Maranhão” (1877) e também “O dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão”, publicados por César Augusto Marques¹⁵ (1977); 2) “Apontamentos para a História Eclesiástica”, de D. Francisco de Paula e Silva¹⁶ publicado em 1922 e discorrendo sobre a história da

¹⁵ Para Condurú Pacheco (1969), Augusto Marques é um representante do “laicato católico”, conjuntamente a Candido de Almeida. “Nasceu em Caxias, em 12 de dezembro de 1826, filho legítimo do farmacêutico Augusto José Marques e de D. Feliciano Marques. Feitos seus estudos secundários em São Luis, em maio de 1844 seguiu para Portugal, matriculando-se, em 1845, na Universidade de Coimbra, fechada em 1847”. “Voltando César Marques ao Maranhão em 1849, ingressou no 1º Ano da Faculdade de Medicina da Bahia, onde recebeu o Grau de Doutor em 1854”. “Voltando ao Maranhão, continuou a dedicar-se à medicina na sua guarnição militar [tinha sido nomeado Alferes do Corpo de Saúde do Exército] e na do Piauí e entregou-se também ao magistério, satisfazendo assim o seu pendor para os estudos históricos e literários”. “foi médico da ‘Casa de Educandos’ da Província (1861/1864), medico e professor de História Universal do Seminário de Nossa Senhora das Mercês (1861/1867), da ‘Companhia de Aprendizes Marinheiros’ (1864), vacinador provincial (1866), Provedor de Saúde e ocupou diversas outras comissões”. Sócio ativo do “Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”, Marques fora ainda “Reitor do Internato do ‘Colégio Pedro Segundo’ de 1875 a 1880”. “Católico convicto e instruído e patriota ardente (...) faleceu em 15 de dezembro de 1900”.

¹⁶ Lazarista, mineiro, membro do Instituto Histórico e geográfico Brasileiro, Francisco de Paula e Silva galgara todos os degraus de uma trajetória clerical especializada no desempenho de funções intelectuais da mais estrita confiança. De volta ao Brasil em 1895, após alguns anos de estudos em Roma, começou exercendo o magistério no Seminário das Bahia (1896-1900), passando posteriormente a reitor do Colégio do Caraça. Ao que se sabe,

Arquidiocese de 1612 a 1907; 3) “A História Eclesiástica do Maranhão”, de D. Felipe Condurú Pacheco¹⁷, datada de 1968 e 4) “A História da Arquidiocese do Maranhão”, de autoria de Mario Martins Meirelles¹⁸, publicada em 1972 por ocasião da comemoração do tricentenário da fundação da Arquidiocese do Maranhão. Além disso, existem dois trabalhos de cunho biográfico a respeito de Dom Luiz Raimundo da Silva Brito, o qual teria sido o primeiro arcebispo da Olinda: o primeiro fora escrito por Condurú Pacheco (1954) e o segundo por Álvaro Urubatan (1994).

Sem dúvida, esses trabalhos trazem sua contribuição ao oferecerem uma cronologia precisa sobre as tomadas de posição da Igreja ao longo do tempo, dando uma visão de conjunto da evolução institucional e a caracterização dos seus quadros. Contudo, o pesquisador não deixará de notar que se trata de um material produzido por agentes que detinham algum grau de comprometimento institucional com a Igreja (religiosos, ex-religiosos e seus parentes) cuja utilização deve ser problematizada.

A julgar pela experiência pessoal do pesquisador e pelo levantamento realizado por Adroaldo José Silva Almeida (2007) sobre o conjunto de pesquisas realizadas nos cursos de ciências sociais e história (tanto na UFMA quanto na UEMA) a respeito da história regional da Igreja, é notória a escassez de trabalhos – isso mesmo que se possa falar em um impreciso e incipiente avanço. Poucas produções científicas podem ser relacionadas com o enfoque e o recorte cronológico adotado nesta pesquisa, entre as quais, pode-se destacar: Angel Veiga Rodrigues (1982), Lyndon Araújo Santos (2004; 2006; 2008), Emanuella Sousa Ribeiro (2003), Socorro Coelho Cabral (1984), Mário Meirelles (1981), Alina Silva Sousa (2007), etc..

teria trabalhado na elaboração do trabalho pela altura de 1912-1913, tendo permanecido inédito até a morte do autor (MICELI, 1988).

¹⁷ Conforme Miceli, D. Felipe Condurú Pacheco, era “maranhense e filho de um emérito educador do Estado, bispo de Ilhéus e do Piauí, também membro do IHGB, autor de um esboço biográfico do autor da primeira história, Dom Francisco de Paula e Silva. Redigiu essa segunda história eclesiástica sob a forma de perguntas e respostas, praticamente reproduzindo a anterior, à qual foram acrescentados capítulos referentes às gestões diocesanas até a década de 60. O mesmo D. Felipe, que cedo se afastou das lides episcopais por sérios problemas de saúde, também escreveu dois alentados volumes sobre seu conterrâneo, a Vida de D. Luis de Brito: 1º Arcebispo de Olinda (Rio de Janeiro, Departamento de Imprensa Nacional, 1954), do qual recebera a primeira comunhão e que também o encorajara a abraçar a carreira eclesiástica”.

¹⁸ Conforme Ana Ládía Conceição Silva (2008, p. 49), “Mário Martins Meirelles nasceu em São Luis do Maranhão, a 08 de março de 1915, na freguesia de Nossa Senhora da Conceição dos Multados, localidade circunscrita ao perímetro urbano da capital maranhense. Era o filho primogênito de Vertineano Parga Leite Meireles (13/10/1887 – 07/07/1925), então funcionário do Tesouro Público do Estado e da dona de casa Maria Martins Meireles (05/02/1890 – 05/01/1988), ambos maranhenses”. Como apresenta a autora, o modo de construção da história do Maranhão por Mário Meirelles é pautado tanto por um “sentimento evolutivo”, quanto perpassado por um conteúdo moralista que parece estar associado às experiências, atribuições e discursos de um agente cuja vida funcional se desenrola especificamente na esfera burocrática.

As fontes escritas relativas ao estado de disputas simbólicas travadas no espaço religioso e em suas intersecções com outras esferas sociais, no entanto, são de origem mais variada. Essas fontes são compostas principalmente de jornais e revistas de duração efêmera. Em trabalho monográfico, teve-se a oportunidade de analisar cuidadosamente um desses jornais: o hebdomadário *Civilização* – jornal católico publicado de 1880-1890. Além dele, havia outros periódicos católicos publicados, a saber: *O Eclesiástico*¹⁹, que circulou de 1852 a 1862 e *O Christianismo*²⁰, que circulou de 1854 a 1855.

De fato, num contexto de fraca institucionalização e de dispersão da produção da cultura erudita, os jornais eram, efetivamente, os principais pontos de aglutinação, afirmação e consagração da legitimidade intelectual. Naquele período, diversos jornais eram publicados, versando sobre discussões diversas: “Havia os diários, semanais, religiosos e anti-religiosos, liberais, conservadores, radicais, conciliadores, oficiais, oficiosos e particulares. Alguns eram de responsabilidade individual; a maioria, de responsabilidade coletiva” (CORDEIRO, 1987, p. 66). A totalidade detinha um caráter político-cultural ou religioso constituído por um público restrito. Efetivamente, os jornais eram espaços privilegiados para visualização das principais disputas em torno da definição das problemáticas legítimas e da legitimação dos diferentes grupos de que se compunham as elites culturais locais.

Recorreu-se ainda aos fundos documentais oriundos do acervo documental da Arquidiocese do Maranhão (Cúria Metropolitana), acessíveis no Arquivo Público do Estado do Maranhão – APEM-MA e que ofereceram as informações básicas com relação ao corpo clerical. Os autos e códices a seguir constituem os principais repertórios de materiais biográficos utilizados na presente investigação:

Autos Processuais. Autos de Patrimônio: Processos de habilitação requerida para ordenação sacerdotal (o ordinando deveria possuir um patrimônio); processos de aquisição ou venda de patrimônio de padres e de Igreja (Caixa 40 (1878-1902) – Docs 1485 a 1523 – Maços 192-97); 2) Autos de Habilitação de Gêneres: Processos de habilitação requerida para

¹⁹ PACHECO (1969, p. 183) oferece-nos uma descrição do jornal *O Eclesiástico*: “O ECLESIASTICO – periódico dedicado aos interesses da Religião – quinzenário de 30 por 20 cmts. D formato, geralmente de 8, por vezes até de 16 páginas, aparecendo a 1º e 15º de cada mês. – Instrutivo, variado e com farto noticiário – o órgão da Diocese – em bom papel e com ótima revisão e impressão, tinha por lema o pensamento de Sto. Atanásio, em sua ‘História do Arianismo’, art. 67: ‘Religionis propium est non cógere, sed persuadere’. – O que vem no vernáculo diz: ‘É próprio da religião não forçar, mas convencer’. Eram seus redatores o Cônego Raimundo Alves da Fonseca e o beneficiado Francisco José dos Reis. Assinatura anual: 6\$000”.

²⁰ Ainda conforme PACHECO (1969, p. 230): “A 1.º de maio de 1854, surgira na arena do jornalismo católico de S. Luis, mais um hebdomadário – O CHRISTIANISMO”. E acrescenta que, segundo o editorial de abertura, o jornal surge para “lembrar ao povo adormecido os santos preceitos do Senhor. Se em nossas collunas se ler alguma proposição menos correcta, nos sujeitamos em tudo e por tudo ao que se achar definido pela Egreja – Jamais poderemos admittir em nosso Semanário, artigo correspondência, ou comunicação alguma, que não seja puramente religioso”

ordenação sacerdotal, averiguando-se toda a origem do ordinando, através de testemunhas, as quais inquiridas sobre a legitimidade da filiação, a vida religiosa (cristão velhos ou novos, judeu, herege, pagão, etc.), qualidade e limpeza de sangue (Caixas 57 a 62 (1850-1905) – Docs 1908 a 2073– Maços 288-323); 3) Autos de Vita et Moribus: Processos de habilitação para ordenação sacerdotal, sobre a vida, os costumes e a conduta civil do ordinando, através da inquirição de testemunhas, de Edital ou Mandado de Publicandis (espécie de banho) (Caixas 77 a 78 (1853-1869) – Docs 2508 a 2562– Maços 398-406); 4) Autos de Ordenação, que consistiam em processos comprobatórios das habilitações para ordenação de padres (Caixas 178-179 (1822-1862) – Docs. 5.530 a 5600, Maços 799 a 808); 5) Autos de Oposição, compostos pelos processos de propositura de padres a cargos vacantes (vagos) acompanhados de uma indicação das “virtudes” e “capacidades” que certificariam a sua escolha (auto-indicação e aprovação) como a mais indicada. Neles, o opositor ao cargo, isto é, aquele que deseja assumi-lo, deveria anexar desde a sua certidão de batismo, a conclusão dos autos do processo de habilitação (Gênere, Vita e moribus e Patrimônio) como também destacar as experiências que tivera, por exemplo, na ocupação de outros cargos. 6) Autos de Colação – Processos em que o padre, munido de Carta Régia de Apresentação requer ser colado (empossado) em um cargo e/ou função eclesiástica (arcediogo, canonicato, Benefício na Catedral, vigário de Freguesia) - (Caixas 170-171 (1796-1887) – Docs. 5240 a 5280, Maços 766 a 770).

Códices. 1) Livro de Registro de Ordenações (n.º 177; 1845-1894); 2) Livro de Registros Gerais da Câmara Episcopal²¹ (n.º 207; 1872-1878); 3) Livro de Registro de diversos termos (matrícula, oposição, aceitação de residência, exame e aprovação, termo de juízo e assistência) (n.º 217; 1845-1872); 4) Livro de Registro dos documentos expedidos e recebidos pelo bispado (n.º 221; 1877-1893); 5) Livro de correspondência recebida pelo governador do Bispado dos Seminários de Santo Antônio e Mercês (n.º 276 – 1862-1866; n.º 277 – 1865-1869 e n.º 278 - 1868-1873); 6) Livro de Registro de Colações, ofícios e outros (n.º 302; 1853-1899); 7) Livro de Registro das Freguesias do Maranhão e Piauí (n.º 335, 1872); 8) Livro de Registro das Freguesias do Maranhão e seus respectivos Colados e Coadjuutores (n.º 336; sem data); 9) Livro de Registro das Freguesias com data de ereção da capela (n.º 337; sem data).

²¹ Restaram ainda os livros n.º 203; 205, 206, 208.

Abordagem metodológica: o método prosopográfico e a construção de trajetórias.

Como se pôde verificar, trata-se de uma grande quantidade de fontes, donde surge imediatamente o questionamento: como tratá-las? A resposta reside numa questão de abordagem. Com efeito, frente a uma grande quantidade de fontes como aquelas que foram mencionadas acima, a utilização do *método prosopográfico* constituiu o principal recurso. A prosopografia, como a define Christophe Charle (2006, p. 41), “consiste em definir uma população a partir de um ou vários critérios e estabelecer, a partir dela, um questionário biográfico cujos diferentes critérios e variáveis servirão à descrição de sua dinâmica social, privada, pública, ou mesmo cultural, ideológica ou política, segundo a população e o questionário em análise”. O método consiste então na delimitação de um universo a ser estudado e na tentativa de formular uma série de questões padronizadas a fim de investigar as “características comuns do passado de um grupo de atores na história através do estudo coletivo de suas vidas” (STONE Apud HEINZ, 2006, p. 06).

Em suma, “a prosopografia reúne dados biográficos de um grupo de atores históricos que têm algo em comum, seja uma função, uma atividade ou ainda uma posição social; ela é, portanto, um estudo coletivo de suas vidas”. Ademais, em que pese o fato de que o tratamento de um grupo social em seu conjunto recorra tradicionalmente a biografias como suporte, “a prosopografia supõe [na realidade] a seriação, ela coloca em evidência o individual e o excepcional apenas para salientar, por contraste, o coletivo e o normal”. A coleta de informações e a sua estruturação em uma base de dados levam então à criação de uma nova fonte, uma *metafonte*, que consiste em algo mais do que o somatório dos repertórios individuais (ROY & JOCELIN, 2006, p. 209). Vale dizer, a prosopografia não se resume à “pura coleta de dados”, como se fosse possível deduzir informações relevantes sobre uma população pelo simples acúmulo e empilhamento de fontes. Construído o banco de dados, é necessário decompor e realizar diferentes testes e cruzamentos entre os dados de maneira a perceber o grau de heterogeneidade e correlação entre os indicadores construídos (BULSF, 2005).

O método constitui, entretanto, apenas um momento da operação de análise, nunca o fim. Essa distinção é importante para não conceber-se que o recurso a mesma teria como finalidade o desejo simples de extrair de um corpus documental, propriedades, traços isolados, cuja crítica permitiria acompanhar sua evolução através do tempo e a extensão de seus resultados. Enquanto momento importante para entender as regularidades que permeiam as dinâmicas internas de um determinado grupo e seus relacionamentos com outros grupos em

um mesmo espaço do poder, é preciso situar essas tendências “orquestradas sem maestro”, num conjunto de inter-relações móveis dentro de configurações em constante adaptação, em constante mudança.

Esse instrumento não deve(ria) fundamentar, portanto, uma leitura do social que consista somente em acompanhar agregados anônimos, satisfazendo o desejo de uma visão de conjunto. Exemplo disso foram os inúmeros investimentos realizados no campo historiográfico na construção de histórias despersonalizadas, protagonizadas por formas substancializadas como a peste, fome, morte, o medo, etc. (BULSF, 2005)

O desvelamento de causalidades e condicionantes sociais de determinados grupos não responde, entretanto, às várias questões colocadas pela complexidade do social (HEINZ, 2006). Se a utilização da prosopografia é muito eficiente para dar visibilidade aos nexos existentes entre posição social de origem e formação escolar, por exemplo, “enriquecendo o conhecimento de pequenas coletividades representativas de um problema”, deve ainda ser combinada a outros recursos metodológicos, com outros esquemas de construção conceitual.

Deve-se ressaltar, nesse sentido, que a utilização da prosopografia encontra-se estritamente relacionada às questões orientadoras da pesquisa, ao modelo de construção conceitual, através do qual define o que é tomado enquanto objeto digno de interesse. Contudo, no decorrer da pesquisa, fatores externos ao próprio modelo conceitual (tais como o grau de acesso aos dados, dependente das condições de armazenamento e organização dos fundos documentais, e o estado de legibilidade da documentação) condicionam também a apreensão daquilo que interessa. É por isso que tão importante quanto ter claro os indicadores que serão trabalhados, o questionário que será aplicado junto às fontes, é realizar uma exploração sistemática anteriormente (destinada ao mapeamento de dados)

Em algumas ocasiões, como a da presente pesquisa, ainda que se tenha realizado uma exploração inicial, pode-se dizer que o grau de conhecimento dos fundos documentais não precedera a pesquisa, propriamente. Na realidade, ele foi sendo construído de maneira concomitante à mesma, o que supôs idas e vindas e, em alguns casos, até mesmo a perda de tempo. As principais informações passíveis de tratamento que se pôde obter acerca dos agentes que ingressaram na instituição eclesiástica no período em pauta foram os seguintes: localidade de origem, período de ingresso no clero, tipo de bem transferido à Igreja quando do ingresso, idade, profissão do pai, formação, primeiro cargo alcançado (canais de ingresso), aliado às informações presentes na bibliografia disponível a respeito.

Em resumo, dado que o fundamental na utilização do método prosopográfico é a construção conceitual que o fundamenta, pode-se dizer ainda que o método não apresenta uma

unidade, requisitando sempre o emprego de critérios claros e esquemas particulares através dos quais cada investigador enfrenta o universo empírico. Trata-se, portanto, da necessidade de definir claramente não somente o grupo de pessoas que se quer abordar, como também pôr a claro a eloquência quantitativa e qualitativa do material heurístico (VONES-LIEBENSTEIN, 2005, p. 357).

Além dos fatores acima mencionados, a construção de uma *biografia coletiva* através do *método prosopográfico*, centrado em um farto material documental e orientado para a análise de uma população delimitada (no caso, o conjunto de ingressantes na instituição eclesial na segunda metade do XIX), serve ainda de instrumento de substituição da poeira de histórias individuais por *trajetórias* construídas. A noção de *trajetória* exige, por seu turno, situar os acontecimentos biográficos, em todo um fluxo social mais vasto no qual se desenrola a história dos grupos sociais, em um espaço definidos pelas inter-relações entre esses grupos e em batalhas pela definição dos limites de da legitimidade dentro do espaço em que se inserem. Como a define Pierre Bourdieu, as *trajetórias* correspondem a um sistema de traços pertinentes de uma biografia individual ou de um grupo de biografias. Assim, toda trajetória social deve ser compreendida como uma maneira singular de percorrer o *espaço social*, devendo-se reconstituir a série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente ou por um mesmo grupo de agentes em espaços sucessivos (BOURDIEU, 1996, 1998).

As sugestões de Sérgio Miceli, presentes no livro *Intelectuais a Brasileira*, têm se mostrado bastante profícuas na passagem de uma abordagem mais ampla, para a análise das trajetórias construídas. Conforme o referido autor, a prosopografia poderá ser direcionada à estratégia de exposição e análise de um conjunto de casos exemplares que possam ser alçados à condição de *tipos ideais*, “lastreadas em evidências empíricas que abranjam uma quantidade representativa de casos cujas características sociais, escolares, profissionais, etc. possibilitam a reconstrução de uma trajetória ou “destino de classe” para fins de análise sociológica ou política” (MICELI, 2001).

O *tipo ideal*, mencionado acima, consiste em um método das ciências histórico-sociais cujo objetivo é captar experimentalmente e compreensivamente fenômenos em sua singularidade. Obtêm-se um *tipo ideal* acentuando unilateralmente um ou vários pontos de vista, encadeando uma multidão de fenômenos isolados, difusos e discretos que se encontram ora em grande número ora em pequeno número até o mínimo possível, que se ordenam segundo os anteriores pontos de vista escolhidos unilateralmente para formarem um quadro de pensamento (WEBER, 2001).

Nessas condições, como destacara Mário Grynspan (1990, p. 74.75), “O exame das trajetórias individuais nos permite avaliar estratégias e ações de atores em diferentes situações e posições sociais, seus movimentos, seus recursos, as formas como os utilizam ou procuram maximizá-los, suas redes de relações, como se estruturam, como as acionam, nelas locomovem ou as abandonam”. Trata-se então de combinar análise da estrutura interna do espaço eclesiástico, situando as relações objetivas entre as posições ocupadas e as trajetórias e recursos dos agentes colocados em situação de concorrência por essas mesmas posições. Compreende-se, conforme Pierre Bourdieu, que esses atributos não constituem propriedades individuais, mas sim, propriedades derivadas de posições objetivas ocupadas por esses agentes no espaço social.

Questões de envolvimento e distanciamento na pesquisa sobre elites eclesiásticas.

Tão importante quanto submeter à análise os princípios e condicionantes que estão na base da produção de reprodução de um espaço interdependente de agentes, é dar a conhecer e problematizar a familiaridade e a implicação que o pesquisador tem com o tema. Assim sendo, um primeiro passo consiste em colocar como objeto também aquilo que está no princípio da compreensão do problema, no interesse, da implicação, do engajamento. Essa é uma questão sem dúvida desafiante. Para a maior parte dos pesquisadores, é difícil descrever e dar a ler os aspectos pertinentes de seu itinerário individual que interagiram e interagem na construção do problema sociológico abordado. Isso por que essa atividade parece não ser exatamente a oportunidade para desabafos sentimentais, para anedotas divertidas, ou histórias perturbadoras, comoventes. Além disso, como dar a conhecer princípios que existem de forma latente, e que não são perceptíveis imediatamente à consciência?

Norbert Elias (1998) parece ter avançado significativamente na questão quando assinala que um dos principais desafios para aqueles que estudam grupos humanos é de como manter seus dois papéis, de participantes e de pesquisadores, clara e consistentemente separados e, enquanto grupo profissional, estabelecer em seu trabalho a incontestável predominância do último. Essa é justamente a finalidade do questionamento acerca das adesões e investimentos que sobrevivem inclusive à perda da fé ou mesmo à ruptura mais ou menos declarada com a própria igreja que se permite recusar e romper com essa “espécie de ciência edificante, destinada a servir de fundamento a uma religiosidade científica, permitindo

acumular as vantagens da lucidez científica e as vantagens da fidelidade religiosa” (BOURDIEU, 1987, p. 113).

Precisa-se, então, que a escolha do tema está associada a aspectos da própria trajetória do pesquisador. Vale dizer, a opção por investigar o tema da Igreja católica no final do século XIX compõe um investimento analítico realizado desde antes da monografia, cujas condições de aproximação estiveram inseparavelmente ligadas à trajetória individual do pesquisador e à certa familiaridade com os termos e vocabulários próprios ao espaço católico.

Esta familiaridade resulta, em primeiro lugar, do nascimento em uma família de católicos tradicionais e pelo trabalho de socialização experienciado no espaço de uma Comunidade Eclesial de Base (CEB's). O ambiente familiar do pesquisador fora marcado, desde cedo, por uma ética religiosa e princípios morais cristãos. Além disso, em vista de ser um rebento de uma família de poucas posses em uma zona periférica da cidade de São Luis/MA, a Igreja tendia a funcionar também como uma espécie de refúgio gratuito frente a outros percursos sociais. A participação e o envolvimento com a instituição restringiam o universo de amizades possíveis aos próprios limites institucionais, constituindo uma “história de vida” pautada pelas reciprocidades de fundo religioso e pelos ritos de socialização católica (batismo, primeira-eucaristia, crisma), participação e coordenação em grupos de jovens, liturgias, homilias, procissões, etc.

Ao longo do percurso escolar, que envolveu um itinerário por instituições de ensino afastadas simbólica e geograficamente desses espaços iniciais, o pertencimento do pesquisador foi sendo gradativamente abandonado, até o ponto em que supunha apenas participações passageiras e esporádicas nos eventos religiosos. Não se tratou de uma ruptura absoluta e tampouco do resultado de alguma desilusão com a instituição católica, conseqüência do contato com a formação universitária ou com outras religiões, ainda que as experiências em múltiplos espaços, com lógicas distintas, e as contingências tivessem atuado de maneira importante nessa modificação.

A importância de uma *socialização primária* caracterizada pela carência de recursos e pautada por experiências existenciais na Igreja certamente não se alteram da “noite para o dia”. Nas suas múltiplas passagens entre contextos de ação e formas de socialização distintas (desde que se esteja em condições de encarar a socialização com um processo contínuo e inacabado), um *patrimônio* heterogêneo e, às vezes, contraditório, de *esquemas de percepção* e ação são incorporados pelos agentes. Alguns desses esquemas podem enfraquecer-se, outros apagar-se, pelo fato de não haver espaço para sua atualização, outros podem permanecer em estado latente, manifestando-se de formas distintas (LAHIRE, 2005).

Esse tipo de latência pode se manifestar, por exemplo, na ingênua satisfação que o pesquisador possuía ao creditar como pura coincidência a escolha de um objeto de estudo acadêmico tão próximo à sua própria história individual. Era com surpresa que constatava que não há nada mais comum do que “católicos que estudam o catolicismo, protestantes, protestantismo, judeus, o judaísmo (ninguém observou como são raros os estudos cruzados – católicos estudando o judaísmo ou vice-versa – ou comparativos)” (BOURDIEU, 1987, p. 112). Nesses termos, o processo de ruptura com as adesões irrefletidas remete, em primeiro lugar, à desnaturalização do interesse por determinadas temáticas e no estranhamento da familiaridade com determinadas categorias, conceitos, noções e modos de interpretação.

Não obstante, como evidenciou Louis Pinto (1996, p. 14), o procedimento científico que comporta a necessidade de romper com o senso comum e com as pré-noções, não deve impor uma concepção rígida de ruptura, como se a experiência não devesse ser levada em consideração. Ao contrário, ela deve ser integrada à compreensão científica. O pesquisador deve tentar desenvolver a habilidade de confiar na própria experiência, sendo ao mesmo tempo cético em relação a ela.

A aproximação entre os modos de construção conceitual presentes nas áreas de História e sociologia, mobilizadas no presente trabalho, tem também a finalidade de favorecer esse trabalho de objetivação. Sobretudo por que, para os historiadores, essa aproximação permite discutir a tendência reificante de encarar os agentes como seres autônomos, livres e únicos, permitindo pensar na teia de constrangimentos que enreda os diferentes agentes enfocados, inclusive o próprio observador. Para muitos sociólogos, tal aproximação pode conduzir à modificação da concentração do enfoque sobre determinados fenômenos selecionados no tempo presente, concebidos em termos isolados da diferença experimentada entre passado e presente; diferença essa que consiste em um poderoso instrumento de ruptura com os engajamentos e pré-noções, como evidenciou Norbert Elias (1998).

Economia geral do trabalho e níveis de análise²²

A dissertação que segue encontra-se dividida em três capítulos, cujas diretrizes foram orientadas com base nas dimensões teórico-metodológicas explicitadas até aqui. A finalidade

²² Na construção dos níveis de análise do trabalho, fez-se eco às indicações procedimentais delineadas por Ernesto Seidl (2008, p. 21-24), para “reconstituição dos universos sociais” e condicionantes do “recrutamento e seleção de elites eclesiais”.

do primeiro capítulo, intitulado “*O sistema de classificação eclesiástico: por uma história da instituição e dos seus mecanismos*”, consiste em tentar apreender a lógica de funcionamento ambivalente e aparentemente autônomo da instituição e dos mecanismos que comandam o acesso e a progressão dos sacerdotes pela estrutura posições e oposições pertinentes da esfera eclesial. Nesse nível, por meio da discussão de cada filtro institucional, procurou-se então oferecer uma visão de conjunto das fases sucessivas que vão do processo de conversão dos ingressantes em sacerdotes (formação eclesiástica, habilitação para ordenação), à ocupação de um determinado cargo (tomado a partir dos mecanismos de acesso aos postos). Pode-se dizer ainda que essa primeira parte caracteriza-se por um tipo de abordagem mais historiográfica, preocupada em apreender a elite eclesiástica como uma estrutura de distribuição diferencial de poder que prescrevia direcionamentos e instrumentalidades específicas para quem desejasse exercer o controle nela e/ou a partir dela.

No segundo capítulo, “*Por uma história social dos agentes: a composição social das elites eclesiásticas no Bispado do Maranhão*”, a análise dos determinantes sociais implicados na constituição do corpo eclesial centra-se sobre as características sociais dos agentes que ingressaram na instituição durante a segunda metade do século XIX. Procura-se demonstrar, com base na utilização do método prosopográfico e do conjunto de indicadores construídos, as relações entre as propriedades sociais dos agentes e o direcionamento inicial e posterior desenvolvimento que tiveram ao longo da carreira.

Construído o espaço de posições e oposições pertinentes e discutido os condicionantes e modalidades de inserção religiosa da população recortada, passa-se, no último capítulo, *O encontro de duas Histórias: Padrões de seleção eclesiásticos e condicionantes de trajetórias de sucesso*, à exposição dos padrões de carreira detectados e ao exame quatro trajetórias de clérigos que ascenderam a postos de liderança na Igreja. Através deste estudo, procura-se evidenciar como cada trajetória heterogênea, caracterizada pela combinação de recursos, investimentos e apostas específicas, ilustra o conjunto de mecanismos, condicionantes e engrenagens que atuavam na formação da elite institucional católica no período em pauta. Por fim, dado as características de uma estruturação social marcada pela interpenetração de domínios, em cada uma das estratégias de enquadramento e recrutamento religioso discutidas, bem como nas trajetórias discutidas ao final, evidenciou-se a centralidade do recurso às relações pessoais como mecanismo importante para inserção e ascensão profissional exitosa.

Capítulo 1: O SISTEMA DE CLASSIFICAÇÃO ECLESIAÍSTICO: por uma história da instituição e dos seus mecanismos.

O principal objetivo deste capítulo consiste em discutir os princípios organizadores do sistema de recrutamento eclesiástico do Bispado do Maranhão na segunda metade do século XIX, enfocando os mecanismos institucionais através dos quais se operava o processo de seleção e progressão na carreira. Para tanto, procurou-se conceber a instituição não somente a partir da lógica propriamente histórica de seu funcionamento, como também analisá-la como o resultado de uma longa série de atos de instituição que se corporificaram nas fases sucessivas pelas quais deveria passar um postulante ao sacerdócio. Essa a razão pela qual, além de discutir a posição ambígua da instituição frente ao Estado, o enfoque foi direcionado também para três momentos específicos do referido percurso: 1) a formação sacerdotal, 2) a habilitação para o sacerdócio e 3) os concursos para postos eclesiásticos.

A opção metodológica por focar essas fases deriva também da tentativa de oferecer ao leitor as condições para uma apreensão e caracterização geral da estrutura do espaço analisado, bem como dos meios administrativos e parâmetros que o constituíam. É por essa razão ainda que o tratamento do modo de reprodução eclesiástico tenderá a assumir, neste capítulo, um caráter mais descritivo, resultado do esforço para construir o universo dos princípios instituídos e mutáveis que intervinham na produção do conjunto de diferenças significantes e significativas que separavam objetivamente os agentes no interior da própria instituição.

1.1 A instituição e o “duplo sistema de lealdades”.

A diferenciação entre a Igreja e o Estado, assim como a idéia de limitar o âmbito de ação daquela ao estritamente religioso são conceitos relativamente novos, elaborados durante o processo de construção do Estado moderno. Até então, a participação da Igreja em todos os âmbitos da vida política, social ou econômica era considerada tão natural quanto necessária. As condições criadas pelo processo de expansão da cristandade permitiram, até certo ponto, a comunhão de interesses entre a Igreja e o Estado, entre o eclesiástico e o secular. A igreja, em seu conjunto, pelo seu vínculo com o Estado, sua capacidade de agregar diversas demandas

sociais e, certamente, pela profunda religiosidade imperante, ocupou um lugar privilegiado na formação social brasileira desde o empreendimento colonizador.

Como parte do corpo burocrático do Estado, a instituição eclesiástica desempenhara um papel fundamental na produção do reconhecimento da autoridade estatal por parte dos colonizadores e na inculcação da idéia de devotamento e obediência ao mesmo. Estando empenhada no trabalho de gestão de funções de interesse geral, a mesma funcionara à maneira de uma instituição de *concentração de capital público* (BOURDIEU, 1996, p. 192), legitimada para esquadrihar os espaços e momentos da vida e da morte dos agentes: “O ingresso na comunidade, o enquadramento nos padrões de uma vida decente (...) dependiam de atos monopolizados pela Igreja: o batismo, a crisma, o casamento religioso, a confissão e a extrema unção na hora da morte” (FAUSTO, 1997, p. 60).

Nesse sentido, a manutenção da igreja sob a tutela do Estado e como religião oficial manifestado pelo interesse em legitimar o “político” com base em princípios da esfera religiosa, coloca-se em estreita conexão com a possibilidade (e necessidade) de utilização da instituição católica e de seus quadros como parte do aparato administrativo (SEIDL, 2006). Em vista de que não eram poucas as dificuldades de constituição de uma estrutura burocrático-administrativa ampla e profissionalizada, dada a escassez de recursos e instituições formadoras, a incorporação funcional dos serviços da Igreja ao empreendimento estatal obedecia à lógica patrimonialista de se valer, a um preço muito baixo, de estruturas não-profissionais (burocrático-rationais) de administração (SEIDL, 2006, p. 41). Nesses termos, a Igreja católica deve ser apreendida em sua lógica peculiar de instituição ocidental que se estabeleceu em um contexto exógeno, que esteve subordinada ao Estado e que compunha o seu aparato administrativo desde os primórdios de sua instalação.

Tomada aqui enquanto um produto institucional adaptado, a igreja católica era uma estrutura organizativa que estivera desde muito submetida a modificações baseadas em modelos exógenos importados da Europa (BADIE & HERMET, 1993) e que, por efeito da união entre Igreja-Estado, estava predisposta a assumir uma posição ambígua: resultado da tentativa de conservar um *duplo sistema de lealdades* que era fonte potencial e permanente de conflitos. Quer dizer, se por efeito do *Padroado*²³ o padre poderia ser considerado como um funcionário público, pago pelos cofres do Governo, por outro lado, não deixava de pertencer a uma burocracia paralela, uma organização que ao longo da história havia se empenhado em

²³ O padroado consistia em um sistema contratual entre a coroa e o Vaticano pelo qual o imperador, como defensor da fé, passava a gerir os negócios da Igreja do Brasil, como se esta fosse uma das instituições governamentais (NERIS, 2007).

longas batalhas contra o mesmo Estado pelo controle do poder político (CARVALHO, 1996, p. 165).

Em vista de ser concebida durante o Império como um “ramo da administração pública”, constituído de “funcionários públicos”, essa condição ambígua da instituição incorria ainda na ausência de uma *cultura organizacional* dotada de procedimentos uniformes e autônomos de gestão e estilo homogêneo de comando (MICELI, 1988). Essa condição era mantida ainda pelo fato de que o governo insistia em “não abrir mão do controle da igreja, pois além de ser ela um recurso administrativo barato (...), possuía grande poder sobre a população, de que o governo indiretamente se beneficiava” (CARVALHO, 1996, p. 171).

Durante o século XIX, esse longo processo de desajustes e tensões entre Igreja, Estado e Sociedade expressou-se de maneira mais evidente através de inúmeros episódios, entre os quais a mais conhecida fora a “Questão Religiosa”²⁴, razão pela qual se reconhece que nesse período tenha sido gerado o seu mais intenso e conflituoso processo no Brasil, como um todo, e na diocese do Maranhão, como já foi evidenciado em outros estudos (SANTOS, 2005; RIBEIRO, 2003). O acirramento dessas tensões expressava-se através do desgaste sofrido por inúmeros ataques à sua estrutura institucional, perpassando a questão do envolvimento dos seus agentes com a política, a posse de bens, os territórios, aspectos de sua organização interna, etc. Identificada como símbolo de práticas arcaicas, a instituição se tornou o alvo predileto de inúmeras críticas e intervenções de determinados segmentos que eram adeptos das novas formas de pensamento que se espriavam na cena política ocidental.

De maneira geral, como situou Ernesto Seidl (2006, p. 40-41), as constantes tensões e conflitos que caracterizam as relações entre Estado e Igreja, especialmente no final do século XVIII e ao longo do século XIX, derivaram da problemática de um mau delineamento dos limites de competência de cada esfera e da estreita submissão da Igreja ao poder temporal (fenômeno distinto do processo secularizador ocidental objetivado na constituição de uma esfera política e burocrática autônoma e distanciada do poder espiritual). Essas dinâmicas de construção de uma esfera política no contexto brasileiro tomaram, então, rumos diversos. Em suma, como assinalara Sérgio Miceli (1988, p. 14), uma das principais barreiras para o êxito

²⁴ A questão religiosa foi tratada na historiografia como um evento crucial na mudança das relações entre Igreja e Estado no Brasil, um divisor das relações entre o clero e o governo (VILLAÇA, 1974). Conforme assinala Karla Denise Martins (2002, p. 75), “A Questão Religiosa constituiu-se numa série de conflitos ocorridos no período de 1872 a 1875, entre uma determinada ala do clero, considerada conservadora, e o Império brasileiro. Alguns Bispos estavam inconformados com a direção de maçons nas irmandades religiosas e passaram a proibir tal presença. O governo imperial leu as proibições como uma desobediência à sua autoridade e à constituição, levando os Bispos a responderem processo pelas proibições e fechamento de irmandades ao Supremo Tribunal do Império, este em 1874, decretou a prisão de D. Vital Maria Gonçalves de Oliveira e D. Macedo Costa, respectivamente Bispos de Olinda e do Grão-Pará”.

da política de “romanização” derivava da herança da Igreja Colonial e do estado de desagregação interna a que chegara a Igreja em simbiose com o trono.

Concomitantemente, a instituição também viveu um intenso desgaste provocado pelas críticas oriundas de adeptos das novas formas de pensamento que dominavam a cena política ocidental. O afastamento da instituição da cena pública foi exigido pelos seus adversários como símbolo da implantação de uma nova ordem política (ROMANO, 1979, p.84). Debates acirrados ocorriam na Câmara dos Deputados sobre o problema das relações entre Igreja e ensino superior no Brasil, sobre o casamento civil, a secularização dos cemitérios, etc. Estadistas como Feijó, Abreu Lima, Joaquim Nabuco, Rui Barbosa, defendiam a implantação de um progresso que se diferenciava tanto das tradições hispânicas e latino-católicas, quanto da tutela de Roma, defendendo a conservação do catolicismo apenas íntimo, na consciência ou no sentimento de cada um (FREIRE, 2002).

Deve-se levar em consideração ainda que esses processos estiveram também relacionados a um conjunto bastante heterogêneo de transformações ocorridas nos anos de 1870 a 1930, tais como a crise do regalismo e a “Questão Religiosa”, a abolição e o advento da República, a política de exportação do Café, a superação política das oligarquias nordestinas e a migração de determinados segmentos das elites laicas para as novas ideologias concorrentes (liberalismo, positivismo e franco-maçonaria) (SANTOS, 2004).

De fato, as tensões acirraram-se na mesma proporção em que as relações entre Estado e Igreja ocuparam o centro das discussões políticas: a origem da problemática tratava-se da questão de redefinição da postura da Igreja diante do Estado e da política e suas respectivas ameaças sob a forma do “liberalismo secularizador” que chegava com a importação de ideologias estrangeiras (SEILD, 2006). Os exageros do poder imperial, as contra-ofensivas dos prelados e o proselitismo dos concorrentes protestantes²⁵, com sólidos apoios na corte, tenderam a adensar o contencioso, reduzindo o relacionamento entre a alta hierarquia eclesiástica e setores de peso da coalizão imperial, tendendo ao afastamento dos representantes eclesiásticos das instâncias decisórias.

Diante disso tudo, a “reação eclesiástica” promovida pelo papa Pio IX (1846-1878), executada e aprofundada principalmente através dos altos escalões eclesiais, não fez senão estimular a questão espinhosa da relação entre igreja e Estado, recolocando a problemática da subordinação da instituição religiosa definida pelo regime do padroado. Delinearam-se, então,

²⁵ Além dos *Anglicanos*, cuja presença no Maranhão remonta às primeiras décadas do século XIX (com presença marcante especialmente entre 1816 e 1870), intensifica-se a expansão protestante na província do Maranhão, com a chegada de *Presbiterianos*, a partir de 1875 (entre os quais o mais conhecido fora o médico e missionário George W. Butler), *Batistas e Independentes* em 1908, *Pentecostais* entre os anos 1920/1921, etc. (SANTOS, 2004).

rotas inelutáveis de colisão entre a cúpula da hierarquia eclesiástica, crescentemente identificada com as diretrizes pontifícias, e o governo imperial, ingerente na condução dos negócios eclesiásticos. Como assinalara Miceli (1988, p. 12), “o movimento de reação eclesiástica desembocou em uma série de iniciativas que, a longo prazo, significaram o fortalecimento organizacional e condições mínimas de sobrevivência política no acirrado campo de concorrência ideológica, cultural, religiosa, do mundo contemporâneo”.

Na realidade, confrontados a esses diversos processos, o corpo de representantes da instituição via-se ameaçado não somente com relação às diretrizes oriundas do plano doutrinal (em franco processo de afirmação), mas também pelo risco da perda de status social. As investidas no terreno da conquista da opinião pública, com o objetivo de reforçar os meios de propagação doutrinal da Igreja, como a catequese, as missões, as congregações, a imprensa católica, as associações destinadas a estimular a devoção aos símbolos da fé cristã (ROMANO, 1979, p. 107), etc. corresponderam, por seu turno, a algumas das estratégias adotadas para preservar o seu prestígio e a sua posição entre as elites dirigentes. Nesse sentido, a preocupação em afirmar a legitimidade das concepções morais e de sociedade da Igreja levou a um conjunto de associações operadas ao nível discursivo, como as que estiveram presentes nas páginas de periódicos como “Civilização” (NERIS, 2007), entre as noções de decadência moral, desorganização da sociedade, secularização das instituições, o casamento civil, o ensino laico, a imprensa e a cultura modernas.

Para Gilberto Freire (2002, p. 631), foi precisamente esse complexo conjunto de fatores que predispueram parte considerável das elites brasileiras à indiferença pela Igreja Católica, resultando, ainda no Império em impressionante declínio das vocações para o sacerdócio; até que, proclamada a República, houvesse quem ao republicanismo juntasse sentimentos anticlericais. Como conclui, o problema da produção das vocações sacerdotais tornou-se então, na época aqui considerada, um dos mais graves para a ordem religiosa no Brasil.

Com efeito, conforme já assinalara Sérgio Miceli (1988), a deteriorização do relacionamento simbiótico entre o Estado e a Igreja, donde esta retirava parte de sua força social e de sua própria auto-imagem, colocou nas mãos dos prelados a tarefa urgente de definir outra moldura organizacional que favorecesse a autonomia material, institucional e doutrinária. Se a Igreja sofria então com os reveses da concomitante separação do Estado e a conseqüente perda de status social de seus agentes; com a paulatina perda dos rendimentos; com os conflitos sangrentos enfrentados na sua expansão missionária; no projeto de combate aos chamados “erros religiosos das seitas”; com a tentativa problemática de sedimentar sua

posição de hegemonia junto às elites e controlar as irmandades leigas, etc. (SANTOS, 2005), a condução das políticas eclesiais deveria respaldar a redefinição das estratégias de inserção e afirmação religiosa da instituição.

Em suma, quer-se indicar primeiramente que o conjunto de conflitos e confrontos ocorridos em um momento específico da vida institucional católica no Brasil, estiveram associados às variantes estruturais de sua relação ambígua com o próprio Estado, donde se deve conceber a gênese da sua lógica de funcionamento. Isto implica reconhecer que o estudo de uma elite relativamente próxima do pólo de discussão e tomadas de posições políticas, como era a eclesial, intrinsecamente ligada ao espaço público, deve levar em conta que o seu próprio sistema de recrutamento não deixara de sofrer os efeitos das tensões e mudanças operadas na relação entre Igreja e Estado.

Por outro lado, a afirmação de novas regras institucionais de controle e reprodução, as quais fundamentariam a construção e execução de uma espécie de programa de reformas da hierarquia eclesial, não deve ser encarada como um fenômeno natural e inevitável. Convém conceber que na importação desses modelos, tratados na historiografia através das noções de ultramontanismo e romanização, eles não apenas deixaram de ser homólogos ao contexto de origem, como também sofreram um processo de *hibridização*, resultante de procedimentos concretos de apropriação e integração em um sistema de sentido distinto (BADIE & HERMET, 1993).

Assim sendo, a compreensão do modo de funcionamento historicamente condicionado da Igreja e as condições sociais de sucesso na afirmação de novas tendências não devem ser interpretadas somente em relação às mudanças mais gerais e aos efeitos de determinadas orientações de cúpula e documentos pontifícios (bulas, decretos, encíclicas, etc.), como também deve atentar para as modalidades concretas de funcionamento dos mecanismos de que dispunha a própria instituição em um contexto social específico. É basicamente isso que se pretende fazer nos tópicos a seguir, ao discutir três mecanismos de ajustamento institucional: a formação promovida pelos seminários, a habilitação sacerdotal e os concursos para os cargos e postos distribuídos ao longo do espaço eclesial.

1.2 A produção do corpo sacerdotal: Formação seminarística e exposição às regras.

Dentre o conjunto de modificações que visavam regular a própria carreira eclesial, a necessidade de operar alterações na estrutura organizacional da Igreja e, em especial, nos

estabelecimentos de formação religiosa, esteve no princípio da tentativa, ensejada durante todo o século XIX, de criar uma nova base social e cultural para a mesma, contraposta às referências constantes, especialmente no Segundo Reinado, à precária formação eclesiástica e moral do clero. Como se sabe, foram recorrentes as queixas a respeito do caráter moralmente questionável e religiosamente ignorante do clero do Bispado do Maranhão, recorrentemente expressas na literatura debruçada sobre o tema e nas próprias correspondências internas do bispado.

De fato, o que se observa na segunda metade do século XIX é um engajamento cada vez mais explícito dos sacerdotes para afirmar a Igreja Católica enquanto uma *instância de civilização* (NUNES, 2000), exigindo, primeiramente dos clérigos brasileiros e, concomitantemente, da população brasileira, que se enquadrassem dentro de rígidos padrões de formação eclesiástica importados, o que revela precisamente a maneira como determinados segmentos dos agentes eclesiásticos procuraram afirmar a Igreja como instituição requerida para o progresso no país e a ordem social (AZZI, 1992). O programa de normatização das expressões religiosas que caracterizavam “um catolicismo bastante externalizado, de práticas costumeiras e cotidianas, leigo, pouco sacramental e praticado de forma múltipla pelos diversos segmentos sócio culturais na colônia e no império” (OLIVEIRA, 2001, p. 148), combinava-se então como a tentativa de moralização dos sacerdotes e de convergência com setores das elites culturais e políticas regionais no exercício de formas de disciplinamento do corpo social (RIBEIRO, 2003; SANTOS, 2006).

Nesse último ponto, a questão da formação do clero tornou-se então uma das questões principais nas estratégias de reforma dos chamados *bispos ultramontanos*, como eram conhecidos os prelados que encabeçaram esse movimento de reforma. Esses representantes expressavam, na realidade, uma nova orientação institucional, que via no investimento e ampliação da atuação no campo educacional a possibilidade de minimização dos impactos decorrentes das mudanças ocorridas no espaço sócio-cultural e, simultaneamente, de modernização, leia-se, moralização, dos seus próprios quadros. A série de modificações introduzidas deveria traduzir-se pela criação de um novo padrão de produções vocacionais e no estabelecimento de critérios mais organizacionais de ascensão interna, alterando concomitantemente a forma de oferta de bens religiosos realizada pelos seus agentes.

1.2.1 A estruturação do trabalho de inculcação: a criação dos seminários.

No bispado do Maranhão, ao longo do século XIX foram criadas duas instituições encarregadas especificamente de cuidar da reprodução do corpo sacerdotal, eram elas: o Seminário Eclesiástico de Santo Antônio (também conhecido seminário maior) e o seminário de Nossa Senhora das Mercês (chamado de seminário menor). Compondo um sistema, a principal diferença entre essas instituições, conforme Riolando Azzi (1992), consistia no fato de que para o ingresso no seminário menor o aluno deveria ter concluído o curso elementar ou primário, correspondente, hoje, às quatro primeiras séries do ensino fundamental. Durante o mesmo, o aluno freqüentava as aulas do curso secundário ou ginasial, correspondente, hoje ao ensino fundamental maior. A entrada ocorria, geralmente, aos 08 (oito) anos de idade, sendo o aluno mantido em regime de internato. Já os seminários maiores eram destinados a uma preparação mais específica para o sacerdócio. Após a conclusão dos estudos secundários de humanidades ou dos preparatórios nos seminários menores, onde permaneciam aproximadamente três ou quatro anos, aqueles que davam mostras de “perseverança”, “benevolência”, “obediência”, “vocaçãõ” para a carreira eclesiástica, iniciavam os três ou quatro anos de estudos superiores de filosofia e teologia nos seminários maiores (MICELI, 1988).

Resultantes de um investimento na moralização do corpo sacerdotal, as referidas instituições de produção vocacional não se distinguiram exatamente pela introdução maciça de congregações, ordens e institutos religiosos em sua direção, a exemplo do que fora realizado por outros bispos em seminários do mesmo período. Só houve uma introdução “maciça” de novas ordens religiosas na Diocese do Maranhão no último bispado do século XIX, a saber: o de D. Antonio Candido Alvarenga (1878-1898). Ao longo de todo o século XIX, a direção dos seminários esteve a cargo única e exclusivamente de padres seculares. Além disso, somente a partir da década de 1880 é que deixaram de haver leigos no quadro de professores da instituição. Valeria a pena mencionar, nesse sentido, que uma das primeiras medidas adotadas pelo Bispo Dom Antônio Candido Alvarenga, ao tomar posse da diocese do Maranhão, fora despedir todos os professores leigos, “livre-pensadores” dessa casa de formação, o que ocasionou várias críticas a sua figura na imprensa (PACHECO, 1969, p. 438).

A primeira das instituições criadas no período fora o seminário de Santo Antônio, cabendo a sua criação à iniciativa do Bispo D. Marcos Antônio de Sousa (1828/1842) - deputado e presidente da Assembléia Provincial no período - através da Lei Provincial n.º 49,

de 04/08/1837, tendo sido aprovado o seu estatuto por portaria de 29/01/1838. A princípio, o seminário maior cumpria também as funções de um seminário menor, razão pela qual o elenco das disciplinas criadas não conformava somente aquelas direcionadas aos postulantes ao sacerdócio: 1º) Gramática e Língua Latina, 2º) Retórica, Política e Geografia, 3º) Francês, 4º) Filosofia Racional e Moral, 5º) História Sagrada e Eclesiástica, 6º) Instituições Canônicas, 7º) Teologia Dogmática, 8º) Teologia Moral, 9º) Liturgia, 10.) Canto Plano (RODRIGUEZ, 1982, p. 32). A leitura dos estatutos do seminário revela, por outro lado, uma parte da organização e do conjunto de procedimentos utilizados para moldagem do corpo e da mente dos alunos, para a codificação institucional das práticas e inculcação pedagógica das regras (PINTO, 1996).

Estatuto do Seminário de Santo Antônio.

CAPÍTULO 1º

Actos religiosos

§ 1.º Dirigir os primeiros sentimentos e votos para o creador, levantar maons supplicantes ao Ceo, este o acto que deve praticar o christão no amanhecer do dia, bem como o profeta Rei, que muito sedo velava para orar a Deos.

§ 2.º às cinco horas e meia da manhã, dado o signal da campa, concorrerão todos os Seminaristas para a Capella, onde com toda attenção interior do espírito e reverencia exterior do corpo, farão oração, suplicando o socorro Divino para passar o sai sem culpa grave, e livres de faltas no cumprimento de suas obrigaçoens. Depois da necessária preparação se meditará por hum quarto de hora, e no fim renderão graças as Senhor pelos Benefícios recebidos. Porém nos Domingos, e dias Santos de guarda, recitarão também os actos de Fé, Esperança e Caridade. Este quotidiano exercício fará imprimir lentamente nas almas tenras e flexíveis sentimentos puros de Religião e piedade.

§ 4.º Em todas as noites depois das seis horas e meia se juntarão na Capella do Seminário para recitar hum terço do Rozario da Virgem Santíssima, à qual devem consagrar particular devoção. Porem em todos os domingos será repetida a Douctrina Christam pelo Catecismo.

Capítulo 3.º

Governo do Seminário

§ 1.º Sobre o Reitor – O reitor será (...) vigilante sobre todos os empregados do Collegio, principalmente com os Seminaristas, reprehendendo em particular, e ainda na presença da comunidade o que for desobediente, privando-o das recreações permitidas pelos Estatutos, usando de castigos moderados para conter as paixões da mocidade (...).

§ 4.º Sem licença do Reitor Seminaristas algum poderá sair fora de caza, nem ainda chegar a porta do Seminário (...).

§ 5.º Os que com licença Nossa forem passar as férias em caza de seos pais, ou parentes levarão attestado do Reitor, que apresentarão ao Parocho respectivo declarando o tempo da licença, e lugar para onde lhes foi concedida. No regresso farão presente ao Reitor certificado do mesmo Parocho com informação de sua conduta moral durante o tempo da sua ausência, que não poderá estender-se além das férias, ou tempo determinado na mesma licença.

§ 7.º (...) Não consentirá que Seminarista algum esteja na janela na hora do estudo, ou chegue à porta da rua sem licença do reitor, nem ainda pessoa de fora vague pelo Seminário, ou nelle pernoite sem permissão do Reitor.

§13.º Entre os Collegiaes numerários e porcionistas não haverá diferença alguma, a exceção do que é declarado nestes Estatutos, por que he muito conveniente toda a igualdade entre irmaons, que vivem em uma caza pia, vestidos dos mesmo uniformes, recebendo as mesmas licoens, e debaixo das mesmas leis. Devem reciprocamente amar-se tratando huns aos outros com urbanidade, e por seos próprios nomes (...).

Fonte: SILVA, D. Francisco de Paula. **Apontamentos para a História Eclesiástica do Maranhão**. Bahia:

Typographia de São Francisco, 1922.

A instituição poderia ser didaticamente dividida em duas categorias de agentes: os que a organizavam e os que passavam pelo processo de socialização. Aos agentes encarregados da organização da instituição caberia a função de vigiar constantemente o seminarista, a fim de que suas ações e modos de pensamento estivessem próximos do ideal de sacerdote definido institucionalmente (§1.º). Objetivava-se a uniformização das condutas, suprimindo e/ou diluindo as dimensões próprias da individualidade. Requisitava-se o espírito de sacrifício, a obediência, a humildade, a submissão aos superiores, a piedade e a pureza (§2.º).

O primeiro passo importante consistia, à semelhança do que observara Louis Pinto (1996) para a instituição militar francesa, na tentativa de estabelecer rupturas com o meio de origem dos seminaristas, expondo-os às regras, costumes e valores da instituição, pelo maior período de tempo possível, assinalando um rompimento com as demais alternativas de vida social e profissional. Restringia-se, o máximo possível, mesmo o reencontro e permanência junto aos familiares durante o período das férias. Da mesma forma, havia uma preocupação em separá-los em relação à própria vida social (§ 4.º; 5.º e 7.º).

As disposições arquitetônicas dos seminários deveriam favorecer a segregação, da mesma forma que a ordem. A utilização de castigos corporais também eram bastante comuns, visando assegurar a ordem e a disciplina. A formação era também alicerçada através da utilização de instrumentos de temor, considerados indispensáveis para garantir o pleno aproveitamento dos alunos na vida intelectual e espiritual. Essas *técnicas disciplinares* (FOUCAULT, 1987) serviriam tanto como auxílio a disciplina colegial, corroborando na constituição corpórea e espiritual de humildade e obediência.

A disposição dos objetos, as paredes, salas e corredores, os crucifixos, imagens e quadros distribuídos no espaço, tudo deveria estar associado a um ambiente de espiritualidade, de vinculação com o mundo espiritual. As orações freqüentes, repetidas desde cedo até a noite deveriam lembrar aos candidatos que o tempo não lhes pertencia, lição essa que lembra a experiência literária do seminarista do romance de Bernardo Guimarães; “contudo aquele filho do sertão, acostumado a percorrer livre como o veado os campos e bosques da fazenda paterna, não pode a princípio deixar de estranhar a severa reclusão e imprescritível regularidade daquela vida monótona e compassada do seminário” (GUIMARÃES, 1986, p. 31).

Todos e tudo deveriam ser imbuídos de uma concepção espiritualizante da existência que tende a eufemizar os efeitos violentos da *inculcação de um arbitrário cultural* (BOURDIEU, 1978), travestido ao fim e ao cabo como uma espécie de progresso espiritual traduzido pela aprendizagem necessária de uma forma de falar, de postar-se, de dialogar,

enfim, de adquirir um corpo de saberes produzidos e acumulados pelo trabalho de profissionais do passado e do presente e dominar uma certa linguagem e uma certa retórica indispensável na relação com os leigos.

O *seminário de Nossa Senhora das Mercês*, por outro lado, fora criado através do Decreto Imperial n.º 3.073/1863, que uniformizou o ensino religioso no país. Logo se tornaria “famoso como instituto de humanidades”, aberto à comunidade, isso para que o de Santo Antônio, como Seminário maior, ficasse direcionado exclusivamente à formação do sacerdócio. O seminário menor consistia em um “estabelecimento de educação e instrução destinado a dar à mocidade o conhecimento dos estudos preparatórios” para os exames superiores (MARQUES, 1970, p. 88).

A criação de estabelecimentos de ensino como o Seminário de Nossa Senhora das Mercês - mas também de colégios como os de Santa Thereza e de Nossa Senhora d’Anunciação e Remédios (MARQUES, 1970, p. 93) - a julgar pelo grande número de alunos demonstrado apontado nos Relatórios de Presidente de Província do período²⁶, evidencia como o investimento no mercado de ensino foi-se tornando uma das estratégias centrais dos empreendimentos eclesiásticos no período, o que sem dúvida estava ligado à existência de um sistema escolar precário, como o que ainda caracterizava a instrução pública naquele período (CABRAL, 1984).

Nessas condições, como observara Sérgio Miceli (1988), na medida em que a Igreja oferecia condições para uma formação prolongada - a preços módicos - assim como alternativas de carreira no interior da organização eclesiástica, o ensino fornecido nesses espaços podia apresentar-se como especialmente atrativo para os indivíduos excluídos das possibilidades de realizar cursos em faculdades superiores ou estrangeiras. Essa era uma das razões pelas quais os seminários não tenham sido somente centros de atração e formação do pessoal religioso, mas funcionassem também como colégios particulares, constituindo o papel tanto de colégios internos para os herdeiros das elites, como também de uma espécie de refúgio gratuito para rebentos de famílias de origens sociais modestas. Em vista disso, o afluxo de alunos nessas instituições, fazia concentrar em um mesmo espaço agentes de origens sociais bastante diversas.

²⁶ César Augusto Marques (1970, p. 517) também evidencia esta assertiva ao afirmar, ao período, que “Em breve povoou-se este edifício de jovens ávidos de saber, e muitos paes de família, cheios de confiança, vieram entregar seus filhos aos cuidados do Seminário (...) Dotado como é de dormitórios, sala d’aulas, de estudos, rouparia, refeitório, de proporções vastíssimas, admite avultado número que poderá ser elevado quando se concluíam as obras projetadas, que fecharão em quadro o edifício”.

A tentativa simultânea de impulsionar a produção vocacional e atender aos anseios de públicos diversos intervinha na constituição de um programa de disciplinas bastante diversificado e próximo das instituições laicas encarregadas de instruir e educar naquele período²⁷ (sobretudo se for levado em conta que, no chamado Bispado do Maranhão, o ensino religioso perpassava então todos os principais centros de educação da elite regional). O plano de curso elaborado para o seminário menor envolvia uma gradação e divisão precisas das matérias, assentando a formação na importância das Letras Humanas como base para o conhecimento, como se pode inferir da descrição realizada por César Augusto César Marques acerca das matérias lecionadas:

Os cursos do pequeno seminário dividem-se em dois: Primário e Secundário. Aquele perfaz-se em dois anos e este em seis; em todos esses cursos lecionam-se as seguintes matérias assim classificadas:

Curso Primário – 1.º ano. O ensino de ler e escrever a Língua Portuguesa e contar até quatro operações aritméticas por números inteiros; rudimentos de gramática portuguesa e doutrina cristã.

2.º ano. O ensino desenvolvido de Gramática Portuguesa, de Caligrafia complementar, de Desenho Linear e de aritmética até proporções; rudimentos de História Pátria e de geografia; elementos de História Sagrada; análise gramatical dos clássicos e Doutrina Cristã.

Curso Secundário – 3.º ano. Rudimentos de Gramática Latina, versão de prosa, composição, Gramática francesa, aula de Religião.

4.º ano. Versão de clássicos latinos prosadores, composição; versão de clássicos latinos prosadores, composição; versão de clássicos franceses e prosadores, composição; Gramática inglesa, versão de prosa, composição.

5.º ano. Versão dos clássicos franceses prosadores, composição; versão dos clássicos latinos prosadores e poetas, composição. Aulas de Religião.

6.º ano. Versão dos clássicos latinos prosadores e poetas. Composição. Aulas de Religião, Geografia Física, histórica e astronômica. História Univesal. Aritimética. Álgebra, Geometria e Trigonometria.

7.º ano. Filosofia Racional e moral, retórica e poética com análise dos clássicos, História Geral e do Brasil, Gramática filosófica da Língua Portuguesa. Aula de Religião.

8.º ano. Alemão, grego e outras matérias. (MARQUES, 1970, 517).

²⁷ A tese de que o ambiente de reprodução intelectual do corpo religioso no bispado do Maranhão fosse, em si, pouco diferenciado dos do mundo leigo, fora defendida primeiramente por Angel Veiga Rodrigues (1982). Conforme o referido autor, haviam afinidades visíveis entre as instituições públicas, privadas e confessionais, sobretudo quanto aos métodos e conteúdos no período. Desde a sua fundação, o seminário de Santo Antônio, tanto em seu aspecto material, quanto no que se refere ao sistema de estudos implantado, introduzia a comunidade clerical em formação no “burburinho de idéias novas” que “começava a tingir, cada vez com maior intensidade, a paisagem espiritual da cidade”, as quais eram severamente condenadas pelas diretrizes pontificias em voga. As tendências racionalistas defendidas pelos filósofos da ilustração encontrariam no ensino produzido pelo seminário um meio eficaz de divulgação: “Com a atuação do Seminário Santo Antônio, essa filosofia [das Luzes] ganhou apenas em intensidade e extensão dentro do setor clerical” (RODRIGUEZ, 1982, p. 28). Necessita-se de mais pesquisas a esse respeito, mas tudo indica que, nessas condições, o modelo de formação eclesial que vigorava no Maranhão durante todo o século XIX era o chamado “iluminista”. Orientador educacional e cultural, e incentivador das novas aquisições científicas, durante muito tempo o sacerdote formado nos seminários do maranhão deveria ser então, como definiu Riolando Azzi para o pároco iluminista (1992, p. 40), “homem totalmente aberto às novas perspectivas da cultura moderna, imbuído das idéias filosóficas e da ciência, e transformado em seguida em importante guia e orientador do povo, a fim de que este, sob sua direção, pudesse também começar a trilhar os novos caminhos do progresso humano”.

Na avaliação do mesmo autor, a “modicidade da pensão anual era um poderoso incentivo a concorrência pública”, oferecendo condições para os pais que, de pequena fortuna, não poderiam fazer os seus filhos freqüentarem os colégios mais custosos. O pequeno seminário tinha como finalidade, preparar os “jovens nacionaes e estrangeiros que pretenderem receber uma instrução científica, religiosa e moral, habilitando-os para cursarem as aulas superiores” e prestando “um ótimo serviço ao Paiz e à diocese” (PACHECO, 1969, p. 290.291).

Os alunos eram divididos em categorias de “pensionistas, meio-pensionistas, externos e numerários” (PACHECO, 1969). Eram obrigados a freqüentar as aulas, e ter bom comportamento moral, religioso e civil; estimar os companheiros e, sobretudo, respeitar e obedecer aos seus superiores. Aos professores, reitores e todos os encarregados da direção do estabelecimento, recomendava-se a vigilância constante com relação à “promiscuidade”, havendo inclusive prescrições atinentes à hierarquia dos castigos.

Aos diretores e professores caberia adotar uma postura notável e inteligível, favorecendo o reconhecimento deles como “verdadeiros modelos” para que os alunos “se inspirem na virtude e amem o saber, aprendendo antes de tudo o temor de Deus” (PACHECO, 1969). A ocupação das funções de professor, de “lente”, como era chamada, deveria ser realizada mediante concurso precedido de edital (o que não ocorria com frequência). Nomeados então pelos diocesanos, os vencimentos eram percebidos pelo Governo Geral e/ou Provincial.

1.2.2 As mudanças no padrão de recrutamento e a crise dos seminários.

Um dos aspectos mais notórios no conjunto de modificações tendentes a operar mudanças nos padrões de formação eclesiásticos consistiu no estabelecimento da obrigatoriedade de que o candidato ao sacerdócio tivesse freqüentado um seminário para que se pudesse ordenar. A partir de então, o seminário episcopal adquiria centralidade dentro dos procedimentos de acesso à instituição; objetivava-se na estrutura, nos compêndios e livros, nas concepções, o peso de sua própria história (BOURDIEU, 2007, p. 82). A vinculação entre o exercício da função eclesiástica, a nível regional, e a formação promovida pelo Seminário foi operada durante o Bispado de Dom Manuel Joaquim da Silveira (1851-1861):

Faz Público que, havendo na Diocese um Seminário, onde se devem preparar os Obreiros da Vinha do Senhor, não ordenará nenhum Aspirante ao estado Sacerdotal, sem que mostre por documentos authenticos ter cursado todas as

Aulas do referido Seminário e ter merecido aprovação plena nos exames finais das disciplinas, que nelle se ensinão. E quanto àqueles, que tiverem estudado preparatórios em outra parte, poderão ser admitidos, fazendo os respectivos exames no Seminário, e sendo aprovados plenamente. (O ECLESIÁSTICO APUD PACHECO, 1969, p. 185).

A constatação de que essa alteração era significativa deriva do fato de que, até então, bastava que o candidato ao sacerdócio adquirisse conhecimentos de forma “particular”, através de um padre que lhe ensinasse, por exemplo, para poder sujeitar-se aos exames requisitados para acesso ao corpo eclesial. Esta situação combinava-se, ainda, ao fato de que não parecia haver muitas exigências para a ordenação sacerdotal no que tange aos exames realizados.

Concomitantemente a essas modificações, passa-se a observar a adoção de uma postura mais rígida quanto à disciplina formativa do clero. Por exemplo, em resposta ao ofício encaminhado pelo bispo diocesano, o reitor do Seminário ao período, Padre Manoel Pedro Soares, lamentava que os estatutos disciplinares não pudessem ser fielmente observados, principalmente na parte disciplinar, especialmente pela carência de “prefeitos ou eclesiásticos” aptos para tanto. Desde então, fora constante a preocupação com a normatização das atividades dos professores, especialmente com relação aos seus horários e à sua disciplina²⁸.

Em paralelo, outra alteração importante residiu na integração sistemática dos anos de formação no curso teológico às sucessões de “ordens” pelas quais os postulantes deveriam passar até chegar à ordenação (o processo de aquisição dessas ordens será discutido à frente). A proposta surgiu por volta de 1864, como iniciativa dos integrantes da “congregação do seminário de Santo Antônio”, órgão composto pelos professores (lentes), reitores e/ou vice-reitores responsáveis por auxiliar na gestão da instituição. A proposta implicava na organização do curso teológico em três anos, afim de que correspondesse exatamente ao período necessário para obtenção de todas as chamadas “ordens sacras”. Como cada passagem dependia da aprovação em exames específicos, alinharam-se as disciplinas aos diferentes conhecimentos requisitados período a período, culminando, no final do ano, nas sobreditas avaliações, como segue:

Se o curso theológico, como propõe a congregação for dividido em 03 annos, a imitação do que se pratica nos seminários europeus, e em observância das disposições do sagrado concilio tridentino, achava útil a

²⁸ Esta tendência poderá ser observada em vários dos ofícios dos reitores dos seminários ao Bispo Diocesano. A este respeito, Cf.: Arquivo Público do Estado do Maranhão, Acervo da Arquidiocese do Maranhão, Setor de Códices, LIVROS de correspondência recebida pelo governador do Bispado dos Seminários de Santo Antônio e Mercês.

distribuição das ordens aos aspirantes do sacerdócio per annum; e assim que tivesse completado o curso de humanidades, e viesse para este seminário recebesse, mediante um breve exame, os quatro grãos das ordens menores como iniciação ao mesmo sacerdócio. O que tivesse obtido aprovação plena no 1º ano theológico, mediante também um exame peculiar, recebesse o subdiaconado; o que tivesse obtido a mesma aprovação no 2º ano, sob as mesmas regras, recebesse o diaconado; e finalmente, o que prestasse exame do 3º ano, e mediante um exame rigoroso, recebesse o presbyterado (APEM, Setor de Códice - Livro de Registro de Correspondência recebida do Seminário do Santo Antônio e Nossa Senhora das Mercês, 1862-1866, n.º 276).

Desde então, quando ocorria o processo de habilitação sacerdotal, sempre se requisitavam informações ao reitor do seminário sobre a conduta do postulante e, não raro, os títulos de aprovação plena nas disciplinas eram utilizados como atestados da “capacidade moral” e “intelectual” do futuro sacerdote. Os “autos de ordenação”, que consistiam em procedimentos comprobatórios da realização da habilitação, estão repletos de ofícios e comunicados dos “lentes” e “reitores” sobre o agente em questão, justamente com essa finalidade.

As correspondências mantidas entre os reitores dos seminários e o bispo estão perpassadas então pelas tentativas cada vez mais freqüentes de dotar o seminário como um espaço religioso separado do mundo externo e composto de uma estrutura espacial e temporal que favorecesse o trabalho de inculcação religiosa²⁹. Temporalidade distinta, litúrgica, controlada, e maior governo não somente dos horários dos jovens seminaristas, como também dos professores (todos os envolvidos no referido processo), representa o perfil das transformações sofridas e aprofundadas, especialmente pelo Seminário Maior, durante toda a segunda metade do século XIX.

Investia-se no controle das atividades dos seminaristas não somente no ambiente interno. Exemplo emblemático dessas orientações foi a normativa disciplinar elaborada pelo Bispo D. Manoel Joaquim da Silveira (1852-1861) para os seminaristas e que ilustra o objetivo de internalizar modelos de conduta, normas e regras através de dispositivos que normalizassem o clero de forma mais sistemática.

Para evitarem-se escândalos que desgraçadamente se vão dando a respeito dos seminaristas, recomendo muito ao Revmo. Chantre Manoel Pedro Soares, Reitor do Seminário:

- 1.º Não permita seminarista algum sair do Seminário após as Ave Marias;
- 2.º Não lhe permita passar dia e noite fora do Seminário, senão em casa de sua família, não se tomando correspondente por família;

²⁹ A este respeito, consultar os Livros de Registro de Correspondência recebida do Seminário do Santo Antônio e Nossa Senhora das Mercês, Setor de Códices, números: 276 (1862-1866); 277 (1865-1869); 278 (1868-1873) e 279 (1874-1875).

3.º Só as quintas-feiras e dias santos saiam em comunidade a passear, acompanhados pelo Vice-Reitor ou por seminarista de confiança, permissão extensiva às festas do arraial, contanto que se recolham ao Seminário logo depois das oito horas da noite. Assim se cumpra. (PACHECO, 1969, p. 278).

Tornaram-se também mais freqüentes as censuras à postura dos postulantes ao sacerdócio, e qualquer informação que depusesse contra as suas “vocações” era motivo de severas admoestações. A promoção do regime de internato combinava-se então com a vigilância também acerca das visitas dos seminaristas aos seus familiares e às amizades e condutas desaprovadas que chegavam aos ouvidos dos responsáveis pela condução dessas instituições.

Ofício do Reitor do Seminário diocesano

Tendo sido informado por pessoas fidedignas que o seminarista José Maurício Lustosa que, licenciado por mim, está passando as férias fora deste seminário; usa cores proibidas aos eclesiásticos e impróprios d’elle que tendo completado o seu curso theológico, trata de ordenar-se, crescendo, usar o mesmo seminarista também de grandes barbas, vulgo, passa piolho, ordenei-lhe pelo porteiro deste estabelecimento que voltasse para o seminário visto ter tam reprovado procedimento, que muito depõem contra a sua verdadeira vocação para o estado sacerdotal. Tive em resposta a derespitada carta que tenho a honra de passar as mãos de V. Ex^a Rma para que se digne providenciar como entender em sua alta sabedoria.

Deus Guarde a V. Ex^a Rma.

Seminário Episcopal de Santo Antonio em Maranhão, 2 de janeiro de 1866

Exma. Rmo Dom Luiz da Conceição Saraiva

Digmo. Bispo Diocesano

Cônego Maurício Fernando Alvez

Reitor do Seminário

Fonte: APEM, Setor de Códice - Livro de Registro de Correspondência recebida do Seminário do Santo Antônio e Nossa Senhora das Mercês, 1862-1866, n.º 276

No seminário menor, como também assinalara Charles Suaud (1976) para outro contexto, esse trabalho assumia a feição de uma jornada de atividades profanas de estudo, pontuada por marcações religiosas. A alternância entre os estudos e a oração denotava a preocupação com o controle do tempo e a abolição, na consciência dos alunos, das diferenças entre as atividades profanas e sacras, principio fundamental de uma “leitura religiosa” do universo social.

O seminário também deveria introduzir uma maneira religiosa de viver o tempo dos estudos, adotando, por exemplo, manuais produzidos por religiosos ou atinentes aos temas de história da Igreja. Para que a empresa de investimento na produção vocacional mostrasse mais resultados, introduziam-se também novas táticas: a partir de 1869 instituíram-se premiações

para os alunos que mais se destacavam nas disciplinas cursadas no Seminário das Mercês, as quais estavam ligadas à avaliação dos “lentes” das disciplinas, e à identificação de outros sinais como “obediência”, “disciplina” e “aplicação”. Poucos alunos chegaram a ser encaminhados para o seminário de Santo Antônio, no entanto. Entre aqueles que passaram pelo Seminário das Mercês e chegaram a ser ordenados (Condurú Pacheco menciona apenas 03), todos eles viram a receber tais premiações – sinais públicos de sua “qualificação” para a função.

Eram freqüentes, no entanto, as desistências ao longo do ano letivo, seja por que esse fosse um momento crucial dentre as escolhas de profissionalização, seja pelas próprias condições de manutenção e permanência na instituição – alguns dos quais com débitos acumulando-se, como se pode observar nos relatórios de dívidas produzidas pela instituição. Muitos são os ofícios em que se comunica ao bispo a evasão dos alunos, a exemplo do ofício de 16 de janeiro de 1866, em que o reitor do seminário das mercês assevera que “Durante o ano lectivo grande parte desses alumnos abandonarão o seminário por diferentes causas: ou por deficiência de meios para seguirem estudos superiores, ou para dedicarem-se a profissões diversas”³⁰. Nessas condições, entre os alunos com menores recursos, estavam em melhores condições aqueles que tinham seus gastos pagos pelo Governo Provincial (quer no Maior, quer no menor).

Em um contexto caracterizado pela diversificação das atividades e dos âmbitos de formação, com o surto de instrução que caracterizara as décadas de 60 a 90 do século XIX (PACHECO, 1969), o regime de disciplina e formação do seminário menor e de enclausuramento do maior, derivava sua especificidade então pela tentativa de traduzir o trabalho de enquadramento religioso como uma espécie de ato de nomeação oficial que contribuía fortemente para determinar o pertencimento a uma identidade instituída/instituidora. Assim, o aprendizado da profissão deveria realizar-se pela incorporação da memória coletiva e a disposição para o aprendizado e aplicação das regras.

Contudo, tal empreendimento não deixava de ser contestado ou entrar em concorrência com outras lógicas. Coetâneo ao aprofundamento da rigidez dos seminários parece ter havido uma perda do status e de legitimidade do ensino promovido por essas instituições, expressa pela diminuição progressiva dos seus efetivos, quer de alunos, quer de professores.

O seminário de Nossa Senhora das Mercês, que havia se destacado pela quantidade de alunos que chegara a ter, tivera diminuído progressivamente o número de seus efetivos, até

³⁰ Cf.: Livro de Registro de Correspondência recebida do Seminário do Santo Antônio e Nossa Senhora das Mercês, Setor de Códices, n.º 276 (1862-1866).

que se extinguiu por volta de 1897. O Seminário de Santo Antônio teve um trajeto semelhante, apresentando também uma baixa progressiva no número dos seus ingressantes, até que fora entregue à administração do “padre Boson” e alguns companheiros seus (PACHECO, 1969). Para tanto, foi estabelecido um contrato entre o bispo D. Antônio Candido Alvarenga e os mesmos, cujas cláusulas estabeleciam que:

- 1 – fica entregue aos ditos sacerdotes a direção espiritual, literária e temporal dos estudos preparatórios e de teologia;
- 2) também a administração da igreja anexa;
- 3) além da renda do patrimônio, a diocese contribuirá anualmente com dois contos de réis;
- 4) a diocese pagará a mesma pensão dos demais pelos alunos que a caixa puder manter, ficando a diretoria a possibilidade de aceitar gratuitamente alguns moços pobres, de vocação decidida;
- 5) o Bispo Diocesano aprovará os compendios a serem admitidos em ambos os cursos;
- 6) no caso de rescisão do contrato, a diocese não fica obrigada a indenização alguma pelos melhoramentos feitos no edifício, nem responsável pelas dívidas a pagar” (PACHECO, 1969, p. 439.440).

Pode-se afirmar, em primeiro lugar, que essa crise de recrutamento dos seminários esteve associada ao fato de que esse sistema de formação sacerdotal estava longe de dispor dos recursos e meios coercitivos necessários para preservar e afirmar as suas próprias condições de reprodução. Isto se tornou particularmente evidente pela simultaneidade dessa crise com a perda do patrocínio provincial (tanto para pagamento de professores, quanto para manutenção de pensionistas) e aos óbices interpostos durante todo o período, para o desenvolvimento do ensino confessional pelo Estado (MICELI, 1988). Em outros termos, essa crise de reprodução do clero esteve estritamente relacionada às vicissitudes frente à criação de uma moldura institucional que estivesse em condições de garantir a autonomia material e financeira dessas instituições, já que não poderia mais contar com os subsídios estatais.

Além disso, é provável que ela estivesse relacionada ainda aos efeitos dos litígios existentes entre os religiosos responsáveis pelas duas instituições em questão. Conforme Condurú Pacheco (1969), havia uma certa disputa entre os padres do Seminário de Santo Antônio e os padres das Mercês. Essas disputas estavam relacionadas a um confronto de concepções acerca da formação sacerdotal: o seminário menor era mais adepto das concepções filosóficas em voga e o maior, mais conservador e seguidor das diretrizes normativas da instituição (SILVA, 1922; MEIRELLES, 1977). Qualquer que fosse a natureza dessa disputa, no entanto, a intervenção do bispo repercutiu em severas repreensões dadas aos professores do seminário menor, o que parece ter favorecido um forte êxodo de sacerdotes no

período: “Foram indo, uns após os outros, clareando as fileiras do clero, que já não eram tão densas”. No bispado de Dom Antônio Candido Alvarenga, último do período focado, nada menos que dez sacerdotes emigraram para outras dioceses, especialmente Sebastianópolis (PACHECO, 1969, p. 397), a maior parte dos quais, como se poderia inferir, eram professores do “pequeno seminário”. A saída de sacerdotes responsáveis pelo “disciplinamento docente” pode ter criado então sérios problemas à própria reprodução institucional, seguindo e aprofundando a tendência de diminuição progressiva de sacerdotes no bispado, inclusive nos postos mais cobiçados de direção educacional.

O desajuste entre a legitimidade do ensino produzido por essas instituições, o tipo de iniciação a que se destinavam e as demandas de uma gama heterogênea de leigos, não devem ser explicadas apenas por dimensões intra-institucionais. Ao que tudo indica, elas estiveram associadas também às transformações na própria posição da instituição frente às demais, devido em boa parte às alterações em sua relação com o Estado, bem como à afirmação de outras opções de carreira para os segmentos sociais em questão. Nesse ponto, entretanto, a análise deveria ser combinada com um trabalho mais amplo para localizar a opção por esta ou aquela profissão em relação a um conjunto de valores ou trajetórias disponíveis aos próprios agentes, o que não se apresenta senão como uma meta no estágio das pesquisas locais a esse respeito.

1.2.3 A passagem pelos seminários como “divisor de águas”.

A análise do modo de funcionamento dessas instituições reforça aspectos já apontados por outros pesquisadores (MICELI, 1988; SEIDL, 2003; 2008). O período de formação eclesial pelo qual deveria passar o postulante ao sacerdócio servia como uma espécie de “divisor de águas” ao familiarizar os ingressantes com as alternativas de carreira clerical e as posições de força no próprio interior da organização.

Durante esse período, os seminaristas vão aos poucos se dando conta das estratégias de enquadramento, mais ou menos dissimuladas conforme o prestígio e autoridade dos lentes, do diretor espiritual, dos reitores, mediante as quais os mentores da organização buscam ajustar as expectativas de trabalho de seus pupilos às posições em aberto na divisão do trabalho religioso (MICELI, 1988, p. 115)

O período de formação consubstancia, portanto, a oportunidade de inteiração com o mercado de trabalho religioso e as oportunidades internas à instituição oferecendo o “espaço institucional adequado ao discernimento das clivagens de interesse, ao confronto de

pretensões, à barganha dos trunfos e à opção pelos partidos e patronos eclesiásticos” (MICELI, 1988, p. 116).

Os seminários de Santo Antônio e de Nossa Senhora das Mercês caracterizavam-se pela existência de um número restrito de agentes e pela interação dos mesmos em todos os domínios da existência; domínios que no exterior seriam vividos em espaços e com agentes distintos. Dessa proximidade, que tendia a restringir as alternativas de realização de coalizações individuais aos limites institucionais, resultava a realização de inúmeros contatos e relações de proximidade que tendiam a se espraiar em âmbito tanto interno quanto externo – viabilizando, em momentos oportunos, a invocação do “velho contato”, da “velha amizade” (SEIDL, 2008).

Fazendo as crianças e postulantes ao sacerdócio viverem em um mesmo ambiente moral que as envolvessem, o objetivo levado a cabo através dessas instituições consistia em promover uma ruptura destas com o mundo exterior e seus valores exógenos, rompendo os laços com os familiares e distanciando-as das alternativas de vida social e profissional diferentes da carreira eclesiástica. A adoção de horários rígidos para os estudos, aulas, orações, estava associada, em uma e outra instituição, à tentativa de rompimento e reafirmação da quebra de laços com a ordem temporal.

O currículo, a orientação doutrinária, a bibliografia e o regime disciplinar deveriam, então, tocar por dentro e por fora aqueles que ainda não estivessem decididos e servir de reforço àqueles que já tinham como expectativa tal encaminhamento. O contato com boa parte das autoridades diocesanas, as quais também atuavam como professores nos seminários, deveria inspirar nesses jovens o desejo de também se tornarem sacerdotes e gozarem do prestígio associado à função. Simultaneamente, os seminaristas davam-se conta que o tipo de trajetória docente e intelectual poderia constituir uma das principais vias de acesso aos altos escalões.

A tentativa de enfraquecer progressivamente os vínculos dos agentes ingressantes com a família e grupos originários, deveria ocorrer então de maneira paralela à modificação do comportamento e nas características dos seminaristas, produzindo a assimilação e adesão aos valores do grupo. O meio necessário para tanto consistia não somente em fazer os postulantes viverem em um mesmo ambiente moral que os envolvesse em toda parte, como também que não ocorressem variações no conjunto de influências exercidas, a fim de que não se dispersassem em sentidos divergentes, concentrando-se energicamente para um mesmo fim. Dessa forma, os seminários estariam em condições de converter os agentes em funcionários, membros de um universo profissional dotado de um sentimento de comunidade.

Em suma, na medida em que os seminários adquiriam centralidade entre os instrumentos de reprodução institucional, fundamentava-se a importância do trabalho de enquadramento propriamente religioso e, em certo sentido, criavam-se as condições para que o seminário funcionasse como uma verdadeira instituição total, no sentido que lhe dá Erving Goffman (2001). Assim, a passagem pelos seminários constituía-se então como meio necessário para posse dos instrumentos e competências valorizados em âmbito eclesial. Através dessa passagem, operava-se um conjunto de inumeráveis atos de seleção levados a cabo pelos agentes oficialmente encarregados das funções de direção intelectual dessas instituições. A orientação diferencial dos seminaristas segundo rendimentos diferenciais nos estudos, segundo o grau de proximidade de certas autoridades e conforme as suas diferenças preexistentes dão conta do mecanismo propriamente institucional que, sem resultar de uma intenção conscientemente organizada, tendia à reprodução da estrutura das probabilidades objetivas dos futuros sacerdotes.

Nesse sentido, a formação seminarística não produzia somente um corpo de profissionais distintos do mundo e responsáveis pela administração e defesa do monopólio dos bens de salvação (BOURDIEU, 1996), ela também estava no princípio da divisão do trabalho religioso internamente à própria instituição, seja no que concerne à carreira, à remuneração e aos deveres profissionais. Quer dizer, o trabalho de enquadramento sacerdotal não se assentava unicamente na inculcação do arbitrário profissional como também tendia a produzir um ajustamento dos agentes aos princípios de divisão e hierarquização do próprio espaço eclesial. Produzindo uma “comunidade instituída” por um trabalho contínuo de (re)classificações, essas instituições eram então o espaço e o meio pelos quais se tentava definir o *universos dos possíveis* dos agentes, regulavam-se as correspondências entre esperanças e oportunidades, direcionando os investimentos para as posições dominantes e dominadas, conforme a sua própria estrutura. Alguns desses ritos demarcatórios podem ser visualizados nos processos de habilitação sacerdotal, conforme será demonstrado a seguir.

1.3 O ato de investidura institucional: os processos de habilitação sacerdotal.

A habilitação sacerdotal não é senão o rito de instituição que “santifica”, o ato propriamente “mágico” pelo qual a instituição qualifica, consagra e investe oficialmente a um agente da autoridade para exercício da função. Rito de instituição concebido como momento de passagem do ordenando para o corpo eclesial, e que operava um corte biográfico na vida

dos agentes que a ele se submeteram. Rito de instituição como ato solene que tende a consagrar e a legitimar como natural um limite arbitrário que deveria ser resguardado a qualquer preço (BOURDIEU, 1996, p. 08). Rito de instituição como também o definia Foucault (2006, p. 15), como ato discursivo que instaurava e atribuía a cada qual a sua parte, e que profetizando o futuro, não somente anunciava o que ia passar, mas contribuía para a sua realização, suscitando a adesão dos homens e tramando, assim, o seu próprio destino.

Era através dele que a instituição, através do seu corpo de representantes, operava um processo de formalização que visava acabar com o fluido, o vago, as fronteiras mal traçadas, a fim de produzir divisões claras e santificar cisões nítidas (BOURDIEU, 1996). Nesse sentido, a finalidade dessa seção consiste em discutir esse modo de transferência do sagrado institucional, de investidura simbólica, tendente a justificar o consagrado como ser que literalmente era o que deveria ser. A ordenação do padre é tomada aqui, nas palavras de Pierre Bourdieu (2007), como o meio que permite e impõe ao recipiendário, a um só tempo, tornar-se o que ele é, ou seja, o que ele tem de ser, ao entrar de corpo e alma, em sua função, ou seja, em sua ficção social, ao assumir a imagem ou a essência social que lhe é conferida sob forma de títulos, diplomas, postos ou honrarias, e ao encarná-la enquanto pessoa moral, membro ordinário e extraordinário do grupo, para o qual também contribui a fazer existir dando-lhe uma encarnação exemplar.

1.3.1 O privilégio do foro eclesiástico.

Como se sabe, dado o papel que a autoridade espiritual detinha como uma das principais bases de sustentação da autoridade da coroa, não fora circunstancial a outorgação de foros e privilégios ao segmento religioso da burocracia estatal. O privilégio outorgado pelo padroado régio assegurava que a Igreja funcionaria como auxiliar da coroa e, ao mesmo tempo, transformavam o clero em um ramo do serviço civil. Vale lembrar, o padroado régio assegurava aos monarcas portugueses o simultâneo exercício tanto do governo secular como do religioso, com o direito de cobrança e administração dos dízimos eclesiásticos, a expansão da fé cristã, a construção e manutenção de igrejas e o sustento do clero. Assim, a justiça eclesiástica e a Justiça secular se inter-relacionavam na tarefa de doutrinar a população segundo os ditames de Trento (1545-1563).

Essa situação, no entanto, não deixava de gerar dúvidas quanto a questão da jurisdição e do privilégio dos foros eclesiásticos. Como definiu Carlos Salinas Arandeda (2006), o privilégio do foro eclesiástico implicava no fato de que nenhum tribunal, nem juiz civil,

poderia conhecer as causas criminais, nem ainda as civis, dos clérigos, conhecimento este que era reservado exclusivamente ao juiz eclesiástico. Estes privilégios constavam desde inumeráveis textos canônicos e constituições de príncipes cristãos.

O bispado do Maranhão, que não tinha constituições próprias, regia-se pelas “Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia” publicadas em 1707. Esta obra traduzia, de forma muito evidente, as tendências teológicas do momento específico em que fora criada, e direcionava-se prioritariamente para a normatização das práticas religiosas na sociedade colonial. Baseada nas tradições bíblicas, nas Constituições Portuguesas e nas diretrizes do Concílio Tridentino, as “Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia” deveriam servir, nas palavras do próprio Arcebispo da época, Dom Sebastião Monteiro da Vide, “para o bom governo do Arcebispado, direção dos costumes, extirpação dos vícios e abusos, moderação dos crimes, e recta administração da justiça” (1853, p.XVI).

Conforme o Concilio de Trento, os chamados Sínodos Provinciais³¹ deviam estabelecer, de acordo com a utilidade e costume de cada lugar, o método determinado a eles, o regime referido aos ofícios divinos, os modos de cantá-los e celebrá-los e a maneira estável de concorrer e permanecer no coro. Essas normativas provinciais deixavam, no entanto, um espaço de adequação, ainda que reduzido, às circunstâncias geográficas, inclusive políticas de cada lugar. A princípio, deveriam gozar do privilégio do foro eclesiástico:

- ❖ Os Clérigos, isto é, todos aqueles que em virtude de sua ordenação ou consagração exerciam na Igreja um determinado ofício, jurisdição ou ministério, ainda que fossem ordenados de ordens menores. Além deles, os tonsurados³² e minoristas (ou seja, o clérigo de ordens menores), desde que, conforme o “Concílio de Trento”, cumprissem alguma das seguintes condições: a) que tivessem benefício eclesiástico; b) ou se, usando hábito clerical e tonsura, servissem em alguma igreja por mandato do bispo; c) ou se, com a permissão deste, se instalassem em algum seminário clerical ou em alguma escola ou universidade preparando-se para receber as ordens menores.
- ❖ Os regulares³³ de um e outro sexo, incluindo os conversos e leigos, os professores ou noviços.

³¹ . O Synodo, a semelhança do Concílio, consiste em uma reunião de representantes das diferentes igrejas locais para estipular um consenso ao redor de uma questão de fé ou para tomar decisões de natureza pastoral

³² A palavra tonsura designa duas coisas: que não se traga largo sinal de corte na pele e que se abra e se conserve a pequena coroa circular na parte superior da cabeça. “Como a primeira Tonsura não seja Ordem (tomada estreitamente a Ordem enquanto Sacramento), mas somente uma disposição para as Ordens, pela qual os que a recebem, ficam dedicados à Igreja e denominando-se Clérigos, que vale o mesmo que escolhidos para Deus, não se requer para recebê-lo (como dispõe o sagrado Concilio Tridentino) mais que estar crismado, ter idade de sete anos completos, saber a Doutrina Christã, ler e escrever, e haver, sobre o ordenando, informação que não permita presumir que escolhe o estado clerical para se eximir do foro e jurisdição secular, mas para nelle servir a Deos nosso Senhor em sua Igreja” (VIDE, 1853, Título L, p. 87). Enquanto preparação para as ordens superiores, a primeira tonsura não é, senão, uma cerimônia sagrada pela qual o leigo é confirmado e agregado ao grêmio clerical.

³³ O religioso regular era uma pessoa que, fazendo os três votos de pobreza, castidade e obediência, vive em uma instituição religiosa aprovada pela Igreja. A palavra regular com que se os conhece deriva da regra que professam e que reula o estado de vida religioso que tenham abraçado. Os religiosos podem ser clérigos, por haver recebido o sacramento da ordem, ou não (por exemplo as religiosas), mas, ainda quando não pertençam ao

- ❖ Os terceiros das Ordens regulares e outras personalidades eclesiásticas que vivessem em comunidade, com a licença do Bispo, observando uma regra determinada, sob a obediência de um superior (ARANEDA, 2006).

A fim de evitar os “abusos” decorrentes da procura pela carreira sacerdotal devido às “impunidades”, determinou-se, através do “Concílio de Trento”, que os eclesiásticos de ordens menores e que tivessem recebido tonsura não gozassem de privilégio. As Ordenações Filipinas³⁴ determinaram que os clérigos minoristas responderiam perante as justiças seculares e podiam ser remetido aos Juízo Eclesiástico

Conforme Maria do Carmo Pires (2008), para evitar os transtornos com as jurisdições, as Ordenações do Reino determinaram os casos em que clérigos deviam responder perante as justiças seculares. Se algum clérigo de ordem sacra, religioso ou beneficiado fosse ferido, espancado e injuriado, ainda que verbalmente, as partes poderiam responder perante a Justiça Secular ou Eclesiástica, mas uma vez iniciado o processo em uma dessas instâncias, não poderiam recorrer a outra. O sacrilégio e a excomunhão ocorridos em consequência desse delito ficavam na alçada do Juízo Eclesiástico. Nas resistências e ofensas feitas aos oficiais eclesiásticas e seculares por pessoas leigas, responderiam perante o Juízo Secular. Essa instância poderia prender em flagrante quaisquer clérigos de ordens sacras ou beneficiados para serem entregues aos bispos e seus vigários. Fora do flagrante, só com mandado do prelado. Havendo dúvidas sobre a jurisdição entre juízes eclesiásticos e seculares, recorriam ao Juízo da Coroa.

1.3.2 O processo de habilitação à carreira.

Procurando fazer frente às críticas protestantes a respeito da vida pouco ética do clero, da ilegitimidade da hierarquia eclesial e da ignorância do clero, três aspectos básicos foram fixados desde o Concílio Tridentino como foco para modificações: o perfil do sacerdote ideal, a criação dos seminários e os mecanismos para a ordenação sacerdotal. A respeito dos procedimentos para ordenação, fixou-se através das resoluções tridentinas uma hierarquia de ordens, procurando demarcar cada momento dentro do mecanismo de ordenação sacerdotal.

clero – e sejam, por isso, laicos ou leigos – pertençam sem embargo ao grêmio eclesiástico em razão dos privilégios e direitos de que gozam, entre outros, precisamente, o privilégio do foro (SALINAS ARANEDA, 2006).

³⁴ Publicadas em 1603, as Ordenações Filipinas reafirmavam o poder real ao adotar o Direito romano, confirmando a “predominância do poder civil sobre o eclesiástico”, que era baseado no Direito canônico.

As ordens sacramentais eram divididas em vários graus: *quatro menores e três sacras*. As ordens menores, *Ostiário*³⁵, *Leitor*, *Exorcista*³⁶ e *Acólito*³⁷, eram assim designadas por que os poderes que conferiam não versavam imediatamente sobre objetos consagrados concernentes ao sacrifício, senão sobre os ministérios inferiores relativos ao culto divino. As Sacras, *Subdiácono*, *Diácono* e *Presbítero* (ou sacerdote), eram designadas também de maiores por que conferiam poder imediato em ordem aos objetos sagrados pertencentes ao sacrifício – aqueles que as recebessem estariam irrevogavelmente consagrados ao ministério do altar e obrigados a guardar perpétua castidade (SALINAS ARANEDA, 2006). Como prescrevia-se nas “Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia”:

É este sacramento uma divisa, ou signal espiritual, em que se dá ao ordenado poder para ministrar as funções eclesiásticas conforme ao grau que recebe. Instituiu Christo nosso Senhor este Sacramento, quando sagrou aos Apóstolos Sacerdotes, e Bispos da nova Igreja, que plantava, dando-lhes juntamente poder, e faculdade, para que elles, e seus legítimos sucessores pudessem administrar este Sacramento e ordenar outros Sacerdotes, e mais Ministros Eclesiásticos (VIDE: 1853, Livro I, Título XLIX, p. 85-86).

Definidas no “Concílio de Trento” e detalhadas nas “Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia”, vários ritos deveriam ser seguidos para que fossem admitidos novos membros na corporação eclesiástica. Os aspirantes deveriam passar então por um longo processo de seleções e ritos examinatórios prévios à obtenção de qualquer ordem, desde as menores até as maiores, a fim de que se legitimasse o “esplendor da ordem eclesiástica”. A maior parte das “constituições sinodais” exigia apenas a idade mínima (22 para subdiácono, 23 para diácono e 25 para ordens de missa), ter recebido as quatro ordens menores, saber latim, cantar e pronunciar, ler as horas canônicas no breviário, conhecer os principais mistérios da fé, os sacramentos, as censuras eclesiásticas e ter noções de casos de consciência (MONTEIRO, 2003).

³⁵ (Do lat. = porteiro). Assim se chamava quem guardava a igreja, abria a porta, tocava o sino e fazia o que hoje é feito pelo *sacristão. Antes da reforma litúrgica do Conc. Vat. II, o ostiariado incluía-se nas ordens menores, que foram suprimidas pelo M. P. Ministeria quaedam (15.8.1972). Cf. <http://www.portal.ecclesia.pt/catolicopedia/apresentacao.asp> / acesso 09 de setembro de 2009, 06:30.

³⁶ Ministério do exorcista, incluído anteriormente entre as chamadas “ordens menores” e hoje constituindo um ministério especial reservado (no caso de exorcismo solene) a um presbítero credenciado pelo bispo. Cf. <http://www.portal.ecclesia.pt/catolicopedia/apresentacao.asp> / acesso 08 de setembro de 2009, 13:00.

³⁷ (Do gr. = acompanhante). Ministro leigo instituído para o serviço do altar nas celebrações litúrgicas. O acolitado incluía-se, antes da reforma conciliar, nas chamadas “ordens menores”; hoje é um “ministério litúrgico” laical. O a. instituído é ministro extraordinário da distribuição da Comunhão. A CEP (Decreto de 25.3.1985, cf. Lumen Abr.1985), de acordo com o Código de Direito Canônico, 230, estabeleceu como exigências para a instituição de acólitos (e de *leitores) 25 anos de idade, maturidade, piedade, estima comum e preparação conveniente. Além dos acólitos ritualmente “instituídos”, também hoje assim se chamam outros leigos que servem ao altar. Aos de pouca idade dá-se o nome de *meninos/as de coro. A túnica branca é a veste própria. Cf. <http://www.portal.ecclesia.pt/catolicopedia/apresentacao.asp> / acesso 06 de setembro de 2009, 02:00.

Registrando toda a vida do candidato desde o ponto de vista da Igreja, de sua burocracia, de suas normas e exigências, o processo de habilitação sacerdotal, de ordenação para o sacerdócio, produzia principalmente três tipos de fontes e/ou documentos: os **Autos de Gêner**, os **Autos de Vita et Moribus** (vida e costume) e os **Autos de Patrimônio**. Estes autos eram derivados de inquirições formalizadas, determinadas pelas Constituições Primeiras do Arcebispado, e que, conforme os autos de qualquer processo na justiça atualmente, dão conta do conjunto de procedimentos e documentos necessários para atendimento das prescrições institucionais.

A finalidade precípua dessas investigações era realizar uma espécie de apuramento da limpeza genealógica dos pretendentes ao sacerdócio – não muito diferente daquela que comanda os estatutos de “limpeza de sangue”, tão largamente difundidos por várias instituições ao longo do século XVII (irmandades, governos de municípios, ordens militares, cabidos, benefícios eclesiásticos) - produzindo um efeito distintivo no pertencimento ao corpo em questão (OLIVAL, 2004). Essa era a razão pela qual as “Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia” estabeleciam critérios variados de seleção (24 ao todo) para admissão dos candidatos que desejassem professar as ordens religiosas, e que serviriam de impeditivos para aqueles que não os detivessem (VIDE, 1853, Título LIII, p. 93-94), por exemplo: 1 – Se o Ordenando era batizado e Crismado; 2 – Se era ou foi herege, apóstata da fé católica, filho ou neto de infiéis, hereges, judeus ou mouros; ou que tivessem sido presos e penitenciados pelo Santo Ofício; Se era filho legítimo; Se tinha parte na nação hebréia, ou outra qualquer ‘infecta’; ou de negro ou mulato; Se era escravo e sem licença do seu senhor para se ordenar, etc..

Operacionalmente, antes da época prevista para a ordenação propriamente dita, o candidato deveria submeter-se a um processo canônico de investigação acerca de suas origens e costumes. Estes procedimentos dão origem às séries documentais chamadas de **Genere e Vita et Moribus**. Através deles, os bispados averiguavam se haviam registros de crimes do candidatos, razão pela qual se requisitavam folhas corridas e inquiriam-se várias testemunhas sobre a conduta e o perfil social do postulante (**consultar ANEXO A**). Aprovado pelas autoridades eclesiásticas, depois de ouvidas as testemunhas convocadas, o futuro sacerdote teria de providenciar seu título de patrimônio, transferindo à propriedade eclesiástica um dado montante de capital sob a forma de terras, títulos da dívida pública, ações ou bens imóveis de outra raiz – donde advém os *autos de patrimônio*, no qual também eram inquiridas testemunhas. As diligências com relação ao patrimônio apresentam-se, na realidade, como um critério de exclusão assentado sobre a posse de determinado bem, uma vez que, mesmo

comprovados os “bons costumes, provada sciencia e idade competente”, nenhum clérigo secular seria admitido sem que estivesse de posse pacífica de um Benefício, Pensão ou Patrimônio (MICELI, 1988; MONTEIRO, 2003; DURÃES, 2003).

Não obstante, havia alternativas administrativas que funcionavam como vias de acesso ao clero na hipótese dos agentes não estarem em condições de corresponder plenamente às prescrições institucionais. Fazer as habilitações não significava então atender a todos os pré-requisitos formalizados nos códigos canônicos. A segregação dos candidatos tendia a variar, caso a caso, indicando que não havia uma coincidência puramente linear entre os critérios estatuídos formalmente e os tacitamente reconhecidos e empregados. Em outras palavras, não havia exatamente uma antinomia entre o código e a aplicação, senão uma espécie de abertura que dependia também dos interesses dos próprios representantes institucionais.

Nas habilitações de gênero, por exemplo, tem-se observado a recorrência da verificação de impedimentos *ex-defectum natalium* entre os investigados. A dita “filiação ilegítima” era a principal causa desse impedimento, constituindo um óbice ao acesso de determinadas posições na hierarquia, o que requisitava do postulante a solicitação de dispensa do mesmo (OLIVEIRA, 2008). Apesar de não conhecer-se nenhum caso de postulante ao sacerdócio que tenha sido reprovado em razão da sua “limpeza de sangue”, e que fossem se tornando cada vez mais frequentes essas dispensas, isso não significava sua relativização plena. Havia pelo menos uma aparência de rigor no que tange a essas investigações, o que não deixava de ser assimilado pelos candidatos.

Valeria a pena recordar, conforme já o fizera Nuno Gonçalves Monteiro em outro contexto (2003), que alguns candidatos que concorriam a postos eclesiásticos, apontavam como um dos atributos curriculares o fato de não terem sido “dispensados” nas suas habilitações. O caso de Carlos D’Amour é nesse sentido emblemático: maranhense, nascido em 1836, ordenado em 1860 e beneficiado da Sé em 1861, teve como seu protetor o bispo Dom Manoel Joaquim da Silveira (1852-1861), o qual o teria levado para a Bahia como secretário particular. Sem alongar-se sobre o efeito que essa amizade teve na ocupação de diversos postos, o fato é que, assim que fora indicado pela princesa regente, D. Isabel, para o episcopado brasileiro dirigiu um carta ao Vaticano declarando-se indigno ao alto cargo, em vista de não ter doutorado em Teologia e pelo fato de que seu nascimento fora irregular (*ex defectum natalium*). Isto, como assinalava:

Sem embargo de ser o mais indigno dos sacerdotes e sem méritos pessoais, dignou-se a Sereníssima Princesa Imperial, que se encontra na Regência do Império, apresentar a Vossa Santidade minha humilde pessoa para reger a diocese de Cuiabá, vaga pelo falecimento do seu digno prelado o venerado

bispo dom José Antônio dos Reis (COMETTI, 2002, p. 132; COUTINHO, 2005, p. 301).

No Bispado do Maranhão, ao longo da segunda metade do século XIX, sabe-se que 07 (sete) agentes apresentaram os chamados “defeitos de origem”, em geral fruto de uniões não santificadas pela Igreja³⁸. Ainda que seja necessário estender a pesquisa para outros períodos, historicamente parece haver exceções na aplicação desses parâmetros, fenômeno também observado no modo de funcionamento dessas habilitações para outras instituições (OLIVAL, 2004).

Dado o fato de que os inquiridos eram dispendiosos, as investigações de “gêneres” em todas as localidades pelas quais tivesse passado o clérigo e/ou seus pais também poderiam ser objeto de dispensa. Nesse caso, os pretendentes poderiam solicitar a realização das mesmas com “pátria-comum” - na localidade de origem ou mesmo na sede do bispado, onde alguns residiam, conforme se pode apreender também na solicitação feita pelo seminarista José de Araújo Galvão³⁹ em 1861, abaixo. Esses pedidos nem sempre obtinham resposta afirmativa. Da mesma forma, especialmente para os “alunos internos” ao seminário de Santo Antônio, era possível solicitar dispensas dos processos de “vita et moribus”, bastando para isso apresentar um atestado do reitor do seminário ou mesmo de um sacerdote que o tenha acompanhado e que pudesse depor a favor de sua “honradez” e “obediência”, a exemplo da solicitação realizada por Candido Marinho de Oliveira⁴⁰ em 1872:

(...) tendo sido admittido por a fazer a sua inquirição de Genere para o fim de se ordenar de Ordens Menores e sacras até presbyterado incluso, attentos as dificuldades e embaraços que encontra em proceder as diligências de direito em todas as Freguezias da naturalidade de seus Paes e avós, humildemente vem requerer a Vossa Excelência Rvm^a a graça de o admittir a fazer-patria em comum na Freguezia de sua naturalidade, onde existem pessoas que bem conhecem e conheceram seus Paes e avós, para que mais facilmente possam correr os termos de sua habilitação de gênero e outros termos.

Candido Marinho d’Oliveira, clérigo in minoribus e alluno interno do seminário episcopal de Santo Antônio, desejando ardentemente ascender às ordens de subdiácono e diácono, vem humildemente e respeitosamente roga a Vossa Ex^a Rvm^a que o dispense de vita et moribus apresentando o suplicante o atestado do Sem. Reitor, e ficando também obrigado a apresentar o do Rvmo. Vigário da 2^aFreguesia de Caxias, aonde esteve durante os meses de Novembro e Dezembro últimos e janeiro até o presente, no prazo de sessenta dias. Nestes termos.

³⁸ No último bispado do período enfocado (D. Antônio Candido de Alvarenga – 1878-1898), a presença de clérigos com os propugnados defeitos mostra-se mais significativa. A este respeito consultar também os casos dos padres Dorotheo Dias de Freitas, Francisco José Batista, Arthur César da Rocha e Silvino Angelo da Silva.

³⁹ Cf: AUTOS de Habilitação de Genere. Ordenando José de Araújo Galvão. Cx. 59, doc. n° 1977, 1861.

⁴⁰ Cf: AUTOS de Habilitação de Genere. Ordenando Candido Marinho de Oliveira. Cx. 78, doc. n° 2546, 1872.

No que se refere aos processos de patrimônio, também havia formas alternativas de constituí-lo quando a família não detinha condições de possuir espécie de “dote social”: tudo dependia então das redes de solidariedade e do patrocínio que o ordenando poderia capitalizar, por exemplo, junto ao bispo (foi precisamente esse o caso de Carlos D’Amour), seja através de um parente eclesiástico com disponibilidade para renunciar a um benefício, seja através da dotação de algum conhecido (mesmo padres) que se dispusesse a ceder o patrimônio necessário a ordenação, fenômeno bastante freqüente dentro do universo da presente pesquisa.

Isto não significava exatamente a perda do patrimônio para a instituição, enquanto o mesmo estivesse obrigado à ordenação de um clérigo. Depois de ordenado, o clérigo poderia liberar os bens que haviam sido vinculados. Para tanto, bastava conseguir um benefício de renda equivalente ao longo da carreira. Essa é a razão pela qual se encontra com freqüência pedidos de *remoção de patrimônio*⁴¹, quer a troco de benefícios, quer a troco de bens. Era bastante comum o caso de padres que, assim que obtinham algum rendimento como pároco de uma localidade, solicitavam a substituição do antigo patrimônio, devendo apenas comprovar estar de posse legítima do mesmo.

Como já salientara Nuno Gonçalves Monteiro (2003), através desse sistema estava longe de haver qualquer imobilização de recursos. Por exemplo, o capital que teria permitido a um indivíduo chegar a subdiácono poderia, passado algum tempo, ser reapropriado pela família e, eventualmente, reinvestido na ordenação de um segundo padre. De fato, o modo de reprodução institucional da Igreja comporta a coexistência de uma estratégia de reprodução social que não é inteiramente distinta das formas de transmissão de outras heranças sociais. Fenômeno semelhante havia sido observado por Sérgio Miceli (1988, p. 93) em sua pesquisa:

Essa dotação peculiar de capital se manifesta sob a forma de parentes e relações íntimas atuantes na cúpula eclesiástica e na liderança do laicato,

⁴¹ A este respeito, consultar por exemplo: AUTOS de Patrimônio, Padre Januário Daniel Gomes de Castro, Cx. 37, doc. 1400 (ano de 1853) e Cx. 38, doc. 1450, (ano de 1865); Raimundo José Leonel da Fonseca, Cx. 37, doc. 1403 (ano de 1854); Fabrício Alexandrino Costa Leite, Cx. 37, doc. 1405 (ano de 1854); Arcipreste Mamede Antônio de Lima, Cx. 37, doc. 1411 (ano de 1857); Claro Mendes de Carvalho, Cx. 38, doc. 1422 (ano de 1860); Arias Theorigo Alves Serra, cx. 38 doc. 1429, (ano de 1861); Zacheu Francisco da Penha, cx. 38, doc. 1434, (ano de 1862); José Gonçalves da Silva, Cx. 38, doc. 1437, (ano de 1862); Simplício Barbosa Ferreira, Cx. 38, doc. 1441, (ano de 1863); Antonio Pereira de Castro, Cx. 38, doc. 1444 (ano de 1864); Manoel Altino Barbosa, cx. 38, doc. 1445, (ano de 1864); Manoel Martins de Azevedo, Cx. 38, doc. 1446, (ano de 1864); José Antonio de Abreu, cx. 39, doc. 1457, (ano de 1867); João Joaquim Guimarães, cx. 39, doc. 1458, (ano de 1868); João Valeriano Cortes Maciel, cx. 39, doc. 1466, (ano de 1870); Antonio Rodrigues Sodré, cx. 39, doc. 1467, (1870); Apolonio Quintino de Moraes Rego, cx. 39, doc. 1471, (ano de 1873); Acylino Baptista Portela Ferreira, cx. 40, doc. 1501, (ano de 1885); Luis Mariano de Barros, cx. 40, doc. 1506 (ano de 1888); Custodio José da Silva Santos, cx. 40, doc. 1514 (ano de 1891); José Laurindo dos Santos, cx. 40, doc. 1518, (ano de 1893);

dando acesso preferencial às concessões e benesses de que só eles podem dispor. Embora não constitua uma espécie de capital transmitido à maneira do que costuma ocorrer com outras formas de herança material (terras, gado, ações) ou social (títulos, posições, honrarias), faz parte não obstante da dotação global de capital ao alcance de algumas famílias de longa data especializadas nas funções de clientela cativa da Igreja, quer como público exemplar das atividades de culto, quer como concessionários preferenciais das oportunidades (negócios, cargos, posições) alocadas em favor dos seus efetivos

Para famílias mais abastadas, as oportunidades de acesso eram então mais palpáveis, sobretudo pelo fato de que os valores pagos para realização das diligências eram feitas a expensas do “habilitando”. Vários dos processos de habilitação eram sustados justamente pelos atrasos e impossibilidades materiais de obtenção dos documentos que obrigatoriamente deveriam ser anexados aos processos e, conseqüentemente, das “custas” envolvidas. A quantidade de processos inconclusos são um indicativo das limitações propriamente materiais que intervinham na conclusão dessas investigações (ao longo da pesquisa foram registradas cerca de 40 investigações inconclusas entre aqueles que chegaram a obter alguma ordem). Por essa razão, quando da realização das verificações, e para a diminuição dos gastos, os “ordenandos” indicavam que estas se destinavam aos dois tipos de ordens, menores e maiores - expediente que possibilitava a avaliação das suas próprias oportunidades de acesso e gastos.

Considera-se então que a existência de condições alternativas, reconhecidas tacitamente pela própria instituição, tendia a favorecer uma entrada mais diversificada no corpo eclesial. Essa abertura era fundamental especialmente para as famílias de origem social mais modesta, as quais sofriam os maiores percalços na constituição de filhos sacerdotes. Geralmente às voltas com uma grande quantidade de filhos e agregados, eram justamente essas famílias que estavam mais propensas a apelar para a Igreja a fim de aliviar o ônus da formação escolar da prole (MICELI, 1988, p.91), obtendo, simultaneamente, os dividendos da colocação dos filhos no clero. Daí provavelmente derive a tendência social de grupos dominados a canalizarem seus filhos para o corpo eclesial, deixando a sucessão familiar a ser garantida pelos outros descendentes. Para estes segmentos, o acesso aos escalões intermédios ou mesmo altos da hierarquia eclesiástica poderia servir então como uma poderosa alavanca nas estratégias de mobilidade no espaço social.

Esse recurso poderia ser viabilizado, por exemplo, pela prestação de serviços de sacristia, assumidos pela mãe, por mulheres da família ou pela integração muito cedo dos filhos como coroinhas paroquianos e em outras funções. Não raro encontram-se casos de mães solteiras ou viúvas (pelo menos 17 dos agentes que se ordenaram na segunda metade do

século XIX estavam nestas condições) que encaminham seus filhos aos cuidados da instituição. Também havia casos de religiosos que, pelas relações de proximidade e amizade estabelecidas com o círculo familiar, incentivavam o investimento na carreira e chegavam até mesmo a depor nos processos de habilitação sacerdotal, gabaritando o protegido às funções eclesiais, ou mesmo a outorgando-lhe o seu próprio benefício, para garantir o seu acesso.

A posse de um “rendimento eclesiástico” podia “representar [então] um primeiro esforço de capitalização de honra e recursos a serem investidos nos parentes, designadamente nos irmãos, irmãs, sobrinhos e sobrinhas” (MONTEIRO, 2003, p. 1229). Para um padre pertencente aos escalões sociais mais baixos poderia ser uma honra ser o vigário de uma freguesia onde se batizara e de onde se originavam os seus parentes, o que lhe permitiria também colaborar na gestão e manutenção dos interesses de sua parentela (muitos dos padres retornaram às suas dioceses de origem como párocos).

O investimento na carreira sacerdotal, contudo, não dependia de um simples ato de vontade, mesmo para os mais bem relacionados. Válido para os setores intermédios, era tanto mais para o segmentos socialmente empobrecidos, cujos anos de exposição às regras e valores organizacionais, o conjunto heterogêneo de ritos de classificação que o perpassavam, podiam apresentar-se como verdadeiras barreiras ao acesso, especialmente para os menos bem relacionados.

A ascensão social de um mulato através da Igreja, por exemplo, não era visto, senão, como uma falha em um sistema social que baseava seu equilíbrio na discriminação racial. A chamada limpeza de sangue pesava exatamente nesse ponto, constituindo uma espécie de limite quase que intransponível na abertura garantida institucionalmente (OLIVEIRA, 2008). Essa limitação estava associada ao fato de que a Igreja estava intimamente ligada ao sistema escravocrata, havia acumulado no curso de século vastas propriedades, tendo igualmente recebido de fazendeiros doações generosas. A convergência de interesses entre proprietários fundiários e a Igreja, que também detinha escravos, conforme se depreende dos relatórios presentes nos livros de correspondências, talvez explique o fato do desenvolvimento paralelo do abolicionismo e do anticlericalismo (MÉRIAN, 1988, p. 154.155). O fato é que, na missão de protetora dos valores de uma sociedade patriarcal, havia óbices ao acesso de negros e mulatos ao clero, devendo este ser composto estritamente por brancos.

Valeria a pena recordar aqui a fala do “cônego santarrão Diogo”, personagem fictício criado por Aluisio de Azevedo no romance *O Mulato* para satirizar os padres católicos na São Luis de finais do século XIX. Em meio a uma conversa, o personagem Manoel Pedro da Silva aventou que melhor seria se o Dr. Raimundo José da Silva (Mundinho, como era conhecido),

formado em direito pela Universidade de Coimbra, como tantos outros na província, tivesse se tornado padre, ao que retrucou o cônego:

- “Padre?! (...) Ora, deixe-se disso! retrucou Diogo, levantando-se com ímpeto. Nós já temos por aí muito padre de cor!
- Mas, compadre, venha cá, não é isso...
- Ora o que, homem de Deus! É só – ser padre! É só ser Padre! E no fim de contas estão se vendo, as duas por três, superiores mais negros que as nossas cozinheiras! Então isto tem jeito?... O governo – e o cônego inchava as palavras – o governo devia de tomar uma medida séria a este respeito! Devia proibir aos cabras certos misteres!
- Mas, compadre...
- Que conheçam o seu lugar” (...)
- Ora o que, homem de Deus! Não diga asneiras! Pois você queria ver sua filha confessada, casada, por um negro? Você queria, seu Manoel, que a Dona Anica beijasse a mão de um filho da Dona Domingas? Se você viesse a ter netos queria que eles apanhassem palmatoadas de um professor mais negro que esta batina? Ora, seu compadre, você às vezes até parece tolo! Manoel abaixou a cabeça, derrotado (AZEVEDO, 1988, p. 26-27).

Esta fora também uma lição duramente aprendida pelo personagem Damião do romance de Josué Montello, *Os Tambores de São Luis*, que desejara tornar-se padre no Bispado do Maranhão da segunda metade do século XIX. De fato, o peso dessas prescrições era tamanho que dentro do universo de todos os clérigos que se ordenaram na segunda metade do século XIX, tem-se registro de que apenas um era filho de escrava nos documentos disponíveis. O trabalho de Lyndon Araújo Santos (2009) a respeito deste padre, chamado Dorotheo Dias de Freitas, oferece então importantes indicativos sobre o peso desses critérios. Nascido em 1854, na freguesia de Nossa Senhora da Victória da cidade de Oeiras, Dorotheo era filho do Padre José Dias de Freitas e da escrava Esperidiana Roza Freitas. A identificação dessa irregularidade nos seus autos talvez explique o volume adquirido pelo seu processo. Por fim, o referido postulante fora dispensado, podendo ordenar-se em Paris em 1880, juntamente com outros sacerdotes que foram enviados no período. Em seu retorno de Paris, fora integrado como professor da disciplina de “Philosophia Racional e Moral do Seminário”, deslocando-se, posteriormente, para as funções de pároco pelas freguesias distribuídas ao longo do Bispado do Maranhão, onde parece ter-se mantido até o fim de sua vida.

1.3.3 O capital social e o julgamento da honra no ingresso ao clero.

O processo de habilitação sacerdotal oferece um indicativo das importantes conexões entre as relações de parentesco, o julgamento eclesiástico e as carreiras religiosas no espaço sob análise. De fato, as trajetórias dos agentes enfocados estavam quase sempre associadas ao legado de grupos de parentesco, fortemente condicionados pelo valor atribuído as redes de

solidariedade e interconhecimento, e às relações de reciprocidade baseadas em formas de amizade, algumas das quais constituídas ao longo das trajetórias profissionais.

Mediante os autos do processo de habilitação é possível ter-se então uma primeira forma de aproximação com a importância desses critérios na definição das carreiras. Em conjunto, esses autos oferecem uma representação aproximada da posição social detida pela família a partir do seu círculo de interconhecimento, o qual pode fornecer um repertório concreto da sua posição social de origem e do seu deslocamento no espaço social. Como havia salientado Sérgio Miceli (1988, p. 34), ainda que existissem prescrições quanto a não selecionar testemunhas com quaisquer laços de sangue com o habilitando, tal exigência era freqüentemente relevada, pela presença de agentes “com algum grau de parentesco longínquo (terceiro e quarto graus) ou indireto (contraparentes, parentes tortos, etc)”. A natureza da ligação das mesmas com o investigado, algumas das quais detendo graus de parentesco explicitamente invocados nos processos, permitiria inferir, por conseguinte, um certo grau de “fidedignidade das evidências relativas às origens sociais do habilitando”.

Os juízos emitidos pelos interrogados a respeito do ordenando sofriam, no entanto, os efeitos de uma filtragem realizada pelo agente encarregado de realizar os procedimentos de investigação, uma vez que havia uma padronização das perguntas e, ao que parece, das respostas registradas. Os sinais de proximidade restringiam-se a referências ao fato de que os pais do investigado ou ele próprio eram “conhecidos”, “vizinhos”, ou eram pessoas com as quais o interrogado mantinha “relações de amizade”. A qualificação dos interrogados, dando conta de sua idade, origem e profissão permitem observar ainda que freqüentemente eram chamados indivíduos com funções profissionais similares para depor a respeito dos investigados: militares para militares, comerciantes para comerciantes, proprietários de terra para proprietários de terra, donde também se poderia divisar a proximidade destacada.

Com efeito, a necessidade de inquirir testemunhas dentre as pessoas mais respeitadas (em geral, homens entre 40 e 60 anos), “testemunhas fidedignas com os requisitos de direito”, como não raro se remete a elas nos referidos processos, indica que a rede de relações sociais do ordenado, com seus padrões de interconhecimento, são aspectos centrais na legitimação das qualidades sociais do futuro presbítero, funcionando como instrumentos demarcatórios importantes no acesso e progressão na carreira do ingressante. Quer dizer, a extensão da rede de relações mobilizadas pelo ordenando e o volume de recursos que era posse de cada um daqueles aos quais estava ligado, poderia estar então no princípio do estabelecimento de rendimentos desiguais ao longo da carreira. Nesse sentido, pode-se afirmar que as ligações das testemunhas com o ordenando não eram redutíveis somente à proximidade do espaço

físico, elas carregavam consigo proximidades no espaço social e econômico fundadas inseparavelmente em trocas materiais e simbólicas que supunham a instauração e perpetuação do reconhecimento dessa proximidade (BOURDIEU, 1998).

A importância que os entrevistados tinham na definição da legitimidade do ordenando e o efeito social consagrado que poderiam ter internamente à esfera eclesial denotam a valorização detida pela participação deste último no pertencimento a um grupo, a uma *região de parentesco* (WOLF, 2003, p. 98). Em suma, através do reconhecimento delegado pelos interrogados, o postulante participava do capital coletivo, recebendo um quantum institucionalizável que poderia oportunizar lucros inseparavelmente materiais e simbólicos ao longo da carreira. É precisamente nesse sentido que a noção de *capital social* tem apresentado contribuições heurísticas a este trabalho. Como explicita Pierre Bourdieu (1998, p. 67):

O capital social é o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis, de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos), mas também unidos por ligações permanentes e úteis.

Daí decorre que os interrogatórios não recaíssem somente sobre o investigando, mas oferecessem indicações cada vez mais amplas sobre aqueles que dele participaram a fim de sedimentar a objetividade dos próprios procedimentos de classificação e conferindo-lhe o rigor requisitado. É justamente por isso que o pesquisador deve compreender que o artefato resultante dessas investigações sobre a vida do ordenando e os princípios implícitos através do qual foram construídos os questionários a serem aplicados, tornam suscetível esquecer, primeiro, que as respostas são na realidade o produto de um ato de extorsão garantido pelas dissimetrias entre o representante do juízo eclesiástico (encarregado de perquirir as testemunhas e gozando das prerrogativas de autoridade derivadas da própria instituição e do contexto do inquérito) e o(s) entrevistado(s) e, segundo, que o formalismo que opera um processo de filtragem das informações visando torná-las idênticas consiste, do princípio ao fim, em dissimular o fato de que a importância relativa da investigação não está exatamente na opinião dos investigados, as quais certamente não detêm o mesmo valor, mas no peso propriamente social do julgamento de reputação que exprimiam.

Assim, na medida em que se pretendia julgar as qualidades do agente ingressante questionando aos interrogados se o mesmo possuía qualidades indesejáveis, tais como ser “herege”, “apóstata”, “incontinente”, “rixoso”, “inquieta”, “perturbador”, contrapostas às qualidades vistas como superiores, como deter “capacidade”, ser “de bons costumes”,

“honesto” e “obediente aos seus superiores”, etc, o que se avaliava era a própria honra da sua ascendência e a sua honra individual.

Com efeito, os interrogatórios visavam fornecer uma medida do crédito social do agente e do comportamento intrafamiliar. À semelhança do que observara Eric Wolf (2003, p. 100) em outro contexto, o peso que os laços de parentesco e o comportamento familiar detinham na avaliação decorria do fato de que, em suas próprias palavras:

Mesmo onde os laços de parentesco são muito difusos, ela [a família] também persiste como o baluarte da virtude e de sua manifestação pública, a reputação. As avaliações públicas sobre um indivíduo acabam por cair em considerações sobre sua família, por ser esta uma instituição que envolve a pessoa como um “todo”. Além do mais, qualquer grande infração contra a virtude praticada por um dos membros da família reflete sobre a quantidade de virtude possuída pelos outros membros.

Quer dizer, sob as pretensões de neutralidade, o julgamento eclesiástico designava, então, uma classificação aplicada a todas as pessoas envolvidas, levando em conta desde a aparência física (“deformidade corporal”, “enfermidade contagiosa”⁴²), até o corpo socialmente constituído através de índices como conduta e maneiras de agir, transmutadas em sinais de honra, qualidade e virtude social dos agentes.

A avaliação dos interrogados funcionava como um atestado social da propensão e conformação do agente às regras de conduta socialmente reconhecidas e institucionalmente valorizadas. É precisamente nesse ponto de convergência que se deve conceber o investimento realizado através desse mecanismo institucional: na passagem entre o “núcleo familiar originário” e a “grande família eclesiástica”, esse julgamento genealógico e público funcionava como um verdadeiro atestado da honra dos ingressantes e dos seus ascendentes e garantia da honra do próprio grupo em que se ingressava (ROHDEN, 2004). A importância que os valores associados à honra e à reputação do grupo tinham nesse julgamento se explicam, sem dúvida, pelo fato de que a acumulação de capital simbólico representa, na realidade, a forma principal de acumulação existente naquela sociedade. É assim que a demarcação produzida pelas habilitações estava em condições de produzir então aquele efeito de rotulação que funcionava como “uma espécie de garantia moral quase doméstica” (BOURDIEU, 2002; 1996).

⁴² Entre os critérios de admissão para profissão da ordem, estipula-se nas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia como impeditivo: “Se [ordenando] era corcovado (corcunda) ou aleijado da perna, braço ou dedo, ou outra deformidade que causasse escândalo ou ‘nojo’ a quem o visse; se lhe faltasse visão, ou sofresse de lepra, gota ou outra doença contagiosa” (VIDE, 1853, Título LIII, p. 93-95).

Em suma, a eficácia simbólica desse rito de consagração, era o meio através do qual se visava sancionar uma transformação mágica que residia tanto na modificação da representação que os demais agentes tinham do ingressante, modificando os comportamentos em relação a ele⁴³, quanto da própria representação que o agente tinha de si mesmo, incluído nisso todos os comportamentos exigidos para a completa adequação dos comportamentos aos novos sinais de pertencimento⁴⁴. Quer dizer, disso tudo resultava uma combinação particular entre: o passado do agente e da instituição; o momento presente em que ocorria o rito de avaliação e consagração, demarcada pelas habilitações; e a exigência e profetização de um comportamento determinado no futuro.

1.4 Os mecanismos de acesso aos postos eclesiásticos.

A transmissão da autoridade institucional através do processo de formação seminarística e da habilitação sacerdotal atuava, na realidade, como mecanismos de seleção que, desde o ingresso, tinha efeitos duradouros sobre as próprias chances de ascensão internas ao espaço eclesiástico. Isso significa dizer que as oportunidades de aquisição de um posto na hierarquia eclesiásticas não eram genéricas, como se todos tivessem ao mesmo tempo as mesmas chances de ganho material e simbólico. Estavam condicionadas pelo alongado trabalho ritualístico de ajustamento das expectativas e do *universo dos possíveis* aos princípios de hierarquização das funções e posições existentes na própria hierarquia.

O propósito desta seção consiste justamente em apresentar algumas dimensões da multiplicidade de posições existentes no interior da hierarquia eclesiástica, discutindo as engrenagens, critérios e normas específicos que regiam ocupação de um posto nesse espaço. As principais fontes através das quais essa discussão será promovida serão o “Livro de registro de diversos termos (matricula_oposicao_exame_etc)”, o “Livro de registro de colações ofícios e outros” e os autos dos processos de “oposição” e “colação”. Tratar-se-á, por seu turno, de centrar a análise sobre o processo de renovação (ou não) do corpo clerical a partir de fases concretas que os indivíduos deveriam passar para a ocupação de um determinado posto dentro da estrutura eclesial. A compreensão desses condicionantes

⁴³ Não parece ser outro o motivo pelo qual, tão logo ordenado, o recém presbítero fizesse uma celebração em seu lugar de origem, momento de publicização e instituição no círculo anterior de uma nova condição.

⁴⁴ Esta representação estava apoiada, por seu turno, na exteriorização de sinais diversos de pertencimento identitário como o uso da batina, a tonsura dos cabelos, a ostentação de vestes cerimoniais brancas e luxuosamente trabalhadas, etc (MICELI, 1988).

depende, no entanto, de uma apreensão inicial da estrutura do espaço analisado capaz de favorecer a compreensão do conjunto de distinções pertinentes entre as posições estatuídas.

1.4.1 A geografia do espaço e os princípios de divisão.

Pela sua própria extensão, a instituição eclesiástica caracterizava-se pela existência de órgãos mais representativos e outros menos representativos, alguns mais centrais, outros menos centrais. No topo da hierarquia havia a figura do sumo pontífice, o papa. Abaixo, estavam as províncias eclesiásticas, também conhecidas como arquidioceses ou arcebispados. No comando destas, havia um arcebispo, abaixo do qual se reuniam um conjunto de bispados ou dioceses, compostos por seu respectivo bispo e uma assembléia que o auxiliava nas tarefas administrativas: o “cabido” diocesano - Competia ao cabido o governo da diocese em caso de vacância, através da nomeação de um vigário capitular ou vigário geral⁴⁵ (ARAÚJO, 2008, p. 61-63).

As dioceses eram divididas ainda em “comarcas eclesiásticas” ou “arciprestados”, governadas pelos chamados “vigários de vara” ou “vigários forâneos”. Estes eram representantes dos bispos, encarregados de fiscalizar administrativamente o cumprimento das obrigações litúrgicas e das normas do direito eclesiástico dos párocos sob sua jurisdição. Cada comarca era composta então por um conjunto de freguesias que estavam sob o cargo de um cura, capelão, pároco/vigário⁴⁶ (que poderia ser: encomendado, colado, encarregado), etc. Havia ainda o “coadjutor”, agente encarregado de auxiliar o “cura” quando esse já era idoso ou por se tratar de uma paróquia com grande extensão territorial. “Por fim, havia também as prelazias, localidades em processo de mudança em seu status jurídico-eclesiástico, a caminho de se tornarem dioceses” (ARAÚJO, 2008, p. 62).

O corpo eclesiástico divid(e)(ia)-se em dois: clero “secular” e clero “regular”. O chamado clero “secular” estava sob a autoridade do bispo e era responsável pela

⁴⁵ Conforme Condurú Pacheco (1969, p. 20), Vigário Geral é, na Igreja, como as palavras indicam, o sacerdote que faz as vezes de outrem na generalidade dos casos. Os bispos costumam ter um Vigário Geral ou alguns, a quem comunicam o seu poder ordinário de governar a sua diocese, em assuntos espirituais ou materiais, ampliando-o ou o restringindo, conforme julgassem oportuno. Sua nomeação dependia exclusivamente do Bispo Diocesano.

⁴⁶ Essas designações são frequentemente utilizadas nos documentos. Por Pároco, entenda-se, o sacerdote a quem competia a chamada “cura das almas”, isto é, a aplicação dos sacramentos aos fiéis e outras atividades que tivessem como o sentido de salvar almas, seja de uma freguesia ou paróquia por isso também chamado de cura. Cura também poderia ser o sacerdote que administrava a sé da catedral. Vigário significava qualquer pároco. Capelão era o sacerdote a quem era designada uma capela filial de uma paróquia (ZANON, 2000, p. 77-78).

administração dos sacramentos considerados obrigatórios; O clero “regular” compunha o conjunto dos agentes vinculados a institutos de vida consagrada (ordem, congregações, etc.) e ou sociedade de vida apostólica, devendo obediência ao seu respectivo superior interno⁴⁷. A respeito dos clérigos regulares, os relatórios dos bispos acerca do estado da diocese e vários dos historiadores da instituição já fizeram notar o “estado de franca decadência”⁴⁸ em que se encontravam (MEIRELLES, 1977; SILVA, 1922). Tal circunstância intervinha na preponderância notória no espaço católico do pólo hierárquico, que correspondia aos membros do clero diocesano, isto é, aos “seculares” (principal foco da presente pesquisa).

O clero diocesano, bem como o conjunto de posições existentes na hierarquia eclesiástica, encontrava-se distribuído em um espaço empírico chamado de Bispado/diocese do Maranhão, o qual se centralizava na chamada “zona de São Luis” (cidade litorânea⁴⁹ cuja importância simbólica derivava do fato de nela localizar-se a capital da Província do Maranhão, capital da antiga Capitania do Maranhão, ser a sede do poder político, do alto comércio e da própria Igreja Católica). De fato, a criação da diocese do Maranhão consistiu no estabelecimento de um foco difusor de dioceses em parte da chamada “região norte” estando associada à ausência de uma unidade político-administrativa e à ênfase da idéia de missão espiritual da Igreja, de cristianização e civilização do espaço provincial (ROSENDAHL & CORRÊA, 2006; SOARES, 2008).

Conforme Augusto César Marques (1977), a diocese do Maranhão foi criada através da bulla do Papa Innocencio XI Super universas orbis Ecclesias, de 30 de agosto de 1677, sendo desmembrada na Arquidiocese de São Salvador da Bahia e declarada suffraganea do Arcebispado de Lisboa. Pela bulla *Romanorum Pontificium vigilantia do Papa Leão XIII*, em 05 de junho de 1827, foi declarada “sufragânea” do Arcebispado da Bahia. Pela bulla *Copiosus in misericórdia do Papa Clemente XI*, de 04 de março de 1719, foi desmembrado todo o território com que foi criado o Bispado de Belém do Pará. Por decreto consistorial de 20 de julho de 1860, foi desmembrada da Diocese de Goiás e incorporada à do Maranhão, a cidade de Carolina com todo o seu território e anexos.

⁴⁷ Ao ocuparem cargos dentro da diocese, no entanto, estes deveriam prestar obediência ao prelado, assim como os demais seculares (ZANON, 2000, p. 77)

⁴⁸ Esta “decadência” das ordens estava relacionada ainda a uma série de iniciativas legais adotadas ao longo do período imperial e que praticamente estancaram o recrutamento de novos quadros para as ordens religiosas, tais como: a proibição de admissão de noviços pelas ordens religiosas (1855), o amplo regime de inspeção pública dos seminários seculares (1863), a proibição de ingresso no país aos noviços brasileiros ordenados no exterior (1870), etc. (MICELI, 1988, p. 17).

⁴⁹ Efetivamente, as principais instituições eclesiásticas no Brasil foram criadas em cidades litorâneas, acompanhando a própria administração civil. Os principais bispados foram criados em regiões que ofereciam maiores impostos e riquezas à coroa portuguesa, onde a igreja teria mais recursos para criar e manter sua estrutura.

No recorte em pauta e do ponto de vista geográfico, o Bispado do Maranhão correspondia aproximadamente aos limites territoriais das chamadas “Províncias do Maranhão” e do “Piauí”⁵⁰, as quais eram compostas por um conjunto de municípios, que por sua vez eram divididos em freguesias e/ou paróquias (utilizados quase sempre como sinônimos no período). Na medida em que estas (as paróquias e freguesias) resultavam de uma sobreposição entre a estrutura eclesiástica e a estrutura civil (vigente com o padroado), o termo freguesia era empregado para designar os paroquianos que eram “fregueses” de um pároco⁵¹.

A ilustração abaixo (retirada de um relatório de 1872) exemplifica a maneira como essas freguesias encontravam-se classificadas do ponto de vista da organização da instituição. Havia então duas “Vigarrarias Gerais” no Bispado do Maranhão: a primeira, com sede na capital de São Luis do Maranhão, era composta por 13 “comarcas eclesiásticas”; a segunda, com sede na cidade de Oeiras, antiga capital do “Piauí”, compunha-se de 16, totalizando 29 “comarcas eclesiásticas” no Bispado. Em todo o bispado havia 83 freguesias no período (o **ANEXO B** apresenta as freguesias com a data de sua criação).

É preciso observar ainda que a classificação das freguesias obedece ao critério da distância geográfica em relação à própria sede da “vigarraria”. Tecnicamente, em cada uma dessas freguesias deveria haver um sacerdote engajado nas tarefas de expansão/manutenção institucional e prestação de serviços religiosos aos “fregueses”, o que dificilmente ocorria. Em suma, as posições ocupadas por esses párocos, vigários (de vara, forâneos) e/ou curas, na extensa zona do Bispado, correspondem às funções mais diretamente associadas ao serviço de gestão dos bens religiosos e “administração pastoral direta” - o termo foi tomado de empréstimo ao trabalho de Ernesto Seidl, (2008).

⁵⁰ Conforme o relatório de 1888, enviado pelo Bispo Dom Antônio Candido de Alvarenga (1878-1898) a Roma, e transcrito por Francisco de Paula e Silva (1922, p. 359), a diocese do Maranhão detinha os seguintes limites territoriais: “A posição geographica da Diocese é a seguinte: a sua latitude, que é toda austral fica compreendida entre 1.º e 5’ e 1.º e 40’ com uma extensão de 1.166 kilometros, mais ou menos de Norte a Sul. A longitude oriental é de 3.º e 5’ e a occidental de 5.º e 43’ do meridiano do Rio de Janeiro, com uma extensão de 944 kilometros, mais ou menos, de Este a Oeste. O território da Diocese, pouco habitado na maior parte, apresenta uma superfície de 694.442 kilometros quadrados, mais ou menos, com uma população de 750.000 almas, segundo os melhores cálculos. A diocese limita-se ao Norte com o Oceano Atlântico, ao Sul com a Archidiocese da Bahia, a Leste com as Dioceses de Fortaleza e Olinda, e a Oeste com as de Belém do Pará e Goyaz”.

⁵¹ Segundo a *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, a origem da palavra freguesia «que parece mais provável» é a derivação, por corruptela, da expressão «*filius ecclesiae*», isto é, o conjunto dos «filhos da igreja», dos crentes (WIKIPEDIA, 2009).

Figura I: Classificação das Freguezias que compunham o Bispado em 1872

Classificação das oitenta e duas freguezias, em que se divide o Bispado do Maranhão.

PROVINCIA.	VIGARIARIAS		NUMERO.	NOME DAS FREGUEZIAS.
	GERAL.	FORANEAS.		
PIAUHY.	Tem uma Vigararia Geral Foranea, cuja sede e na cidade de Oeiras, a qual cabe a inspecção dos parochos e mais ecclesiasticos da respectiva provincia, do que presta ao Bispo informaçao annual. Este Vigario Geral acha-se especialmente subordinado ao Bispo.			
			1	S. da Victoria da Cathedral.
			2	S. da Conceição.
			3	S. do Bonfim.
			4	S. do Carmo.
			5	S. do Espírito Santo.
			6	S. do Immaculado Coração de Maria.
			7	S. do Livramento de Parangaba.
			8	S. do Nazareth.
			9	S. do Padre Eterno.
			10	S. do Sacramento.
			11	S. do Terço.
			12	S. do Visão.
			13	S. do Visão.
			14	S. do Visão.
			15	S. do Visão.
			16	S. do Visão.
			17	S. do Visão.
			18	S. do Visão.
			19	S. do Visão.
			20	S. do Visão.
			21	S. do Visão.
			22	S. do Visão.
			23	S. do Visão.
			24	S. do Visão.
			25	S. do Visão.
			26	S. do Visão.
			27	S. do Visão.
			28	S. do Visão.
			29	S. do Visão.
			30	S. do Visão.
			31	S. do Visão.
			32	S. do Visão.
			33	S. do Visão.
			34	S. do Visão.
			35	S. do Visão.
			36	S. do Visão.
			37	S. do Visão.
			38	S. do Visão.
			39	S. do Visão.
			40	S. do Visão.
			41	S. do Visão.
			42	S. do Visão.
			43	S. do Visão.
			44	S. do Visão.
			45	S. do Visão.
			46	S. do Visão.
			47	S. do Visão.
			48	S. do Visão.
			49	S. do Visão.
			50	S. do Visão.
			51	S. do Visão.
			52	S. do Visão.
			53	S. do Visão.
			54	S. do Visão.
			55	S. do Visão.
MARANHÃO.	Tem uma Vigararia Geral, cuja sede e na capital, a qual comprehende as freguezias de n. 1 a 32. A provincia acha-se dividida em 32 comarcas ecclesiasticas, sendo a 1ª composta das freguezias sujeitas a Vigararia Geral. As 11 comarcas restantes são conhecidas pelos nos. freguezias que estão precedidas do seguinte asterisco.			
			1	S. da Victoria da Cathedral.
			2	S. da Conceição.
			3	S. do Bonfim.
			4	S. do Carmo.
			5	S. do Espírito Santo.
			6	S. do Immaculado Coração de Maria.
			7	S. do Livramento de Parangaba.
			8	S. do Nazareth.
			9	S. do Padre Eterno.
			10	S. do Sacramento.
			11	S. do Terço.
			12	S. do Visão.
			13	S. do Visão.
			14	S. do Visão.
			15	S. do Visão.
			16	S. do Visão.
			17	S. do Visão.
			18	S. do Visão.
			19	S. do Visão.
			20	S. do Visão.
			21	S. do Visão.
			22	S. do Visão.
			23	S. do Visão.
			24	S. do Visão.
			25	S. do Visão.
			26	S. do Visão.
			27	S. do Visão.
			28	S. do Visão.
			29	S. do Visão.
			30	S. do Visão.
			31	S. do Visão.
			32	S. do Visão.
			33	S. do Visão.
			34	S. do Visão.
			35	S. do Visão.
			36	S. do Visão.
			37	S. do Visão.
			38	S. do Visão.
			39	S. do Visão.
			40	S. do Visão.
			41	S. do Visão.
			42	S. do Visão.
			43	S. do Visão.
			44	S. do Visão.
			45	S. do Visão.
			46	S. do Visão.
			47	S. do Visão.
			48	S. do Visão.
			49	S. do Visão.
			50	S. do Visão.
			51	S. do Visão.
			52	S. do Visão.
			53	S. do Visão.
			54	S. do Visão.
			55	S. do Visão.

Além dessas funções de “administração pastoral direta”, em uma das diversas freguesias de que se compunha o bispado, os membros do clero diocesano poderiam aspirar às posições de comando caracterizadas pela proximidade, inclusive geográfica, do círculo central de autoridade da diocese. Esse círculo consistia no lócus de posições e relações que, dentro dos limites institucionais, eram capazes de conduzir e influenciar de maneira fundamental a própria dinâmica diocesana. Além da posição do bispo, este círculo era composto ainda pelo cabido⁵² diocesano, “grupo central” que consistia no “colégio de clérigos” encarregados de rezar o “coro do Ofício Divino” (associados como estavam a uma espécie de “ritualização do centro”⁵³), auxiliar o Bispo no governo da Diocese e supri-lo em caso de “vacância”. Esse auxílio no governo da diocese implicava freqüentemente no exercício de funções igualmente prestigiosas e recompensadoras, a exemplo daquelas que compunham a Cúria Episcopal Diocesana⁵⁴, ou aquelas associadas ao percurso prestigioso de direção espiritual (Examinador Synodal, diretor de consciência, confessor) e/ou intelectual (lente/professor, escritor, reitor e vice-reitor).

O exercício de alguma função nessas “instâncias centrais” implicava, por seu turno, num significativo aumento do raio de alcance da influência e atuação de seu ocupante. De fato, era relativamente ampla a flexibilidade garantida pelo acesso a esses postos, uma vez que não inviabilizavam o acúmulo com outras funções intra ou extra-eclesiais. Na medida em que essas instâncias estavam concentradas na sede do Bispado, localizada na capital São Luis, para o conjunto do clero, as possibilidades de encontrar alguma ocupação nesse espaço eram bem maiores, fosse como ministros do culto, professores, ou alguma outra função semelhante: Compreende-se assim que vários dos sacerdotes da época fossem professores, ou poetas, ou jornalistas; outros, políticos, membros da câmara ou do senado.

⁵² Era o colégio dos clérigos chamados “cônegos”, constituído principalmente para assegurar um culto mais solene na *catedral (cabido catedralício) ou numa igreja importante (colegiada, hoje já não existente entre nós). O cabido catedralício tinha ainda funções administrativas que, pelo novo CDC, salvo concessão excepcional, passaram para o *colégio de consultores. Nesse período, os cabidos desempenharam funções importantes, nomeadamente na manutenção de escolas de clérigos e de leigos. Hoje, por falta de clero e de meios, a sua acção reduz-se em geral à participação nas acções litúrgicas mais solenes presididas pelo bispo. Às reuniões do cabido e ao lugar onde se reúne dá-se o nome de capítulo.

⁵³ A este respeito ver GEERTZ, Clifford. O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa. Petrópolis/RJ: Vozes, 2007, cap. Centros, reis e charisma: reflexes sobre o simbolismo do poder.

⁵⁴ A Cúria Diocesana presta ajuda ao bispo no governo da diocese, principalmente na direcção e acção pastoral, na administração e no exercício do poder judicial

Instâncias Centrais da diocese.

TABELA 1: Cargos e Cômruas do Cabido Diocesano

Cargo	Cômrua
01 Bispo	1:600&000
01 Arceidiago	400\$000
01 Arcipreste	320\$000
01 Chantre	320\$000
01 Mestre-Escola	320\$000
12 Cada Cômego	370\$000
08 Cada Beneficiado	150\$000
18 Cada Capellão	95\$000
01 Organista e Mestre de Capessa	62\$500
01 Sub-cantor e Mestre de canto-chão	56\$250
01 Cada um dos Mestres de cerimônia	25\$000
01 Sachristia	75\$000
01 Altareiro	75\$000
06 Cada moço de Coro	37\$000
01 Mestre de Gramática Latina	60\$000
01 Porteiro de Missa	75\$000
01 Armador	62\$000
01 Guarda	50\$000
01 Sineiro	100\$000

Cúria Episcopal

Provisor, Vigário Geral do Bispado, Juiz de Genere e das Justificações, Juiz dos Casamentos e dispensas matrimoniais
Secretário do Bispado
Escrivão da Câmara Eclesiástica (contava com ajudante)
Promotor
Amanuense (2)

Seminários

Reitor do Seminário;
Vice-Reitor;
Secretário;
Lente de uma das disciplinas do Seminário

Fonte: SILVA, 1922; APEM, Acervo da Arquidiocese do Maranhão, Setor de Códices, LIVRO de Registro das Freguesias do Maranhão e seus respectivos Colados e Coadjutores e material diverso reunido pelo autor.

Ainda que exista uma variedade mais ampla de postos do que aqueles aqui apresentados, acredita-se que o mapeamento dos mesmos esteja em condições de oferecer uma apreensão bastante precisa do sistema de oposições pertinentes do próprio espaço. A exposição da “geografia do espaço” eclesiástico (associada também a diferenças geográficas) permite desde já organizar esse conjunto com base em dois princípios de hierarquização que o subdividia em dois grandes blocos: 1) um pólo dominante, correspondente às posições centrais, de “alta hierarquia”, composta pelo bispo e pelos membros do cabido diocesano, donde eram recrutados os componentes da “Cúria Episcopal” e do corpo institucional dos seminários, além de outras funções mais prestigiadas, como confessor, examinador synodal,

etc. e 2) um pólo dominado, composto pelo conjunto de funções paroquiais distribuídas ao longo da extensa diocese, e mais diretamente relacionadas às funções de administração pastoral e expansão institucional.

Ademais, cada um desses pólos não se apresentava de forma homogênea, já que comportavam divisões significativas conforme a proporcionalidade de poder a que se tinha acesso no seio de cada uma delas. Naquilo que tange ao pólo dominado, por exemplo, essas subdivisões estavam associadas à existência de uma espécie de hierarquia entre as paróquias, o que implicava também no aferimento de rendimentos bastante desiguais, inclusive entre paróquias próximas. Como uma parte significativa dos rendimentos paroquiais advinha da cobrança de serviços litúrgicos prestados, chamados de “emolumentos”, que complementavam as chamadas cômguas (como eram denominados os rendimentos obtidos por clérigos junto ao Estado) as localidades com maior quantitativo populacional e maior “grau de desenvolvimento” e/ou integração ao sistema agroexportador, estavam em condições de mostrarem-se as mais vantajosas, especialmente quando se compara o retorno propriamente material das mesmas com aquele das inúmeras freguesias “pobres” do Bispado (PACHECO, 1969).

No conjunto de posições dominantes, por outro lado, a ocupação de uma função destacada significava a posse de uma proporção de poder distintiva não apenas no seio do pólo, como também no que tange ao conjunto de funções mais estritamente fundadas na instituição. Esse era, a rigor, o princípio de divisão do espaço em questão. Passa-se então à análise dos mecanismos de ocupação de algumas dessas posições.

1.4.2 “Oposições” e “Colações” em cargos eclesiásticos.

Como se sabe, conforme o artigo 5º da Constituição Imperial, a Igreja Católica fora referendada como religião do Estado, o que ensejava a interferência do imperador na escolha e nomeação dos dirigentes brasileiros. O artigo 102, parágrafo 2º da Constituição Imperial, por exemplo, declarava que caberia ao Imperador, chefe do Poder executivo, “Nomear Bispos, e prover os benefícios eclesiásticos”.

Chamavam-se de benefícios o conjunto dos rendimentos eclesiásticos. A modalidade de acesso a alguns desses rendimentos consistia em concursos, os quais foram regulamentados pelo Alvará de 14 de abril de 1781, também denominado “Alvará das Faculdades” de D. Maria I (ver ANEXO C). “Neste, a rainha definiu as regras que deviam seguir os bispos para a realização dos concursos, contemplando em parte as exigências de

Trento e explicitando seus direitos enquanto Grã-Mestra da Ordem de Cristo” (ZANON, 2000, p. 79). Tecnicamente, havia dois tipos de concurso:

- ❖ Para as *funções de administração pastoral direta*, também chamadas de “benefícios curados”, isto é, funções que comportavam o exercício de doutrinação, administração dos sacramentos e a vigilância sobre os leigos (normalmente o titular do “benefício curado” era um sacerdote, o cura, denominado de “pároco colado”). Estes “benefícios” foram regulamentados a partir de Trento, admitindo-se que o seu titular exercia uma jurisdição sobre a “consciência dos fregueses de sua demarcação”. Durante o Império, além dos concursos que estão sob análise, os bispos também poderiam “prover” uma paróquia de “pároco” ou “vigário” através de uma simples “provisão”, como se designavam esses atos (estes eram chamados de “párocos encomendados” ou “amovíveis”). “Provimento paroquial”, como esclareceu Condurú Pacheco (1969), era o ato pelo qual o bispo diocesano investia o sacerdote no governo de uma paróquia.
- ❖ Para as *funções de alta administração*, que na divisão do trabalho religioso correspondiam aos ofícios que não se direcionavam prioritariamente para as funções de administração pastoral de sacramento aos fiéis. Pelas mesmas características, essas funções eram chamadas também de “benefícios não-curados”.

Frente à ocorrência de vacâncias para as ditas funções (“dignidades, conesias, vigararias, benefícios curados, e sem cura, e mais cargos eclesiásticos”, etc.) caberia ao bispo passar editais com prazo de 30 (trinta) dias para que todos os clérigos que pretendessem ocupá-las pudessem candidatar-se aos mesmos. A rigor, candidatar-se a uma função era o que significava o termo “*Oposição*”. Ao fazê-lo, o chamado “opositor” deveria instruir a petição com todas as certidões e documentos necessários. Todas elas deveriam indicar o “nome do candidato”, “freguesia de origem”, apresentar “certidões de batismo” (já que todos deveriam confirmar a idade canônica necessária para esse tipo de concurso, de 24 anos completos), “folhas corridas de foro civil e eclesiástico”, “carta de sentença de habilitação de gênero”, “carta de ordens”, o cargo a que se fazia oposição e anexar os documentos comprobatórios da capacidade do candidato, frente ao responsável pela inscrição na cúria episcopal.

Caso se tratasse de uma função paroquial, o candidato deveria ser submetido a um certo número de exames, findo os quais, os bispos deveriam propor ao Imperador três nomes

entre os concorrentes à vaga (caso houvessem nessa quantidade), organizados em primeiro, segundo e terceiro lugar (donde eram gerados os chamados “padres colados”). Nesses exames, os candidatos deveriam ser avaliados, “ao menos por três examinadores”,

E dos aprovados escolheremos o mais dignos cuja idoneidade e capacidade se não devem regular só pela ciência, mas também pelas mais partes e requisitos necessários, e a este proporemos a S. Magestade, para lhe mandar passar carta de apresentação na forma de suas Reaes Provisões, que costuma conceder aos Bispos Ultramarino, e pela tal carta será confirmado, e collado na forma de direito (p. 201).

O ofício do Vigário Capitular, João Ignácio de Moraes Rego, de 25 de fevereiro de 1844, ao Secretário de Estado dos Negócios Eclesiásticos, permite esclarecer os procedimentos realizados para os exames synodais “quer no caso de concurso e opposição às igrejas vagas, quer noutros que tenham lugar para ordenações, ou para se obterem provisões de confessor, pregador e outras”⁵⁵. Passado o edital de estilo para que os clérigos de “ordem sacra” se candidatassem “com seus requerimentos, documentos de serviços feitos à igreja, folhas corridas, etc.” e “comparecendo no tempo do edital”, mandava-se autuar os documentos e dar vistas ao Promotor fiscal que, examinando tudo, apontava aqueles que estavam habilitados (aptos a concorrência) ou não. Este deveria comparecer “pessoalmente no dia determinado, em Mesa Synodal, composta de três examinadores, que in sede plena, é presidida pelo Diocesano ou Vigário Geral; e in sede vacante pelo Vigário Capitular”.

⁵⁵ Nele, o vigário assinala que os concursos para provimento se fazem conforme o “Alvará de 14 de Abril de 1781 [o propugnado “Alvará das Faculdades?”] expedido para o bispado do Rio de Janeiro, e se fez depois extensivo a este pela Provisão de 12 de Maio de 1797, passado em consequência dos Avisos de 19 de setembro de 1797 e a 3 de Abril de 1797, pela competente Secretaria do Estado, no qual se manda observar a disposição do Conc. Trident. Aceito o recebido neste Imperio. Sess. 24 de Ref. Cap. 18 a que accresce a Constituição do S. Padre Bento XIV, que incipit CUM ILLUD e no seu tract. De Synod. Dic. Lib. 4, cap. 7”.

Ofício do Vigário Capitular de 25 de fevereiro de 1844

Abre-se o Missal Romano, e se lhe dá o texto de um Evangelho para servir de thema, e sobre elle fazer, ou compor um discurso, ou prática, a que chamam homelia, retirando-se para uma sala fechada sem communicação, e ahi compondo-a, e escrevendo de sua própria lettra, assinada, a entrega ao escrivão do concurso para apresentar a Mesa: depois do que, segue-se ir por sua vez cada um dos examinadores a ditar ao oppositor três casos de consciência, que lhe propõem, reduzindo a escripto, por baixo escreve a resolução, as datas e assigna, fazendo dellas entrega ao escrivão na forma dita. O que tudo assim feito, dellas depois de lidas, se conferem para proceder-se à votação. O que tudo assim feito, nellas depois de lidas, se conferem para proceder-se à votação. Adoptou-se pelo último Sr. Bispo diocesano falecido, D. Marcos Antonio de Souza, o systema methodico e arithmético desde 1831, de reduzir todas as peças do concurso a um dos nove casos de consciência dois pontos, vindo a somar vinte (prática que se observava na metrópole Bahiana) estes oibtis admittem a fracção de $\frac{1}{2}$ meio, vindo a dividir-se em meios pontos. Ex. se acontecer (o que raras vezes succede) que um oppositor obtenha a totalidade de 20 pontos, seria approved – nomine discrepante – com a terceira nota de “muito bom”; si porem chegar a 10 pontos e $\frac{1}{2}$ será approved simpliciter, com a primeira nota de “mediocre”. No caso de chegar a 10 pontos só é reprovado; ocorrendo ultimamente alguma dúvida entre os examinadores a respeito das notas como devem ser classificadas os oppositores, quando excedendo os dez pontos $\frac{1}{2}$ (necessários pelo menos para a approvação) e não chegando a 20, qual devia ser a nota que lhe correspondesse, tomou-se sobre isso em mesa synodal um assento de declaração aos 13 de outubro de 1843, que fazendo o oppositor de 13 e $\frac{1}{2}$ até 17 inclusive seria approved com a nota de “bem”; e é o que consta do impresso que vai junto e ao qual me refiro. Feita a conferência dos votos é graduado em 1.º, 2.º e 3.º lugar, o que tem mais pontos na conformidade da computação exposta, quanto a requisito da sciencia; e relativamente as demais qualidades de costumes, madura idade, e prudência se há attenção em contemplar o mais digno de preferências que outro em 1.º, 2.º ou 3.º lugar na proposta que deve subir à Augusta presença de S.M.I. acompanhada de uma certidão da somma de todos esses documentos que juntou aos autos.

Fonte: SILVA, D. Francisco de Paula. **Apontamentos para a História Ecclesiástica do Maranhão**. Bahia: Typographia de São Francisco, 1922.

Para as funções de “alta administração” submetidas a concurso, ao término do prazo dos editais e sem que se fizessem os referidos exames, o bispo deveria propor à coroa três dos concorrentes, que também deveriam ser graduados em primeiro, segundo e terceiro lugares. Em quaisquer das funções ecclesiásticas acima mencionadas, a escolha era de direito do imperador, uma vez que o “provimento dos benefícios ecclesiásticos” cabia ao mesmo.

Todos os processos de “oposição” dos escolhidos geravam os chamados processos de “*Colaço*”, associadas à posse da função. A posse ocorria em dois momentos distintos: 1) a “apresentação”, através da qual se designava a pessoa escolhida para exercer as funções postas a concurso (o instrumento para tanto era a chamada “carta de apresentação” do Imperador) e 2) a “colaço”, que dizia respeito à cerimônia solene através da qual se comunicavam as “faculdades espirituais” necessárias para o exercício.

As candidaturas às funções recolhidas ao longo da pesquisa foram registradas no “livro de matrículas, oposições e exames” onde deveriam constar todos os candidatos que se “opussem” a uma vaga, bem como o resultado das avaliações realizadas, caso fossem para funções paroquiais⁵⁶; as “colações” encontravam-se registradas no “Livro de registro de colações ofícios e outros”, onde constavam aqueles que receberam “cartas de apresentação” e foram empossados. O primeiro livro abarca o período de 1845 a 1872, sendo que as últimas candidaturas aos concursos para paróquias vagas vão até 1870, enquanto que o “livro de registro de colações ofícios” abrange toda a segunda metade do século XIX, de 1852 a 1893. Cruzadas as referências em cada livro, foram registradas 201 oposições, das quais 86 eram para funções paroquiais e 115 para os cargos do cabido. Por fim, cabe destacar ainda que as fontes e procedimentos estavam organizados conforme os mesmos princípios de distribuição das posições no interior do espaço sob enfoque. Em vista disso e por razões de ordem metodológica, resolveu-se dividir o enfoque sobre os mesmos em separado.

1.4.3 O acesso aos postos paroquiais.

A análise do “Livro de matrículas, oposições e exames” oferece informações substanciais acerca desses processos concretos de seleção dos candidatos para uma determinada paróquia. Ao longo da pesquisa foram registradas 86 inscrições para os referidos concursos realizadas por 66 agentes, as quais geraram a posse em pelo menos 34 freguesias durante o período. Lamentavelmente não foi possível encontrar os comentários realizados pelos “examinadores synodales” acerca das qualidades “morais” do examinado⁵⁷, assim como as do Bispo quando encaminhava o candidato para a escolha pela “Majestade Imperial”.

A abertura de editais quase sempre abrangia mais de uma freguesia, exceção feita aos concursos abertos para as paróquias vagas da Província do Piauí. Para estas, registraram-se três concursos, cada qual com apenas um candidato: a) Em 1852, João Rodrigues Sarmiento Aranhão para a “Freguesia de Bom Jesus do Iguará”, sendo empossado em 1854⁵⁸; em 1862, “Simpliciano Barbosa Ferreira” para a freguesia de “Nossa Senhora dos Remédios/PI” e

⁵⁶ No livro também constavam duas oposições a confessor, uma que fez o padre Ignácio Raimundo de Abreu e outra que fizera o padre Lourenço Justiniano da Fonseca, as quais não serão incluídas na presente análise.

⁵⁷ Junto aos autos dos processos de oposição tendem a serem anexadas as questões de exame e as respostas escritas dos candidatos, não sendo encontrada nenhuma consideração nas mesmas realizadas pelos seus examinadores. Estas se restringiam à divulgação do resultado geral do concurso, oportunidade em que raramente tais comentários eram realizados.

⁵⁸ Cf: AUTOS de colação, Padre João Rodrigues Sarmiento Aranhão, Cx. 170, doc. 5227, (ano de 1854).

empossado em abril de 1863⁵⁹ e, finalmente, em 1863, Luis de Sousa Melo Piage, para a freguesia de “Santa Filomena/Piauí”, obtendo a posse da mesma em 1865⁶⁰.

De fato, para muitas dessas freguesias não aparecia sequer um concorrente. Raros foram os casos de freguesias como as de “Turi-assú” e “Curupupu” que tiveram, respectivamente, 10 e 09 concorrentes cada, fenômeno que esteve associado também ao alto grau de reprovação verificado no seletivo para as mesmas, ocorrido entre 1852-1853. Como nenhum agente obteve aprovação, exigiu-se a sua recolocação seguidamente para disputa.

Obteve-se o resultado da aprovação ou reprovação de 98,83% (85 de 86 com informações disponíveis). Com base no tipo de conceito obtido, observou-se que a maior parte fora aprovada com o conceito de “mediocre” em sua avaliação (41,17% - 35 de 85 com informações disponíveis). Bem menores fora os percentuais daqueles que receberam como “nota científica” (como se intitulava a pontuação conferida), “muito bom” ou “ótimo”, respectivamente, 2,35% e 8,23% (2 e 7 de 85). Aqueles que receberam “bom” ou “reprovado” têm praticamente a mesma representatividade entre os avaliados, aproximadamente ¼ cada (21 e 20 de 85 com informações, respectivamente).

Quadro I: índices de aprovação e reprovação nos exames

“Medíocre”		“Reprovado”		“Bom”		“Muito bom”		“Ótimo”		Total	
n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%
35	41,17	20	23,52	21	24,70	2	2,35	7	8,23	85	100

Arquivo Público do Estado do Maranhão, Acervo da Arquidiocese do Maranhão, Setor de Códices, LIVRO de Registro de diversos termos (matrícula, oposição, aceitação de residência, exame e aprovação, termo de juízo e assistência) (n.º 217; 1845-1872).

Os três concursos realizados entre 1852 e 1853 concentram a maior quantidade de reprovados entre os investigados, fator esse que pode ter favorecido a adoção de medidas mais rígidas quanto à formação produzida pelos seminários. No concurso de 1866, aberto para as freguesias de “São Benedito de Caxias”, “São Luis Gonzaga do Alto Mearim” e de “Nossa Senhora da Conceição”, por outro lado, estiveram concentrados os melhores “desempenhos” em todo o período. Concorrendo às primeiras, estiveram os padres Sérgio José de Oliveira Santos⁶¹ e João Joaquim Guimarães⁶², que as ocuparam fazendo, respectivamente, 18 e 17

⁵⁹ AUTOS de colação, Padre Simpliciano Barbosa Ferreira, Cx. 170, doc. 5242, (ano de 1863).

⁶⁰ AUTOS de colação, Padre Luiz de Melo Sousa Piage, Cx. 170, doc. 5243, (ano de 1865).

⁶¹ Filho de pais que “viviam de seus bens”, como proprietários de terras em Caxias, Sérgio José Oliveira Santos ordena-se em 1864, depois de uma rápida passagem pelo seminário, obtendo êxito no primeiro concurso paroquial do qual participa.

pontos. Para a última freguesia (Nossa Senhora da Conceição) opôs-se Francisco José dos Reis e Cônego Maurício Fernandes Alves⁶³, tendo este último sido aprovado em primeiro lugar obtendo 19 pontos. Todos eles foram referendados pelo Imperador⁶⁴.

Da mesma forma como era possível concorrer para mais de um cargo quando da abertura de editais, havia a alternativa de concorrer em mais de um pleito quando não se tivesse obtido a inserção desejada. Esse era o caso de vários clérigos que se submetiam mais de uma vez aos referidos exames, alguns dos quais obtendo aprovação somente na terceira tentativa, e outros em nenhuma. Francisco Mariano da Costa⁶⁵, é um caso lapidar, uma vez que, após participar dos concursos de 1862 e 1864, quando não obtivera sucesso, fora finalmente aprovado para a freguesia de “Passagem Franca” em 1866, sendo referendada a sua posse pelo Imperador no mesmo ano.

Eram incomuns, mas havia casos de padres que estando “empossados” em uma freguesia, participavam dos exames, entre os quais, não se tem conhecimento de que algum tenha obtido aprovação. De fato, depois que um sacerdote tomava posse de uma freguesia, através de concurso, muitos obstáculos se interpunham para a sua saída, especialmente no que tange aos procedimentos, que eram bem mais complexos nesse caso (PACHECO, 1969). O padre Januário Daniel Gomes de Castro, por exemplo, vigário colado na freguesia de Nossa Senhora do Icatú desde 1852, opusera-se cinco vezes às vagas de beneficiado e cônego ao longo da década de 60 e em nenhuma delas fora escolhido⁶⁶. Já o padre Marcelino de Assumpção Oliveira (vigário colado da freguesia de Nossa Senhora da Vila do Brejo) ao candidatar-se para outra freguesia, tivera o seguinte resultado: “procedendo-se a analyse e apuração dos pontos, acharão os mesmos examinadores que o examinado tinha feito quatro pontos e meio, ficando assim reprovado e o julgarão insuficiente para continuar a reger a Paróquia em que é vigário colado”. Não houve, porém, notícia de que tenha sido removido.

⁶² Oriundo da cidade de Caxias, João Joaquim Guimarães ordena-se em 1862. 04 anos depois, ao ser aprovado e colado na freguesia de Caxias, de onde se originava, pôde reaver, com o título de benefício recebido, “um terreno sito no largo de S. Benedito de Caxias” que lhe haviam cedido os seus familiares, através do processo de remoção de patrimônio no mesmo ano.

⁶³ A essa altura, Maurício Fernandes Alves já detinha o título de colado em canonicato vago na catedral, obtido em 1864, chegando posteriormente a obter o título de Cônego honorário em 1881, além de desempenhar as funções de lente de liturgia.

⁶⁴ AUTOS de colação, Sérgio José de Oliveira Santos, Cx. 171, doc. 5255, (ano de 1867); AUTOS de colação, Cônego Maurício Fernandes Alves, Cx. 171, doc. 5256, (ano de 1867)

⁶⁵ Filho de lavradores, Francisco Mariano da Costa nascera por volta de 1827, tendo-se ordenado em 1852. Entre suas experiências, circunscritas às funções de administração pastoral e expansão da igreja, sabe-se que entre 1852-1857, fora pároco em Coroatá; chegando a ser também encarregado de Pinheiro, quando já era colado na Freguesia de Passagem Franca.

⁶⁶ AUTOS de oposição, Januário Daniel Gomes de Castro, Cx. 203, doc. 6710, (ano de 1860); Cx. 204, Doc. 6727, (1862); Cx. 204, Doc. 6732 (1863); Cx. 204, Doc. 6738, 1864; Cx. 205, doc. 6761 (1866);

Ao contrário, o mesmo é encontrado, posteriormente, sendo designado pelo Bispo, através de “provisão”, para responder pela freguesia de S. Sebastião da Vargem Grande.

Eram freqüentes também os casos de clérigos que mesmo se ordenando há pouco tempo não conseguiam aprovação nos exames, em que pese o contato recente, através do seminário, com os conhecimentos exigidos nas avaliações. Entre outros, pode-se recorrer ao caso de José Antônio Carneiro, nascido entre 1835/1837, “pouco mais ou menos”, ordenado aos 29 anos, e que é reprovado no primeiro exame realizado, logo que obtêm o presbiterado em 1864. Desempenhando funções provisórias em outras freguesias, obtêm êxito para a freguesia de “Santa Helena” cinco anos depois⁶⁷.

O fato é que, pelo menos desde a primeira metade da década de 1870, parece não ter ocorrido mais nenhum concurso para pároco (o **ANEXO D** dispõe sobre os últimos colados e a estrutura da distribuição nessas posições até 1872). Na proporção em que iam falecendo os antigos “vigários colados”, isto é, aqueles que foram aprovados em concurso anteriores, as freguesias, ou ficavam sob o encargo de uma paróquia próxima, sobrecarregando o vigário (encarregado) com a extensão da área em que teria de prestar serviços, ou aguardariam em vacância a designação de um encomendado⁶⁸. Como afirmara Condurú Pacheco (1969, p. 342) a esse respeito, “Esta grande penúria de operários vae dando logar a que haja Paroco que tenha a seo cargo a administração de duas e três freguezias, com grande detrimento do pasto espiritual”.

Paulatinamente, as passagens de párocos por várias freguesias, através de “provisões” do bispo foram se tornando o principal meio de acesso a essas funções, situação que abrange todo o último bispado do período. Nessa forma de acesso, a avaliação dos períodos de permanência ocorria com maior regularidade (anualmente), ocasionando uma grande rotatividade dos sacerdotes empregados nessas funções. Extinguiram-se então os casos de “Vigários colados” como o Padre João Francisco Martins, que permaneceu na freguesia de Parnahiba de 1837 a 1887, exatos 50 anos. O fato das provisões desses provimentos distribuírem-se por documentos mais diversos, por outro lado, constitui a principal razão pela qual não parece ser possível, no atual estado da investigação, constituir um quadro preciso das

⁶⁷ Cf. AUTOS de colação, José Antônio Carneiro, Cx. 171, doc. 5262, (ano de 1869)

⁶⁸ As constituições primeiras do arcebispado da Bahia indicavam em que condições e como deveriam os “ordinários prover de encomendados as igrejas paroquiais”: “Entre todos os cuidados de nosso pastoral officio, o principal é que se não falte as ovelhas de nosso Arcebispado, que por disposição divina nos estão acommetidas, com o espiritual pasto dos Sacramentos, da Doutrina Cristã e officios divinos. E assim encommenda muito o direito, e Sagrado Concilio Tridentino, que todas as vezes que as Igrejas parochiaes curadas tem necessidade de serem providas de encomendados, pela ausência, enfermidade, insufficiencia, ou qualquer impedimento dos parochos, os Ordinários provejão as igrejas dos taes encomendados, assignando-lhes cõngrua para sua sustentação dos fructos das mesmas Igrejas” (TÍTULO XXVIII, n.º 535, Livro 3º, p. 207).

freguesias pelas quais passaram cada um dos sacerdotes, dando conta do tempo em que permaneceram em cada uma das paróquias e da quantidade de passagens realizadas. Sabe-se, no entanto, que estas foram se tornando mais diversas ao longo do período.

1.4.4 A ocupação dos postos no “cabido” diocesano.

A princípio, tudo indica que os procedimentos para alcançar uma das funções nas instâncias centrais eram mais flexíveis. Todas as candidaturas recolhidas quanto a elas diziam respeito aos cargos do chamado “corpo capitular do cabido” (porção “mais seleta” do “cabido” composta pelos cargos de “beneficiado”, “canonicato” e uma das “dignidades” – “arcipreste, deão, arcediogo e mestre-escola” – em negrito no quadro anterior). As informações encontradas ao longo da pesquisa relativas às demais funções do “cabido” (chamadas de “empregos anexos”) são muitíssimo menores, constando, possivelmente, em algum dos “Livros de Registros Gerais da Câmara Eclesiástica” ou dos “Livros de registro do “cabido” da Catedral da Sé”, dado que o bispo deveria distribuí-las em conjunto com o “cabido” (a metade deveria ser pelo menos composta por sacerdotes e o restante por “diáconos” e “subdiáconos”). Observou-se, no que tange a esse aspecto, que a tendência foi a de oferecer os referidos postos de preferência aos “subdiáconos” e “diáconos”.

Como se sabe, as “dignidades do “cabido”” foram instituídas com a finalidade conservar e aumentar a disciplina eclesiástica servindo de exemplo e apoio na tarefa dos bispos. Segundo o “Concílio Tridentino”, elas deveriam funcionar como uma espécie de “cabeça” a demonstrar as condições que se pretendiam para o corpo da igreja. Para ser uma dignidade era necessário ter, no mínimo, 25 anos e ser recomendado pela “sabedoria e integridade dos costumes”. Para as demais funções do “corpo capitular”, devia-se buscar clérigos idôneos de pelo menos 22 anos. A recomendação, conforme o mesmo Concílio, era que todas as dignidades, ou pelo menos a metade dos canonicatos, fossem doutores ou licenciados em teologia e direito canônico, desejando-se torná-la uma categoria de titulados/intelectuais (PACHECO, 1969; ZANON, 2005, p. 03-04).

No período entre 1850 a 1893 (em 1897 ocorre o último registro de colação), foram registradas 115 “oposições”, havendo registro de pelo menos 50 “colações” nos referidos benefícios, obtidas por 40 agentes diferentes. A distribuição das concorrências, em ordem decrescente, são as que seguem: 47,82% (55 de 115) para canonicato; 41,73% (48) para beneficiado; 6,08% (07) para Arcipreste; 2,60% (3) para Chantre e 1,73% (2) para mestre-escola. A distribuição das oposições está também relacionada ao número de vagas disponíveis

para cada função (conforme se pode verificar no quadro anterior), e às vacâncias nos cargos ao longo do período.

Quadro II: distribuição das “oposições” ao “cabido” conforme o cargo de destino

“Canonicato”		“Beneficiado”		“Arcipreste”		“Chantre”		“Mestre-Escola”		Total	
n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%
55	47,82	48	41,73	07	6,08	3	2,60	2	1,73	115	100

Arquivo Público do Estado do Maranhão, Acervo da Arquidiocese do Maranhão, Setor de Códices, LIVRO de Registro de diversos termos (matrícula, oposição, aceitação de residência, exame e aprovação, termo de juízo e assistência) (n.º 217; 1845-1872).

Da mesma forma que para os concursos paroquiais, era sempre possível inscrever-se mais de uma vez para uma dessas funções. O fato de padres chegarem a se candidatar cinco ou seis vezes para uma mesma função, dão uma mostra do quão cobiçadas eram essas posições. Para aqueles que não obtinham êxito em nenhum dos concursos para esses cargos, era possível, no entanto, investir no acesso às funções paroquiais. O padre Manuel Viriato de Araújo Bogea, por exemplo, que expressara no processo de patrimônio o seu desejo de estudar em Roma⁶⁹, ordenado em 1863, não tendo obtido êxito nas duas oposições que fizera a beneficiado em 1864 e 1865, participara do pleito de 1869 para a freguesia de “São Francisco Xavier de Monção”, quando fora aprovado com o conceito de “mediocre” e empossado na referida paróquia⁷⁰.

Não havia, por outro lado, uma relação direta entre a formação obtida e a ocupação de uma das funções do corpo capitular. O padre José Raimundo da Cunha⁷¹, doutor em “theologia dogmática”, por exemplo, se inscrevera em duas oportunidades para a função de cônego, as duas sem sucesso em 1862 e 1863⁷², tendo sido preterido em relação a outros com menor titulação. Nessas condições, ter sido um bom aluno no seminário não oferecia garantia alguma para o referido acesso, já que os concursos não se resolviam necessariamente a favor do mais “douto”.

Entre aqueles que obtinham sucesso na aquisição da vaga de “beneficiado”, muito dificilmente deixavam de concorrer depois para a de “canonicato”, alguns dos quais somente

⁶⁹ Cf. AUTOS de patrimônio, Manuel Viriato de Araújo Bogea, cx. 37, doc. 1417, (1859).

⁷⁰ Cf. AUTOS de oposição, Manuel Viriato de Araújo Bogea, Cx. 204, doc. 6739 (1834); cx. 204, doc. 6753 (1865). AUTOS de colação, cx. 171, doc. 5263.

⁷¹ Em vista disso, o Dr. José Raimundo da Cunha manteve-se apenas como beneficiado obtido em 1861 e como lente do seminário de Nossa Senhora das Mercês, até quando, em 1881, retirara-se para outra diocese.

⁷² Cf. APEM, Setor de Códices, LIVRO de Registro de diversos termos (matrícula, oposição, aceitação de residência, exame e aprovação, termo de juízo e assistência) (n.º 217; 1845-1872).

obtendo êxito depois de sucessivas tentativas⁷³. Exemplo disso é o caso do padre Manuel da Costa Delgado que depois de obter um cargo de beneficiado na catedral, concorrera pelo menos mais três vezes á vaga de “canonicato” (em 1857 e duas em 1860) até que obtivesse a designação para a referida cadeira⁷⁴. Os principais motivos de vacância nos cargos de beneficiado decorriam da passagem de seu anterior ocupante para outra função incompatível com a mesma (geralmente para a função de cônego). Para o canonicato, no entanto, o principal motivo consistia no falecimento de seu antigo ocupante, o que dá uma idéia da disposição à permanência vitalícia nessa função, podendo-se afirmar o mesmo quanto às dignidades.

A quantidade de “documentos” anexados nas candidaturas para “beneficiado” eram, em geral, bem menores que aqueles para os cargos de canonicato e, sobretudo, que aqueles para as “dignidades”, indicando que a referida função estava entre as primeiras formas de ingresso dos recém-ordenados. Se o número de experiências elencadas aumenta significativamente no que tange aos cargos de canonicato e dignidades, isto indica, por outro lado, que a forma de ingresso nessas posições tendia a ocorrer de maneira mais “tardia”.

O exame das diferentes experiências invocadas a fim de comprovar a competência particular dos opositores à dignidade de Arcipreste, concurso aberto em 1853, não apenas exemplificam essa tendência como também permitem avançar na explicitação de outros aspectos importantes implicados nos mecanismos de ocupação dos postos do “cabido”. Para o referido pleito compareceram três candidatos: 1) o Pe. Candido Pereira de Lemos; 2) o Cônego Antonio Maurício da Costa Leite e 3) O Cônego Raimundo de Almeida Sampaio. Além das “folhas corridas”, os documentos comprobatórios da capacidade de cada um foram os seguintes:

⁷³ Pouquíssimos agentes obtiveram êxito imediato em todos os pleitos, a exemplo do já citado Pe. Raimundo da Purificação dos Santos Lemos e de Osório Athaide Cruz, a respeito dos quais trataremos oportunamente. A regra geral, no entanto, era que se fizessem sucessivas tentativas.

⁷⁴ Cf. APEM, Setor de Códices, LIVRO de Registro de diversos termos (matrícula, oposição, aceitação de residência, exame e aprovação, termo de juízo e assistência) (n.º 217; 1845-1872) e APEM, Setor de Códices, LIVRO de Registro de Colações, ofícios e outros (n.º 302; 1853-1899)

Quadro III: Candidatos e documentos anexados para a vaga de Arcipreste em 1853.

Cargo/Nome	Candido Pereira de Lemos	Antônio Maurício da Costa Leite	Raimundo de Almeida Sampaio
ARCIPRESTE (1853)	<p>1. Provisão de escrivão ajudante da Câmara Episcopal; 2. Certidão de batismo, sentença de habilitação de gênero e carta de ordens; 3. Licença para confessar; 4. Provisão de Vigário Encomendado da Freguesia de Parnaguá/PI; 5. Outra certidão de provisão para a mesma freguesia; 6. Provisão de vigário da vara para a mesma freguesia; 7. Uma certidão comprovando ter sido Vigário da Vara “por todo o tempo de sua presença”; 8. Ministério de Juiz das Justificações; 9. Colação na freguesia de Parnaguá; 10. Atestado do Bispo D. Antônio Marcos de Sousa sobre sua “conducta moral”; 11. Título de colação em canonicato da catedral; 12. Certidão de secretário do “cabido” durante 12 anos; 13. Certidão de ter servido no ministério de penitenciário da catedral (13 anos); 14. Uma licença para a faculdade de absolver; 15. Uma portaria pela qual fora nomeado Professor de Rhetórica e Poética do Seminário Episcopal, desde mil 1848; 16. Uma portaria pela qual fora nomeado Promotor do Juízo Eclesiástico; 17. Outra, pela qual fora nomeado Examinador Synodal; 18. Uma provisão pela qual fora nomeado “Escrivão do Auditório Eclesiástico e da câmara episcopal”; 19. Uma provisão pela qual foi nomeado “Membro da Junta Administrativa do Seminario Episcopal”; 20. Uma provisão no qual é confirmado no “Emprego de Escrivão do Auditório Eclesiástico e Câmara Episcopal”, etc.</p>	<p>1. Certidão de Batismo e “sentença de gênero em forma de carta de ordens”; 2. Certidão de registro da Provisão como Coadjutor da Freguesia de São Bento da Cidade Alcantara; 3. Um atestado do Bispo D. Antônio Marcos de Sousa em “abono de sua conducta moral e de seus serviços, achandosse assim nas circunstâncias de ser Beneficiado”; 4. Outro atestado do mesmo bispo “julgando-o com a dufficiência requerida para um Canonicato”; 5. Duas certidões em que mostra ter tomado posse de vagas de beneficiado e canonicato (este desde 1839); 6. Certidão de ter servido os “officios de secretário Apontador, e de Prioste Geral do Illustríssimo e Reverendissimo “cabido””; 7. Um atestado do “Governador interino do Bispado”, “em que faz ver que o Reverendissimo oppositor pelos serviços que tenha prestado à Igreja e por sua conducta civil, religiosa e moral estava no caso de fazer a opposição à Diginidade de Mestre escola e de ser nella apresentado por Sua Magestade Imperial” bem como “à Dignidade de Arcipreste da Catedral desta cidade”.</p>	<p>1. Certidão de Batismo e “sentença de gênero em forma de carta de ordens”; 2. Provisão de Adido a Matriz de Nossa Senhora da Conceição de São José de Caxias, com uso de vestido talar e tonsura; 3. “dita de capellão Numerário da mesma; 4. “Dita de Coadjutor da freguesia de São Bernardo do Brejo dos Anapurús”; 5. Dita de Vigário Encomendado da Freguezia de Nossa Senhora da Nazareth da Trisidella”; 6. “Dita de vigário Encomendado da mesma”, desde maio de 1835; 7 “Dita de Vigário Encomendado da Freguesia de San Benedito da cidade de Caxias”; 8. “Título de Vigário Collado da mesma Freguesia de San Benedicto com Mandado de Caprienda”; 9 Título de Colação em canonicato da Catedral desta cidade; 10. “Uma certidão em que mostra ter sido Deputado Supplenete d’Assembléia Provincial, prestado juramento e tomado assento”; 11. “Uma portaria pela qual foi nomeado Examinador Synodal do Bispado; 12. “certidão que mostra ter sido , e estar regendo a Cadeira de Grammatica Latina do Seminário Episcopal da cidade com bastante aproveitamento dos alunos; 13. “Um atestado em abono de sua conducta pelo Excelentíssimo Senhor Bispo Dom Marcos Antonio de Sousa”, etc.</p>

APEM, Setor de Códices, LIVRO de Registro de diversos termos (matrícula, oposição, aceitação de residência, exame e aprovação, termo de juízo e assistência) (n.º 217; 1845-1872)

Conforme se poderá observar no quadro, o resumo das experiências apresentadas pelos concorrentes dá uma mostra de que o acesso a essas posições não era “dado” a qualquer um. O mesmo pode ser dito a respeito de qualquer das candidaturas às dignidades. A observação das experiências institucionais invocadas para atestar a legitimidade dos candidatos demonstra ainda a diversidade do próprio percurso dos mesmos, envolvendo desde funções paroquiais, professores, até funções do próprio “cabido”. Não se tratam de trajetórias típicas, como será demonstrado oportunamente.

Convém observar, no entanto, que as experiências que denotavam os serviços prestados à igreja não davam conta unicamente dos trajetos desenrolados no interior do corpo institucional, como também chegavam a incorporar “licitamente” critérios mais heterogêneos, extra-eclesiais⁷⁵, como o invocado pelo cônego Raimundo de Almeida Sampaio, que no item 10, anexa “Uma certidão em que mostra ter sido Deputado Supplente d’Assembléia Provincial, prestado juramento e tomado assento”.

Um segundo traço marcante deverá ser observado em todas as experiências apresentadas. A legitimidade do pretendente não é garantida somente pelas experiências detidas ao longo do “itinerário profissional”, elas estavam condicionadas ainda à posse de “atestados de conducta moral” concedidos por uma autoridade diocesana, instrumentos fundamentais para a legitimação do candidato. Em outras palavras, o fato de se tratarem de trajetórias de relativo sucesso, distintas pelas combinações de percurso e acúmulo de funções, não bastam como pré-requisitos para a ocupação da posição pretendida.

Este não é fenômeno isolado. O acionamento desse mecanismo de apresentação que atestaria a excelência profissional do concorrente era, na realidade, bastante freqüente no acesso aos postos do “cabido”. Sempre que um agente dispunha de relações com agentes melhor posicionados que pudessem lhe fornecer uma “certidão”, atestando sua competência, ela era anexada aos autos. Como conseqüência, na ocupação dessas posições não deixava de haver um peso decisivo do recurso a formas de *patronagem profissional*, denotando a importância das *relações de reciprocidade* como critério para indicação aos cargos, preferência ou promoção.

De fato, o grau de inserção nas redes de patronagem internas à esfera eclesial, ou a obtenção de recompensa por serviços ou empenho de parentes ou afins junto aos círculos

⁷⁵ Seria preciso recordar aqui casos como o do Pe. Raimundo Alves da Fonseca, quando fizera oposição à vaga de Mestre Escola em 1881, anexando uma certidão com o seguinte teor: “Graciliano Aristides do Prado Pimentel, Bacharel Formado em Sciencias Sociaes e Jurídicas pela Faculdade de Recife, Presidente da Província do Maranhão por sua Magestade o Imperador a quem Deus guarde” “Provejo o substituto da cadeira de Philosophia do Lyceu desta capital, Pare Raimundo Alves da Fonseca na serventia vitalícia da referida cadeira. Palácio da Presidência do Maranhão, 13 de Agosto de 1878”.

centrais do Império (dando conta da detenção de contatos importantes com o centro do poder nacional) funcionavam como recursos tacitamente utilizados para a progressão na carreira.

Em alguns casos, o apoio do bispo concedendo um atestado de boa conduta, mas também de religiosos em posições de comando, poderiam ser tão ou mais importantes que a família de procedência. É precisamente nesse sentido em que atua a ligação a um “eclesiástico” importante, facilitando as referidas indicações. Estas são tanto mais recorrentes, quanto mais destacadas as funções na hierarquia, decrescendo, conseqüentemente, nos níveis menos bem quistos. Em outras palavras, dos mais altos escalões, passando pelos níveis intermediários e inferiores, o que se encontra não é senão a operação desse mesmo princípio, diferindo apenas no que tange à escala.

Tal como nos procedimentos de habilitação sacerdotal, em que a instituição visava oferecer um alto grau de neutralidade e objetividade aos procedimentos de avaliação do ingressante, nos procedimentos de “oposição” a cargos do “cabido” também se transmudam os pontos de vista subjetivos em índices de um julgamento legítimo. Dessa forma, o *capital simbólico personalizado* (BOURDIEU, 2002), quer do ordenando, quer do candidato a uma função no “cabido”, detinha centralidade em todas as modalidades legitimadas de acesso, com a diferença de que dependendo da posição e do prestígio da função, elas eram mais ou menos invocadas.

O tipo de relações de reciprocidade mais visíveis nessa documentação consiste, por conseguinte, no “favor” de fornecer essas certidões, referenciando, quase que exclusivamente, a importância do modelo de *relações de reciprocidade e parceria* entre agentes localizados em posições distintas, geralmente *verticalizadas*, internamente à instituição (LANDÉ, 1977). Assim, quanto maior fosse a proximidade dos agentes em condições de favorecê-lo com uma certificação legitimada e maior o prestígio daquele que indicava, maiores eram as chances de acesso aos postos. A condição para tanto, consistia em ter trânsito junto a esses agentes, o que significava freqüentemente ter acesso aos escalões mais centrais da diocese – expediente mediante o qual os agentes viam multiplicadas as suas próprias chances de inserção.

Em suma, quer-se indicar que as possibilidades de se fazer valer a “experiência” nessas disputas por posições seriam bem menores do que aquelas nas quais o *parentesco* e o *capital simbólico personalizado* teriam papel decisivo. Seriam mais reduzidas, certamente, mas não deixariam também de ter um peso, afinal, elas deveriam funcionar como elemento comprobatório em uma disputa cuja “largada” já era desigual desde a sua saída.

1.4.5 As transformações e permanências no mecanismo de acesso a cargos eclesiásticos.

Na manhã do dia 08 de outubro de 1856, no Paço da Boa vista imperial, houve uma reunião do Conselho de Estado, “sob a presença do muito Alto e muito Poderoso Senhor Senhor D. Pedro” em que se discutiu a questão da “apresentação” e “colação” em “benefícios eclesiásticos”. A questão fora suscitada pelo desfecho de um concurso para canonicato vago na sé de Mariana, em 1854, para o qual compareceram dois únicos concorrentes: o Padre Joaquim Antônio de Andrade Benfica e o cônego honorário José de Souza e Silva Rossin. Ao apresentar os candidatos ao Ministro da Justiça, o referido bispo propusera “em primeiro lugar” o padre Andrade Benfica, e fora bem taxativo acerca do padre Rossin⁷⁶. Entretanto, através do decreto imperial de 10 de setembro de 1855, o Ministério Paraná escolhera justamente o cônego honorário Rossin. Em vista disso, dirigiu-se o referido bispo ao próprio Imperador “pedindo que sustasse a execução do decreto de setembro do ano anterior e mandasse pôr, novamente a concurso, o canonicato”. Essa fora a questão suscitada no Conselho de Estado.

O foco da questão deslocava-se, nas diferentes intervenções, do direito do imperador de escolher o candidato proposto, como bem o entendesse, ou se essa escolha estaria também condicionada à posse de predicados morais exigidos para o exercício do cargo. O direito da “livre escolha da Coroa no provimento dos benefícios”, exercendo inclusive o poder de empossar, independentemente dos bispos, fora a tese que venceu. Em 1857 a decisão foi finalmente proferida, determinando ao Bispo de Mariana o cumprimento da “carta de apresentação”.

O desfecho da reunião do Conselho de Estado, com a reafirmação do “direito” do Imperador sobre o “provimento de benefícios”, referenda toda uma bibliografia já produzida a respeito das “ingerências” do poder civil sobre o poder eclesiástico quanto à questão do acesso e posse de cargos. Tal constatação evidencia como a lógica de designação para os postos não era constituída a partir de critérios estritamente internos e institucionais, o que sem dúvida era verdadeiro. Mesmo não havendo nenhum concurso, o Imperador poderia indicar um agente para determinada função, independente de qualquer processo, ou até mesmo de que

⁷⁶ Padre amancebado que levava sua filha, quando menina, “por sua mão, às procissões, vestida de anjo, com público escândalo da cidade”. “Os seus escândalos e destempestivos cada vez mais se aumentam, não precisamos levantar as vistas do seu Colégio, para conhecermos o ponto de descaramento e imoralidade e desaforo de tal homem. Ele não para um só dia em casa, não cessa de transitar pelas vizinhanças em deboche e prostituição, deixando o Colégio a um irmão, que está quase sempre bêbado, e anda pelas ruas de noite a fazes barulhos, e apenas chega a noite concorre para o Colégio com um bando de prostitutas: e para maior escândalo leva agora, para o Colégio, as suas próprias irmãs de mistura com os estudantes”.

o indicado tivesse passado por todas as ordens. Bastaria mencionar o caso do Padre Domingos Elias Costa de Moraes, que mesmo sem ter terminado os estudos no seminário fora, segundo juízo do próprio reitor da instituição, “incompetentemente nomeado pela falta das habilitações” para o cargo de “capellão do 2ª corpo de voluntário da província do Piauí” em 1865⁷⁷. Ao que se sabe, no entanto, a quantidade de agentes que ingressaram desta forma (através de apresentação imperial e sem que houvesse nenhum concurso) fora bastante diminuta no Bispado do Maranhão durante o período, a julgar pelo conhecimento de que apenas um agente adentrara desta forma⁷⁸.

Com efeito, o estudo das fases concretas pelas quais deveria passar um candidato a uma vaga, permitem apontar algumas tendências, um pouco além do que o enfoque mais geral permitiria observar⁷⁹. Em primeiro lugar, quanto aos concursos paroquiais (para os chamados “benefícios curados”), pode-se afirmar que, pelo menos durante certo período, os mesmos exigiam um nível mínimo de preparação intelectual, sem o qual dificilmente se obteria a aprovação necessária. Durante a segunda metade do século XIX, no concurso para as funções paroquiais, sempre fora observado o critério da maior nota para provimento na freguesia.

A realização de “concursos” representou então, até certo período, uma modalidade de controle da atividade pastoral do clero, regulando com base nos exames o acesso a essas funções. Contudo, na medida em que a ocupação das paróquias foi se tornando mais dinâmica (coincidindo com o fim dos concursos para párocos), e que a forma de exercício paroquial predominante tornara-se a de “encarregado” ou “encomendado”, esse sistema tendeu ao acúmulo cada vez mais efetivo pelos bispos do controle sobre as permutas de agentes pelas freguesias de que se compunha o bispado.

Ainda que isso não signifique que a instituição eclesiástica tivesse se tornado autônoma quanto aos critérios e os mecanismos que presidiam esse posicionamento (os candidatos continuavam a ser empossados pelo imperador), no plano da administração pastoral direta esse controle tornou-se mais concentrado nos limites propriamente institucionais ao longo de todo o período. Essa tendência ao corporativismo não significa,

⁷⁷ Cf: Arquivo Público do Estado do Maranhão, Acervo da Arquidiocese do Maranhão, Setor de Códices, LIVRO de correspondência recebida pelo governador do Bispado dos Seminários de Santo Antônio e Mercês (n.º 276 – 1862-1866).

⁷⁸ Seria temerário, entretanto, no atual estado das pesquisas, realizar afirmações mais peremptórias sobre esse número, uma vez que fatores diversos como o extravio de documentos do acervo da arquidiocese podem intervir nessa questão, não permitindo a comparação segura entre os fundos, donde se perceberia a ausência de oposições frente às colações realizadas. O caso assinalado fora o do Padre Manoel Tavares da Silva, conforme assinalado por Condurú Pacheco (1969).

⁷⁹ Valeria à pena que mais estudos fossem desenvolvidos acerca dos referidos concursos, oferecendo aportes para compreensão dos condicionantes envolvidos nesse processo. Poucas referências, entretanto, serão encontradas na bibliografia disponível sobre a história da igreja católica no Brasil.

contudo, que as relações personificadas com base na reciprocidade perdessem importância enquanto mecanismos de acesso privilegiado a essas funções.

A ocupação das posições no “cabido”, por outro lado, estiveram mais sujeitas às ingerências externas e ao emprego de critérios exógenos como condições de acesso, fenômeno visível também pela própria continuidade da posição central do Imperador na condução para esses postos, o que se manteve durante todo o período sob recorte. Isto ocorria, certamente, por que entre essas funções estavam os mais apetecidos cargos ou as principais “vias de acesso” aos escalões intermediários e superiores do aparelho eclesiástico. A possibilidade de exercer um grande número de ofícios (acumulando rendas) e funções que eram fontes de consagração social, como os que caracterizam o percurso inaugurado por essa via, tendiam a mostrar-se como as mais convidativas para investimento dos agentes mais bem dotados de um certo capital de relações sociais importantes e melhor posicionados socialmente.

A observação de que entre esses agentes estavam aqueles dotados com os melhores títulos escolares e cujo número de passagens por funções era bem mais diverso (o quadro dos opositores à função de Arcipreste poderia ser tomado como ilustrativo disso), poderia levar o pesquisador a tomar o efeito pela causa: explicando a ocupação de um posto pelo papel exclusivo de critérios como “antiguidade” e “capacidade”. Contudo, antes de serem pontos de partida, a candidatura a cargos, as passagens por funções e os documentos anexados parecem ser um indicativo, na realidade, do grau de dotação dos agentes com vínculos de patronagem eficazes ao longo de sua própria trajetória.

1.4.6 A divisão entre as vias de acesso e as relações de reciprocidade.

Em que pese às distinções entre um e outro tipo de acesso, espera-se ter demonstrado que os cargos de destino compõem, na realidade, uma mesma estrutura, onde as funções paroquiais formam a base inferior, e os do “cabido” a parte superior, e que o acesso a cada uma dessas vias segue procedimentos distintos. Contudo, a distinção entre um e outro procedimento não permite visualizar outras diferenças significativas.

Ao compararem-se os agentes que obtiveram postos no “cabido” (ou que simplesmente concorreram para os mesmos) com aqueles que chegaram a submeter-se a exames para tornarem-se “proprietários” de freguesias⁸⁰ o que se observou foi que

⁸⁰ Isto só tendia a ocorrer quando havia concorrência para uma freguesia próxima a sede, a exemplo de Severino José dos Santos que, tendo obtido o cargo de beneficiado em 1857 e o de canonicato em 1866, candidatara-se à freguesia de São João Batista da Capital em 1870, não obtendo êxito (“nota científica” - medíocre).

pouquíssimos agentes que tinham se candidatado às primeiras funções chegaram a envolver-se posteriormente em disputas pelas segundas (mesmo entre aqueles que não obtinham aprovação). Poderia-se objetar, no entanto, que os concursos para postos paroquiais não tiveram prosseguissem durante todo o período, e que se o mesmo ocorresse, provavelmente essa diferença não seria significativa.

Ocorre que essa tendência era igualmente verdadeira em sentido contrário. Reduzido fora o número de agentes que tendo concorrido a uma das freguesias ou sendo “proprietário” das mesmas, chegaram a disputar os cargos no “cabido”. Isto tendia a ocorrer quase que exclusivamente nos casos de párocos que estavam à frente de uma das freguesias que compunham a sede, mas próximas do centro do Bispado.

De fato, a ocupação de uma paróquia pobre ou a passagem por várias freguesias não atribuíam necessariamente um valor distintivo que se traduzisse na “promoção” para uma função junto às instâncias centrais. Seria válido, nesse sentido, mencionar aqui o caso da disputa ocorrida entre o Pároco Manoel Ribeiro de Macedo Camara e Motta e o recém-ordenado Pe. Raimundo da Purificação dos Santos Lemos por um canonicato da catedral, em 1867. O primeiro sacerdote havia sido “vigário em Alto-Meary, Codó e Coroatá onde prestara relevantes serviços, até construção de matriz com dispêndios seus. Português com 25 anos de sacerdócio, era lavrador abastado e político influente, tendo sido mais de uma vez vereador e Juiz Municipal; depois, brasileiro naturalizado, mesmo não muito culto”. O segundo, com 25 anos de idade, havia se ordenado “a um ano e meio”, tendo muito rapidamente tornado-se beneficiado da catedral, lente e Reitor do Seminário, além de exercer funções de “escritor”. Entre os dois, “o Pe. Purificação fora o nomeado” (PACHECO, 1969).

Na realidade, a opção pelos postos não era livre de quaisquer condicionantes. Cada uma das fases sucessivas pelas quais passava um agente dentro da instituição certamente interagiam nas avaliações que cada um fazia das oportunidades e perspectivas em relação ao próprio futuro dentro da instituição. É fundamentalmente esse o critério omitido e obnubilado pela própria mecânica de “provimento” nos postos através dos concursos. Há um processo de clivagem/divisão que é anterior a qualquer concurso, direcionando os agentes para as posições que poderiam ou deveriam ocupar. Essa é uma das primeiras distinções significativas a serem destacadas.

A segunda, como também já fora sugerido na abordagem das fontes, consiste no fato de que a mecânica que regula o acesso tanto aos níveis inferiores quanto superiores da hierarquia resulta da combinação entre mecanismos formais (procedimentos, normas, critérios) e informais (tais como aquelas relacionadas às alianças, e às reciprocidades)

(LANDÉ, 1977). Em outras palavras, os mecanismos propriamente institucionais são permeados e permeáveis então ao recurso à rede de relações personificadas de reciprocidade detidas por cada agente, formando um conjunto compósito, mas não contraditório. Quer dizer, o que há aqui, de fato, é um entrelaçamento entre os procedimentos formais e informais onde a mobilização das relações pessoais, sem substituir o trâmite burocrático, incrusta-se com o mesmo, afirmando-se como mecanismo e estratégia reconhecidos e importantes para progressão na carreira.

De fato, os documentos relativos à mecânica de acesso aos postos estão perpassados por indicações acerca da existência dessas relações de reciprocidade postas em ação no ambiente interno da instituição eclesiástica. Essas formas de troca, que podem ser concebidas conceitualmente através de noções como “clientelismo”, “patronagem”, “aliança diádica”, “conhecimento”, etc., eram, na realidade, intersticiais e estruturantes na carreira eclesiástica. Sem serem proclamadas, as condições de sua eficiência estavam inscritas na própria estrutura.

O exame de um dos níveis em que essas relações se apresentam, nomeadamente aquele que comanda o acesso aos postos, não significa, entretanto, que inexistam outros níveis. Como os próprios critérios de recrutamento estavam baseados tacitamente no capital de relações sociais e na reciprocidade, havia, como já observado por Coradini (2003) para outra instituição, uma espécie de *efeito de clube* que assegurava que quanto mais destacada a função, mais diminuto era então o número de candidatos que estavam em condições de disputá-la.

Essa limitação das condições de acesso a determinadas posições pode ser concebida ainda como um efeito daquilo a que Eric R. Wolf (2003, p. 108) chamou de *panelinhas*, isto é, de alianças que num contexto de distribuição diferenciada de poder visavam assegurar a previsibilidade do atendimento de necessidades e promoções. Assim, na medida em que atendia aos interesses de coalizões individuais, tal recurso tinha como conseqüência o fato de que as chances de acesso a determinados recursos não apenas encontravam-se dependentes da posse de laços de amizade importantes, como também tendiam a se tornar conhecidas com bastante antecedência.

* * *

Realizado através da disposição de um conjunto diversificado de técnicas simbólicas o sistema de classificação eclesiástico, tomado a partir de três situações de ruptura (a formação eclesiástica, a habilitação sacerdotal e os mecanismos de acesso aos postos), consistia em um conjunto de instrumentos poderosos para controle do recrutamento e seleção do clero,

servindo simultaneamente para a inclusão de uns e a exclusão de outros. A respeito desses mecanismos de reprodução, algumas dimensões devem ser evidenciadas.

A primeira delas consiste em que essas situações iniciáticas se aplicam em pontos diferentes do acesso e progressão dos ingressantes, estando cronológica e simbolicamente articuladas. Assim, cada um desses momentos influi sobre os demais, funcionando como uma cadeia interdependente de classificações, reclassificações e desclassificações (BOURDIEU, 1998). Ou seja, cada nova situação social e institucional que geravam, estava estritamente associada aos ritos anteriores, mantendo uma relação de dependência. Em segundo lugar, como esses mecanismos não eram demarcados por regras e princípios despersonalizados, ainda que baseados em uma linguagem juridicamente regulamentada e reforçada pela prática de gerações, por meio deles também se evidenciava a importância que o capital social e as formas de reciprocidade e patronagem profissional tinham no acesso e progressão profissional, enfim, nos destinos individuais. Aliás, era justamente nesses momentos em que esses componentes implícitos tendiam a manifestar sua função decisiva. Um terceiro aspecto que merece ser observado diz respeito ao fato de que dentro desse sistema é possível notar que os tributos oficialmente exigidos do ingressante tendiam à mesclagem de características que diziam respeito tanto à aquisição de uma competência técnica, de uma apreensão das regras, costumes e valores que serviam de parâmetros à instituição, quanto de uma competência moral e religiosa derivada de sua relação com as normas de conduta consagradas no espaço católico (“piedade”, “zelo”, “ortodoxia da fé e devoção à Santa Sé”, “espírito de sacrifício”) e na sociedade em que estavam inseridos (“boa reputação”, “hábitos irrepreensíveis”, “aptidão à colaboração”, “caráter equilibrado”, “sensibilidade social”, “origem familiar”) (SEIDL, 2008).

Capítulo 2: POR UMA HISTÓRIA SOCIAL DOS AGENTES: a composição social das elites eclesiásticas no Bispado do Maranhão.

Em se tratando de um estudo cuja finalidade é analisar os padrões de seleção e recrutamento de elites eclesiásticas na segunda metade do século XIX, o presente capítulo destina-se a analisar as características sociais dos agentes que ingressaram na instituição dentro do recorte em pauta através da introdução do maior número possível de variáveis a fim de permitir a realização de uma topografia da hierarquia eclesial. Os indicadores utilizados para análise da composição social dos clérigos que ingressaram no Bispado do Maranhão na segunda metade do século XIX, aprendidos ao longo da pesquisa nos documentos institucionais, foram: “freguesia” de origem, período de ingresso, tipo de patrimônio transferido quando do ingresso no clero, idade, profissão do pai, formação, primeiro cargo alcançado (canais de ingresso), aliado às informações presentes na bibliografia disponível a respeito.

A exposição que segue revela então que o ingresso no clero diversificou-se, ensejando a incorporação de novas franjas sociais ao seu corpo institucional. Esse processo de diversificação esteve associado, em primeiro lugar, a um conjunto de fenômenos interdependentes que dizem respeito tanto ao conjunto de transformações internas à esfera eclesial, quanto às (re)configurações pelas quais passavam a própria formação social brasileira, o que criou novas condições para o sacerdócio e a produção vocacional.

Vale dizer, longe de dependerem exclusivamente de mudanças de “cima para baixo” na hierarquia eclesiástica, como se tende a interpretar essas modificações, estavam associadas também à (des)agregação de um sistema patriarcal de organização da família, da economia e da política. Isso interveio certamente para que muitos dos brasileiros que concordavam docilmente em se tornar padres e até frades, para satisfazer desejos de mães piedosas ou imposições de patriarcas arbitrários, começassem a notar que já não estaria mais reservado a eles a carreira eclesiástica na partilha familiar das profissões ditas nobres: Armas, Serviço del-Rei, a Magistratura, o Magistério, a Igreja, posteriormente a Medicina e o Direito (FREIRE, 2002, p. 632).

A deteriorização do relacionamento simbiótico entre Estado e Igreja, donde esta tirava parte de sua força social, certamente intervinha nesse processo. É preciso levar em conta, por

consequente, que a consolidação da burocracia como um dos canais mais importantes de mobilidade ocorreu de forma concomitante à perda de influência da elite eclesiástica e seu afastamento da esfera burocrática estatal, provavelmente intervindo no declínio do interesse em colocar os filhos na instituição eclesial, por parte de expressivos segmentos da elite. Isto parece especialmente válido para os representantes das elites rurais decadentes da Província do Maranhão, sujeitos como estavam às crises periódicas dos setores exportadores e ao clima de instabilidade reduplicado ao nível das suas próprias representações. Para estas, a criação de cargos públicos que dessem conta de abrigar os seus remanescentes foi se afirmando então como uma alternativa fundamental para refrear o seu próprio declínio às custas do apadrinhamento do governo provincial (ALMEIDA, 2009, p. 37).

A alteração na posição relacional da instituição e de seu conjunto de agentes, naquela estrutura de dominação, expressou-se então pela dificuldade de recrutamento de grupos sociais mais dominantes, donde a ameaça de perda de prestígio da instituição como um todo. Apesar de ainda deter algum status no período considerado, entre outros aspectos, por se tratar de uma função cuja reprodução não exigiria o trabalho braçal (e ainda constituir-se em um saber socialmente valorizado), tudo indica que a profissão já não se caracterizasse como uma “carreira nobre”, *strito sensu*, destinada exclusivamente para pessoas de origens sociais mais dominantes, o que não significa dizer que a mesma tenha se “popularizado”, como se tenciona demonstrar.

Dessa forma, na exposição a seguir, ao discutir as principais propriedades constitutivas da população selecionada, serão expostos os obstáculos e lógicas que se impuseram no tratamento do material e na delimitação do espaço de análise. Dando a conhecer as operações mesmas da investigação, o pesquisador se obriga a explicitar os critérios do trabalho de construção do objeto e, simultaneamente, oferece as condições para um melhor controle lógico das premissas e dos pressupostos (BOURDIEU, 1996).

2.1 A delimitação da população investigada.

Pode-se afirmar que a construção da população estudada fora um processo construído ao longo da própria pesquisa, implicando em uma reflexão constante sobre as escolhas práticas operadas. Tal obstáculo deriva do fato de que, a princípio, não se dispõe de pesquisas aprofundadas (tampouco de estatísticas rigorosas) a respeito das trajetórias de clérigos seculares entre os séculos XVIII e XIX. Alguns números parcelares (às vezes contraditórios),

disponíveis principalmente nos relatórios apresentados pelos bispos acerca das paróquias e do clero diocesano, permitem apenas indicar que, numa abordagem geral, parece haver uma diminuição progressiva do número de eclesiásticos em relação à população do bispado e ao relativo crescimento do número de freguesias, durante o período.

O relatório de 1860, apresentado pelo Bispo D. Manuel Joaquim da Silveira, por exemplo, indica haver 76 paróquias no bispado (53 no Maranhão e 23 no PI), sendo que “no Maranhão, além dos membros do “cabido” e auxiliares (26), havia 72 sacerdotes para 372 mil habitantes; no Piauí, 36 sacerdotes para 186 mil” (PACHECO, 1969, p. 245). Já em 1862, em resposta a circular do Ministro do Império, o referido prelado indica haver “52 paróquias no Maranhão e 22 no Piauí”, sem indicar a quantidade de sacerdotes.

No bispado de D. Frei Luiz da Conceição Saraiva, o relatório de 1871 indica existirem 79 paróquias em toda a diocese, sendo que 53 pertenciam ao Maranhão e 26 ao Piauí. Havia, então, 90 padres na diocese e 10 de ordens religiosas. “Dizia o prelado necessitar de 103 sacerdotes seculares, sem contar os coadjutores e os substitutos eventuais” (PACHECO, 1969, p. 341). Já no relatório de 1872, haviam falecido 07 padres diocesanos e 02 regulares, e sem que houvessem ordenações nesse período, a diocese teria ficado com 93 padres no Bispado. Em 1876, estando vacante a sede, o relatório do vigário capitular indica existirem 104 presbíteros nas duas províncias: 10 regulares e 94 seculares.

O relatório de 1880, apresentado pelo Bispo D. Antônio Candido de Alvarenga, indica haver 56 paróquias no Maranhão e 29 no Piauí, dispondo de 95 sacerdotes, dos quais 85 seculares e 6 regulares. O relatório de 1888 dá conta da existência de 94 paróquias, sendo que 64 na província do Maranhão, 28 na do Piauí e 2 na do Ceará. Em toda a diocese havia “104 igrejas e 14 capelas, maiores ou menores, mais ricas ou mais pobres”. “Para todos os ministérios da diocese” haviam “somente 88 sacerdotes seculares e 02 regulares”, o que corresponde a uma distribuição de aproximadamente 8.333 habitantes para cada clérigo (8.522 se levado em conta somente os seculares).

Enfim, ainda que as informações a esse respeito sejam, não raro, controversas⁸¹, como se pode observar nos diferentes relatórios apresentados ao Ministro da Justiça ao longo dos três bispados que abrangem o período, tudo indicava que o número de clérigos passava por uma diminuição progressiva. De fato, esse era um dos indícios para a chamada crise de recrutamento, presentes nas incontáveis queixas a respeito de um decréscimo contínuo do

⁸¹ Ao tentar oferecer um panorama da igreja maranhense no fim do império, o historiador Mário Meirelles (1977, p. 247-248) faz outra estimativa: “Dividia-se, então, o bispado, que tinha uma extensão de 694.422 km² e uma população estimada em 750.000 habitantes em 30 comarcas eclesiásticas, sendo 17 no Maranhão e 13 no Piauí, compreendendo 85 freguesias, das quais 56 naquela província e 29 nesta outra”.

número de clérigos seculares no período, seja pelos bispos, seja pelos historiadores da Igreja. Este quadro parecia ser compartilhado também pelo clero de outras localidades, a julgar pelas queixas freqüentes a respeito da ausência de sacerdotes para provimento de cargos, conforme Hugo Fragoso (2008, p. 192).

A tentativa de confrontar fontes distintas, especialmente os autos de habilitação (“ordenação”, “colação” e “oposição”), tendo como fio condutor os nomes dos agentes, também se mostrou pouco frutífera, não permitindo a circunscrição ensejada. Esses obstáculos só foram parcialmente contornados quando se optou por delimitar a população através das informações retiradas do “Livro de Registro de Ordenações”⁸². Nesse livro, conforme determinado pelas Constituições do Arcebispado da Bahia, deveriam ser registrados os graus obtidos pelos ordenandos (se “Primeira tonsura e graus menores”, “subdiaconado”, “diaconado” ou “presbiterado”), o nome e sobrenome do ordenando, o nome dos seus pais, a freguesia de origem e se estavam dispensados (ou não) de alguma “inabilidade” ou “ilegitimidade”.

Afirma-se que essas dificuldades foram apenas parcialmente contornadas, pelo fato de que alguns trechos do mesmo encontravam-se parcialmente deteriorados, o que não permitiu recolher informações de todos os ingressantes. Como em todo resto, as informações não se apresentam então de forma homogênea, muitas das quais estando incompletas, o que nos obrigou a recorrer ao conjunto de outras fontes discutidas até aqui, onde se pudesse encontrar a informação desejada para o tratamento ensejado.

As únicas referências presentes na bibliografia consultada a respeito da quantidade de indivíduos que se ordenaram durante o três últimos bispados do século XIX na instituição eclesial podem ser encontradas nos trabalhos de Condurú Pacheco (1969) e Mário Meireles (1977), os quais apontam para a ocorrência de 115 (cento e quinze) ordenações distribuídas da seguinte maneira nos bispados: a) 38 no bispado de D. Manuel Joaquim da Silveira; b) 46 no bispado de D. Frei Luiz da Conceição Saraiva e 31 no bispado de D. Antônio Candido de Alvarenga. Com base na transcrição e sistematização dos dados obtidos junto ao livro de ordenações, chegou-se então ao quantitativo de 108 (cento e oito) ordenados, público aproximado àquele já expresso em parte da bibliografia que faz referência a respeito.

Outros obstáculos interpunham-se com relação a recolha e tratamento das demais variáveis, exigindo a delimitação de outros níveis de análise. Se por um lado tinha-se acesso a informações sobre a origem geográfica da quase totalidade dos agentes inscritos no “livro de

⁸² Arquivo Público do Estado do Maranhão, Acervo da Arquidiocese do Maranhão, Setor de Códices, Livro de Registro de Ordenações (n.º 177; 1845-1894)

ordenações”, e que ingressaram no corpo clerical no recorte em pauta (108 de 115, correspondente a 93,91%), por outro, a qualidade dos dados referentes a outros indicadores (a exemplo da idade de ingresso, postos ocupados, profissão do pai, patrimônio transferido, etc.) apresentava uma sensível variação dependendo do agente focado. Alguns deles simplesmente desapareciam das referências presentes nas fontes!

A razão dessa discrepância residia no fato de que não se ordenavam (ou registravam-se) somente os agentes oriundos do Bispado do Maranhão. Em caso de vacância em uma diocese qualquer, especialmente as mais próximas, era sempre possível obter a ordenação em outra, bastando para isso estar de posse de uma *carta dimissória*⁸³, fenômeno que se revelou bastante expressivo dentro do universo pesquisado. Por exemplo, ao tomar o conjunto de ingressantes, conforme o livro, observa-se que dos 108 com informações disponíveis, pelo menos 30 eram originários de outras dioceses. Essa incidência foi muito maior para o primeiro período, quando 15 (48,38%) dos 31 (78,94% dos ordenados do período) com informações disponíveis, estavam nessa condição, fenômeno que estava relacionado à vacância de uma diocese bem próxima⁸⁴. Para o segundo e terceiro período, as frequências são, respectivamente, 10 (21, 73%) (de 46 com informações disponíveis), e 05 (16,12%) (de 31 com informações disponíveis), o que indica não ter havido grande variação no período posterior.

A repartição dos 108 ordenandos em períodos e de acordo com a diocese de destino revela, então, que dos 108 (93,91% de 115) com informações disponíveis, apenas 78 (71,96%) eram originários da diocese do Maranhão. Esta informação é importante por indicar que o número de ordenados fornecido pela bibliografia supracitada não oferece um indicativo preciso da quantidade de clérigos que chegaram a exercer alguma função na diocese do Maranhão, afinal, logo que alcançavam sua ordenação, os agentes oriundos de outras

⁸³ Nome da autorização para proceder à ordenação de ministro sagrado, dado por escrito a um bispo, por quem tem poder para isso, podendo ser o bispo próprio do candidato, o administrador apostólico ou diocesano (devidamente autorizado) ou o superior maior de instituto religioso clerical. Cf. Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia: “Conformando-nos com a disposição do Sagrado Concílio Tridentino, mandamos que os religiosos que tomarem ordens em nosso Arcebispado, não sejam admittidos a ellas sem apresentarem patentes dos seus prelados, nas quais virá declarado por palavras expressas, ou por termos significativos desta expressa, em como são de boa vida, santos costumes, geração limpa, e dignos das Ordens, que pretendem receber; e nas mesmas patentes se fará também menção se tem idade legítima, ou se forão nella dispensados por virtude de algum privilégio; e que não tem impedimento para receber as ordens declaradas nas patentes” (p. 98, Título LV, n.º 234)

⁸⁴ O número expressivo de ordenados do bispado do Pará no período estava ligado, sem dúvida, à vacância na referida diocese. Nada menos do que dez agentes oriundos da referida circunscrição obtiveram sua ordenação entre 1857 e 1860, interstício entre os bispados de D. José de Afonso Moraes Torres (1844-1857) e de D. Antônio Macedo Costa (1861-1890).

circunscrições religiosas tendiam a retornar às dioceses de origem. É justamente a respeito destes que as informações apresentavam um decréscimo significativo⁸⁵.

Quadro IV: Ordenados conforme a diocese de Origem

Diocese/Bispado	1852-1861	1862-1878	1878-1898	Total (%)	
				n.º	%
Bahia	-	04	-	04	3,73
Ceará	-	01	04	05	4,67
Maranhão	16	36	26	78	71,96
Pará	10	-	-	10	9,34
Pernambuco	05	05	-	10	9,34
Portugal	-	-	01	01	0,93
Total	31	46	31		
Total Geral				108	100

Fonte: Arquivo Público do Estado do Maranhão, Acervo da Arquidiocese do Maranhão, Setor de Códices, Livro de Registro de Ordenações (n.º 177; 1845-1894)

Por outro lado, ao serem cruzadas informações oriundas do livro com outros fundos documentais, “apareciam” agentes dos quais pouco se tinha conhecimento a respeito de sua ordenação e mesmo em alguns casos, quanto à sua formação. Efeito reverso, este era precisamente o caso dos sacerdotes que, oriundos do bispado do Maranhão, obtiveram sua ordenação em outra diocese. Têm-se informações relativas à pelo menos 06 (seis) agentes nessas condições⁸⁶ (obtidos junto à lista de ordenados da diocese no ano de 1878, conforme se poderá observar no **ANEXO E**). A análise do conjunto de ingressantes incide, por conseguinte, sobre um universo de 84 (oitenta e quatro) agentes, os quais mantêm em comum o fato de serem originários da diocese do Maranhão. Expostos os principais problemas de delimitação da população investigada e de tratamento dos dados recolhidos, passa-se agora então a análise dos indicadores construídos.

⁸⁵ Além disso, tudo indica que os demais autos aos quais recorreremos para realização a caracterização da população construída mantiveram-se na diocese de origem, onde os mesmos fora submetidos aos processos de habilitação, ordenação, oposição, etc..

⁸⁶ São eles: João Tolentino Guedelha Mourão, para o segundo bispado, e Joaquim Sampaio Castelo Branco, Raimundo Gil da Silva Brito, Fábio José da Costa, Álvaro José de Lima e Leopoldo Damasceno Ferreira, para o terceiro. Teremos a oportunidade de discutir acerca desse fator.

2.2 Distribuição geográfica, extração social, patrimônio transferido e idade de ordenação.

Quanto às origens geográficas, o exame dos dados recolhidos revela que o recrutamento dos clérigos estava longe de apresentar-se de maneira uniforme, refletindo a própria extensão/dispersão territorial da diocese. Tendo isso em vista, o primeiro procedimento consistiu em tentar reclassificá-los com base na data de criação da freguesia de origem, na tentativa de verificar se existia alguma correlação entre esta e o número de ordenados (as mais velhas apresentando um número maior de ordenados que as mais novas), o que se mostrou pouco frutífero. Ao compararem-se as freguesias como as de Campo Maior (1711), Nossa Senhora do Livramento da Vila de Parnaguá (1731), Vila de Valença (1741), da Província do Piauí, e Nossa Senhora de Nazaré do Mearim (1723), São Francisco Xavier de Monção (1757), todas da Província do Maranhão, observa-se que as mesmas apresentaram apenas 01 (um) ordenado durante todo o recorte, enquanto que freguesias mais novas, como São Mathias de Alcantara/MA e São Bento de Perizes/MA, ambas de 1805, apresentavam respectivamente 09 (nove) e 05 (cinco) ordenados dentre os conhecidos.

A tentativa de estabelecer correspondências entre a distribuição geográfica dos agentes e a maior ou menor distância em relação à sede do “cabido” e à concentração populacional, permitiu aventar outra hipótese. Agrupando experimentalmente as freguesias da referida província de acordo com o critério da quantidade de ordenados, o que se verificou então foi que, quanto mais próxima estava a freguesia do centro administrativo da diocese, maiores eram os índices de ingressantes⁸⁷. Da mesma forma, conforme se poderá verificar no recenseamento populacional de 1872, estas freguesias eram parte também dos municípios mais populosos (conforme se poderá verificar nos **ANEXO F-J**). Procurou-se, então, associar essa distribuição com alguns critérios de segmentação do espaço geográfico, alguns dos quais recorrentemente empregados na historiografia local.

⁸⁷ Nesse ponto, convém lembrar que a cidade de São Luis não era apenas a sede do bispado, como também o “principal centro urbano da província do Maranhão, com o maior número de instituições de ensino, tanto públicas como particulares e por concentrar uma parte significativa da elite maranhense, composta por fazendeiros e comerciantes” (ABRANCHES, 2004, p. 143). Além disso, em torno dela concentrava-se a maior parte da população provincial.

Quadro V: Distribuição por freguesias de Origem

Província	Qtd	Freguesia/Período	1852-1861	1862-1878	1878-1898	Total
MA	1	Nossa Senhora da Conceição (São Luis/MA)	06	01	02	09
	2	Nossa Senhora da Victória (São Luis/MA)	-	03	02	05
	3	Apóstolo São Mathias de Alcantara/MA	04	05	-	09
	4	Nossa Senhora do Rosário de Itapecuru/MA	-	02	03	05
	5	São Bento de Perizes/MA	01	01	03	05
	6	São José da Cidade de Caxias/MA	-	03	-	03
	7	São José da Vila de Guimarães/MA	01	01	01	03
	8	Nossa Senhora da Conceição da Vila do Brejo/MA	01	01	01	03
	9	São Vicente Férrer de Cajapió/MA	-	02	01	03
	10	São Benedito da Cidade de Caxias/MA	-	02	-	02
	11	Nossa Senhora da Conceição da Vila de Icatú/MA	-	02	-	02
	12	Santa Rita de Codó/MA	-	-	02	02
	13	São João Batista de Cururupu/MA	-	02	-	02
	14	São João de Cortes/MA (Alcântara)	-	-	01	01
	15	São Sebastião de Passagem-Franca	-	01	-	01
	16	N. Senhora de Nazaré do Mearim/MA	-	01	-	01
	17	Nossa Senhora da Piedade do Coroatá/MA	-	01	-	01
	18	Santa Anna do Burity/MA	-	01	-	01
	19	Santa Maria de Anajatuba/MA	-	01	-	01
	20	São Bento do Mirador/MA	-	-	01	01
	21	São Francisca Xavier de Monção/MA	-	01	-	01
PI	22	Nossa Senhora da Vitória de Oeiras/PI	01	02	02	05
	23	Nossa Senhora do Amparo de Teresina/PI	-	-	03	03
	24	Nossa Senhora dos Remédios de Picos/PI	-	-	03	03
	25	Santo Antônio de Jeromenha/PI	01	01	-	02
	26	Villa da Independência/PI	-	01	01	02
	27	Villa de São Gonçalo do Amarante/PI	-	01	01	02
	28	Campo Maior/PI	01	-	-	01
	29	N. Senhora do livramento da Vila de Parnaguá/PI	-	01	-	01
	30	São Gonçalo da Regeneração/PI	-	-	01	01
	31	São Raimundo Nonato do Piauí	-	-	01	01
	32	Villa de Valença/PI	-	-	01	01
	33	Piauí (freguesia desconhecida)	-	-	01	01
		Total	16	37	31	84

Fonte: Arquivo Público do Estado do Maranhão, Acervo da Arquidiocese do Maranhão, Setor de Códices, Livro de Registro de Ordenações (n.º 177; 1845-1894) e material diverso reunido pelo autor

Partiu-se, inicialmente, da compreensão de que os agentes distribuíam-se no bispado segundo uma situação espacial que comportava diferenças sociais significativas de localidade a localidade, assentadas sobre a sua distância geográfica com relação à sede, conforme o grau de diversificação e integração experimentada pela mesma em relação ao modelo de produção voltado para o mercado externo e à concentração populacional. Optou-se então por testar três parâmetros referentes à província do Maranhão, a fim de verificar a validade dessas distinções. Como se sabe, entre os critérios que foram utilizados para descrição topográfica da Província do Maranhão, há aquele que dá conta da existência de duas zonas fundamentais, uma mais ao norte e outra mais ao sul, subdividida em várias micro-zonas ou mesmo em círculos.

Ao discutir sobre as diferentes subdivisões de que fora objeto a província no tempo regência, por exemplo, Flávio Soares (2008, p. 75) aponta que a área povoada da província, sem contar com as terras indígenas a oeste do Itapecuru, e malgrado a sub-divisão entre norte e sul, dividia-se em quatro zonas principais: “a da capital e seu entorno na ilha de São Luis, a zona da ‘baixada ocidental’ cuja sede era Alcântara, a zona ‘norte’, incluído o itapecuru, tendo Caxias como núcleo mais destacado e a extensa zona sul conhecida como ‘Pastos Bons’”. Com base em tal critério, todas as freguesias com maior número de ingressantes, destacadas no quadro anterior, advinham da chamada região norte ou das três primeiras zonas apresentadas: Nossa Senhora da Conceição (09), Nossa Senhora da Victória (05), Apóstolo São Mathias de Alcantara (09), Nossa Senhora do Rosário de Itapecuru (05), São Bento de Perizes (05), São José da Cidade de Caxias (03), São Benedito da Cidade de Caxias (03), São José da Villa de Guimarães (03), Nossa Senhora da Conceição da Vila do Brejo (03), São Vicente Férrer de Cajapió/MA (03).

A divisão da Província em círculos realizada pelo então presidente de província, Olympio Machado, em meados do século XIX, embora associada a uma visão de cunho administrativo e prospectiva, mostra-se valiosa para verificar-se a contribuição dessas distinções. Para Olímpio Machado, a província seria composta dos seguintes círculos: **a) Círculo do Itapecuru** (composto das localidades de Itapecuru, alto Mearim, Codó, Coroatá Rosário, Itapecuru, etc.), que, segundo o mesmo, apesar de sua decadência, ainda era a parte mais rica e importante da província, sobretudo pelas fazendas de algodão e arroz e pelo desenvolvimento de culturas de cana em Rosário e Itapecuru; **b) Círculo de Caixas** (Caxias e São José), que apresentava terras férteis para a cultura de algodão, cereais e cana; **c) Círculo**

do Mearim (alto e baixo mearim, onde havia o distrito de Anajatuba⁸⁸), dotada de produção agrícola quase nula. Com a expansão da “civilização”, com a expulsão e dizimação dos índios que habitavam a região até pelo menos o decênio de 40 do oitocentos, a região experimenta um incremento produtivo em sua lavoura, momento em que se informa haver cerca de 70 fazendas em 1850; **d) Círculo do Pindaré** (composto de alto e baixo pindaré) e que era considerado propício para o cultivo de cana⁸⁹; **e) Círculo de Viana**, composto da Villa de mesmo nome e abrangendo extensos territórios; **f) Círculo de Alcântara**, composto dos municípios de Alcântara e de São Bento; **g) Círculo de Guimarães**, composto de comarca de mesmo nome; **h) círculo do Turi**, que, segundo o mesmo, teria sido integrado ao Maranhão muito recentemente; **i) Círculo do Munim**⁹⁰, composto pelas freguesias de Icatu, Vargem Grande e Miritiba; **j) Círculo de Tutóia**⁹¹, formado pela vila de mesmo nome; **j) Círculo da Ilha do Maranhão**, dotada de terras estéreis, produzindo alguma mandioca e fumo; **L) Círculo do Brejo**, com produção limitada e Círculo de Pastos Bons e da Chapada, composto pelas duas comarcas de mesmo nome⁹². Se for utilizado esse critério, os ordenados da Província do Maranhão ficariam assim distribuídos: a) Círculo da Ilha do Maranhão - 14 (16,66% de 84 com informações disponíveis); b) Círculo do Itapecuru - 14 (16,66% de 84 com informações disponíveis); c) Círculo de Alcântara - 13 (15,47% idem); d) Círculo de Caixas - 06 (7,14% idem); e) Círculo de Guimarães - 05 (5,95% idem); f) Círculo do Brejo - 04 (4,76% idem); g) Círculo do Munim - 02 (2,38% idem); h) Círculo do Mearim - 01 (1,19%); I) Círculo de Viana - 01 (1,19%).

Terceiro e último parâmetro, o critério administrativo de subdivisão da diocese em “vigarrarias” oferece também contribuições para uma caracterização/reclassificação geral da diocese. Um dos fundamentos principais dessa subdivisão assentava-se sobre o critério da proximidade geográfica. Se utilizado como critério a paróquia que sedia a comarca, tem-se a seguinte distribuição.

⁸⁸ Conforme Carlos de Lima (2008), “a sua grande riqueza estava nos campos de Anajatuba, famosos por sua criação, e onde no passado existiam muitas fazendas, reduzidas já à metade do decênio de 1850-1860”

⁸⁹ “produção prodigiosa e quase espontânea, que lhe permitiu se lhe pontilhasse o território de grande número de engenhos, cuja produção era avaliada em trinta mil arrobas de açúcar e cem pipas de aguardente”

⁹⁰ “Vários rios cortam o terreno de Icatu, que é rico em andiroba (...) Vagem Grande tem três rios: Munim, Rio Negro e Iguará e teve boas fazendas de algodão (...) população de Miritiba, quase toda livre, emprega-se na pescaria” (p. 385).

⁹¹ “O seu terreno, cheio de imensos areais, sempre foi um dos mais ingratos da Província, exceção das margens do rio preguiças, onde havia condições para a lavoura de cana e do arroz” (p. 385)

⁹² “Lavoura nula, toda absorvida pelo consumo, nada obstante a fertilidade das terras e os rios que a cortam. Todo o sertão bradava por estradas e civilização dos indígenas” (p. 386).

Quadro VI: distribuição por comarca eclesiástica

Provincia	Comarca Eclesiástica	Número de Ingressantes	%
MA	Sede	43	51,19
	N.S. da Conceição e S. José de Caxias	13	15,47
	N.S. da Conceição do Brejo	03	03,57
	Santa Rita e Santa Filomena do Codó	02	2,38
PI	N.S. da Victória de Oeiras	05	5,95
	N.S. do Amparo da Theresina	03	3,57
	N.S. das Mercês de Jaicós	03	3,57
	Santo Antonio de Jeromenha	02	2,38
	Sant' Anna da Independência	02	2,38
	S. Gonçalo d' Amarante	02	2,38
	Santo Antonio de Campo-Maior	01	1,19
	N.S. do Livramento de Parnaguá	01	1,19
	S. Raimundo Nonnato	01	1,19
	N.S. do O' de Valença	01	1,19
	São Gonçalo da Regeneração	01	1,19
	Piauí (freguesia desconhecida)	01	1,19
	Total		84

Fonte: Arquivo Público do Estado do Maranhão, Acervo da Arquidiocese do Maranhão, Setor de Códices, Livro de Registro de Ordenações (n.º 177; 1845-1894)

Em quaisquer dos parâmetros utilizados, então, ao tomar o conjunto mais amplo dos ingressantes, as regiões com mais expressivo número de ordenados destacam-se por concentrarem as principais zonas de concentração administrativa e econômica – em se tratando da província do Maranhão, correspondem à sede administrativa da província e às principais zonas produtoras dos gêneros centrais na exportação do período. Com base na análise das informações obtidas junto ao recenseamento de 1872, pode-se também afirmar que, em se tratando da Província do Piauí⁹³, observa-se a mesma concentração nos principais centros de poder na região (correspondentes as duas localidades que foram capitais da província), conforme se pode observar também no quadro acima..

Não seria equivocada também apontar essas zonas como principais lócus de concentração das elites provinciais de então. De fato, era precisamente nesses espaços onde os rendimentos paróquias mostravam-se mais rentosos (uma das razões pelas quais eram os mais concorridos), as alternativas de atividades mais diversificadas e a presença clerical mais perene (especialmente válido para as freguesias da Província do Maranhão que estavam próximas à sede).

⁹³ Conforme o mapa em anexo, de 1856, o principal “gênero de indústria por que mais se distingue a população de cada município” do Piauí é a “agricultura e criação de gados”. O recenseamento de 1872 também atesta essa concentração de atividades.

Nesse particular, é preciso reconhecer que o interesse e a presença mais intensa de clérigos em contato constante com a população, dispendo da autoridade de um saber legitimado, usufruindo de recursos escolares distintivos, tendiam a funcionar como uma espécie de vetor de produção vocacional, ao dar mostras das vantagens da adesão à vida religiosa. É provável que a insistência à integração dos leigos nas formas de gestão material da Igreja obtivesse nessas áreas não apenas os contributos materiais para manutenção institucional, como também os recursos humanos para o quadro religioso - permitindo conceber que a questão da produção vocacional fosse mais conduzida pela oferta, do que propriamente pela demanda. O motivo pelo qual a província do Maranhão tinha um número bem mais significativo de clérigos ordenados (61 – correspondente a 72,61% dos com informações disponíveis) do que a província do Piauí (23 – 27,38% dos com informações disponíveis) deve também ser pensada a partir dessa dimensão.

O reconhecimento dessa convergência permite afirmar que o foco de produção vocacional direcionava-se para determinadas regiões da topografia eclesiástica, as quais detinham sua importância também pela posição e centralidade que assumiam nos espaços provinciais. A comparação diacrônica da população investigada revela, entretanto, algumas transformações significativas nesse padrão. Ao serem cruzadas as informações obtidas a respeito das 09 primeiras freguesias com maior representatividade (53,57% - 45 de 84 com informações disponíveis) com as 24 freguesias restantes (46,42% - 39 de 84 com informações disponíveis) observam-se as seguintes modificações: a) para o primeiro período a predominância daquelas era da razão de $\frac{3}{4}$ (três quartos); b) no segundo período, essa visível discrepância é reduzida, apresentando 19 contra 18 (51,35% contra 48,64% - de 37 com informações disponíveis); c) até que se inverte no último período: 13 x 18 (41,93% contra 58,06% de 31 com informações disponíveis). Este padrão de diversificação apresenta tendência similar se realizado os mesmos procedimentos em separado para cada província. Isto permite afirmar então que, ao longo dos três períodos, ocorre uma crescente diversificação das origens geográficas, o que significa que o padrão de recrutamento não deixava de sofrer alterações dentro do recorte em questão.

Em relação à profissão dos pais, algumas observações merecem ser realizadas quanto aos procedimentos para recolhimento e tabulação dos dados. A principal fonte com relação às qualificações profissionais deriva a) dos processos de patrimônio, na situação em que o doador era o pai; b) das investigações de gênero, particularmente o quesito 3º, conforme apresentado na introdução deste trabalho, e c) dos autos de “vita et moribus”, quando a profissão do pai é evocada como que para dar conta da legitimidade moral e das ascendências do

investigado. Quanto a este último, a principal senão única profissão evocada desde o início do processo é a de origem militar, antecedendo o nome do pai e dos avós paternos e/ou maternos. Quanto mais prestigiosa fosse a patente, mais provável seria a sua invocação (Tenente, Capitão, Major, Tenente Coronel, Coronel, etc.). Todos estes, independentemente de sua patente, foram agrupados para tratamento na categoria “militar”.

A qualificação nas entrevistas daqueles que exerciam alguma atividade vinculada à agricultura eram de caráter também variado; dizia-se que “vivem de suas lavouras”, “eram lavradores”, “vivem de propriedade de terras e gado”, “lavram e comerciam”, etc. Em vista das variações no conjunto de atribuições, optou-se por utilizar uma categoria, tecnicamente cumulativa, utilizada simplesmente a título de simplificação da exposição, a saber: “profissões agrícolas” (abrangendo desde as designadas funções de cultivo da terra e “criação”, até a de “negociante”, unicamente quando era invocada em conjunto com as anteriores). As demais categorias são: Profissões manuais ou mecânicas (para as qualificações de “Ourives, Ferreiro” e “Alfaiate”); “Profissões liberais” (para as qualificações de “empregado público”, “professor de primeiras letras”); Profissões Industriais e comerciais (“Guarda Livros do comércio” e comerciantes). As referidas denominações estão de acordo também com as subdivisões descritas no recenseamento de 1872. Entre os agentes a respeito dos quais não fora possível recolher informações sobre a profissão paterna, observa-se que:

- a) 11,90% (10 de 84 com informações disponíveis) de agentes em que havia referência apenas a atividade da mãe (“ofício de costuras e serviços domésticos”) ou que, mesmo ocorrendo a investigação, nenhuma referência era feita com relação ao pai, não tendo sido encontrado, nesse caso, nenhuma informação quanto à existência de impedimento canônico.
- b) 8,33% (7 de 84 com informações disponíveis) de agentes que apresentaram, em suas investigações, os chamados “defeitos de origem”, impedimentos com relação à “filiação legítima”. Neste caso, apenas quatro mães foram qualificadas (“vivia de seu trabalho”, “ofício de costuras e serviços domésticos”, “negócios de fazenda”, “escrava”). O percentual daqueles que apresentaram esse tipo de problema nos períodos recortados era a seguinte: 6,25% (1 de 16 com informações disponíveis) para o primeiro; 5,40% (2 de 37 com informações disponíveis) para o segundo e 12,90% (4 de 31 com informações disponíveis) para o terceiro;

Do total de conhecidos com informações disponíveis (desprezando-se os 20,23% correspondentes ao número de agentes mencionados a pouco) cada período apresenta os seguintes percentuais: 81,25% para o primeiro; 89,18% para o segundo e 74,19% para o terceiro, totalizando 82,14% (69 de 84 com conhecidos). Observando a população investigada como um todo, tem-se a seguinte distribuição em ordem decrescente com relação à qualificação das profissões: “Profissões agrícolas” representam 50,72%; filhos de “militares”, 27,53%; “Profissões liberais”, 10,14%; “Profissões industriais e comerciais” representam 7,24% e 4,34% de agentes exercendo “pequenos ofícios”, reunidos através da categoria “Profissões mecânicas e manuais”.

Comparando diacronicamente os bispados, nota-se ainda que dos ordenados do primeiro período, 53,84% são filhos de profissionais agrícolas, os descendentes de militares e de negociantes aparecem, ambos, com 23,07% de 81,25% (13 de 16) com informações disponíveis. Para o segundo, mais da metade era filho de lavradores/criadores (54,54%), enquanto que pouco mais de um quarto eram filhos de militares - 27,27% - e 12,12% eram oriundos de “profissões liberais” (de 89,18% com informações disponíveis). O restante das categorias, verificadas nesse mesmo período (artesanato e negociante), apresentaram somente uma ocorrência (3,03%) cada. Para o último período, em ordem decrescente, 43,47% são filhos de lavrador/criador, 30,43% de militar, 13,04% de pais com “profissões liberais” e 8,69% de pais com ofícios mecânicos e manuais.

Quadro VII: Profissão dos pais

Profissão do pai/Período	1852-1861		1862-1878		1878-1898		Total	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Profissões agrícolas	07	53,84	18	54,54	10	43,47	35	50,72
Militar	03	23,07	09	27,27	07	30,43	19	27,53
Profissões liberais	-	-	04	12,12	03	13,04	07	10,14
Profissões industriais e comerciais	03	23,07	01	3,03	01	4,34	05	7,24
Profissões mecânicas e manuais	-	-	01	3,03	02	8,69	03	4,34
Total conhecido	13	81,25	33	89,18	23	74,19	69	82,14
Total	16		37		31		84	

Fonte: AUTOS de Patrimônio; AUTOS de gênero e material diverso reunido pelo autor.

O predomínio de filhos oriundos de famílias que desempenhavam alguma função vinculada à posse e ao cultivo de terras, corroborada pela diminuta variação de um período a outro na sua presença dentro da população investigada, era um fenômeno já previsível, dada a importância que as atividades relacionadas à agricultura e criação tinham para a economia provincial, setor preferido da população como afirmaram em certa oportunidade os viajantes Spix e Martius (APUD SOARES, 2008). O recurso a uma recodificação e reagrupamento

denota na presente investigação a própria dificuldade decorrente da relativa indiscriminação que uma dada categoria é chamada a descrever, variável conforme o tipo de atividade e o seu grau de institucionalização. O problema também parece ser compartilhado pelos diferentes viajantes que se aventuraram a oferecer uma descrição dessa atividade econômica, já que “fazendeiros”, “lavradores”, “plantadores” aparecem como termos intercambiáveis em suas falas (CALDEIRA, 1991; SOARES, 2008). Mesmo que a categoria social de comerciante estivesse em franco processo de especialização e consolidação enquanto setor importante na economia provincial (REIS, 1992), o fato de pessoas comercializarem seus próprios bens continuava a ser bastante freqüente (fenômeno também ligado à diversificação das suas próprias condições de sustento), à semelhança do que fora apontado para um século atrás por Antônia da Silva Mota⁹⁴.

Em todo caso, é preciso reconhecer que o uso de uma categoria com “tendências mais gerais” pode ser bastante precisa no “varejo”, mas muito pouco no “atacado”. Em outras palavras, se ela permite um corte vertical, fornecendo a possibilidade de distinguir as atividades desenvolvidas pelos agentes, conforme o tipo de qualificação realizada, ela avança muito pouco na realização de cortes verticais, uma vez que sob uma mesma designação são reunidos “lavradores”, “comerciantes”, “militares” com capitais econômicos diversos, desde os mais pobres até os ramos mais ricos.

A divisão realizada entre “militares” e “profissões liberais” (“empregado público” e “professor de primeiras letras”) esconde outra presença significativa, que é a de filhos de segmentos sociais mais ligados à administração estatal, sendo composto em sua maior parte por militares. De um período a outro se percebe o relativo crescimento da presença deste segmento, o qual apresenta os seguintes índices: 23,07% para o primeiro período (03 de 13), 39,39% para o segundo (13 de 33) e 43,47% para o terceiro (10 de 23 com informações disponíveis). A forte presença de filhos de militares não é de se estranhar, dada a significativa distribuição de contingentes pela província, associado ao histórico caráter conflitivo e de “fronteira” que ainda a caracterizava. Como se sabe, o fato de pertencer à corporação militar funcionava, desde o período colonial, como forma de enobrecimento e distinção, daí a importante presença de filhos da terra na Milícia com suas patentes de coronéis, tenentes-coronéis e tenentes (GAYOSO, 1970, p. 134-142; p. 154-159; FLÁVIO, 2008, p.85). Nesse sentido, não é de se estranhar a estimativa realizada por Antônia Mota, de que a maior parte

⁹⁴ Conforme a autora, num momento em que um grupo de comerciantes ainda não haviam se especializado, “Havia pessoas que comerciavam: os fazendeiros transacionavam suas boiadas, sargentos comercializavam aguardente e tecidos, pessoas ligadas ao alto clero intermediavam transações com vinhos e panos nobres, capitães-mores vendiam e compravam mercadorias diversas” (2004, p. 57).

da população urbana na primeira metade do século e até a década de 60 do setecentos descendesse de “soldados, sargentos e capitães-mor... homens vindos para a administração e guarda da ocupação, pois muito são ou tem seus parentes pertencentes a este segmento social” (MOTA, 2004, p. 56-57).

As funções de “professor de primeiras letras” e “empregado público”, por outro lado, as quais parecem corresponder a funções menos rentosas, apresentam também um significativo incremento, indicando que a possibilidade de acesso à carreira eclesiástica como que se abria a setores menos favorecidos na esfera burocrática⁹⁵. Lentamente também ocorre uma abertura para rebentos de famílias sustentadas por profissões “pouco prestigiosas” a exemplo das categorias de “ferreiro”, “alfaiate” e “ourives”, agrupadas na categoria “Profissões Mecânicas e Manuais” (3 de 69, ou 4,34% de 82,14%% com informações disponíveis). A categoria “Profissões Industriais e comerciais”, por outro lado, diminui sensivelmente ao longo dos três períodos, de 23,07%, para 3,03% e, finalmente, para 4,34% no último período.

O exame do tipo de patrimônio transferido quando do processo de ordenação, pode também fornecer indicações substantivas acerca das transformações no padrão de recrutamento. Como se sabe, o candidato às ordens sacras deveria estar de posse legítima de um bem⁹⁶ ou patrimônio que lhe garantisse uma decente sustentação. Ainda que os valores estivessem, em media, por volta de 600 000 réis, isto não impedia que algumas dotações fossem mais avultadas, a exemplo do clérigo Manoel Ribeiro Gonçalves Júnior, nascido na freguesia de São Gonçalo do Amarante, ordenado presbítero em 1867, cujos pais “viviam de suas lavras e seus bens”, e que transferira à igreja “uma morada de casas na vila de São Gonçalo doada pelos seus pais”, comprada anteriormente pelo valor de 1.200.000 (um conto e duzentos mil réis) e avaliada em 1.400.000 réis⁹⁷. Pode-se ainda recorrer a outros casos exemplares, como o de José Gonçalves de Oliveira, originário de Alcântara (presbítero em 1862; pais lavradores) e Manuel Viriato de Araújo Bogéa (presbítero em 1864 e patrimônio transferido pelo seu avô – tenente-coronel), cujas avaliações foram de 1 000 000 (um conto de

⁹⁵ Valeria a pena também observar que no recenseamento de 1872, parece haver uma espécie de gradação das profissões liberais, apresentadas das mais para as menos prestigiosas, onde as referidas profissões compõem o nível inferior, estando a frente apenas de artistas. Estão assim dispostas: 1 - Juizes, 2 - Advogados, 3 - Notário e escrivães, 4 - Procuradores, 5 - Oficiais de Justiça, 6 - Médicos, 7 - Cirurgiões, 8 - Farmaceuticos, 9 - Parteiros, 10 - Professores e Homens de Letras, 11 - Empregados Públicos e artistas.

⁹⁶ As “constituições sinodais” portuguesas pré e pós-tridentinas fixaram montantes de rendimento líquido para o benefício ou o seu equivalente, que podiam ser um juro, uma tença, foros, censos, ou ainda bens de raiz (MONTEIRO, 2003, p. 1220.)

⁹⁷ Cf: AUTOS de Patrimônio, Manuel Ribeiro Gonçalves Júnior, cx. 39, doc. 1452 (1865).

réis)⁹⁸. Quanto à maioria absoluta dos demais casos, os patrimônios transferidos, quaisquer que fossem, ou eram de 600 000 réis, ou estavam condicionados a aquisição de bem correspondente ao valor ou rendimento eclesiástico que o suprisse.

Em vista de que não foram localizados 02 registros para o primeiro período, 04 para o segundo e 05 para o terceiro (11 de 84 conhecidos), os percentuais a que se teve acesso correspondem, respectivamente, 87,5%, 88,9% e 80,76% (de 85,89% com informações disponíveis), conforme segue:

Quadro VIII: Tipo de patrimônio transferido

Tipos	Qtd	Patrimônio/Período	1852-1861	1862-1878	1878-1898	Total	%
	01	Benefício	04	-	-	04	4,76%
“BENS DE RAIZ”	02	Porção de terras	07	18	10	33	68,49%
	03	01 casa e 02 posses de terras	-	-	01	01	
	04	01 morada de casas	01	10	03	14	
	05	02 moradas de casa	-	01	-	01	
	06	meia morada de casa	-	01	-	01	
OUTROS TIPOS DE DOTAÇÃO PATRIMONIAL	07	pedido de prazo	-	-	01	01	22,61%
	08	03 apólices da dívida pública	-	-	05	07	
	09	uma caução pignoratória	-	01	04	05	
	10	quantia de 600 000	01	-	-	01	
	11	pensão de 30 000 réis anuais	01	-	-	01	
	12	pensão de 360 000 réis anuais	-	02	02	04	
Total			14 (87,5%)	33 (89,18%)	26 (83,87%)	73 (86,90%)	
Total conhecido			16	37	31	84	

Fonte: Arquivo Público do Estado do Maranhão, Acervo da Arquidiocese do Maranhão, AUTOS de Patrimônio, Caixa 40 (1878-1902) – Docs (1485 a 1523) – Maços (192-97).

Numa primeira análise do quadro exposto, percebe-se que os 12 tipos de patrimônio transferidos foram reagrupados em duas categorias para fins de comparação: 1) em primeiro lugar, os patrimônios constituídos em “bens de raiz” (tais como terras e propriedades como “moradas de casa”, “meias moradas”) e 2) os “outros tipos de dotação patrimonial”. Esse agrupamento também poderá ser questionado, uma vez que não oferece subsídios suficientes para a avaliação da fortuna patrimonial do núcleo familiar de origem.

Algumas observações a respeito dos patrimônios constituídos em bens de raiz podem ser esclarecedores a respeito dessa objeção: 1) em primeiro lugar, o patrimônio transferido

⁹⁸ Cf. AUTOS de Patrimonio, José Gonçalves de Oliveira, cx. 38, doc. 1426 (1861). AUTOS de Patrimonio, Manuel Viriato de Araújo Bo gea, cx. 37, doc. 1417 (1859).

nem sempre era de posse do núcleo familiar dos ordenados, ainda que dissesse respeito ao círculo de relações nutridas pela família ou pelo próprio agente (as dotações oriundas de patrocínios promovidos por conhecidos mais abastados e/ou familiares colaterais, ou até mesmo por padres dispostos a abrir mão de seus benefícios eclesiásticos em favor da constituição do patrimônio de um agente são um indicativo disso); 2) em segundo lugar, havia uma variabilidade no preço dos bens conforme a sua composição, tamanho e localização; 3) é preciso não esquecer, por último, que o mais importante era alcançar os valores mínimos necessários para constituição do patrimônio, o que coloca também numa mesma categoria, pequenos proprietários rurais que conseguiram constituí-lo com bastante “sacrifício”, médios e grandes proprietários que disponibilizaram sem grandes “apertos” o suficiente para tanto.

O que se apresenta como mais valioso para a comparação, são os outros tipos de dotação patrimonial, os quais, em sua absoluta maioria, condicionam os agentes à aquisição de um bem de raiz ou de um benefício eclesiástico (curado ou não), de valor correspondente, que o substitua, em prazos que variavam de meses até 02 ou 03 anos, conforme o pedido (nessas condições é que eram gerados os processos de *remoção de patrimônio*, bastante freqüentes no universo pesquisado.). A constituição do patrimônio por essa via está condicionado à dispensa do chamado “título de patrimônio”, constituindo via alternativa para aqueles que não estavam em condições de constituí-lo imediatamente.

A maior variação quanto a isso parece estar no patrimônio constituído em uma “caução pignoratícia”, geralmente empregada por agentes que já dispunham do bem para transferência, mas que por uma série de outras razões não puderam apresentá-lo, comprometendo-se a fazê-lo no prazo determinado. Pode-se apontar, por exemplo, o caso do Padre Marcelino José da Cunha que alegava:

Solicitação do padre Marcelino José da Cunha

“tendo em principio deste ano recebido uma escriptura de doação, que lhe foi feita de umas terras, nas quaes pretende constituir seu patrimônio, para a título delle poder ordenar-se, mas não estando a dita escriptura em forma por lhe faltar insinuação e avaliação, o supplicante devolveu-a afim de legalmente preparal-a, e não obstante os esforços que tem empregado, ainda não lhe foi possível chegar às mãos; por isso do supplicante cheio de respeito vem implorar de V. Excelência Reverendíssima a graça especial de lhe permitir prestar uma caução para por este meio completar a sua habilitação, ficando o supplicante sугeito a apresentar o seu patrimônio real no tempo determinado por Vossa Excelência por tanto”

Fonte: AUTOS de Patrimonio, Marcelino José da Cunha, cx. 38, doc. 1419 (1860)

Nesse sentido, esse tipo de dotação era mais freqüente junto a agentes que dispunham de poucos recursos (consideração extensível ao núcleo de parentesco), enfrentando maiores dificuldades também para mobilizar, em seu círculo, agentes com condições de patrociná-lo. Seu acesso à condição eclesiástica está, portanto, mais condicionada às apostas com relação às oportunidades oferecidas pela instituição, e mais dependentes do beneplácito institucional como um todo, levados como seriam a dever a ela a opção que lhe fora aberta.

O conjunto de agentes ordenados a título de benefício apresenta algumas sinuosidades, razão pela qual não foram colocados em nenhuma das categorias utilizadas. Representaram então 4,76% (4 de 84 com informações disponíveis), estando concentrados no primeiro período (quando constituem 28,57% de 87,5% com informações disponíveis). Resultado de uma inserção privilegiada, a obtenção de um benefício antes mesmo da ordenação fora atribuída a agentes com “propriedades distintivas” aos demais, denotando uma inserção realizada por “cima”. Estes eram casos como o do padre Joaquim Pereira Serva. Nascido em 1827, filho de “pais legítimos”, fora formado em Teologia por Coimbra em 1853 e sacerdote no mesmo ano. Assim que se ordenou recebera logo um cargo de beneficiado assim como assumiu a disciplina de Cânones no seminário e a função de reitoria. Sua rápida ocupação de postos fora, no entanto, interrompida pelo seu falecimento em 1859.

Comparados os dois recortes, em sua dimensão mais geral, vê-se que a maioria absoluta é constituída de agentes que constituíram seu patrimônio em bens de raiz, correspondendo a 68,49% (50 de 73), enquanto que os outros tipos de dotação totalizam apenas 26,02% (19 de 73) - ambos de 86,90% com informações disponíveis. Levando em conta as diferenças existentes nos períodos, desprezando-se os 28,57% de dotações em benefício (4 de 14 com informações disponíveis), vê-se que: a) para o primeiro, 57,14% (8 de 14) contra 14,29% (02 de 14); para o segundo, 81,08% (30 de 37) contra 8,10% (3 de 37) e para o último, 53,84% (14 de 26) contra 46,15% (12 de 26). A observação das variações diacrônicas leva então a reconhecer que houve um crescimento, ao longo dos períodos, do número de agentes cujas carreiras eram mais dependentes do beneplácito institucional, no sentido de disposição de posses para a entrada, na medida em que tal acesso sempre é condicionado à aquisição de benefício ou renda equivalente através do qual se possa reaver o investimento realizado.

A idade de ingresso também é elucidativa quanto à escolha da carreira eclesiástica em detrimento de outras opções de profissionalização para os agentes em pauta. A princípio, pretendia-se utilizar o mesmo critério empregado por Marc Vernand em sua pesquisa sobre o

recrutamento sacerdotal na província de Avignon, na França no século XVI. Este autor utilizou como variável a idade com que se obtinha o subdiaconado, primeira das ordens sacras, uma vez que a mesma representaria um engajamento definitivo do “jovem homem” com a obrigação do celibato perpétuo (1968, p. 989). Dois fatores incidiram na utilização de parâmetros distintos na presente pesquisa: 1) primeiro, o fato de que o acesso aos dados relativos ao ano de ordenação para presbítero foram mais variados, sobretudo quando comparados ao conhecimento obtido a respeito da idade de acesso às demais ordens; segundo, se é verdade que a passagem para o subdiaconado representa um momento importante no processo de escolha definitiva da profissão eclesiástica, também é igualmente verdadeiro o fato de que ter-se obtido o subdiaconato não implica exatamente que aquela escolha já estivesse dada⁹⁹. Considera-se que a obtenção do presbiterado, fase decisiva e final dos diferentes graus, oferece o aporte para o presente exame.

Com base no cruzamento entre as idades às quais se teve acesso em processos vários¹⁰⁰ e o ano de presbiterado, foi possível evidenciar que não houve uma dispersão muito grande na distribuição das frequências de idade. Isso está ligado, sem dúvida, a um processo de maior uniformização do acesso à carreira, resultante da centralidade adquirida pelos seminários como condição de aquisição das ordens (conforme já evidenciado no primeiro capítulo). Para os três períodos, obteve-se acesso às seguintes taxas, respectivamente: 68,75% (11 de 16 com informações disponíveis); 70,27% (26 de 37 com informações disponíveis) e 74,19% (23 de 31 com informações disponíveis).

Ao somarem-se as faixas etárias que abrangem as idades de 24 a 27 anos, vê-se que nelas se concentram a maior parte dos ingressos, a saber: 70% (de 60 com informações disponíveis). Reunidas as demais faixas de ingresso, seja as que estavam abaixo das prescrições institucionais (mais dependentes das necessidades imediatas da instituição), seja por implicarem em um ingresso mais “tardio” quando comparado aos demais, correspondem a 28,33% (17 de 60 com informações disponíveis). As idades de ingresso mais jovens estão

⁹⁹ Poderíamos citar dois exemplos: Pedro da Cunha Pavolid Menezes e Lino Antônio da Silva Guimarães, ambos da localidade de São Luis, alcançaram as ordens de subdiáconos e diáconos, mas não existem registros a respeito de terem obtido ordenação e as demais fontes consultadas também não fazem menção alguma aos dois, implicando reconhecer que efetivamente não a obtiveram.

¹⁰⁰ As idades podem ser obtidas através dos processos de habilitação de gênero e, na hipótese mesma de não serem acessíveis (frequentemente isso ocorria), foram buscadas nos processos de oposição, quando o candidato a determinado posto deveria “provar” ter alcançado a idade mínima para ocupação, conforme já evidenciado em capítulo anterior.

situadas nos dois últimos bispados, correspondendo ao período em que os relatórios dos bispos apontam, mais contundentemente, a carência de sacerdotes¹⁰¹.

Quadro IX: idade de ordenação

Idade do presbiterado / Período	1852-1861	1862-1878	1878-1898	Total
22-23	-	05	04	09
24-25	07	12	09	27
26-27	03	03	09	15
28-29	01	04	01	06
38-39	-	01	-	01
44-45	-	01	-	01
Total	11 (68,75%)	26 (70,27%)	23 (74,19%)	60 (71,42%)
Total conhecido	16	37	31	84

Fonte: AUTOS de Genere; AUTOS de oposição e material diverso reunido pelo autor.

Um dos casos dessa ordenação “tardia” era a do Padre Antonio Rodrigues Sodré, ordenado em 1872, aos 38 anos. “Paroquiano a 29 anos da freguesia de São João”, filho de lavradores da região de Coroatá, o referido sacerdote estivera integrado desde cedo a funções existentes na Cúria Episcopal, onde exercia o ofício de “amanuense” desde 1853. Essa inserção favorecera não somente a decisão pela ordenação, como também o tipo de percurso que o mesmo tivera ao longo de sua carreira: capelão, coadjutor de São João Batista, encarregado da freguesia de Vinhaes, Beneficiado, Cônego, isto é, sempre nas instâncias e freguesias centrais do bispado.

Essa era certamente uma exceção. O exame do quadro referente à idade de acesso ao presbiterado contribui para reforçar a hipótese de que a escolha pela carreira sacerdotal resultava, na realidade, de um investimento realizado desde cedo, perpassando desde a formação, com a aquisição do tempo e conhecimentos necessários para passagem pelos exames, até a chegada à idade mínima, ou pelo menos próxima dela. Ainda que não inexistam estudos que apontem para as idades de opção pela carreira em outras instituições no Bispado Maranhão, é possível conjecturar que a opção pela profissão clerical constituísse um investimento do qual dificilmente se tornaria possível recuar, sem que se comprometessem as possibilidades de inserção nas demais profissões, especialmente para os mais desprovidos de um capital de relações sociais importantes – levados a realizar os seus maiores investimentos nas recompensas que poderiam ser alcançadas através da instituição.

¹⁰¹ Valeria a pena recordar aqui o relatório de 1880, enviado pelo Bispo Dom Antônio Candido de Alvarenga (1878-1898) ao ministro da Secretaria dos Negócios do Império, onde afirma tanto a vacância de paróquias, quanto a carência de ocupantes das cadeiras do cabido: “Por falta de sacerdotes que possam concorrer para todas as cadeiras vagas, acabo de pôr a concurso somente ma das cadeiras de dignidade e 6 de simples canonicato, visto não ser possível fazer o serviço com o pessoal actualmente existente” (PACHECO, p. 392; cf. também, livro de ofícios...)

2.3 Formação, mediação cultural, ingresso na carreira e acúmulo de cargos.

A análise da formação eclesiástica, por outro lado, reforça a hipótese do caráter mais homogêneo quanto à formação dos ingressantes. A grande maioria detinha apenas a formação necessária para aprovação nos exames, que implicava pela passagem nas disciplinas de que se compunha o Seminário de Santo Antônio, poucos dos quais tendo passado pelo seminário de Nossa Senhora das Mercês, criado em 1863. Raros foram aqueles que estiveram em condições de obter formação posterior a essa. Este fenômeno, no entanto, não era exclusivo à esfera eclesial. Na província do Maranhão, por exemplo, não havia nenhum estabelecimento de ensino superior, laico ou religioso, que fornecesse tal grau. Entre a minoria de senhores brancos, conforme Jerônimo de Viveiros, tal situação asseguraria a permanência de uma elitização cultural, dentro da qual, “só teriam oportunidade de se fazer doutores os filhos das famílias abastadas que tivessem condições de mandar educá-los fora da Província e só a eles, conseqüentemente, estariam destinados os altos cargos da Administração pública” (APUD MEIRELLES, 1981, p. 12-13).

Havia ainda a possibilidade de receber bolsas de estudo fora da província, através de patrocínio do governo, o que dependia também de uma série de estratégias político-partidárias que impedissem a sua recusa (MEIRELLES, 1981), dependentes, na realidade, da rede pessoal do solicitante. Dentre os pouquíssimos clérigos que foram agraciados com a referida concessão (sabe-se do subdiácono Luis Raimundo da Silva Brito (que não fôra), em 1861, e em 1864 o seminarista João Tolentino Guedelha Mourão, ambos aprovados para Roma), observa-se como característica marcante em suas trajetórias o envolvimento dos mesmos nas disputas políticas regionais.

O fato de que o seminário de Santo Antônio não fornecia título de formação superior, os condicionantes que intervinham na concessão de bolsas de estudos, seja patrocinados pelo governo provincial, seja pela própria instituição, e o acesso cada vez mais amplo de presbíteros de origem humilde e desprovidos de capitais que lhe valessem tal obtenção, tinham como conseqüência a raridade dos agentes com passagens em instituições de estudo e formação eclesiástica no exterior. Entre estes, havia 2 (dois) no primeiro período, 2 (dois) no segundo e 4 no terceiro. Os lugares de predileção para a formação no exterior deslocaram-se de Coimbra (2) para Paris (3) e Roma (3). Menor ainda foram aqueles que obtiveram títulos de doutorado (apenas 05), dentre os quais, dois tiveram passagem tanto por Paris quanto por Roma.

Quadro X: clérigos com formação no exterior e instituições/localidades de obtenção.

Período	CLÉRIGO	INSTITUIÇÃO
1851-1861	Joaquim Pereira Serva	Doutorado em Theologia Dogmática – Universidade de Coimbra
	Manoel Tavares da Silva	Doutorado em Theologia Dogmática – Universidade de Coimbra
1862-1878	José Raimundo da Cunha	Doutorado em Theologia Dogmática em Roma
	Tolentino Guedelha Mourão	Doutorado em Teologia Dogmática; licenciatura em argumentação pública
1878-1898	Joaquim Sampaio Castelo Branco	Doutor em Direito Canonico pela Academia Pontifícia de São Apolinário em Roma e Bacharel em Teologia pela Universidade Católica de Paris
	Dorotheu Dias de Freitas	Paris (Licenciado)
	Alvaro José de Lima	Paris (Licenciado)
	Leopoldo Damasceno Ferreira	Paris (Licenciado)

Fonte: Arquivo Público do Estado do Maranhão, Acervo da Arquidiocese do Maranhão, Setor de Códices, LIVRO de Registro das Freguesias do Maranhão e seus respectivos Colados e Coadjuutores (n.º 336; sem data) e material diverso reunido pelo autor.

Da mesma forma, as informações recolhidas a respeito da produção de livros, manuais, fundação/publicação em jornais, ainda que exigissem um levantamento mais sistemático nos diversos jornais que eram publicados na província, apontam para a existência de um número diminuto de agentes exercendo empreendimentos de representação “intelectual” da instituição, tendo maior ou menor incidência no universo de temáticas e disputas que perpassam os periódicos locais. Dentre os 13 (treze) agentes a respeito dos quais se obteve informações, todos publicaram em jornais, seja na cidade de São Luis, seja em periódicos nas demais freguesias. Mais restrito ainda era o número daqueles que publicaram manuais ou livros, apenas 5, a saber: Dr. Manoel Tavares da Silva (primeiro período); Raimundo da Purificação dos Sanctos Lemos, Raimundo Alves da Fonseca (do segundo); Dr. Tolentino Guedelha Mourão, Dr. Joaquim Sampaio Castelo Branco e João dos Santos Chaves (para o terceiro período).

É difícil oferecer uma descrição acerca dos temas privilegiados, uma vez que não se teve acesso a todas as produções. Três são trabalhos de caráter mais administrativo ou manualístico, a exemplo de “Manuais Eclesiásticos” e das publicações intituladas “Selecta Nacional” - enxertos de artigos diversos para utilização nas instituições de formação. Os livros privilegiavam temas de caráter mais doutrinário, a exemplo de “A maçonaria revela por si mesma”, de autoria do Dr. Tolentino Guedelha Mourão, do livro, “O padre dever ser Casado? o celibato eclesiástico defendido”, do Dr. Joaquim Sampaio Castelo Branco ou adquirem o caráter de relato cronológico, tal qual o livro “Matriz de Nossa Senhora da Conceição. Atos e Fatos - 1743-1918” (publicado em 1918).

Entre os periódicos católicos fundados no recorte em pauta, havia “O Eclesiástico” (1852-1862), “O Christianismo” (1854-1855), o semanário A Fé (1864-1868) e o Civilização

(1878-1898)¹⁰². Dentre esses jornais, obteve-se acesso aos dois primeiros e ao último, que fora tema de trabalho monográfico. Os dois primeiros jornais privilegiavam temáticas mais direcionadas à exposição das doutrinas eclesiásticas e conselhos aos fiéis, assumindo um aspecto mais pastoral e informativo sobre os eventos da instituição. Os redatores do jornal *Civilização*, ao contrário, impunham uma orientação bem mais contundente na afirmação da autoridade da igreja acerca de uma gama variada de temas¹⁰³, servindo de instrumento privilegiado de participação no debate político e ideológico local. Os temas variavam então desde a família, casamento¹⁰⁴, ciência, questões políticas locais, nacionais e mesmo internacionais, incursões críticas contra o positivismo, Visitas Pastorais, a situação religiosa no Brasil, etc. As variações na orientação dos temas indicam um engajamento mais expressivo na defesa das “causas religiosas”, implicando na constituição de polêmicas mais acirradas com representantes dos segmentos letrados locais¹⁰⁵.

Durante esta pesquisa, constatou-se ainda a carência de referências autorais nos jornais católicos, operação segundo a qual se subsumia a identidade individual dos redatores em prol da constituição de uma idéia de conjunto, de coerência e de pertença recíproca (NERIS, 2007). Este não era, senão, um dos efeitos de um trabalho realizado pelos próprios religiosos que se caracterizava, sobretudo, pela “preocupação em atenuar as diferenças e os diferendos, assim como em manifestar a unidade e homogeneidade de um corpo que preza a idéia de pensar e agir colegiadamente” (BOURDIEU & SAINT MARTIN, 1987; SEIDL, 2007).

A participação no campo das disputas políticas não se resumia, entretanto, a incursões no universo de “problemáticas legítimas”, como também envolviam a obtenção de cargos eletivos. Tem-se conhecimento de que 08 sacerdotes tiveram pelo menos uma passagem por

¹⁰² Havia ainda a “parte religiosa” nos cognominados jornais *O País* e *A nação* (1869-1871), de autoria de Themístocles Aranha, professor de Seminário de Nossa Senhora das Mercês.

¹⁰³ Conforme consta em seu editorial de abertura, datado de 14 de agosto de 1880, o jornal nascera sob a “necessidade urgente do jornalismo catholico”, uma vez que o jornalismo se apresentaria como uma necessidade universalmente aceita. Segundo aponta, “os escriptores catholicos devem trabalhar com todas as suas forças para fazer servir à cara da sociedade e à defesa da Igreja o meio de que os inimigos se tem apoderado para perda de uns e de outros”. “Como soldados de Deus, (...) obrigados a defender a sua causa em toda a parte onde ela é atacada”, os articulistas do jornal traçaram uma linha combativa desde o seu primeiro exemplar: “Nosso periódico será, por força das circunstâncias, combatente, aceitará a polêmica séria, cortês, escoimada de injúrias e retaliação”. “Outrota o erro, para bater em brecha as muralhas da Cidade Santa empregava de preferência artilharia pesada da erudição. Atacavam-nos com grossos livros, e com grossos livros era também preciso defender-nos” (*CIVILISAÇÃO*, 27/11/1880, n. 16, p. 01). Como também assinalara Angel Veiga Rodriguez, Obras de filósofos e cientistas como: Stuart Mill, Ernesto Haekel, Thomas Huxley, Carl Vogt, Iacobo Molescott, Buchner, Emile Littré, Ernest Renan, Hipollyto Taine, Newton, Darwin, Augusto Comte, etc. entre outros, eram citados com profusão.

¹⁰⁴ Vide por exemplo a discussão acerca do Projeto de Casamento Civil – (*CIVILISAÇÃO*, 27/11/1880, n. 16, p. 01). A este respeito também conferir Alina (2008).

¹⁰⁵ Seria preciso recordar aqui as polêmicas de Tobias Barreto e com os redatores do jornal *O pensador*. A este respeito, ver: NERIS, 2007; MONTELO, 1978; VEIGA, 1982.

cargos de deputado provincial, vereador, vice-presidente de partido, etc, alguns dos quais chegaram a ser presidentes da Assembléia Legislativa. De fato, a atuação da maioria dos padres era, em si, muito próxima da população, fator esse que favorecia a constituição de lideranças populares em potencial, a julgar também pelo constante envolvimento de clérigos na política¹⁰⁶. A esse respeito, manifestavam-se os redatores do jornal *A Imprensa* em 1861:

Muito difícil há de ser, entre nós, um vigário que tome sobre os ombros outra gloriosa tarefa, a não ser a cabala eleitoral, [...] transformado em chefe de partido [...] torna-se ateador da guerra, faz que a metade do seu rebanho viva em contínua disputa com a outra metade, é o pastor mandado em lobo [...] cabalam, intrigam, transigem e não recuam ante os meios mais depravados, contanto que triunfem e suplantem o adversário (MEIRELLES, 1960, p.242).

Havia, certamente, um grau crescente de interpenetração da ordem religiosa com a econômica e política na época aqui evocada. As trajetórias dos agentes em questão encontram-se quase sempre na intersecção entre distintas esferas de atuação, política, burocrática, docente, proprietária, etc. Caso explicativo disso, entre outros, é a trajetória do Padre José Constantino Gomes de Castro. Nascido em 1775, natural da vila de Alcântara, o presbítero Gomes de Castro era filho do tenente-coronel Manuel Antônio Gomes de Castro e de Francisca Maria Correa Furtado de Mendonça. Após a formação preparatória com professores da época, o referido padre fora mandado para Portugal, aos 18 anos, onde recebera o grau de doutor em filosofia e matemática em 1794. De retorno ao bispado do Maranhão fora, “cônego da catedral, protonário e juiz apostólico do papa, cavaleiro da Ordem de Cristo, membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, comissário do Tribunal da Inquisição de Lisboa, vigário capitular da diocese e advogado da câmara”. Alinhado aos bacharéis maranhenses formados em Coimbra, fazia parte da Ala radical que lutava pela independência, o que o tornara conhecido como “latinista, teólogo, escritor¹⁰⁷ e político de posições radicais, a ponto de passar longa internada numa prisão em Lisboa” (COUTINHO,

¹⁰⁶ Conforme Roque S. M. Barros (1971, p. 321), “O clero nacional, dos tempos pombalinos até às vésperas da questão religiosa, não se distinguia, com raras exceções, por qualquer demonstração de ortodoxia. Mais freqüentadores das letras francesas do que das latinas, mais versados na literatura profana do que nas obras pias, muitos dos nossos clérigos estavam saturados dos ideais iluministas, das reivindicações democráticas e liberais da Revolução Francesa (...) Ao lado do ideal iluminista, o clero professava geralmente (...) o mais ferrenho regalismo, apoiado na tradição lusitana, particularmente a pombalina. Basta dizer que, entre os muitos eclesiásticos que faziam parte da Assembléia Legislativa, de 1826 a 1829, contavam-se diversos que não titubeavam em reconhecer o primado do poder civil”

¹⁰⁷ Conforme Milson Coutinho (2006, P. 156), José Constantino escreveu as seguintes obras: “Minuta histórico-apologética da conduta do bacharel Manoel Antônio Leitão Bandeira; Dissertação histórico-jurídica sobre as pastorais do exmº verº bispo do Pará, D. Manuel Almeida Carvalho, s-d; Breve discurso gratulatório do dia da aclamação do Sr. Rei D. João VI aos 06 de abril de 1817. Rio, 1817; História Resumida das perseguições de José Constantino Gomes de Castro, por ele mesmo escrita e comprovada com documentos legais, Lisboa, 1823, 26 p. in. 4º; Mapa do atual estado do recolhimento da Anunciação e Remédios da cidade do Maranhão, 1824; Mapa das dignidades, cônegos e beneficiados de que se compõe a Santa Igreja Catedral do Maranhão, 1824; Catálogo dos Ilmºs e revedºs, bispos do Maranhão”

2005, 149). Fidalgo (seu Brasão de Armas foi passado pelo regente D. João em 1804), Cavaleiro da Ordem de Cristo, Constantino faleceu em São Luis em 1845.

Essas modalidades de engajamento denotavam não somente o grau de interpenetração entre o universo eclesial e as dimensões políticas e sociais que se colocavam à época, como também serviam de mote à tentativa de afirmação e legitimação intelectual dos seus representantes, interna e externamente à instituição, como mediadores culturais¹⁰⁸. Deve-se considerar, por conseguinte, que a afirmação da função de mediação cultural (envolvendo a discussão nos lócus de afirmação e disputa intelectual e constituição enquanto porta-vozes autorizados da instituição no espaço público) não era o resultado direto do acesso à formação escolarizada, possibilitada pela passagem pelo corpo eclesial. Constituía, ela também, um objeto de disputa, cujas condições de conquista não eram dadas a todos.

A intenção de reconstrução dos padrões de carreira na população investigada tem requisitado por outro lado, um amplo cruzamento de fontes documentais de características diferentes. Frente à ausência de listas de detentores de “dignidades eclesiásticas” e “benefícios curados” ou não, abrangendo o período, recorreu-se ao conjunto de processos de “oposição” e “colação” do período, ao “Livro de “registro de diversos termos (matricula_oposicao_exame_etc)”, ao “Livro de registro de colações ofícios e outos”, aos livros de “Registro Geral da Camara Eclesiástica”, ao “Livro de Registro das Freguesias do Maranhão e Piauí” de 1872, ao “Livro de Registro das Freguesias do Maranhão e seus respectivos Colados e Coadjuutores” e ao “Livro de Registro das Freguesias com data de ereção da capela”.

Mesmo frente à extensão das fontes de pesquisa, observou-se o caráter fragmentário e descontínuo, quando não ausente, de muitas informações. Em vista disso, cumpre realizar três observações bastante sucintas: em primeiro lugar, a recolha e sistematização dos dados estiveram condicionados ao tipo de informação que se pôde obter das diversas classificações oficiais dos itinerários dos agentes, e do fato de que as mesmas encontram-se muito desigualmente disponíveis (também legíveis) nos diversos fundos analisados. Segundo, a análise dos mecanismos que presidem os destinos sacerdotais deve levar em conta ainda que a carreira eclesiástica também era condicionada pelo acúmulo de *capital social*, cujos efeitos sobre a ocupação dos postos não chegam a ser detalhados (estando incessantemente em jogo e tendo efeitos objetivos, estes condicionantes só estão muito raramente em condições de serem

¹⁰⁸ Mediação cultural, como a definiu Ernesto Seidl (2007, p. 78), como parte das estratégias de legitimação social de determinados grupos sociais, e que se insere entre os esforços de consagração de estilos de vida, práticas sociais e valores culturais empreendidas em diferentes esferas, como a intelectual, a acadêmico-científica, a artística, a político-burocrática e a religiosa.

objetivados). Terceiro, como se poderá verificar, para esse tipo de tratamento, os limites cronológicos não podem ser de todo rígidos, posto que, em alguns momentos, torna-se necessário retroceder um pouco, em outros casos, torna-se necessário avançar.

De fato, a investigação enfrenta os problemas decorrentes da existência de lacunas de informação, às vezes enormes, quanto a alguns agentes em períodos determinados - variável conforme o tipo de função desempenhada e ao grau de acúmulo de posições que um mesmo agente conseguira obter. Os percursos construídos pelo trabalho dão conta então dos resultados do tratamento dos dados, organizados como foram em uma base de informações, não correspondendo exatamente a todos os percursos dos agentes empíricos. Ainda assim, acredita-se que foram criadas as condições para oferecer uma visão rigorosa sobre as divisões do trabalho religioso que presidiam os diferentes percursos. Em suma, o esforço encetado na tentativa de apreender a morfologia desse espaço, através da ampliação do universo de pesquisa, não teve qualquer intenção de ser realizar uma abordagem total, mas resultou da tentativa de estar em condições de manifestar de maneira mais completa e precisa possível o sistema de oposições e hierarquias pertinentes que regiam as trajetórias dos agentes – inapreensíveis através do tratamento de um único agente.

Dadas as circunstâncias da carência progressiva de sacerdotes em vista da diversidade de funções a serem ocupadas na esfera eclesial, muito raros eram aqueles que ficavam “avulsos”. Na realidade, o fenômeno parecia ser exatamente o inverso, com padres sendo chamados a ocupar simultaneamente várias funções em âmbito institucional. Exceção feita ao último período, quando não se obteve informação alguma acerca dos postos ocupados por 06 agentes, recolheu-se dados relativos a 78 agentes (92,85% de 84 com informações disponíveis) que chegaram a ocupar cargos no Bispado do Maranhão, ainda que nem todas elas sejam abrangidas. Enfocando quase que estritamente o tempo de permanência dos sacerdotes na circunscrição eclesiástica, pouquíssimas informações puderam ser recolhidas a respeito daqueles que mudaram para outro bispado. Da mesma forma, na ausência de informações mais sistemáticas a respeito daqueles que, oriundos de outras dioceses, fixaram residência no bispado, optou-se por não incluí-los na presente abordagem.

O procedimento para tratamento das informações sobre os trajetos profissionais consistiu, inicialmente, na divisão das diferentes funções com base em categorias próximas que permitissem também a comparação. A reclassificação também esteve determinada pelo tipo de informação que se pôde obter junto às fontes, relativas aos diferentes postos e aos seus ocupantes. As informações reunidas nos diferentes fundos recorridos direcionavam-se prioritariamente aos percursos mais administrativos, tais como pároco, vigário e coadjutor, as

mais “intelectualizadas” como lentes, reitores e vice-reitores dos seminários de Santo Antônio e Nossa Senhora das Mercês, aos cargos do corpo capitular do “cabido” (beneficiados, cônegos e dignidades), de administração do bispado (tais como secretário, ecônomo, thesoureiro, amanuense), assim como informações mais reduzidas acerca dos membros da Curia Episcopal e dos Examinadores Synodais. Optou-se, então, por organizar essas posições em três tipos de função: (A) cargos de administração pastoral direta (como pároco, vigário, capelão ou coadjutor); (B) cargos de “mentoria intelectual” (como lente, vice-reitor e reitor) e (C) cargos de alta administração (membro do “cabido”/corpo capitular, secretário do bispado, ecônomo, mestre de cerimônias, thesoureiro, amanuense etc.).

As informações recolhidas quanto aos agentes que chegaram a ocupar as últimas funções (B e C) foram as mais completas, uma vez que os documentos relativos às mesmas viabilizaram tal apreensão. Quanto às primeiras funções (A), estas se tornaram mais esparsas, conforme se afirmava um modelo de ocupação das mesmas através das chamadas “provisões” (que instituíam párocos “encomendados” e “encarregados”), implicando em uma maior rotatividade na ocupação das paróquias. Em vista disso, como se tinha conhecimento a respeito de praticamente todos os agentes que ingressaram em uma das últimas duas funções (B e C), bem como o período em que foram ordenados, considerou-se que aqueles a respeito dos quais não havia nenhum registro de aquisição dessas funções logo após se ordenarem, teriam ingressado na primeira função. A comparação com o tipo de percurso posterior que tiveram contribuiu para confirmar a validade do procedimento, como se procurará demonstrar.

A respeito dos trajetos profissionais dos agentes, observou-se então que a forma de acesso mais predominante era em algum cargo de administração pastoral direta, mais freqüentemente na condição de “encomendado”, para a qual foram encontrados 53 agentes dentro da população investigada (de 78 com informações disponíveis). Os outros dois tipos de entrada eram em alguma função de mentoria intelectual ou em postos de alta administração (como membros do “cabido”/corpo capitular, secretário do bispado, ecônomo, amanuenses, etc), os quais correspondem a 11,53% e 20,51%, respectivamente. De fato, a divisão entre estas duas últimas formas de acesso é apenas didática, uma vez que na grande maioria dos casos, ocorria o ingresso de um mesmo agente nas duas funções quase que simultaneamente.

Assim, comparados os períodos, vê-se que a quantidade de ingressantes nas funções de gestão afirma-se como inserção predominante dos agentes enfocados. No primeiro período, de 16 com informações disponíveis, $\frac{3}{4}$ inauguraram sua atuação como párocos, e apenas $\frac{1}{4}$ nas demais funções (todos beneficiados). No segundo período, de 37 com informações disponíveis, a primeira forma de inserção aumenta para 30 (81,08%), enquanto que as demais

ficam respectivamente com 04 (10,81%) e 03 (8,10%). No último período, vê-se que a ocupação do primeiro cargo torna-se um pouco mais diversificada, especialmente quando comparada com os períodos anteriores. Enquanto que a mais tradicional reduz-se à metade, as demais inserções aumentam para 32% e 24% no período, respectivamente. Ao tomar-se a taxa de ingressantes que não adentraram exercendo funções de caráter pastoral (resultado da soma das duas últimas formas de inserção), percebe-se um aumento em suas taxas de representatividade em cada um dos bispados: de 25% no primeiro, para 18,91% e, finalmente, para 56% no terceiro.

Quadro XI: funções de ingresso na carreira eclesiástica

Primeiro cargo alcançado	1852-1861		1862-1878		1878-1898		Total	
	n	%	n	%	N	%	N	%
(A) Adm. Pastoral direta (vigário, cura, coadjutor)	12	75	30	81,08	11	44	53	67,94
(B) Mentoria “intelectual” (lente, reitor)	-	-	03	8,10	06	24	09	11,53
(C) Alta administração (membro do “cabido”/corpo capitular, secretário do bispado, ecônomo, mestre de cerimônias etc.)	04	25	04	10,81	08	32	16	20,51
Total	16		37		25		78	92,85
Total conhecido	16		37		31		84	100

Fonte: Arquivo Público do Estado do Maranhão, Acervo da Arquidiocese do Maranhão, Setor de Códices, LIVRO de Registro de Colações, ofícios e outros (n.º 302; 1853-1899). Arquivo Público do Estado do Maranhão, Acervo da Arquidiocese do Maranhão, Setor de Códices, LIVRO de Registro das Freguesias do Maranhão e Piauí (n.º 335, 1872). Arquivo Público do Estado do Maranhão, Acervo da Arquidiocese do Maranhão, Setor de Códices, LIVRO de Registro das Freguesias do Maranhão e seus respectivos Colados e Coadjuutores (n.º 336; sem data). Arquivo Público do Estado do Maranhão, Acervo da Arquidiocese do Maranhão, Setor de Códices, LIVRO de Registro das Freguesias com data de ereção da capela (n.º 337; sem data) e material diverso reunido pelo autor.

Mantendo-se a mesma estratégia de classificação para os diferentes percursos de carreira, observa-se que a permanência na função de pároco encomendado, ou encarregado, fora o principal destino profissional dos ingressantes enfocados. Dos 16 com informações disponíveis para o primeiro período, a metade manteve-se estritamente nessa função, alternando, quando muito, entre várias freguesias. Para o segundo período, tem-se informação de que 22 sacerdotes (de 30 com informações disponíveis) também tiveram percurso semelhante, alguns dos quais permanecendo em apenas uma freguesia pelo motivo de terem sido aprovados em concurso para as mesmas (vale dizer, os últimos dentro do recorte em pauta). Para o último período, dos 11 ingressantes nessa função, quase todos (10) mantiveram-se nela(s), a julgar pelas informações encontradas nos documentos.

Mais raros eram os percursos que combinavam a passagem pela função de pároco em uma freguesia distante e a posterior ocupação de funções distintas desta, conforme já evidenciado no capítulo anterior. Para o primeiro período, $\frac{1}{4}$ (de 16 com informações

disponíveis) teve um percurso misto, envolvendo passagens posteriores por funções do “cabido” (“beneficiado” e “canonicato”). No segundo, encontrou-se apenas 03 sacerdotes com esse tipo de percurso, que tendia a se configurar, na realidade, como uma rápida passagem. Para o último período, não foi encontrado nenhum sacerdote nessa condição. Caso exemplar disso fora o trajeto do Padre Osório Atháide Cruz: ordenado em 1872, foram encontradas informações sobre o mesmo como pároco da freguesia de “São José dos Matões” em 1876. Pouco tempo depois, a convite do reitor do seminário, assume a cadeira de “lente de instrução primária” em 1878; no ano seguinte, “lente de Latim” e no próximo obtém a colação em um “canonicato”. Mantendo-se nas duas funções, como “lente” e “cônego”, inicia-se nas funções administrativas de vice-reitor em 1880, chegando a tornar-se reitor do Seminário de Santo Antônio em 1885, um ano antes de candidatar-se e obter sucesso à vaga de “Mestre-Escola” em 1886. Paralelamente, conforme Álvaro Urubatan (1994), o mesmo chegara a se tornar deputado provincial.

Com efeito, a passagem e o acúmulo de um cargo pastoral, especialmente “coadjutoria”, e o trajeto por funções relacionadas ao ensino e administração ocorrem quase que exclusivamente nas freguesias próximas da ilha de São Luis (quando não nesta), indicando que a maior proximidade geográfica do centro do poder eclesiástico poderia ser fundamental nas estratégias de conquista e manutenção de posições. Essa proximidade tornava possível o estabelecimento de relações diretas e indiretas com padres melhor posicionados, o que funcionava como um trunfo importante na passagem de funções até certo ponto relegadas na hierarquia, a postos de maior “prestígio”.

Devido a sua posição central na estrutura eclesial do período, a passagem pelas funções mais administrativas, tais como secretário do bispado, ecônomo, mestre de cerimônias, e principalmente a obtenção de um benefício, correspondeu à principal “via de acesso” a posições de poder, não somente pelo “peso” atribuído às funções ocupadas, como também pelas possibilidades de intercâmbio que se podia extrair delas para ocupação de outras. De fato, uma das características mais salientes do tipo de itinerário inaugurado em um desses postos, era a tendência ao acúmulo de posições e funções nos órgãos de cúpula da instituição. A menos comum entre essas formas de acúmulo de funções, como sugerimos acima, era aquela que passava pela posse de cargos paroquiais em localidades afastadas, sendo mais comum a integração às funções de coadjutoria estritamente nas freguesias da ilha (as freguesias de que se compunha a ilha eram as seguintes: Nossa Senhora da Victória da Catedral; N. S. da Conceição; São João Batista; S. Joaquim do Bacanga; Santa Filomena do

Cutim; N.S. da Luz do Paço do Lumiar; S. José dos Índios; S. João Batista de Vinhaes), o que enfatiza a tendência ao baixo envolvimento em cargos de administração pastoral.

Raros foram os casos de sacerdotes como Honório José Saraiva. Ordenado em 1879, sua inserção ocorre como secretário do Bispado e Escrivão da Câmara Eclesiástica logo em 1880. Pouco tempo depois obtêm uma vaga como cônego e professor do Seminário, para as quais solicitou dispensa para ocupar os cargos de Vigário-Geral Forâneo da Província do Piauí e Pároco da Paróquia do Amparo da cidade de Therezina. Não obstante, entre as funções pastorais, a “vigararia geral forânea” estava entre as mais prestigiosas. Sabe-se ainda que o mesmo elegera-se pelo Partido Católico - Cratéus/CE (Partido republicano legalista), em 1892.

Quase a totalidade dos agentes que ingressaram dessa forma, chegaram a ser professores nos seminários diocesanos. Exceção feita à Dorotheo Dias de Freitas e Álvaro José de Lima, ambos do último período, todos os demais portadores de passagens por instituições no exterior (06) obtiveram um benefício quase que simultâneo à sua integração como lente, reitor e/ou vice-reitor dos seminários (frequentemente ambos). Com efeito, o tipo de ingresso que combina a passagem pelo seminário como lente (B), para a de pároco ou vigário (A), percurso dos referidos agentes, é mais frequente no último bispado, momento em que 03 sacerdotes (dos 06 que ocupam inicialmente essa função) têm o mesmo destino. No segundo período, apenas dois sacerdotes efetuam esse tipo de passagem – de (B) para (A), não havendo informação a esse respeito no primeiro bispado.

Por outro lado, raramente encontrava-se um agente exercendo apenas a função de beneficiado, o que pode estar associado também ao valor das cômputas que se poderia obter anualmente através da função. De fato, a função de beneficiado não parecia valer exatamente por si, mas principalmente por ser porta de acesso a “outras funções”, permitindo ao seu ocupante manter maior proximidade dos círculos eclesiais de cúpula. Estes eram especialmente atraentes para os recém-ordenados, conforme destacado no capítulo anterior.

Mais “cobiçadas” ainda eram as funções de cônego, conforme já observara Condurú Pacheco (1969). Cabe recordar que o exame das oposições a cargos vacantes permitiu evidenciar que a maior quantidade de oposições a benefícios era justamente para as funções de canonicato (56), seguida pela de beneficiado (47), e dignidades (Arcipreste – 07; Chantre – 03; Mestre-Escola - 02). A maior parte daqueles que entraram em cargos de direção e ensino nos seminários ou em funções de “alta administração”, tomando todo o período, alcançaram as suas mais altas funções pelo acúmulo de atividades no seminário, na cúria episcopal e/ou

com uma vaga de cônego na catedral. Conforme fora evidenciado no capítulo anterior, havia uma tendência a permanecimento vitalício nesta função.

Não obstante, os efeitos da carência de sacerdotes expressavam-se mesmo nos postos capitulares do “cabido”, a julgar pelas freqüentes reclamações sobre a vacância de “beneficiados” e “cônegos” na catedral, presentes nos relatórios. Nessas condições, mais reduzidos ainda foram os agentes que alcançaram as funções de “dignidade do “cabido””, “Vigário geral” e “Promotor da Justiça eclesiástica” (cargos centrais na Cúria Episcopal) e/ou “Examinador Synodal”, funções cujo acesso era mais rarefeito. A ocupação de tais funções nunca foram atribuídas aos ingressantes e tampouco sua posse se deva a relativa maturidade administrativa do agente (como se esta levasse àquela). Conforme se pôde evidenciar no capítulo anterior, na realidade, poucos indivíduos autorizaram-se ou estiveram em condições de concorrer às mesmas, dado os condicionantes que intervinham no processo de escolha para elas.

Considera-se que entre as posições dominantes mais estritamente fundadas na instituição, essas são, sem dúvida, as que conferiam maior proporção de poder aos seus ocupantes. Tratava-se de postos que atribuíam aos seus detentores uma autoridade estatutária que assegurava não somente o domínio sobre outras posições e seus ocupantes (permitindo construir e manter clientelas), como também o poder sobre as instâncias de reprodução do próprio corpo eclesiástico – associadas como estavam às formas de controle dos acessos e trajetos na instituição.

Numa situação em que é difícil dissociar o poder específico ligado às diferentes posições, do ocupante da posição considerada, pode-se afirmar que aqueles que chegaram a apropriar-se dessas funções dominantes temporal e temporalmente na instituição constituíram o seu principal pólo dominante. Além disso, numa situação compósita em que pouquíssimos agentes estavam em condições de disputar as referidas posições, para aqueles que as ocupavam, estava justificada a ocupação de novas posições, o que também permite compreender o porquê de quase sempre se tratarem dos mesmos agentes.

2.4 Cruzamento de variáveis e composição social da hierarquia.

O estabelecimento de correlações entre as dimensões associadas à posição social de origem (profissão do pai, origem geográfica, tipo de patrimônio transferido), de um lado, e o campo de atividade, idade, funções e trajetos, de outro, permite avançar na compreensão dos

processos de seleção social que perpassam o princípio de divisão dos agentes dentro da própria hierarquia.

Verificou-se, inicialmente, através dos referido indicadores, que houve um processo lento de diversificação na composição social do clero. De um período a outro, é coincidente a variação geográfica com o aumento da presença de filhos cujos pais exerciam ocupações mais diversificadas, quando comparadas ao padrão tradicional em que predominam unicamente filhos de profissionais agrícolas. Essa coincidência, entretanto, não deve significar que o recrutamento de outros segmentos sociais fora realizado como consequência direta do deslocamento geográfico, como se os novos segmentos estivessem em outras regiões, e não nas “áreas mais tradicionais”. Seria preciso avançar nesse ponto, mas tudo indica que os acessos de “segmentos sociais médios” e humildes (filhos de “profissionais liberais” ou que exerciam “funções mecânicas e manuais”) foram realizados justamente nestas freguesias. Essa afirmativa deriva da concepção de que o crescimento de uma camada média só fora possível como o efeito do processo de maior urbanização verificado em algumas áreas mais centrais (FARIA, 2005, p. 244).

Em outras palavras, o exame das propriedades sociais dos agentes do ponto de vista diacrônico permite visualizar um espaço relacional caracterizado pela predominância de frações sociais compostas por descendentes de proprietários rurais e militares, sobre-representados em todos os critérios de descrição da população investigada, combinada com a tímida e crescente abertura no acesso a essa elite para agentes oriundos de outros segmentos (tais como descendentes de artesãos, ferreiros, ourives, empregados públicos, etc.).

Essa predominância não significa, entretanto, que as frações sociais preponderantes fossem detentoras de uma posição dominante no espaço social mais amplo. Isto se deve, em primeiro lugar, às próprias imprecisões a que uma determinada categorização profissional é chamada a descrever naquela configuração. Ou seja, essas categorias tendiam a agregar sob uma mesma representação, agentes com posições distintas no espaço social, o que dificulta o estabelecimento de vínculos entre a origem social e a classificação propriamente institucional. Isso tudo reforça a premissa de que no Brasil não existia uma estruturação social na qual o princípio de hierarquização e de classificação social estivesse baseado na profissão (CORADINI, 1995; 1997). A fraca pertinência da profissão enquanto definidora de uma posição social deriva da maior importância de outros critérios, como aqueles baseados no “capital social” e que dependem de outros títulos atestando determinados conjuntos de relações sociais (CORADINI, 1998; SEIDL, 1999).

O cruzamento entre os indicadores considerados nos leva a conceber, no entanto, que a carreira eclesial passou a ser a ocupação escolhida principalmente por filhos oriundos de segmentos sociais médios e/ou ramos empobrecidos e humildes – pequenos e médios proprietários rurais (alguns dos quais no limite da sobrevivência); militares de patentes médias; profissionais liberais menos prestigiados; incluindo ainda ocupações menos prestigiadas socialmente (“Ourives, “Ferreiro” e “Alfaiate”). Em suma, observa-se no decorrer dos períodos que a carreira estava cada vez mais perpassada por agentes oriundos de categorias sociais intermediárias e humildes submetidas a todas as incertezas e indeterminações que as caracterizavam.

Esses “novos” clérigos provinham de núcleos familiares com poucas possibilidades de direcionar os seus rebentos para o ingresso em profissões liberais prestigiosas. Também dependiam mais fortemente do auxílio dos parentes melhor posicionados (econômica e geograficamente) para o patrocínio da formação nas instituições clericais e da intercessão de algum representante institucional mais bem posicionado a fim de conseguirem vagas gratuitas nesses mesmos espaços. À semelhança do que apontara Sérgio Miceli (1998, p. 97), tais patronos garantiam o acesso e o trânsito entre as diversas etapas da formação escolar e religiosa em troca da conversão dessas crianças desvalidas em oblatos convictos de serem o testemunho vivo das graças extraordinárias propiciadas pela generosidade organizacional.

O processo de institucionalização e centralidade adquiridas pela formação promovida pelos seminários, resultante das tentativas de moralização do corpo sacerdotal, e traduzido pelos investimentos para aprofundar a sua rigidez, foram interdependente então à própria diversificação geográfica dos ingressantes. A maior uniformidade nas idades de ingresso (com a obtenção do presbiterado conforme os ditames formais da instituição) e o nivelamento por baixo do nível de formação podem ser tomados como fatores indicativos do ingresso de setores menos abastados, levados como eram a atribuir toda a sua sobrevivência material e social à própria instituição.

Os investimentos na normalização da conduta e na inculcação dos saberes institucionais, entretanto, não serviam de instrumento equalizador das oportunidades oferecidas internamente. As correspondências entre a posição social de origem (tomada a partir da profissão paterna) e o lugar que os ingressantes ocupam em seu modo de inserção e trajetos, revela que a pretensa homogeneidade institucional repousa, na realidade, no direcionamento e na predominância relativa de uma ou outra fração social nos pólos dominantes e dominados de que se compunha sua estrutura administrativa.

Essa tendência pode ser observada pelo fato de que ao avançar das posições menos destacadas para as mais proeminentes, não se encontra, senão, o mesmo padrão de sobre-representação que dirigia os segmentos sociais menos favorecidos para o pólo dominado, e os mais abastados para o pólo dominante. Comparando o modo de inserção após a ordenação, combinando as três categorias já destacadas, com a profissão do pai, foi possível estabelecer correlações eficazes para 84,61% (66 de 78 com informações disponíveis), distribuídas da seguinte maneira em cada período: 81,25% (13 de 16 com informações disponíveis) para o primeiro; 91,89% (34 de 37) para o segundo e 76% (19 de 25) para o último.

Quadro XII: cruzamento entre o indicador da profissão do pai e função de ingresso

Prof. do Pai / func. Ingresso	Período	(A) Adm. Pastoral direta	(B) Mentoria "intelectual"	(C) Alta administração	Totais
Profissionais Agricultoras	1852-1862	06	-	01	07
	1862-1878	15	01	02	18
	1878-1898	3	02	04	09
	Totais	24	03	07	34
Militares	1852-1862	03	01	-	04
	1862-1878	07	02	01	10
	1878-1898	02	-	03	05
	Totais	12	03	04	19
Profissionais Liberais	1852-1862	-	-	-	-
	1862-1878	03	01	-	06
	1878-1898	03	-	-	03
	Totais	06	01	-	07
Profissões Industriais e comerciais	1852-1862	01	-	02	03
	1862-1878	01	-	-	01
	1878-1898	-	-	-	-
	Totais	02	-	02	04
Profissões Mecânicas e Manuais	1852-1862	-	-	-	-
	1862-1878	01	-	-	01
	1878-1898	01	-	-	01
	Totais	02	-	-	02
Total (somatório geral das categorias)	1852-1862	10	-	03	13
	1862-1878	27	04	03	34
	1878-1898	09	03	07	19
	Totais	46	07	13	66
Total Conhecido	1852-1862	12	-	04	16
	1862-1878	30	03	04	37
	1878-1898	11	06	08	25
	Totais	53	9	16	78

Fonte: Material diverso reunido pelo autor.

O cruzamento entre a profissão dos pais e tipo de inserção profissional revela que o grupo constituído pelos filhos de profissionais agrícolas tem inserção predominante em quaisquer dos parâmetros utilizados e monopolizam as inserções privilegiadas. Juntamente com os filhos de militares, representam a principal fração social dentro do universo pesquisado. Isso fica evidente na medida em que se desloca de (A) para (C), uma vez que os níveis de concentração dessas duas categorias tornam-se cada vez maiores, a saber: 78,26% em relação aos postos de Adm. Pastoral Direta (36 de 46 com informações disponíveis) contra 21,73% dos cruzamentos entre as demais funções e profissões; 85,71% em relação aos cargos de “mentoria intelectual” (contra 15,38% dos demais) e 84,61% (contra 14,28% dos demais) em relação aos de “Alta Administração”. É possível observar ainda que só muito raramente os descendentes de profissionais liberais, industriais/comerciais ou com ofícios manuais iniciaram ou chegaram a ocupar as posições (B) e (C), conforme também se pode inferir das injunções anteriores.

Entenda-se, portanto, que não existia uma relação de causa e efeito entre, de um lado, ser filho de proprietário de terras e/ou militar e, de outro, a ocupação das principais funções nessa estrutura de dominação. Os ingressantes que mesmo o sendo, só chegaram a ocupar posições menos prestigiadas, poderão ser mencionados para demonstrá-lo. Contudo, entre eles estavam aqueles que detinham os títulos mais destacados, que desempenhavam as funções mais intelectualizadas¹⁰⁹ e de alta administração e aqueles que chegaram a ocupar as posições mais proeminentes. Da mesma forma, não se pode negar que os agentes recrutados fora desses grupos estavam probabilisticamente mais inclinados a ocupar as posições menos prestigiadas/dominadas, donde também se poderá observar a lógica propriamente social do sistema de hierarquização/classificação eclesiástico.

* * *

O propósito da análise da composição social do clero, viabilizada através do método prosopográfico e do exame de diversas variáveis, consistiu na tentativa de fazer aparecer uma cartografia dos agentes ingressantes no Bispado do Maranhão da segunda metade do século XIX. Através desse procedimento, observou-se então que, o sistema normativo eclesiástico possuía uma dimensão social e cultural, cuja explicação tende transcender, na realidade, o próprio nível institucional.

¹⁰⁹ Os agentes que detinham os maiores títulos também estão entre eles: dos 8 com informações disponíveis para o período, 4 eram filhos de proprietários de terra, 01 de militar e apenas 01 das demais categorias.

Nesse sentido, tal concepção permite repensar a idéia de que a carreira eclesiástica fornecesse a prova inequívoca da existência de uma estrutura controlada de maneira rígida, dominada por regras internas e regulações jurídicas autônomas e estritamente formais, funcionando como filtros objetivos, únicos e neutros à entrada na profissão (noção a qual o pesquisador é levado pela própria idéia de hierarquia). O fato de que as hierarquizações internas não eram totalmente independentes das classificações externas pode ser visualizado, por exemplo, pela sua correspondência com a estratificação social classicamente adotada pela historiografia, discutida por Flávio Soares (2008), ou mesmo com o modo de categorização que as elites da província do Maranhão utilizavam para representar-se e aos demais grupos, analisadas por Regina Helena Martins Faria (2005), como segue:

- a) classes superiores, compostas de uma elite política (deputados, senadores), alta burocracia do Estado (presidentes, magistrados, militares, clero), homens de negócio e grandes proprietários de terras e escravos (luso-brasileiros, portugueses, ingleses) e classes inferiores, compondo um conjunto populacional no qual sobressaiam escravos, camponeses (pobres, forros) e homens livres pobres (PRADO JÚNIOR 1976, SOARES, 2008).
- b) Com pequenas variações em relação à posição das ditas “classes inferiores” e às suas denominações, assim se estruturava a pirâmide social apresentada pelas elites: 1ª classe – brancos; 2ª – mulatos/mestiços/pardos/geração misturada; 3ª – negros/pretos; 4ª índios/bronzeados (FARIA, 2005, p. 244)

A análise das características sociais dos agentes que ingressaram no período sob análise permite indicar, portanto, que a socio-lógica de classificação institucional não era alheia a esse conjunto de oposições constitutivas. Ao contrário, ao tentar classificar os agentes conforme os seus próprios princípios, a classificação eclesiástica reproduzia as (des)classificações do ponto de vista social. Ao revés, na medida em que abrigava agentes menos bem posicionados socialmente, o sistema de classificação eclesiástico tendia a recrutar grupos mais predispostos a conformar-se com as novas exigências requeridas. Não parece ser ao acaso que seja mais ou menos por esse período em que começa a se afirmar a idéia de que o recrutamento vocacional não colheria grandes frutos nos centros urbanos (lugar de concentração das elites sociais da região), mas principalmente nas zonas rurais, mais preservadas do contato com a má civilização (AZZI, 1992).

Capítulo 3: O ENCONTRO DE DUAS HISTÓRIAS: Padrões de Seleção eclesiásticos e condicionantes de trajetórias de sucesso.

Os mecanismos institucionais de ajustamento dos agentes à instituição tendentes a reproduzir a estrutura das probabilidades objetivas, apesar de existirem independentemente das consciências e das vontades dos agentes, na realidade, pré-existindo às mesmas, não operavam como efeito mecânico de coerção puramente externa. É um engano acreditar-se que basta conhecer o funcionamento dos mecanismos que tendiam a assegurar a reprodução institucional para deduzir deles as trajetórias dos agentes. Sua história, objetivada nas coisas e sob a forma de mecanismos, instrumentos, documentos e monumentos, etc., somente conseguia se converter em *história atuada e atuante* quando era assumida por agentes.

A cumplicidade entre esses dois estados do social consiste no encontro entre uma história inscrita nos corpos e uma história inscrita nas estruturas (BOURDIEU, 2002, p. 82.83). Assim sendo, tão importante quanto compreender a estrutura do espaço onde essa dinâmica ocorria e os parâmetros que a determinavam, era realizar uma sociografia dos agentes que a compunham, do mais alto ao mais baixo grau. Nos capítulos anteriores, a tentativa de apreender o modo de funcionamento ambíguo da instituição eclesial (através de mecanismos como a formação nos seminários, a habilitação sacerdotal e o acesso aos postos eclesiásticos) e de precisar as características sociais dos agentes que ingressaram na instituição na segunda metade do século XIX, tinham a finalidade de construir o espaço interdependente onde ocorriam as mobilidades dos agentes. Quer dizer, eles destinavam-se a preparar a fase posterior que consiste em construir as trajetórias dos agentes, de onde deriva a idéia de um “encontro de duas histórias”, presente no título do presente capítulo.

Em outras palavras, acredita-se que não seria possível demonstrar os condicionantes das trajetórias bem ou mal sucedidas de cada agente no interior do espaço eclesial sem que se recorresse a uma tentativa de compreender as estratégias levadas a cabo por meio da instituição para manter as distâncias e as hierarquias, contribuindo assim para a reprodução do sistema de diferenças constitutivas do espaço (BOURDIEU, 2002). Nesse sentido, valeria a pena apresentar alguns delineamentos mais gerais do que fora apresentado até aqui.

Mediante a análise dos mecanismos de recrutamento e seleção eclesiásticos no Bispado do Maranhão observou-se que a instituição detinha um baixo grau de autonomia

quanto ao recrutamento e seleção de seus quadros. Quer dizer, as regras e princípios que presidiam o ingresso e ascensão não dependiam estritamente da própria lógica institucional. Isto se devia, em primeiro lugar, à relação historicamente ambígua que a instituição mantinha com o próprio Estado de onde extraía parte de sua própria “força social” (SEIDL, 2003). Como carreira socialmente instituída por ritos, símbolos e garantias historicamente legitimadas pelo próprio Estado, os seus condicionantes de seleção e recrutamento não deixavam de ser afetados pelo próprio desequilíbrio de tensões entre uma e outra instituição, aprofundado durante a segunda metade do século XIX.

Em que pese esse fator, além de ser tomada como uma organização subordinada ao Estado, a instituição eclesial deve ser apreendida, simultaneamente, como uma burocracia paralela que se estabeleceu em um contexto exógeno e cujos modelos culturais e institucionais eram mutáveis conforme as orientações de cúpula e as condições de adaptação em um ambiente sócio-cultural distinto. É necessário ter em conta, portanto, que o processo de importação desses modelos não requeria a importação simultânea do ethos correspondente (CORADINI, 1996; BADIE & HERMET, 1993).

A lógica de funcionamento de cada mecanismo de ajustamento institucional tendia então à reatualização desses condicionantes históricos, na medida em que expressava o caráter compósito resultante da inexistência de critérios estritamente institucionais a reger o recrutamento e seleção dentro do seu próprio universo. Ademais, ainda que os mecanismos de recrutamento e seleção eclesiásticos não dependessem exclusivamente da lógica normativa da instituição, isso não significa que os instrumentos de codificação burocrática de que dispunha deixassem de ter alguma importância. É necessário não esquecer que, diferentemente de outras atividades profissionais, o acesso à carreira eclesiástica dependia também do “tempo de exposição às regras, aos costumes e aos valores da cultura organizacional” (MICELI, 1988).

As modificações operadas pela introdução de novo modelos de formação do corpo sacerdotal por alguns segmentos da Igreja Católica, que visavam reafirmar a autonomia institucional e introduzir parâmetros mais formais em matéria de reprodução do seu próprio corpo, tenderam, por seu turno, a justapor-se ao emprego de recursos oriundos de outras esferas sociais como critérios de seleção para o espaço eclesial. Esses recursos estavam pautados, principalmente, pelo uso de alianças personificadas com base na reciprocidade (LANDÉ, 1977), as quais perpassavam desde o parentesco, à detenção de relações com agentes de outras esferas, especialmente a política, até o exercício de formas de patronagem profissional construídas ou reforçadas dentro do próprio espaço institucional (WOLF, 2003; CORADINI, 1996; SEIDL, 2008).

A sobreposição de relações mais contínuas, formais e institucionalizadas, com princípios menos formais, mais flexíveis e intermitentes, expressa, na realidade, o modo ambivalente e híbrido do recrutamento e seleção eclesiásticos. Nesse sentido, as regulamentações jurídicas presentes nas normativas institucionais não são suficientes para oferecer uma explicação do funcionamento compósito da instituição, por que também não deixam lugar para as formas de acomodação e negociação tacitamente empregadas e cujo fundamento reside principalmente no recurso às relações pessoais baseadas na reciprocidade, como “addenda” (LANDÉ, 1977). A baixa autonomia quanto aos critérios de recrutamento pode ser pensada também a partir da importância do recurso a esses princípios.

Cada um desses mecanismos ambivalentes de iniciação à vida propriamente eclesiástica, de ajustamento dos agentes a instituição, construídos ao longo das fases sucessivas do trajeto institucional, foram tomados aqui como “ritos de instituição” (BOURDIEU, 2007; FOUCAULT, 1970). Esses ritos tendiam ao ajustamento das expectativas dos ingressantes aos princípios de hierarquização das funções e posições existentes no próprio espaço eclesiástico, constituindo uma espécie de “sistema de propensões” (BOURDIEU, 2002). Por intermédio deles não somente se buscava assegurar a competência pessoal dos escolhidos, garantindo a raridade do sacerdócio, como também se direcionava e limitava-se o fluxo em seu próprio mercado; isto é, desde que se esteja em condições de reconhecer que o conjunto de postos ocupados pelos padres de uma igreja constitui na realidade, um *mercado do trabalho religioso* (SUAUD, 1974, p. 78-79). Em outros termos, tratava-se de instrumentos de seleção juridicamente regulamentados de uma organização burocrática que estabelecia, na realidade, correspondências estreitas entre os agentes que buscava produzir e a estrutura dos postos disponíveis.

Observou-se então que, através desses mecanismos, a instituição tendia a reproduzir a divisão fundamental do próprio espaço corporificada nas diferenças objetivas entre um pólo dominante e um pólo dominado. A tentativa de estabelecer relações entre o modo de funcionamento aparentemente autônomo desse micro-cosmos social, as características sociais dos agentes ingressantes (através dos indicadores selecionados) e o modo como essa população encontrava-se distribuída no espaço leva a considerar que o trabalho de reprodução institucional tendia a retraduzir, na realidade, os princípios mais gerais de classificação social vigentes na configuração em que seus membros eram recrutados.

Sucintamente, seria possível dizer que esses princípios estavam inscritos, por exemplo, nas divisões existentes entre grupos superiores e inferiores. Estava inscrita nas oposições presentes nas representações das elites do período, com base em critérios raciais (FARIA,

2005, p. 244; SOARES, 2008). Estava inscrita, enfim, nas divisões simbólicas que separavam objetivamente os trabalhadores não manuais e os trabalhadores manuais, os “quadros superiores” e os “quadros inferiores”, os agentes encarregados do trabalho de concepção e os agentes encarregados das funções de reprodução.

Assim sendo, cada trajetória dentro desse espaço resultava de determinantes ligados à burocracia, às origens sociais, aos itinerários familiares e as alianças, sem que exista entre elas uma relação de causa e efeito, senão de interdependência. Não obstante, o tratamento da população construída, resultado da combinação diversificada do conjunto de indicadores, permitiu distinguir então a existência de dois principais padrões de carreira, cuja diferenciação segue o mesmo princípio de divisão no interior da esfera religiosa (SEIDL, 1008, p. 31). Essas oposições estavam inscritas em todos os documentos e monumentos conservados e transmitidos à posteridade pela própria instituição. A matrícula geral do clero na diocese do Maranhão, organizada em fevereiro de 1886 (**ANEXO L**), por exemplo, também se assenta sobre os mesmos critérios, caracterizando cada agente conforme sua função e posição na estrutura. A lista segue do bispo, passando pelo “cabido” e demais instâncias centrais até chegar aos cargos de administração pastoral direta e clérigos de “ordem maior” e “menor”.

Mediante a operacionalização das variáveis destacadas neste estudo, foram detectados dois padrões de acesso existentes no recorte em pauta. Em primeiro lugar, um padrão mais tradicional, no qual a carreira se desenrola pela ocupação de cargos de gestão dos bens religiosos e de “administração pastoral direta”, como “pároco”, “vigário”, “cura” e pela manutenção e expansão institucional nas extensas áreas (geograficamente mais periféricas) da circunscrição eclesiástica. Esta resultaria ainda da combinação entre uma origem social humilde, a carência de relações pessoais importantes quer internamente, quer externamente à instituição clerical, a detenção de poucos recursos escolares e o acesso mais tardio ou lento (quando não inexistente) em funções de direção, de alta administração.

Um segundo padrão se distinguia pela entrada mais jovem em postos com acesso às esferas mais centrais e de direção na diocese (dominantes), pelo desempenho de funções mais intelectualizadas (lentes, reitores, escritores), pela detenção dos maiores títulos escolares (alguns dos quais com passagens pelo exterior), pelo desempenho de funções de representação institucional, pela concentrando-se em zonas centrais do poder eclesiástico e por um dote de recursos e relações pessoais diretas ou indiretas com agentes de distintas esferas de poder. Perpassando esses dois padrões, como se pode observar, estava o peso da utilização de relações pessoais baseadas na reciprocidade com toda a sua variedade de formas, e o

conseqüente acúmulo de capital simbólico personalizado, como recurso para a progressão na carreira.

3.1 Os condicionantes sociais de quatro trajetórias bem sucedidas.

As trajetórias expostas a seguir foram construídas com a finalidade de evidenciar o conjunto de condicionantes discutidos ao longo do trabalho. Através delas se tornará evidente, em primeiro lugar, a importância que o recurso às relações pessoais baseadas na reciprocidade tinha na estruturação das carreiras profissionais de maior êxito. Nota-se que entre os princípios que presidiam o acesso às posições de elite, não eram exatamente os critérios nem as condições profissionais que se constituíam enquanto os recursos centrais, ainda que não fossem inteiramente excluídos no presente contexto.

Em segundo lugar, outro traço marcante em parte delas, consiste na multidimensionalidade dos percursos, tendendo a extrapolar os limites estritamente institucionais, especialmente no que tange ao envolvimento dos agentes com a política. Isto indica, na perspectiva do pesquisador, o fato de que a passagem pela corporação eclesiástica tendia a funcionar na realidade como uma espécie de vetor de acesso a recursos e capitais diversos cuja compreensão ainda deve ser aprofundada em pesquisas posteriores.

Com efeito, mais do que produzir dados a partir dos repertórios biográficos disponíveis, com a função de exemplaridade, buscou-se introduzir, sutilmente, dimensões relativas às condições de adaptação, ou não, dos agentes às transformações do corpo profissional, nomeadamente no que tange a afirmação de novos modelos. As trajetórias selecionadas foram as seguintes: 1) Carlos Luiz D'Amour, 2) Manoel Tavares da Silva, 3) Raimundo Alves da Fonseca e 4) Tolentino Guedelha Mourão.

3.1.1 Carlos Luis D'Amour: da origem humilde ao episcopado.

As principais fontes para o estudo da trajetória de Carlos Luis D'Amour consistem nos seus processos de habilitação sacerdotal¹¹⁰, nas “notas genealógicas” presentes no trabalho de Milson Coutinho (2005), no “discurso proferido em 31 de Dezembro de 1921 na sessão anual

¹¹⁰ AUTO de Genere, Carlos Luiz D'Amour, cx. 59, doc. 1972 (1860); AUTO de Patrimônio, Carlos Luiz D'Amour, cx. 38, doc. 1423 (1860)

de encerramento dos trabalhos do Instituto Histórico de Mato Grosso pelo orador José Barnabé de Mesquita” (1921) e na dissertação de mestrado de Sibele Moraes (2003) intitulada: “O episcopado de Carlos Luis D’Amour (1878-1921)”.

Exemplo de trajetória ascendente, o percurso de Carlos Luis D’Amour é tomado aqui, em primeiro lugar, como um caso exemplar do acesso e promoção de uma “cota restrita de presbíteros de posição social de origem humilde aos postos mais elevados da organização eclesial” (MICELI, 1988, p. 107). Em segundo lugar, sua trajetória se distingue entre os sacerdotes que se ordenaram no Maranhão dentro do recorte em questão, pelo fato de ter sido um dos poucos a tornarem-se bispos. Como se sabe, não tendo o Bispado do Maranhão se destacado como um celeiro de produção vocacional para o país poucos, são os casos de clérigos da referida circunscrição eclesial que assumiram postos de destaque fora do próprio bispado. Entre eles, além de D. Carlos d’Amour, que fora o primeiro arcebispo de Cuiabá (1910-1921), pode-se mencionar Dom Luis Raimundo da Silva Brito¹¹¹ e D. Joaquim Gonçalves de Azevedo, que foi Bispo de Goiás (1864-1876) e Arcebispo da Bahia (1876-1879). Por fim, pelo tipo ascensão que teve, um traço marcante de sua trajetória é o papel que as relações pessoais tiveram enquanto recurso para que ascendesse às posições de elite.

Os registros de gênero dão conta de que Carlos Luis D’Amour nascera em 1836, filho de Rosa Custódia de Ascensão e neto materno de Ana Rosa, ambas naturais do Ceará. Pelo lado paterno, era filho do francês naturalizado português em 1806, Carlos Luis D’Amour, negociante em Lisboa e que havia se mudado para o Maranhão. Seu avô paterno era François D’Amour, casado com Ana Joaquina Freire da Mota que, ao que se sabe, teria falecido muito jovem (COUTINHO, 2005).

Obtendo a naturalização em 1806, aos vinte anos de idade, Carlos Luis D’Amour teria chegado ao Maranhão por volta de 1807 onde se estabelecera em atividades de comércio, “atividade a que já se dedicava em Portugal”. Homem branco, natural de Lisboa, nascido provavelmente em 1785, o negociante Carlos Luis D’Amour não chegara a contrair enlace matrimonial com Rosa Custódia de Ascensão, donde resulta que o nascimento do futuro sacerdote tenha se apresentado como “irregular”, *ex-fectum natalium*¹¹².

¹¹¹ Nascido em São Bento em 24/08/1840 e falecido em 09/12/1915, ordenou-se em 1864, aos 24 anos de idade. Foi vereador e fundador do Colégio “Imaculada Conceição”, em São Bento; professor do Seminário de Santo Antônio e Vice-Reitor do Seminário das Mercês, em São Luis. Deputado Provincial no Maranhão; professor da Escola Normal, Reitor do Externado do Colégio Pedro II, Capelão do Imperial Colégio Militar, Confessor do Príncipe Regente, Pregador da Capela Imperial e Vigário Geral, no Rio de Janeiro. Monsenhor Prontonário Apostólico, Prelado Doméstico do Papa Leão XIII, Teólogo da Nunciatura Apostólica, Arcebispo Doméstico do Papa Leão XIII, Teólogo da Nunciatura Apostólica, Arcebispo de Olinda e Recife, Membro do Instituto Arqueológico, Geográfico e Histórico de Pernambuco.

¹¹² Consultar: AUTOS de Gênero, Carlos Luiz D’Amour, cx. 59, doc. 1972 (1860).

Tendo ficado órfão muito cedo, Carlos D'Amour fora criado pela sua tia materna, que tinha “poucos recursos pecuniários”, e teve apenas uma irmã com o nome de Carlota Severiana D'Amour Maciel. “Entrou de aprendiz (...) na officina de alfaiataria de Francisco Joaquim de Mello, conseguindo com diminuta remuneração do seu trabalho, minorar a precária situação em que se achava, auxiliando ainda a manutenção da sua família, composta da já referida tia e uma única irmã de nome Carlota” (MESQUITA, 1921). Pouco tempo depois conseguiu um “emprego modesto” na catedral, integrando-se muito cedo em serviços necessários ao culto e prestação de serviços de capelania - “Conseguindo ser nomeado Capellão da Cathedral maranhense, compartia as suas horas entre os misteres ecclesiásticos, os estudos e os trabalhos de sua profissão” (MESQUITA, 1921).

Não dispondo a sua família e ele próprio de um capital sólido de relações e laços importantes que favorecessem uma inserção privilegiada, essa combinação de atividades favorecera, no entanto, o estabelecimento de laços que se prolongariam durante toda a sua trajetória posterior, livrando-o de um destino social medíocre, “completamente barrado das carreiras masculinas associadas à condição de proprietário de terras, gado e escravos” (MICELI, 1988). Fora por intermédio dela que D'Amour estabeleceu relações de *amizade* com o Bispo Dom Manuel Joaquim da Silveira (1852-1861), que vendo o seu “esforço”, seu “bom caráter” e “indiscutível inteligencia” o tornara seu “protegido”. Tratou então o referido Bispo de matriculá-lo no seminário de Santo Antônio às suas expensas, uma vez que o “jovem costureiro” não dispunha de condições materiais para custeá-lo e tampouco dispunha dos contatos que garantissem o seu acesso como pensionista.

O seminário de Santo Antônio era, a essa época, um ambiente que se destinava tanto à inculcação dos valores sacerdotais, quanto prestava serviços como “colégio de humanidades”, destacando-se pelo fornecimento de serviços educacionais e/ou disciplinares. É também nesse período em que se observa a introdução de uma série de modificações em sua estrutura e em seu modo de funcionamento e o estabelecimento de sua centralidade entre os dispositivos de recrutamento, objeto de medidas também do próprio bispo. O aprofundamento da disciplina era concomitante à entrada de agentes humildes, quer de zonas mais centrais, a exemplo do próprio D'Amour, quer de localidades mais periféricas, como vários dos alunos internos no período.

Obtida a formação propriamente eclesiástica e dispondo de uma relação pública de amizade com o bispo, tão logo ordenado pelas mãos do mesmo em 1860, D'Amour alcança

logo um cargo de beneficiado na catedral, indicado pelo seu protetor¹¹³. Como se observará, o estabelecimento de relações próximas com o ocupante dessa posição central no Bispado fora fundamental para lhe abrir caminhos e conquistar posições que, a rigor, lhe seriam interditas. Essa é a principal dimensão de sua progressão. Isto, sobretudo por que os bispos eram investidos de poderes não apenas sobre as diversas alternativas de movimentação do clero em geral, como também das suas chances de promoção.

Quando o Bispo D. Manuel fora transferido para a Bahia na “qualidade de Primaz” levou consigo o “jovem Carlos D’Amour a quem se afeiçoára e, ali, novo campo de actividade que se lhe abria, exerceu o moço sacerdote as funcções de mestre de cerimônia do Solio primacial, leccionando ainda a cadeira de francez no Seminário archidiocesano” (MESQUITA, 1921). De fato, a manutenção dessa relação, garantida ainda pela escolha do sacerdote em seguir com o diocesano, permitiu a Carlos D’Amour galgar muito rapidamente uma série de posições que dificilmente conseguiria ocupar sem dispor de tal apadrinhamento.

O sentimento de gratidão que sempre manifestou com a effusiva sinceridade das almas bem formadas, não o deixou mais separar-se do seu grande amigo e bemfeitor, acompanhando-o á Corte imperial, quando foi do casamento das princezas DD. Izabel e Leopoldina e á Corte pontifícia, onde D. Manoel fôra tomar parte, em 1870, no concilio do Vaticano. Gozando pelo prestigio de suas virtudes da confiança e apreço do insigne Prelado, ascendeu ás mais elevadas posições na Archidiocese da Bahia, passando successivamente de Cônego effectivo do “cabido” a Monsenhor e, por ultimo, a Vigário Captular e Governador do arcebispado, pela morte de D. Manoel, occorrida a 23 de Junho de 1874 (MESQUITA, 1921).

Dessa forma, Carlos D’Amour ia “ascendendo” às posições mais altas da Arquidiocese da Bahia, até obter, aos 42 anos, a designação para a função de Bispo da diocese de Cuiabá (recebeu o titulo de comendador da Ordem de Cristo (1871), Vigário Capitular (1874) e foi apresentado ao episcopado brasileiro pela princesa Isabel em 1876, confirmado pelo papa em 1877, recebendo a ordenação episcopal em 1878). Quando indicado para a função de bispo, no entanto, D’Amour envia uma carta ao papa assinalando ser “o mais indigno dos sacerdotes e sem méritos pessoais”, que sua “humilde pessoa” não possuía título de “doutorado” e que seu “nascimento fora irregular (ex defectum natalium), segundo as normas da Igreja”, razões pelas quais se “declarava indigno do alto cargo”, com o que solicitava “dispensa do exercício de tal alta dignidade” (COUTINHO, 2005). A nomeação fora mantida e a posse de Carlos

¹¹³ Cf.: Arquivo Público do Estado do Maranhão, Acervo da Arquidiocese do Maranhão, Setor de Códices, LIVRO de Registro de Colações, ofícios e outros (n.º 302; 1853-1899).

D'Amour pode ser celebrada como uma grande cerimônia coletiva que atestaria o valor organizacional atribuído às “vocações” acima de quaisquer diferenças.

Como estava anunciado, realizou-se Domingo, 28 do corrente mez, na nossa Igreja Cathedral, a cerimônia augusta da sagração do Exmo. Sr. D. Carlos Luiz d'Amour, Bispo eleito da Diocese de Cuiabá, em presença do mais escolhido e numeroso concurso de amigos da Igreja e S. Exc. Rvma.; desde a primeira autoridade da Província até o mais modesto de todos os cidadãos, não houve classe que não se achasse allí representada; a vasta igreja do Collegio achou-se litteralmente cheia, não ficando lugar desoccupado quer no coro, nas tribunas ou nas grandes naves da igreja” (MESQUITA, 1921).

Pertenceu ainda aos Institutos Históricos e Geográficos de Salvador, Rio de Janeiro e Mato Grosso, na qualidade de sócio honorário. Durante sua gestão como bispo de Cuiabá, a melhoria física dos estabelecimentos religiosos fora um dos tópicos de prioridade durante toda a sua gestão administrativa. Seja no que tange às medidas adotadas, seja quanto aos documentos que publicou (sua participação também fora freqüente no jornal o *Eclesiástico*), Carlos D'Amour se destacou como forte defensor do cumprimento estrito dos dogmas internos e por ter suportado todos os encargos penosos de coordenar uma diocese extensa com um número reduzido de sacerdotes (MORAES, 2003). Pouco tempo depois da elevação da diocese de Cuiabá a Província Eclesiástica, tendo o mesmo como seu primeiro Arcebispo, D. Carlos falece no dia 9 de julho de 1921, aos 84 anos.

Exemplo do que Sérgio Miceli (1988) denominou de “Filhos da Igreja”, a trajetória do referido sacerdote se distinguiu justamente pela “afirmação plena dos interesses do próprio corpo sacerdotal” caracterizada, como foi, pela fervorosa entrega e submissão aos ideais organizacionais; levado como era a retribuir uma vida inteira moldada pela própria instituição.

3.1.2 Manoel Tavares da Silva e a “inserção privilegiada”.

Diferentemente de Carlos Luiz D'Amour, Manoel Tavares da Silva era oriundo de família detentora de maiores recursos econômicos e culturais, o que lhe garantira, desde cedo, o financiamento dos seus estudos em Coimbra, a posse do título raro de doutor em “Theologia Dogmática” e a ascensão rápida a todos os altos postos da carreira eclesiástica, exceção feita ao episcopado. Prova de que sua família detinha recursos e que o investimento na carreira sacerdotal adquiria importância no seio familiar, fora o fato de que Manoel Tavares da Silva

fora ordenado quase que simultaneamente com seu irmão mais jovem, Antônio Tavares da Silva¹¹⁴ (ordenado em 1854).

As informações relativas à trajetória do referido sacerdote foram obtidas junto aos autos de habilitação sacerdotal da Arquidiocese¹¹⁵, às notas biográficas de Condurú Pacheco (1969) e de Mário Martins Meirelles (1977). Manoel Tavares da Silva era originário da freguesia de Guimarães, filho de “legítimo matrimônio” entre o comerciante Manoel Tavares da Silva¹¹⁶ e sua esposa, Ana Gertrudes Cordeiro. Nascido em 22 de julho de 1829, Manoel Tavares iniciou seus estudos no Seminário de Santo Antônio aos 14 anos de idade. Concluído o curso de Humanidades nessa instituição, seus pais financiaram a sua ida para Coimbra, onde bacharelou-se em Teologia Dogmática no ano de 1853. Enquanto isso, já em 1844, na condição de seminarista, candidatou-se à vaga de “beneficiado da catedral” obtendo êxito na aquisição da função¹¹⁷, o que o permitiu ordenar-se a “título” desse mesmo rendimento. Antes mesmo de regressar a São Luis, pleiteou a vaga de cônego em 1851¹¹⁸ e, antes de ter-se ordenado, ainda na condição de minorista (clérigo de ordens menores), assumira a referida vaga em 1853¹¹⁹ (o que se mostrou, de fato, muitíssimo incomum nas gerações posteriores).

Nesse mesmo ano é eleito como “Secretário e Magistral do “cabido””, ordenando-se pouco depois, no mês de dezembro. Todo o percurso posterior segue no mesmo ritmo. Desde então, ocupara praticamente todos os cargos mais prestigiados a exemplo da função de “lente de dogma e grego”, posteriormente de “reitor do seminário”, de “Examinador sinodal”, de “Chantre” do “cabido” em 1871, de “Arceidiago” em 1872, de “Vigário Geral” e “Vigário Capitular” entre 1876-1878.

É durante o período em que fora Reitor do Seminário que se assiste a introdução de algumas mudanças importantes na estrutura, tais como aquela que integrara a aquisição das ordens aos anos de formação, e a disposição para controle mais apurado dos horários dos professores e da disciplina dos alunos. Sua participação era ativa nas decisões mais centrais da diocese, a julgar pela sua presença constante nos documentos, seja expedindo relatórios, seja atuando como examinador, confessor, reitor, etc..

¹¹⁴ AUTO de Vita et Moribus, Antonio Tavares da Silva, cx. 77, n.º 2509 (1853); AUTO de Patrimonio, Antonio Tavares da Silva, cx. 37, doc. n.º 1396 (1853)

¹¹⁵ Cf: AUTOS de genere, Manoel Tavares da Silva, cx. 56, doc. 1876 (1844); AUTO de Vita et Moribus, Manoel Tavares da Silva, cx. 76, n.º 2485 (1850); AUTO de Patrimonio, Manoel Tavares da Silva, cx. 37, doc. n.º 1397 (1853)

¹¹⁶ Não parece ser ao acaso que nos autos de genere do referido sacerdote ele apareça com o nome Manoel Tavares da Silva Júnior.

¹¹⁷ AUTOS de Oposição, Manuel Tavares da Silva, cx. 201, doc. 6631, 1844;

¹¹⁸ AUTOS de Oposição, Manuel Tavares da Silva, cx. 202, doc. 6675, 1851

¹¹⁹ AUTOS de Colação, Manuel Tavares da Silva, cx. 170, doc. 5222, 1853.

Dadas as funções centrais que exercia, o sacerdote Tavares estabeleceu relações próximas com agentes situados nas instâncias centrais, com especial destaque para as que mantivera com o Bispo Dom Luis da Conceição Saraiva; chegando, inclusive, a viajar em 1867 com o mesmo, em companhia do cônego Raimundo da Purificação dos Santos Lemos¹²⁰, com destino a Roma. Dispondo de um ano de licença com suas “côngruas”, resultado de um pedido do próprio bispo para que esses “obreiros” pudessem conhecer, em sua companhia, os “grandes centros da civilização”, essa viagem incluiu a passagem por lugares famosos de peregrinação em Lisboa, Madrid, Bordeaux e Paris. Durante a ausência desses sacerdotes, a diocese ficou sob a responsabilidade dos “rvmos. Arcediago Antonio Lobato de Araújo, Chantre M. Pedro Soares e Cgo. Francisco Jose dos Reis” (PACHECO, 1969).

A proximidade do Bispo Saraiva com os referidos sacerdotes não deixou de render efeitos “desagradáveis” à sua própria imagem. Ocorre que os sacerdotes Manoel Tavares da Silva e Raimundo da Purificação dos Santos Lemos, que ocupavam posições centrais no espaço relacional da diocese, eram reconhecidamente maçons. Manoel Tavares era “Cavaleiro da ordem maçônica dos Rosa Cruz” e da “Ordem de Cristo” (MEIRELLES, 1977). Os efeitos desagradáveis à imagem do bispo podem ser visualizados, por exemplo, através da carta de 25 de maio de 1874, expedida pelo próprio Papa Pio IX, na qual o prelado recebe severas repreensões, conforme descreveu Mario Meirelles (1977, p. 246-247):

Desde muito tempo chegam até nós a teu respeito queixas que dicilmente poder ser creditadas de um Bispo. Como, porém, cada dia sejam elas confirmadas pela autoridade de novas testemunhas não queremos por mais tempo faltar a nosso dever em defesa da Igreja e da salvação das almas confiadas a teu zelo. De fato, devo repreender muito severamente o Bispo que, há doze anos a frente de seu rebanho, nunca o visitou e cuidou de suas necessidades. E mais estranha e condena o Sumo Pontífice que tivesse confiado o Seminário a mestres corrompidos que pervertem o clero desde sua formação com doutrinas ímpias e abomináveis e, quando licenciado por doença, o ter entregue o governo da diocese a um clérigo

¹²⁰ Originado de Monção, filho de legítimo matrimônio, nasceu em 02 de fevereiro de 1842. Fez seus estudos no Seminário de Santo Antônio, tendo sido ordenado em 1865. Foi Professor de Cânones e de Dogma, Escrivão da Câmara eclesiástica e Examinados Sinodal em 1866. Reitor do Seminário de Nossa Senhora das Mercês e Vogal da Junta administrativa dos Seminários e do Recolhimento Beneficiado e Cônego da Catedral em 1867. Assim se expressava o historiador Ribeiro do Amaral a seu respeito: “Notavel pelo talento e pelo saber, não é fácil dizer-se onde esse talento e esse saber desonvoveram maior brilhantismo – se na imprensa, na tribuna ou na educação da mocidade”. Fundou a folha literária “ECHO da Juventude” e “A nação”, colaborando ainda no Jornal “A Fé”. Juntamente com o Padre Raimundo Alves da Fonseca editou o “Selecta Nacional” para uso dos alunos do seminário. Em 1870, em colaboração com os Padres Raimundo Alves da Fonseca e Theodoro A. Pereira de Castro fundou o “Colégio da Immaculada Conceição”. Juntamente com o Arcediago Manoel Tavares da Silva e o Bispo D. Saraiva fizera excursão pela Europa, expediente que denota a relação de amizade detida entre os três, especialmente por este frequentemente deixar na mão daqueles o governo da diocese. Pouco tempo depois da posse do Bispo Dom Antônio Cândido Alvarenga, resolve abandonar a diocese, renunciando ao seu canonicato em 1882.

filiado à seita maçônica. Assim, por meio desse cônego (Manuel Tavares da Silva) e dos educadores de teu clero (o Cônego Raimundo da Purificação dos Santos Lemos, Reitor das Mercês, também era maçom) trabalhas com a Maçonaria para a destruição da Igreja¹²¹ (grifos do autor).

Além de maçom, a carreira de Manoel Tavares da Silva também se distingue por fortes relações com o universo da política, em sentido formal, tendo sido Deputado Provincial e presidente da Assembléia Legislativa. De origem social e pelas relações cultivadas ao longo de seu itinerário profissional, garantidas pela permanência em posições administrativas centrais, o sacerdote Tavares reunira diversas disposições para apresentar-se como competente e reconhecido como distinto “pela sua cultura e aprimorada educação” (PACHECO, 1969).

Produzira diversos discursos e o “Manual Eclesiástico”, formulário para uso do foro diocesano. Foi um dos fundadores do jornal “O christianismo”, de “O Paiz” e redator-chefe do jornal “A Fé”. A longevidade pouco comum de um sacerdote como Manoel Tavares da Silva, a julgar pela frequência com que faleciam os presbyteros (ANEXO M), tornou possível ao mesmo acompanhar um conjunto de mudanças na Igreja, mormente à sua própria influência, bem como na do sacerdote Raimundo da Purificação dos Sanctos Lemos, com quem mantinha relações bem próximas.

Estas modificações estiveram associadas não somente a chegada de um novo bispo com posições mais ortodoxas e orientadas pelo modelo ultramontanista que se afirmava então, como também na importância adquirida por novos agentes que se afirmaram justamente pela defesa desse modelo, a exemplo do sacerdote Tolentino Guedelha Mourão, a respeito do qual se tratará oportunamente.

¹²¹ De fato, havia inúmeros clérigos que eram filiados à maçonaria. Por exemplo, o padre Luiz Raimundo da Silva Brito, quando sacerdote na Freguesia de Caxias em 1874 afirma, por ofício, ter convencido outros sacerdotes a retirarem-se da Maçonaria (PACHECO, 1954). A proximidade do Bispo de Maçons dentro da própria Igreja e a adoção de posturas reticentes quanto “qualquer influência ultramontana”, criara uma expectativa em torno do seu posicionamento frente à própria maçonaria, mormente a publicação do “Breve Episcopal” intitulado “Quanquam dolores”, em que o Papa Pio IX a condena veementemente. O desfecho é narrado pelos redatores do Jornal “O Apóstolo” em 1874: “O Bispo do Maranhão resistiu por longo tempo às sugestões jesuíticas, mas afinal cedeu e acaba de publicar o célebre Quanquam Dolores, aliás, não placitado pelo poder competente. Posto que moderada a pastoral do Diocesano do Maranhão, nem por isso deixa de ser documento do predomínio que os filhos das trevas exercem no ânimo de todos os que deles não sabem ou não podem libertar-se. Estamos todavia longe de pensar que o Buspo do Maranhão possa nem de longe imitar os seus trêfegos colegas de Pernambuco e do Pará. Mas, por isso mesmo é que nos dói o único ato do Sr. Dr. Saraiva tão em desacordo com o seu passado, com a sua independência e ate com as gloriosas tradições de sua ilustre família”.

3.1.3 Raimundo Alves da Fonseca: o sacerdote “paradigma”.

Os principais dados que subsidiarão o exame da trajetória do referido padre são oriundos dos autos diversos do acervo da arquidiocese¹²² e da publicação, de dois artigos no jornal *Civilização*, pelo Padre Dr. Tolentino Guedelha Mourão, intitulados: 1) “Traços biográficos do Padre Raimundo Alves da Fonseca” e 2) “Doença e morte do cônego”, posteriormente republicados no livro *Selecta Nacional – enxertos de artigos diversos para uso didático no Liceu Maranhense*, de autoria do Padre Dr. Joaquim Sampaio Castelo Branco, e as notas de Condurú Pacheco (1969).

Nos registros institucionais e relatos de contemporâneos que nos restam, o Padre Fonseca é referenciado como exemplo mais acabado do “sacerdote paradigma”. História de vida exemplar que remonta à retórica edificante da epistolografia eclesiástica (do nascimento, vida e morte do sacerdote), nas notas biográficas que nos restam, sua vida foi exaltada como resultado da combinação de uma série de atributos de competência religiosa e intelectual, tais como “modéstia”, “pureza”, “abnegação”, “zelo”, “inteligência lúcida”, “douta e virtuosa”, que contribuíram para lhe conferir o lugar de personagem de vulto, “glória maranhense”, modelo vocacional caminho a ser seguido. A exemplaridade construída a respeito do itinerário desse “sacerdote venerável”, “fonte inesgotável de inspiração”, fora construída então como a sucessão de acontecimentos unificados por qualidades indefectíveis, essenciais, dando conta de atributos simultaneamente individuais e institucionais.

Doença e morte do Conego Fonseca

Podíamos lembrar o completo desprendimento do Cônego Fonseca aos bens e honras do século; seu espírito de beneficência velado pela modéstia e reserva; sua obediência inteira à hierarquia eclesiástica; sua ferverosa devoção; sua humildade profunda; seu desprezo às ostentações. Mas tudo isto está na consciência publica, dispensa commentarios.

Diferentemente em relação às trajetórias anteriores, que já dispunham ou constituíram muito rapidamente relações favoráveis a uma inserção privilegiada, a ascensão à condição de membro da elite, realizada por Raimundo Alves da Fonseca, distingue-se pelo investimento inicial na aquisição de recursos de origem escolar e cultural e na distinção delas decorrente. Assim, na medida em que acumulava prestígio no espaço reforçavam-se as relações internas e

¹²² Cf: AUTOS de genere, Raimundo Alves da Fonseca, cx. 59, doc. 1987 (1864); AUTO de Patrimonio, Raimundo Alves da Fonseca, cx. 39, doc. n.º 1453 (1865)

externas que detinha o que favorecia a sua distinção na função de representação propriamente institucional. Um dos indícios desse esforço reside na sua disposição à escrita desde a entrada nos centros de formação eclesial, uma vez que o mesmo participara em praticamente todas as publicações dos jornais católicos existentes no período, o que lhe valeu ainda reputação de crítico, “argumentador de vigoroso pulso” e “polemista cristão”. Não obstante, a trajetória do Padre Fonseca pode ser tomada ainda como um exemplo do efeito derivado da adoção de critérios mais formais de regulação do acesso à carreira eclesiástica.

O Padre Raimundo Alves da Fonseca era “filho legítimo” de David Alves da Fonseca, natural da “freguesia de Nossa Senhora da Penha da cidade de Crato”, e de D. Maria Francisca da Fonseca, natural da “freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Vila do Frade da Província do Ceará”. “neto pela parte paterna de João Alves da Fonseca e dona Anna Maria dos Passos, aquele do reino de Portugal, esta da cidade de Crato, ambos falecidos” e pela parte materna, de “Antônio Alves da Silva Pimenta e dona Narcisa Maria de (?), ambos naturais da villa do Frade”¹²³. Fonseca nasceu em 1842, na Vila de Santo Antônio de Jeromenha, Província do Piauí, e faleceu em 1883.

Provindo de “família pobre” de pequenos “lavradores”, desprovida de condições para “dar-lhe instrução superior”, iniciados seus estudos em “Theresina” e sem condições de fomentar o prosseguimento, seus pais recorreram ao governo provincial que subsidiou o prosseguimento de sua formação no Seminário de Santo Antônio, como “pensionista”. Matriculou-se na referida instituição em 11 de julho de 1860, momento em que o seminário ainda continuava a funcionar como “curso de humanidades”. Nessa instituição distinguiu-se como “melhor aluno da sua turma” (PACHECO, 1969).

Terminados os “estudos de humanidades”, matriculou-se no “curso theologico” do mesmo seminário, a fim de seguir a carreira eclesiástica. Ao longo do curso ganhara destaque entre os “lentes” e alunos, o que fora fundamental para estabelecimento de laços importantes. Em uma sessão da “Sociedade Escolástica Litteraria” do Seminário das Mercês, a 31 de julho de 1864, por exemplo, registrava-se que o “Sr. Raymundo Alves da Fonseca, estudante muito distinto do Seminário Grande, pela sua applicação e brilhante talento, produziu um bello improviso sobre as vantagens de associações desta natureza” (O PAIZ, n.º 89).

Com a integração das ordens recebidas aos anos de formação do seminário, logo que entra o jovem seminarista recebe “os quatro graus de ordens menores” em 1861. No entanto, ordena-se como subdiácono somente em 1866 e diácono no mesmo ano, uma vez que parece

¹²³ AUTOS de Genere, Raimundo Alves da Fonseca, cx. 59, doc. 1987 (1864).

ter atrasado algumas disciplinas. Antes mesmo de ter obtido o grau de “presbytero”, fora nomeado pelo Bispo D. Manoel Joaquim da Silveira, para o cargo de “Vice-Reitor e Secretario do Seminário Menor, em 10 de julho de 1867”.

A sua ordenação ocorre no mesmo ano, 1867, com 23 anos. Também no mesmo período, antes também de ordenar-se, é nomeado “vigário encomendado da freguesia de Nossa Senhora das Dôres de Theresina, no Piauí”, por provisão de 04 de setembro. Passados menos de 05 meses no “ministério parochial”, fora rapidamente reintegrado pelo próprio bispo como “Vice-Reitor do Seminário Menor”, em 1868, cargo que exerceu “por espaço de dois anos”.

Em 1870, apresenta-se para concurso para a cadeira de Lente de Filosofia do Liceu Maranhense. A mesa examinadora é composta dos Professores Dr. Jauffret, Dr. Brandão e Dr. Encarnação e Silva. Após, em vários números do jornal *A Nação*, o padre Fonseca publica uma série de artigos justificando as doutrinas expostas a exame, as quais eram todas de São Tomás de Aquino. A sua publicação vem precedida de uma nota da redação: “O Rvmo. Padre Fonseca é um sacerdote de muita ilustração, inteligência e virtudes, digno por certo de ocupar o lugar a que se propoz, como se evidencia no triumpho que obteve no concurso. No seminário diocesano deu provas cabales dos seus elevados e sólidos conhecimentos, que aliás não fora contestados pelos examinadores dissidentes” (PACHECO, 1969).

Valendo-se desse trunfo, em princípio de 1870, juntamente com os sacerdotes Raimundo da Purificação dos Sanctos Lemos e Theodoro A. Pereira de Castro fundou o “Collegio da Imaculada Conceição”, “estabelecido primeiramente em um “arrabalde” e depois no centro” da cidade de São Luis. Ainda diretor desse estabelecimento, por Carta Imperial de 20 de novembro de 1874, foi nomeado capelão-tenente do corpo eclesiástico do exército. Extinto o colégio em fins de 1876, o Padre Fonseca fora chamado em 1877 pelo Arcebispo Dr. Manoel Tavares da Silva, Reitor no tempo de sua formação no seminário, para auxiliá-lo na reforma que deveria ser empreendida no Seminário Maior, nomeando-o como Professor de “História Sagrada e Eclesiástica” em 1877, e vice-reitor do estabelecimento no mesmo ano. Por Carta Imperial fora promovido, em dezembro do mesmo ano, para a função de “Capellão capitão do exército”.

Simultaneamente, de substituto na “cadeira” de “Philosophia do Lyceu desta capital”, por falecimento do “lente cathedrático”, o padre Fonseca foi provido vitaliciamente na mesma cadeira por Portaria da Presidência da Província de 13 de Agosto de 1878. Três anos depois, fora nomeado Conego Honorário da “Cathedral” da diocese. Frente à declaração de incompatibilidade entre os cargos que exercia de Professor de filosofia do Liceu e capelão do

corpo eclesiástico do exército, o padre Fonseca optou pela primeira função, segundo seu biógrafo, “por amor à instrução da mocidade, que era com o da salvação das almas o objecto incessante de seu zelo”. A demissão do cargo de “capellão-capitão, (cargo que lhe oferecia melhores rendimentos)”, ocorreu por decreto de 29 de outubro de 1881. Em 1882 candidata-se à função de “Mestre-Escola”, obtendo êxito no pleito¹²⁴. Para seu biógrafo, “É inútil dizer que em todos os cargos que ocupou, tão variados quão importantes, se houve sempre com modéstia, pureza d’intenção, abnegação e zelo, dignos d’um verdadeiro ministro de Christo”.

De fato, a trajetória do padre se distingue não somente pela ocupação de funções internas à hierarquia eclesiástica, como também pelo investimento no magistério e na produção escrita, visível através do exercício da função de “Lente da cadeira de Filosofia do Liceu Maranhense (vitalício desde 1878)” e dos seminários, e pelo seu engajamento na função de representante institucional nas páginas dos jornais. A sua participação em várias das polêmicas sucedidas nos periódicos, a exemplo daquela que o opunha a Celso Magalhães¹²⁵, bem como os embates com os redatores do jornal “O Pensador”, no início da década de 80, suscitaram inclusive críticas como as de Aluísio de Azevedo, em uma publicação intitulada “cartas aos amigos do sul”, que o coloca entre a chamada “Trindade Maldita”¹²⁶ e o descrevia da seguinte maneira: “Padre Raimundo Alves da Fonseca, Magriço, alto, sumamente débil, compleição atávica, idade indefinível (de 30 a 60 anos), voz adocicada e artificial, que parece sair de uma taboca doce. Tem uma mania – é andar vestígio de cônego”.

De fato, em razão do tipo de investimento de que se distingue a trajetória do Padre Fonseca, o seu reconhecimento tendia a extrapolar os limites estritamente institucionais. Graça Aranha, por exemplo, o descreve em seu livro de memórias da seguinte forma: “O professor era a maior figura do clero do Norte e um dos mais conspícuos sacerdotes brasileiros. Alto, seco, pálido, asceta, sabedor, argumentador. Tinha bondade e sarcasmo. Era a alma do jornal Civilização. Estas quadras nos foram legadas, traçando-lhe o perfil de Tobias Barreto: ‘o! que padre danado / Só é Fonsecão / Colunae Ecclesiae / do Maranhão”

¹²⁴ AUTOS de colação, Raimundo Alves da Fonseca, cx. 171, doc. 5279 (1882).

¹²⁵ A polêmica com Celso Magalhães teve início no mês de outubro de 1876, logo após publicação de “Evangelho e Syllabus”, drama de Rangel Sampaio, precedido de uma introdução do primeiro. O debate foi desenrolado até o mês de dezembro de 1876 nas colunas dos jornais “Diário do Maranhão” e “O País”. Conforme Mérian (1988, p. 82) O debate de alto nível, mas sem complacência, durou até do final do mês de outubro ao final do mês de dezembro de 1876. Celso Magalhães insistia no respeito aos positivistas para com as crenças alheias e apoiava sua argumentação em citações de Augusto Comte, Littré, Stuart Mill... Além da polêmica propriamente religiosa, estabeleceu-se um verdadeiro debate filosófico entre o positivista e o representante do clero sobre a questão de Deus, da fé, do homem e das sociedades.

¹²⁶ Para Aluísio de Azevedo, a “trindade maldita” era composta pelos sacerdotes Raimundo Alves da Fonseca, Tolentino Guedelha Mourão e o Bispo Dom Antônio Candido de Alvarenga (1878-1898).

(ARANHA, 1968, p 150). Para o biógrafo do Padre Fonseca, estas seriam as qualidades mais distintas e apreciáveis no referido sacerdote.

Escriptor notável, o Conego Fonseca foi um dos mais assíduos redactores da Civilização, e muito concorreu para levantar-lhe os créditos litterarios. No meio da lucta religiosa, revelou-se esclarecido apologista da verdade e argumentador de vigoroso pulso; manejando a satyra com arte não vulgar, conquistou geraes applausos em todo o império. Os adversários da Igreja fugiam espavoridos, quando o distincto sacerdote, cedendo às circunstâncias de tempo, lugar e pessoas, vibrava o estilecer acerado e penetrante da crítica. Não era a injúria atirada como punhadas ao rosto dos ímpios, era a satyra fina, original, ornada de documentos preciosos, lições proveitosas e conceitos de moral puríssima. Rindo, castigava a petulância; rindo, instruía os ignorantes; rindo, dava salutaes conselhos. Por uma applicação constante aos estudos chegou a tornar-se erudito, tinha fome de sciencia; não perdia tempo em palestras vãs, em passeios inúteis; mergulhava o espírito em livros bons, donde colheu o saber, que o publico admirava com justa razão. Não possuía talvez um espírito demasiado prompto, um gênio que adivinha as questões e subitamente as resolve; indagador paciente, adquiriu com o suor do rosto vastos conhecimento em Philosophia e História que lhe gragearam auctoridade incontestável nestas matérias. As lettras perderam nelle um cultou infatigável, e sua reputação transpoz as fronteiras da província, em que residia.

3.1.4 Tolentino Guedelha Mourão: da ascensão social ao radicalismo das posições.

Tal como os demais agentes, no exame da trajetória de Tolentino Guedelha Mourão recorreu-se aos autos de habilitação sacerdotal¹²⁷, às notas de Condurú Pacheco (1969), Mário Meirelles (1997) e a informações variadas retiradas de outros pesquisadores (REIS, 1992; MERIAN, 1988; FERREIRA, 2003, etc.). Através delas, é possível observar que poucos agentes estiveram em condições produzir um efeito tão visível no espaço relacional do Bispado do Maranhão quanto o sacerdote Tolentino Guedelha Mourão. Nascido em 01 de setembro de 1844, em Passagem Franca, Tolentino era filho legítimo do “lavrador” João da Silveira Guedelha e Euphrosina Vieira Mourão, naturais do Ceará. Neto paterno de Victorio José da Silveira Guedelha e de Maria de Araújo Chaves e materno de Alexandre da Silva Mourão e de Úrsula Vieira Mourão, também oriundos do Ceará, onde morreram¹²⁸.

¹²⁷ AUTOS de genere, João Tolentino Guedelha Mourão, cx. 60, doc. 1993 (1866); AUTOS de vita et moribus, João Tolentino Guedelha Mourão, cx. 77, doc. 2535 (1866); AUTOS de patrimonio, João Tolentino Guedelha Mourão, cx. 39, doc. 1456 (1866);

¹²⁸ AUTOS de genere, João Tolentino Guedelha Mourão, cx. 60, doc. 1993 (1866)

João Tolentino fez seus estudos secundários em São Luis nos Seminários de Nossa Senhora das Mercês e de Santo Antônio. Através da Lei n.º 703 de 023 de julho de 1864, foi-lhe concedido estudar ciências teológicas no Seminário de S. Sulpício em Paris, não se sabendo precisar exatamente os meios que favoreceram essa obtenção. Ordenado sacerdote em 1868, pouco depois fora para Roma onde obteve título de doutorado em Teologia em 1870, licenciando-se ainda em “argumentação pública” (PACHECO, 1969).

De retorno a São Luis, como para a maior parte dos agentes com formação no exterior, fora imediatamente designado como “Lente de Cânones do Seminário de Santo Antônio”, tendo realizado ainda diversas “visitas pastorais” em parte da diocese. Em junho de 1871, o referido sacerdote é solicitado por D. Macedo Costa, Bispo do Pará, para, nas suas próprias palavras:

por algum tempo, ajudar no meu seminário em situação aflictíssima. (...) Lembrei-me que **tractando familiarmente** com o Padre Mourão durante algum **tempo que junctos estivemos**, e ele se mostrou inclinado a vir auxiliar-me, sôbre tudo no ensino, que é a sua vocação mais decidida. – o bem não tem fronteiras. O sacerdote se deve a todos, e onde há maiores urgências, para ahi deve acudir o zelo (PACHECO, 1969, p. 394).

Durante sua permanência em Belém sucedeu a conhecida Questão Religiosa, na qual estivera envolvido o Bispo Dom Antônio Macedo Costa. Nesse período, o já “Chantre” Mourão destacou-se pelo apoio ao referido prelado, tendo inclusive enfrentado processo e sido preso juntamente com o referido bispo até que “a anistia pôs termo aquelas discussões” (PACHECO, 1969, p. 394). Efetivamente, Mourão havia sido um dos padres mais leais e ativos durante o conflito religioso em Belém.

Enquanto isso, o Bispado do Maranhão, desde junho de 1878, tinha como novo bispo Dom Antônio Candido Alvarenga (1878-1898) que, “desde sua chegada atacara com vigor o relaxamento dos costumes do clero maranhense” (MERIAN, 1988, p. 156). Este novo bispo tratou pessoalmente com Dom Macedo Costa sobre a vinda de Mourão para a diocese e não cessou de reclamar sua presença para apoiá-lo na moralização do clero, prestigiado como era em razão de seu engajamento durante a Questão Religiosa.

Ao retornar para o Maranhão em 1880 fora saudado pelos “jovens anticlericais” como “o mais reacionário dos padres do norte”. “Braço direito” de Alvarenga no governo da diocese, Mourão fora imediatamente integrado ao Seminário para ensinar “Teologia Dogmática” e, assim que ficou vaga a função de “Arcipreste da Cathedral”, foi o único a candidatar-se para a mesma, sendo indicado pelo bispo à sua “majestade” nos seguintes termos:

Achando-se vaga dignidade de Arcipreste da Cathedral desta Diocese, por falecimento de seu ultimo serventuário o Arcipreste Raimundo Alves dos Santos, a fiz por em concurso por Edital de 19 de (?) último por espaço de trinta dias e como oppositor a mesma promoveu-se unicamente Padre João Tolentino Guedelha Mourão o qual foi por mim admittido a achar-se devidamente habilitado na forma do Sagrado Concilio Tridentino, Alvará de 14 de Abril de 1781, Provisão de 17 de novembro de 1827 e mais disposições (?). O Padre João Tolentino Guedelha Mourão, natural da provincia e Bispado conta com trinta e seis anos de idade, fez estudos nos seminários desta diocese e no de São Sulpício do bispado de Pariz e recebeu o grão de Doutor em Theologia no Collegio Romano. (...) É um sacerdote dotado de virtudes eminentes, zelozo e muito dedicado ao serviço da Igreja.

Pouco tempo depois, tornara-se “Vigário Geral”, “Provisor e Juiz de Gêner e dos casamentos” e “Vigário Capitular” do Bispado. Fora agraciado pelo Papa Leão XIII com os títulos de “Monsenhor e de Prelado Doméstico” em 1886, além de continuar como reitor e professor do Seminário Maior (posições que mantêm durante todo o último bispado do século XIX). Quer dizer, entre todos os agentes que ingressaram na instituição eclesial dentro do período sob recorte, nenhum estivera em condições de acumular simultaneamente tantos postos centrais quanto o referido sacerdote. Disso resultava um quanto desproporcional de poder concentrado em suas mãos, daí não ser equívoco o juízo que nos resta a seu respeito como “cabeça pensante” do governo de Alvarenga, “tal a ascendência que adquiriu sobre o ânimo do pontífice” (PACHECO, 1969, p. 397).

O prestígio de que gozava Mourão como bastião de uma igreja reformadora, a notoriedade que adquirira como defensor radical das prerrogativas institucionais e o acúmulo de posições centrais, suscitara um visível desequilíbrio na relação mantida com os demais agentes em condições de exercer influência no espaço eclesiástico (especialmente junto ao próprio bispo). Disso resultou um conjunto de conflitos de ordem pessoal e administrativa com o conjunto dos demais sacerdotes.

A esse tempo havia no clero maranhense vultos eu se impunham tanto pela intelligencia, como pelas virtudes. Além disso, tinham hombridade. Si eram súbditos obedientes ao Bispo, não se dobravam facilmente a todas as ordens do Vigário Geral. Dahí vieram algumas desinteligências, surdas a princípio, depois mais notórias, mais insistentes, até que romperam de todo (SILVA, 1922, PACHECO, 1969).

O exercício desse poder pelo Arcipreste João Tolentino Guedelha Mourão combinava-se também com o sentimento imbuído da necessidade e destinação a “empreender-se” numa “reforma salutar”. O officio de 18 de dezembro de 1882 ao Ministro do Império, transcrito por

Condurú Pacheco (1969, p. 396), tratando da “dispensa das obrigações do Coro, por tempo indeterminado e com todos os vencimentos” ao “Chantre” Francisco José dos Reis pode ser tomado como ilustrativo do exposto acima. Segundo Mourão:

Só o papa pode conceder tais licenças. – O Chantre quis furtar-se à obediência ao seu Superior e dirigiu-se ao Governo Imperial, alegando moléstia. Entretanto, não tem moléstia alguma e anda a qualquer hora nas ruas d’esta cidade, leccionando em cassa particulares. Assim, será impossível manter-se a disciplina eclesiástica e empreender-se qualquer reforma salutar. (...) Um bispo, por mais rigoroso que seja, não recusará cooperar para uma dispensa de residência, nos devidos termos, ao funcionário doente; mas, é altamente inconveniente abrir-se porta franca ao abuso de desfructarem-se indebitamente os fructos de um benefício eclesiástico, com notório desprezo das regras Canonicas e com desprestígio público da primeira auctoridade diocesana (PACHECO, 1969, p. 396).

Enfim, as tomadas de posição do referido sacerdote estiveram associadas ao desequilíbrio de tensões e surgimento de uma série de rivalidades internas, a exemplo daquelas que contraporam os professores dos seminários maior e pequeno, que tendeu ao aprofundamento do fenômeno do “êxodo de sacerdotes” que marca o último bispado (ANEXO N).

A notoriedade adquirida por Mourão, entretanto, não se restringia ao espaço eclesiástico, como a maior parte daqueles que chegara a ocupar posições próximas ou semelhantes a que ocupou. O “Vigário Geral” fora também Deputado estadual e federal pelo Maranhão, presidindo a Constituinte Estadual em 1892 e sendo presidente da Assembléia Legislativa por duas legislaturas seguidas. Fundara ainda o Partido Católico que depois fora integrado ao Partido Conservador (REIS, 1992). Exemplo de trajetória cruzada com a política, as múltiplas passagens realizadas pelo “Arcipreste” permitiram ainda ao mesmo investir na própria mobilidade familiar, a julgar pelas acusações de que sofria através de carta publicada no Jornal Pacotilha de 12 de fevereiro de 1892, enviada de Mirador, de estar distribuindo cargos do judiciário a parentes seus: Juiz Municipal (Ignácio Lucas de Souza Rangel - cunhado); Delegado de Polícia (Ignácio Mourão - irmão) e o cargo de Promotor (Aristides Mourão – casado com sua sobrinha) (FERREIRA, 2003). Mourão também utilizara sua influência e prestígio para favorecer a ida de jovens sacerdotes para conclusão dos estudos no exterior, conforme se poderá verificar na nota de 18 de dezembro de 1880 do jornal Civilização:

Estudantes Maranhenses;

Os srs. Joaquim Sampaio Castello Branco e Alvaro José de Lima, que daqui seguiram para continuar mais largos estudos eclesiásticos em França, acham-se atualmente no Seminário de S. Sulpício em Paris, onde foram acolhidos com summa benevolência. O Sr. Castello Branco já se acha matriculado na faculdade theológica de Paris e o Sr. Lima segue ainda os cursos elementares do Seminário, findos os quaes enfrentará também a Universidade Cathólica. O sábio Padre Vigouroux, dá-nos optimas informações sobre a applicação e aptidão intelectual desses moços da diocese maranhense. Julgamento opportuno dizer que o illustre Padre Icard, superior Geral da Congregação de S. Sulpício, a pedido do Rvm. Sr. Cônego Mourão, diminuiu de metade a pensão dos dois estudantes acima mencionados, e prometeu estender igual favor a todos os moços pertencentes a diocese maranhense que desejam completar os estudos eclesiásticos em Paris. Registramos este facto, por que a generosidade do illustre clero de França actualmente perseguido pela matilha revolucionária, mas sempre animados de fevor pela dilatação da fé catholica. O conhecimento desta concessão talvez possa animar outros estudantes, que por falta de recursos pecuniários, ficam muitas das vezes privados de estudos superiores como é indispensável na actualidade.

O referido sacerdote também tivera ativa participação enquanto representante institucional. Em Belém redigiu a “Bôa Nova” e publicou em 1872 “A maçonaria revelada por si mesma”, que também fora publicada no jornal “Civilização” (1880-1890). Em São Luis, fora um dos principais redatores deste jornal juntamente com os padres Osório Athaide Cruz e Raimundo Alves da Fonseca, não estando livre das críticas satíricas dirigidas aos mesmos¹²⁹. Publicou também o Jornal “Aurora Maranhense” (1890) e integrou o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Faleceu na cidade da Bahia, aos 04 de dezembro de 1904.

Em resumo, o que distingue a trajetória de Tolentino Guedelha Mourão, mais do que suas “qualidades” individuais, tais como ter sido um “moço inteligente, bem preparado, um tanto ardoroso” (PACHECO, 1954, p. 136), são o conjunto de propriedades que o mesmo detinha quando comparada a sua trajetória com as demais. O prestígio nacional adquirido pela participação ativa na Questão Religiosa (permitindo uma chegada que altera o jogo realizado no coração da diocese); a posse de um título particularmente “raro” no espaço eclesiástico diocesano, como o era o de Dr. em “Theologia Dogmática”; o controle de posições destacadas tanto dentro quanto fora da instituição, a exemplo do envolvimento direto em cargos eletivos; a “confiança” depositada pelo Bispo nas suas ações; o pendor para as posições mais ortodoxas, que tendiam a afirmar a fama de “radical” (especialmente na luta contra a

¹²⁹ Por exemplo, de forma caricata e satírica, Aluisio de Azevedo, na “Carta aos Meus Amigos do Sul”, decreve João T. G. Mourão as seguinte maneira: “homem de uns quarenta anos, baixo, forte, moreno carregado, olhos vivos e sensuais, beijos grossos, testa curta, muita barba e muito apetite. Sinal particular – tem por costume embolar a língua entre os queixais e a pele da bochecha”.

maçonaria e seus adeptos); enfim, todos esses aspectos estavam em uma longa cadeia que em conjunto contribuíram para demarcar a particularidade da sua trajetória.

* * *

Em resumo, a reconstituição do espaço eclesiástico através das quatro trajetórias construídas permite perceber parte dos condicionantes examinados até aqui, assim como traz nova luz sobre a compreensão das transformações e processos de inovação institucional. À sua maneira, também permitem visualizar as principais bases sociais que apóiam as realizações profissionais dos agentes em pauta. Como assinalou Mário Grynszpan (1990, p. 16), “os estudos de trajetórias individuais podem ser de grande importância heurística, permitindo-nos refletir sobre os processos sociais mais amplos, perceber aspectos não atentados pelas interpretações correntes ou até contribuir para sua relativização”

Em comum, como foi evidenciado a princípio, nota-se a importância que as relações pessoais com base na reciprocidade detinham nos destinos de cada um desses agentes, guardadas também as especificidades de sua manifestação. Estas ficaram particularmente evidentes na trajetória de Carlos Luiz D’Amour e no tipo de interação que mantinha com o bispo D. Manuel da Silveira. Exemplo de *aliança diádica*, no sentido que lhe atribui Carl Landé (1977), dessa ligação pessoal derivava o próprio acesso rápido do sacerdote às posições dominantes. Por intermédio desse tipo de patronagem profissional baseada em um vínculo de reciprocidade, na medida em que o seu protetor, mais influente e melhor posicionado, subia de posições, D’Amour era também guindado a postos mais destacados, criando uma espécie de relação necessária, o que tendia a reforçar os vínculos de comprometimento e lealdade entre ambos.

Com efeito, a comparação da trajetória de D’Amour com a dos demais agentes de origem social também bastante humilde permite observar o quanto essa forma de patronagem fora essencial para o tipo de ascensão que realizara. Raramente o destino desses agentes era outro que não a ocupação das posições dominadas no espaço eclesial. Tomada do ponto de vista puramente biográfico, pode-se conceber que a vida de D’Amour era um exemplo da extraordinária generosidade institucional e da demonstração incontestada da valorização da “vocação pela vocação”, mas do ponto de vista da análise de trajetórias, que requer a compreensão dos movimentos de conjunto, o tipo de percurso que realizou corresponde na realidade a uma exceção, cuja especificidade só pode ser adequadamente cotejada quando comparada com a forte regularidade que presidia o destino de agentes com propriedades

sociais semelhantes às suas. Ademais, antes mesmo de irem ao encontro dessa tendência, trajetórias como a do referido sacerdote servem, na realidade, ao propósito de suavização e eufemização do próprio peso da classificação social realizada por intermédio dos instrumentos de reprodução institucional.

De outra maneira, no caso de Manoel Tavares da Silva, a origem social elevada, que o garantiu doutorar-se cedo em “theologia dogmática”, e a disposição de amizades com agentes bem posicionados nos círculos centrais do Império e nos órgãos centrais da diocese, demonstra a importância detida pelas relações de parentesco, amizade e patronagem no espaço eclesial. A detenção de um sólido capital de relações pessoais importantes e a posse de um título escolar raro, foram aspectos que influenciaram no acesso “cedo” a posições dominantes e na sua maior projeção e notabilidade por meio da própria instituição. Em suma, a trajetória de Manoel Tavares da Silva denota, na realidade, uma ampliação da rede de alianças que possuía, o que suscitou o acúmulo de recursos e prestígio em ambiente intra e extra-eclesial e uma inclusão repetidamente privilegiada em suas investimentos.

A trajetória de Raimundo Alves da Fonseca, de maneira distinta das anteriores, se notabiliza desde cedo pela estratégia de investimento simbólico no exercício de autoridade intelectual e de mediação cultural com base no pertencimento à instituição. A notabilidade adquirida pelo prestígio associado aos recursos escolares e culturais intervinha, então, na construção de boas relações internas, que tendiam a reafirmar a validade do tipo de investimento realizado. Não ao acaso observa-se que o magistério e o envolvimento nas funções de representação institucional, especialmente através dos periódicos católicos, foram as suas principais fontes de reconhecimento. Evidencia ainda que, em conjunto às relações personalizadas com base na reciprocidade, o percurso docente e a afirmação literária/cultural, também constituíam vias importantes de acesso aos altos escalões da hierarquia. É com base na desenvoltura e engajamento do padre Fonseca na produção e divulgação das prerrogativas institucionais e do reconhecimento reafirmado por amigos bem posicionados, a exemplo do seu biógrafo (Tolentino Guedelha Mourão), que se instituiu a concepção de que o mesmo fosse exemplo paradigmático de sacerdote.

Além de envolver a proximidade junto ao núcleo central da hierarquia eclesiástica, que também pauta as trajetórias anteriores, o movimento ascendente de João Tolentino Guedelha Mourão distingue-se precisamente pela combinação de uma origem social não abastada e o envolvimento com agentes e concepções de vanguarda na introdução de modificações na instituição eclesial no período, o que favorecera a sua tendência a assumir as tomadas de posição mais inovadoras. Este envolvimento fora garantido por um período longo de vivência

social e cultural no exterior e, posteriormente, na diocese do Pará, durante o qual obtivera títulos bastante raros e experiências distintivas, especialmente quando comparados às dos demais clérigos no Bispado do Maranhão.

A sua passagem pela diocese transcorre então numa atmosfera de intensos conflitos da corporação eclesiástica com segmentos letrados locais e internamente à própria instituição. Nessas condições, a relação de confiança que tinha com o bispo Alvarenga, permitira ao sacerdote Mourão não ser necessariamente popular, especialmente em sua relação com os demais sacerdotes. Ao contrário, a sua projeção e entrada privilegiada no retorno à diocese, que o dotava dos instrumentos de poder próprios àqueles que ocupavam posições dominantes (acima de Mourão, somente o bispo), e o seu pendor na defesa de novos ideais organizacionais tenderam ao acirramento das tensões pessoais e inimizades internas ao espaço.

Com a manutenção do sacerdote Tolentino Mourão como braço direito do bispo Alvarenga e a “ascendência que adquiriu sobre o ânimo do pontífice” (PACHECO, 1969, p. 396-397), não seria injusto asseverar que suas tomadas de posição foram tão importantes quanto às do bispo nos destinos da diocese do período¹³⁰. Sua trajetória, tal qual a passagem do referido bispo na diocese, é marcada principalmente pela tentativa de importação e aplicação de novas diretrizes organizacionais, o que certamente fora o gerador de confrontos com as concepções vigentes.

Por fim, cabe evidenciar que, à semelhança do que fora observado por Mário Grinszpan (1990, p. 16) a respeito da trajetória de Tenório Cavalcante, um aspecto que tende a caracterizar cada uma dessas trajetórias é a capacidade de operar com códigos e idiomas diversos (religioso, político, burocrático, etc.), abrindo acesso a múltiplas esferas e contando, por isso mesmo, com recursos variados. Não parece ser outra a razão pela qual cada trajetória profissional de sucesso está intrinsecamente relacionada ao investimento em “recursos de notabilidade que são amplos e multidimensionais” (CORADINI, 1997), extrapolando o próprio micro-cosmos organizacional.

¹³⁰ Essa proposição suscita outras questões que merecerão atenção em outra oportunidade: Como localizar a posição social dos bispos dentro de uma estrutura de dominação que “apresenta-se como uma rede de homens e grupos humanos interdependentes, agindo em conjunto ou em oposição num sentido bem determinado” (ELIAS, 1987). Como os bispos se inscreviam no universo de forças antagônicas e complementares, ligadas às diferentes posições e oposições que caracterizavam esse espaço? Se os bispos funcionavam como uma espécie de centro gravitacional em torno do qual se definiam não somente questões importantes acerca das formas autorizadas de culto (regulamentação da atuação de irmandades, autorização e condução de “processos religiosos”) e da gestão dos bens sagrados, como administravam as possibilidades de ascensão e ocupação de cargos recompensadores na hierarquia?

CONCLUSÃO

Desde o início da dissertação, a intenção explicativa procurou diferenciar-se das abordagens centradas no exame e inventário de posições oficiais da alta hierarquia que tem caracterizado a literatura consagrada sobre a romanização, o ultramontanismo, enfim, sobre a Igreja Católica no século XIX. De maneira distinta, o estudo adotou como orientação geral a tentativa de estabelecer relações entre a lógica de funcionamento histórico e aparentemente autônomo da instituição eclesial, tomada a partir de alguns de seus mecanismos, e as características sociais dos agentes (com base em determinantes ligados à origem geográfica, familiar e social) e suas respectivas trajetórias (PINTO, 1996).

Com base em material empiricamente diverso, buscou-se aliar, a princípio, o estudo sobre a formação história da instituição eclesiástica, tomada como produto institucional adaptado, com uma análise a respeito do funcionamento de três dos mecanismos de reprodução que dispunha: em primeiro lugar, a formação clerical, em segundo, os processos de habilitação sacerdotal e, por fim, a mecânica de acesso aos postos eclesiásticos. Sem pretender esgotar as possibilidades de interpretação abertas pela análise de cada uma dessas situações de ruptura, tratou-se de evidenciar que, aplicados em pontos distintos do acesso/progressão dos agentes e articulados simbólica e cronologicamente, cada um contribuía para a reprodução do sistema de diferenças constitutivas do espaço, atuando como um “sistema de preferências e propensões” (BOURDIEU, 2002, p. 9).

No segundo capítulo, através de um “dossiê prosopográfico” (LEVI, 2000), objetivou-se apreender as características sociais dos “ordenados” na segunda metade do século XIX através de indicadores diversos; expediente que viabilizou a constatação de que houve um lento processo de diversificação na composição social do clero. Constatou-se então que o conjunto de transformações ocorridas no período não representou, efetivamente, uma ruptura completa no sistema de seleção e formação da elite em pauta. Sob a pretensa homogeneidade institucional tendeu-se à reprodução de uma predominância relativa de uma ou outra fração social nos pólos dominantes e dominados de que se compunha sua estrutura administrativa.

O exame das origens sociais dos clérigos ordenados no período revelou que a carreira eclesial passou a ser a ocupação escolhida principalmente por filhos oriundos de segmentos sociais médios e/ou ramos empobrecidos e humildes (pequenos e médios proprietários rurais; militares de patentes médias; “profissionais liberais” (“empregado público”, “professor de

primeiras letras”); incluindo ainda Profissões manuais ou mecânicas (“Ourives, “Ferreiro” e “Alfaiate”).

Em suma, com base na análise dos resultados da pesquisa, o que se observou foi que havia um sistema de condicionantes que interagiam no acesso e progressão na carreira, os quais estavam associados: a) ao estado histórico das estratégias de reprodução burocrática existentes, b) à avaliação da reputação do ingressante e da sua família (validado ritualmente através do processo de habilitação), c) à importância das relações de reciprocidade, parentesco e patronagem profissional e d) à dimensão propriamente social e cultural do sistema normativo eclesiástico. Associado a esses condicionantes está o repertório de recursos compostos que condicionam as trajetórias profissionais de sucesso e que, em sua maior parte, não eram completamente explicitados e oficialmente designados como critérios da própria seleção.

Nesse sentido, a investigação procurou demonstrar que os princípios de estruturação da elite eclesiástica resultavam do amálgama entre relações de tipo institucionalizado e alianças diádicas (LANDÉ, 1977). Resultavam da justaposição entre princípios formais e informais, implícitos e explícitos. Enfim, do hibridismo entre critérios e parâmetros de regulação institucional (juridicamente regulamentados) e estratégias de estabelecimento e manutenção de relações de troca personalizada. Os trunfos que separam os dominantes dos dominados, as carreiras de sucesso das não exitosas, resultavam, então, de uma combinação complexa e interdependente de propriedades, recursos e estratégias levadas a cada por cada agente sem que, para tanto, os mesmos tivesse pleno domínio dos mecanismos cujo domínio prático era a condição do êxito.

Ademais, o estudo ofereceu uma primeira contribuição para compreensão do sistema de condicionantes que interagiam na opção pela “profissão clerical”, pela “carreira religiosa”. Fez lembrar ainda que ao funcionar na forma das relações de parentesco, como uma grande família, essa ficção social buscava instituir, por intermédio de um trabalho duradouro de cada um dos seus membros, a coesão, as adesões, as solidariedades, enfim, a integração dessa unidade e a crença no valor dessa unidade. Ocorre que esse trabalho de integração, também comporta, como em toda “família”, a existência de conflitos e disputas subjetivas engajadas.

Nesse sentido, à compreensão de uma parte significativa das relações de força simbólicas ligadas às propriedades, recursos e posições de agentes heterogêneos, deve acrescentar-se uma apreensão mais aprofundada das lutas pela conservação e transformação dessas relações de força. Nesses termos, a continuidade da pesquisa se direcionará, em primeiro lugar, para um retrabalho sobre o arquivo de fontes recolhidas e por uma integração

de outras fontes (já mapeadas) que não puderam ser incorporadas aqui, as quais, acredita-se, favoreceriam uma abordagem mais ampla dos condicionantes destacados. Com isso, objetivava-se criar, na realidade, as condições para a integração de uma mais *abordagem objetivista*, como a que se realizou ao longo da presente dissertação, com uma *abordagem perspectivista*, enfocando o modo subjetivo pelos quais os agentes se narravam, se engajavam e/ou interpretavam a própria crença e suas experiências (CORADINI, 2008; SEIDL, 2008). Algumas fontes parecem favorecer este empreendimento, tais como: os livros onde constam as correspondências entre o bispo, vigários e reitores dos seminários (presentes nos códices do Acervo da Arquidiocese entre os números 272 e 294) e os jornais impressos publicados ao longo do período e que não estavam estritamente ligados à instituição.

Serão esboçados então alguns aspectos da história social e cultural dessas construções, reconstituindo os itinerários de algumas figuras sociais, estudando a gênese de alguns temas e argumentos. Trata-se de compreender a lógica social subjacente à existência dos debates, a gênese social das figuras que dela participaram, suas interpretações e seus objetos (NEIBURG, 1997). Em suma, objetiva-se tornar inteligível as condições sociais dos próprios debates e disputas nas quais se envolveram os agentes religiosos. Três conjuntos de polêmicas ocorridas no período já se colocam como objeto de interesse: a primeira, que colocou em debate o padre Raimundo Alves da Fonseca e Celso Magalhães, ocorrido em 1876, decorrente da publicação do Drama de Rangel Sampaio, intitulado Evangelho e Syllabus; a segunda, que ficou conhecida como a polêmica de Tobias Barreto contra os padres do Maranhão, título do conhecido trabalho de Josué Montello e, terceiro, a polêmica entre o jornal o Pensador (1880-1883) e o jornal Civilização (1880-1890), cuja análise já fora iniciada no trabalho monográfico (NERIS, 2003).

Dessa forma, ter-se-ia a oportunidade de verificar como os agentes religiosos participaram, naquele momento, de *concorrências* explícitas, engajadas, com todos aqueles que exerciam direta ou indiretamente um tal poder simbólico, de imposição de uma visão de mundo e notadamente clérigos ou leigos, os intelectuais leigos, católicos ou não, cujos trabalhos poderiam ter uma eficácia social (SEIDL, 2003; BOURDIEU & SAINT-MARTIN, 1987, p.32). Um primeiro passo importante foi dado nesse sentido, na medida em que se explicitou as bases sociais sobre as quais foram operadas o conjunto de modificações da instituição ao longo do período estudado.

REFERÊNCIAS

Fontes primárias:

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO, SÃO LUIS – MA (documentos impressos e manuscritos)

Arquivo Público do Estado do Maranhão, Acervo da Arquidiocese do Maranhão, AUTOS de Patrimônio, Caixa 40 (1878-1902) – Docs (1485 a 1523) – Maços (192-97).

Arquivo Público do Estado do Maranhão, Acervo da Arquidiocese do Maranhão, AUTOS de Habilitação de Gêneres, Caixas 57 a 62 (1850-1905) – Docs (1908 a 2073) – Maços (288-323).

Arquivo Público do Estado do Maranhão, Acervo da Arquidiocese do Maranhão, AUTOS de Vita et Moribus, Caixas 77 a 78 (1853-1869) – Docs (2508 a 2562)– Maços (398-406);

Arquivo Público do Estado do Maranhão, Acervo da Arquidiocese do Maranhão, AUTOS de Oposição, Caixas 203-207 (1852-1889) – Docs (6681-6821) – Maços 902-922.

Arquivo Público do Estado do Maranhão, Acervo da Arquidiocese do Maranhão, AUTOS de Colação, Caixas 170-171 (1796-1887) – Docs. (5240 a 5280), Maços (766 a 770).

Arquivo Público do Estado do Maranhão, Acervo da Arquidiocese do Maranhão, Setor de Códices, Livro de Registro de Ordenações (n.º 177; 1845-1894);

Arquivo Público do Estado do Maranhão, Acervo da Arquidiocese do Maranhão, Setor de Códices, Livro de Registros Gerais da Câmara Episcopal (n.º 207; 1872-1878)

Arquivo Público do Estado do Maranhão, Acervo da Arquidiocese do Maranhão, Setor de Códices, LIVRO de Registro de diversos termos (matrícula, oposição, aceitação de residência, exame e aprovação, termo de juízo e assistência) (n.º 217; 1845-1872).

Arquivo Público do Estado do Maranhão, Acervo da Arquidiocese do Maranhão, Setor de Códices, LIVRO de Registro dos documentos expedidos e recebidos pelo bispado (n.º 221; 1877-1893).

Arquivo Público do Estado do Maranhão, Acervo da Arquidiocese do Maranhão, Setor de Códices, LIVRO de correspondência recebida pelo governador do Bispado dos Seminários de Santo Antônio e Mercês (n.º 276 – 1862-1866; n.º 277 – 1865-1869 e n.º 278 - 1868-1873).

Arquivo Público do Estado do Maranhão, Acervo da Arquidiocese do Maranhão, Setor de Códices, LIVRO de Registro de Colações, ofícios e outros (n.º 302; 1853-1899)

Arquivo Público do Estado do Maranhão, Acervo da Arquidiocese do Maranhão, Setor de Códices, LIVRO de Registro das Freguesias do Maranhão e Piauí (n.º 335, 1872)

Arquivo Público do Estado do Maranhão, Acervo da Arquidiocese do Maranhão, Setor de Códices, LIVRO de Registro das Freguesias do Maranhão e seus respectivos Colados e Coadjuutores (n.º 336; sem data)

Arquivo Público do Estado do Maranhão, Acervo da Arquidiocese do Maranhão, Setor de Códices, LIVRO de Registro das Freguesias com data de ereção da capela (n.º 337; sem data).

BIBLIOTECA PÚBLICA ESTADUAL BENEDITO LEITE, SÃO LUIS – MA

Jornais:

Jornal O PENSADOR 1880-1882

Jornal CIVILIZAÇÃO 1880-1890

Jornal O ELESIAÍSTICO 1852-1862

Jornal A FÉ 1864-1868.

Jornal A NAÇÃO (1869-1871)

BIBLIOGRAFIA.

ABRANTES, Elisabeth de Sousa. **A educação do “bello sexo” em São Luis na segunda metade do século XIX**. Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco/UFPE. Recife, 2002.

_____. **A educação feminina em São Luis (século XIX)**. In: COSTA, Wagner Cabral. História do Maranhão: novos estudos. São Luis: Edufma, 2004.

ALMEIDA, Adroaldo José Silva. **Da Terra ao Céu**: a trajetória de um maranhense que virou anjo. São Luís: EDUFMA, 2009.

_____. **Sobre os desdobramentos investigativos acerca do campo religioso maranhense**. Ciências Humanas em Revista - São Luís, v. 5, número especial, junho 2007

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Ideologia da decadência**: uma leitura antropológica da história da agricultura no Maranhão. São Luis: IPÊS, 1983.

ABREU, José Paulo Leite de. **A igreja e seus arquivos: história e normas, até 1983**. In: Arquivística e arquivos religiosos: contributos para uma reflexão. ROSA, Maria de Lourdes (org.), Centro de Estudos de história Religiosa, Lisboa, 2000.

AGUIRRE, Rodolfo. **El acceso al alto clero em el arzobispado de México 1680-1757**. Universidad Autónoma de México, Fronteras de la História, n.º 09, 2004.

ARAÚJO, Raimundo Inácio Souza. **Discurso, disciplina e resistência**: as visitas pastorais no Maranhão setecentista. São Luis, EDUFMA, 2008.

AZEVEDO, Aluizio. **O Mulato**. São Paulo: Editora Ática (Série Bom Livro), 1988.

AZZI, Riolando. **A primavera Interrompida**: O projeto Vaticano II num impasse. Livros Digitais Koinonia. Volumen 2, 08/01/2006.

_____. **O altar Unido ao Trono**: um projeto conservador. São Paulo: Edições Paulinas, 1992a.

_____. **O clero no Brasil**: uma trajetória de crises e reformas. Brasília: ISER, 1992b.

_____. **Os salesianos no Brasil**: a luz da história. São Paulo: Loyola, 1983.

BARROS, Roque S. M. **Vida Religiosa e a Questão religiosa**. IN: HOLANDA, S. B. História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Monárquico. Tomo II, vol. II, São Paulo Difel, 1971, p. 317-365.

BOURDIEU, Pierre. & SAINT-MARTIN, Monique. de. “**La sainte famille**: l’episcopat français dans le camp du pouvoir”. In: Actes de la Recherche en Sciences Sociales, nov. 1987, p. 02-53.

BOURDIEU, Pierre & PASSERON, Jean Claude. **A Reprodução**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1978

_____. & Jean Claude Passeron. **L’examen d’une illusion**. Revue Française de sociologie, Année 1968, Volume 09, n.º01, p. 27-253.

_____. **Le corps et le sacré**. Actes de la Recherche en Sciences Sociales, Année 1994, Volume 104, n.º01, p. 2-2.

_____. **A Economia das Trocas Lingüísticas**. São Paulo: EDUSP, 1996.

- _____. **O poder Simbólico**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2007.
- _____. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- _____. **Coisas Ditas**. São Paulo, Brasiliense, 1990.
- _____. **Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 1998 (5ª edição), p. 81-126
- _____. **As Regras da Arte: Gênese e estrutura do campo literário**, São Paulo: Cia. das Letras, 1996.
- BOLTANSKI, Luc. **L'espace positionnel: multiplicité des positions institutionnelles et habitus de classe**. Revue de sociologie Française, Année 1973, Volume 14, n.º01, p. 3-26.
- BULSF, Neithard. **Sobre o objeto e o método da prosopografia**. Politeia: Hist. E Soc., Vitória da Conquista, v. 3, n.º 01, p. 47-67, 2005.
- CABRAL, Maria do Socorro Coelho. **Política e Educação no Maranhão**. São Luis, SIOGE, 1984.
- CALDEIRA, José de Ribamar Chaves. **O Maranhão na literatura dos viajantes do século XIX**. Edições AML: SIOGE, 1991.
- CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial; Teatro de Sombras: a política imperial**. 2ed.rev. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Relume-Sumará, 1996.
- CASTRO, Celso. **Pesquisando em arquivos**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2008.
- CERTEAU, Michel. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1982.
- CORDEIRO, João Mendonça. **O Mulato: Cem Anos de um Romance Revolucionário**. São Luís: EDUFMA, 1987.
- CHARLE, Christophe. **A prosopografia ou biografia coletiva: balanço e perspectivas**. In: Por outra história das elites. Flávio Heinz (org.). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- _____. **Le recrutement des hauts fonctionnaires em 1901**. Annales, Anée, 1980, Volume 35, número 02.
- _____. **Situation spatiale et posicion sociale**. Actes de la Recherche en Sciences Sociales, Année 1977, Volume 13, n.º01, p. 45-59.
- _____. **Naissance d'un grand corps**. Actes de la Recherche en Sciences Sociales, Année 1982, Volume 42, n.º01, p. 3-17.
- COMETTI, Pedro Luís. **Apontamentos da História Eclesiástica do Mato Grosso**. Vol 2 2002.
- CORADINI, Odaci Luiz. **A formação da elite médica, a Academia Nacional de Medicina e a França como centro de importação**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n.º 35, 2005.

_____. **A Extração Social dos Candidatos: As Eleições de 1990 e de 1994 No Rio Grande do Sul.** CADERNOS DO NUAP, RIO DE JANEIRO, p. 1-80, 1999.

_____. **As missões da “cultura” e da “política”:** confrontos e reconversões de elites culturais políticas no Rio Grande do Sul (1920-1960). *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.º 32, 2003.

_____ (org). **Estudos de grupos dirigentes no Rio Grande do Sul:** algumas considerações recentes. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

_____. **Grandes Famílias e Elite ‘profissional’ na medicina no Brasil.** *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, III (3), 425-466, Nov-Feb. 1997a.

_____. **O recrutamento da elite, as mudanças na composição social e a ‘crise da medicina’ no Rio Grande do Sul.** *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, IV (2), 165-286, Jul-Out. 1997b.

COUTINHO, Milson. **Fidalgos e Barões:** uma história da nobiliarquia maranhense. São Luis: Editora do Instituto Geia, 2005.

DAOU, Ana Maria. **Instrumentos e sinais da civilização:** origem, formação e consagração da elite amazonense. *História, ciências, saúde manguinhos*. Rio de Janeiro: Vol I (suplemento), setembro, 2000. pp. 867-888.

DAVIS, John. **Antropologia de las sociedades mediterrâneas.** Barcelona, Anagrama, 1977.

DUBAR, Claude. **Trajetórias sociais e formas identitárias:** alguns esclarecimentos conceituais e metodológicos. *Educ. Soc.*, vol. 19, n.º62, Campinas, Apr. 1998.

DURÃES, Margarida. **Para uma análise sociológica dos monges negros da ordem de S. Bento (XVI-XIX séculos).** *Cadernos do Noroeste*, 20 (1-2). *Série História*, 3, 2003, PP. 275-297.

ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte.** Trad. Ana Maria Alves. Lisboa: Estampa, 1987.

_____. **Introdução a Sociologia.** São Paulo: Martins Fontes, 1980.

_____. **Engajamento e Alienação.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

FARIA, Regina Helena Martins. **Descortinando o Maranhão oitocentista.** In: Mauro Cezar Coelho; Flávio dos Santos Gomes; Jonas Marçal de Queiroz; Rosa Elizabeth Acevedo Marin; Geraldo Prado. (Org.). *Meandros da História; trabalho e poder no Grão- Pará e Maranhão. Séculos XVIII e XIX.* Belém: UNAMAZ, 2005, v. , p. 231-247.

_____. **Demografia, escravidão africana e agroexportação no Maranhão oitocentista.** *Ciências Humanas em Revista (UFMA)*, São Luís, v. 2, n. 2, p. 79-99, 2004.

FARIA, Scheila de Castro. **A colônia em movimento.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 1997.

FERREIRA, Luiz Alberto. **Decomposição e recomposição**: querelas e intrigas nas tramas dos novos partidos do Maranhão (1889-1894). In: Outros tempos, volume 01, p. 01-20, ISSN 1808-8031.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo, Loyola, 1970.

_____. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. Petrópolis, Vozes, 1987.

FRAGOSO, Hugo. **A igreja na formação do Estado Liberal (1840-1875)**. In: HAUK, João Fagundes; FRAGOSO, Hugo; BEOZZO, José Oscar; KLAUSS, Van der Group & BROD, Benno. **História da Igreja no Brasil**: ensaio de interpretação a partir do povo (Segunda Época). A Igreja no Brasil do Século XIX. Petrópolis: Editoras Vozes & Paulinas: 1992.

FREIRE, Gilberto. **Ordem e Progresso**. In: Interpretes do Brasil. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002.

FREHSE, Fraya. **Os informantes que jornais e fotografias revelam**: para uma etnografia da civilidade nas ruas do passado. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n.º 36, 2005.

GALVES, Marcelio Cherche; COSTA, Yuri Michael (Orgs.). **O Maranhão oitocentista**. São Luis, Ed. UEMA, 2009

GAYOSO, Raymundo José de Sousa. **Compêndio histórico político dos princípios da lavoura no Maranhão**. São Luís/Rio de Janeiro, Editora Livros do Mundo Inteiro, 1970.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, Prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 2001.

GOZALO, Maximiliano Barrio. **La jerarquía eclesiástica em la España moderna**. Sociologia de uma elite de poder (1556-1834). Cadernos de História Moderna, 2000, n.º 25, monográfico: 17-59.

GRYNSPAN, Mário. **Os idiomas da patronagem**. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, n.º 14 (05), out., 1990.

GEERTZ, Clifford. **O saber local**: novos ensaios em antropologia interpretativa. Petrópolis/RJ: Vozes, 2007

HAUK, João Fagundes; FRAGOSO, Hugo; BEOZZO, José Oscar; KLAUSS, Van der Group & BROD, Benno. **História da Igreja no Brasil**: ensaio de interpretação a partir do povo (Segunda Época). A Igreja no Brasil do Século XIX. Petrópolis: Editoras Vozes & Paulinas: 1992.

HEINZ, Flávio (org.). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. **Três mulheres da Elite Maranhense**. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 16, n.º 31 e 32, PP. 225-248, 1996.

LAHIRE, Bernard. **Homem Plural**: os determinantes da ação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002

_____. Patrimônios individuais de disposições: Para uma sociologia à escala individual. *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 49, 2005, PP. 11-42

LIMA, Carlos de. **História do Maranhão**. 2 ed. Revista e ampliada. São Luis: Instituto Geia, 2008.

LEVI, Giovanni. **Carrieres d'artisans et marché du travail à Turin (XVIIIe-XIXe siècles)**. *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*, Anée, 1990, Volume 45, Número 06.

_____. **Les usages de la biographie**. *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*, Année, 1989, Volume 44, Número 06, PP. 1325-1336.

_____. **A herança imaterial**. Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 7-37

LOPES, Raimundo. **Uma região Tropical**. Rio: Cia. Editora Fon-Fon e Seleta, 1970,

LOUREIRO, Maria Rita. **Economistas e elites dirigentes no Brasil**. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 1982.

MARCHISANO, D. Franceso. **La función pastoral de los archivos eclesiásticos**. In: *Arquivística e arquivos religiosos: contributos para uma reflexão*. ROSA, Maria de Lourdes (org.), Centro de Estudos de história Religiosa, Lisboa, 2000.

MARQUES, César Augusto. **Dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão**. 3º Edição. São Luis: SUDEMA, 1970.

_____. **A Igreja no Maranhão**. São Luis, MA: Fundação Cultural do Maranhão, 1977.

MARTIN, Monique de Saint. **Reconversões e reestruturas das elites: o caso da aristocracia em França**. *Análise Social*, Vol. XXX (134), 1995 (5º), p. 1023-1039

MARTINEZ DE SANCHEZ, Ana María. **Las Consuetas del Obispado del Tucumán**. *Rev. estud. hist.-juríd.* [online]. 2006, no. 28 [citado 2009-02-08], pp. 491-511.

MARTINS, Karla Denise. **Daí a César o que é de César e a Deus o que é de Deus: relações entre a Igreja e o Estado no Pará oitocentista**. *Revista de História Regional*, 13 (2): 70-103, Inverno, 2008.

_____. **Civilização Católica: D. Macedo Costa e o desenvolvimento da Amazônia da segunda metade do século XIX**. *Revista de História Regional* 7(1): 73-103, Verão 2002.

MEIRELLES, Mário Martins. **História da Arquidiocese de São Luis do Maranhão**. São Luis: Universidade do Maranhão/SIOGE, 1977.

_____. **História do Maranhão**. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação do D.A.S.P., 1960.

_____. **Ensino Superior no Maranhão: esboço histórico.** São Luis, UFMA, 1981.

MÉRIAN, Jean-Yves. **Aluisio Azevedo, vida e obra (1857-1913)**, Rio de Janeiro, Espaço e Tempo, 1988.

MESQUITA, José Barnabé de. **Dom Carlos Luiz de Amour e Antonio Modesto de Mello.** Discurso proferido em 31 de Dezembro de 1921 na sessão anual de encerramento dos trabalhos do Instituto Histórico de Mato Grosso pelo orador José Barnabé de Mesquita. Cuiabá, Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso, 1921.

MICELI, Sergio. **A elite eclesiástica Brasileira.** Rio de Janeiro:Ed. Bertrand Brasil, 1988.

_____. **Jorge Luis Borges: História social de um escritor nato.** Novos Estudos, n.º 77, Março 2007.

_____. **Division du travail entre les sexes et division du travail de domination.** Actes de la recherche em sciences sociales, Anée, 1975, Volume 1, número 5, p. 162-182.

_____. **Intelectuais à brasileira.** São Pualo: Companhia das Letras, 2001.

MONTEIRO, Lorena. **Estudos de elites políticas e sociais: as contribuições da Sociologia e da História.** Sociedade & Cultura, Goiânia, v. 12, n.º01, p. 25-32, jan/jun, 2009.

MONTEIRO, Nuno Gonçalves. **Mobilidade social nas carreiras eclesiásticas em Portugal (1500-1820).** Análise social, vol. 27, n.º 165, 2003, p. 1213-1239.

MONTELLO, Josué. **A polêmica de Tobias Barreto com os padres do Maranhão.** Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1978.

MORAES, sibeles. **O episcopado de Carlos Luiz D'Amour (1878-1921).** Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá/MT, 2003.

MOTA, Antonia da Silva. **A Dinâmica colonial portuguesa e as redes de poder local na Capitania do Maranhão.** Tese (Doutorado em História Colonial) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco/UFPE, Recife, 2007a.

_____. **Cotidiano e cultura material nos séculos XVIII-XIX.** Ciências Humanas em Revista (UFMA), v. 05, p. 189-200, 2007b.

_____. **Família e Fortuna no Maranhão Setecentista.** In: Wagner Cabral da Costa. (Org.). História do Maranhão:novos estudos. 1 ed. São Luís: Editora UFMA, 2004, v. 1, p. 50-80.

NEIBURG, frederico. **Os intelectuais e a invenção do peronismo.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.

NERIS, Wheriston Silva. **A Civilização Católica**: o movimento reformador católico através da educação e da imprensa na São Luis oitocentista. Monografia de conclusão de curso de História, UFMA, 2007.

NUNES, Patricia Maria Portela. **Medicina, poder e produção intelectual**: uma análise sociológica da medicina no Maranhão. São Luis: Edições UFMA/PROIN (CS), 2000

OLIVAL, Fernanda. **Rigor e interesses**: os estatutos de limpeza de sangue em Portugal. Cadernos de Estudos Sefarditas, nº 4, 2004, pp. 151-182.

OLIVEIRA, Anderson José Machado de. **Suplicando a “dispensa do defeito da cor”**: clero secular e estratégias de mobilidade social no Bispado do Rio de Janeiro – século XVIII. XIII Encontro de História da Anpuh, 2008. Disponível em <http://www.encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1212773302_ARQUIVO_Texto-AndersondeOliveira-Anpuh-RJ-2008.pdf>

PACHECO, D. Felipe Condurú. **História Eclesiástica do Maranhão**. São Luis: Departamento de Cultura do Estado, 1969.

_____. **D. Luis de Brito**: o primeiro arcebispo de Olinda. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1954.

PINTO, Louis. “**Experiência vivida e exigência científica de objetividade**”. In: Iniciação à prática sociológica, Petrópolis, Vozes, 1996.

_____. **L’armée, le contingent et les classes sociales**. Actes de la Recherche en Sciences Sociales. Année, 1975, Volume 1, Número 3.

PIRES, Maria do Carmo. **Juizes e Infratores** – o tribunal eclesiástico do bispado de mariana, São Paulo, Annablume, 2008.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 14ª edição, 1976.

REIS, Eliana Tavares dos. **A “arte” da intervenção política**: carreiras e destinos de protagonistas que “lutaram contra a ditadura” no Rio Grande do Sul. In: Estudos de grupos dirigentes no Rio Grande do Sul: algumas considerações recentes. Odaci Luiz Coradini (org.) Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

REIS, Flávio Antônio Moura. **Grupos Políticos e estrutura oligárquica no Maranhão (1850-1930)**. Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Ciências Política do IFCH/UNICAMP, sob a orientação do Dr. Luciano Martins, 1992.

REIS, Edilberto Cavalcante. **Pro animarum salute**: a criação da diocese do Ceará como “vitrine” da romanização no Brasil (1853-1912). Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Mestrado em História da UFRJ/IFCS, sob a orientação do Dr. Manoel Luiz Salgado Guimarães.

RIBEIRO, Emanuela Sousa. **Igreja Católica e Modernidade no Maranhão, 1889-1922**. Universidade Federal de Pernambuco. Programa de Pós-graduação em História da UFPE. Dissertação de Mestrado, 2003.

RODRIGUEZ, Angel Veiga. **Crítica ao Positivismo na Imprensa católica maranhense**. São Luís: SECMA, 1982

ROHDEN, Fabíola. **Para que serve o conceito de honra, ainda hoje?** Campos 7 (2): 101-120, 2006.

ROMANO, Roberto. **Brasil: Igreja contra Estado**. São Paulo, Kairós, 1979.

ROSENDAHL, Zeny & CORRÊA, Roberto Lobado. **Difusão e territórios diocesanos no Brasil**. Revista Eletrônica de geografia y ciências sociales. Universidad de Barcelona. 2006.

ROY, Fernande & SAINT-PIERRE, Jocelyn. **A alta redação dos jornais de Quebec (1850-1920)**. IN: HEINZ, Flávio (org.). Por outra história das elites. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

ROY, Jean. **Le clergé nicolétain, 1885-1904: aspects sociographiques**. Revue d'histoire de l'Amérique française, vol. 35, n.º3, 1981, p. 383-395.

SAINT-MARTIN, Monique de. **Quelques questions à propôs du pentecostalismo au Brésil**. Actes de la Recherche em Sciences Sociales, Année 1984, Volume 52, Numéro 1. pp. 111-114

SALINAS ARANEDA, Carlos. **La actuación de los Obispos en la supresión del fuero eclesiástico en Chile en el siglo XIX**. *Rev. estud. hist.-juríd.* 2006, no. 28.

SAMARA, Eni de Mesquita. **Família e Grupos de Convívio**. Revista Brasileira de História, São Paulo, ANPUH/Marco Zero, vol. 09, n.º 17, setembro de 1998.

SANTOS, Lyndon de Araújo. **As outras faces do sagrado: protestantismo e cultura na primeira república brasileira**. São Luís: EDUFMA; São Paulo: Ed. ABHR, 2006.

_____. **Leituras do Catolicismo oitocentista no Maranhão: um estudo biográfico do Padre Dorotheo Dias de Freitas**. 2008 (ainda no prelo).

SEIDL, Ernesto. **A construção de uma ordem: o Exército brasileiro e o nascimento da meritocracia (1850-1890)**. In: Ciências & Letras, n.º 37, jun. 2005, p. 107-137.

_____. **A espada como “vocação”: padrões de recrutamento e seleção das elites do exército no Rio Grande do Sul (1850-1930)**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

_____. **A elite eclesiástica no Rio Grande do Sul**. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

_____. **Elites militares, “política” e redefinições institucionais (1850-1930)**. Seminário Temático 16: Elites e Instituições Políticas. 31º Encontro Anual da Anpocs, de 22 a 26 de outubro de 2007, Caxambu, MG.

_____. Entrando no mundo da igreja: o estudo das elites eclesiásticas. In: **Estudos de grupos dirigentes no Rio Grande do Sul**: algumas considerações recentes. Odaci Luiz Coradini (org.) Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

_____. **Um discurso afinado**: o episcopado católico frente à “política” e ao “social”. Horizontes Antropológicos, porto Alegre, ano 13, n.º 27, p. 145-164, jan-jun, 2007.

_____. **Sociologia histórica do Estado: igreja e construção nacional no Brasil e na Argentina**. TOMO, ano IX, n.º 09, p. 30-61, 2006.

_____. **Teoria das elites ou sociologia do poder?** Reflexões analíticas e metodológicas. 3º Seminário de Ciência Política da UFPE, Recife, 21-23 de novembro de 2007.

SILVA, D. Francisco de Paula. **Apontamentos para a História Eclesiástica do Maranhão**. Bahia: Typographia de São Francisco, 1922.

SOARES, Flávio José da Silva. **No avesso da forma**: apontamentos para uma Genealogia da Província do Maranhão. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2008.

SOUSA, Alina Silva. **A Família na República**: casamento civil e imprensa em São Luís na década de 1890. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de São Paulo - USP, Brasil, 2008.

SOUZA FILHO, Benedito. **Cuerpos, Horcas y Látigos**: esclavitud, espetáculo punitivo em el Brasil decimonónico. Tese (Doctorado em Antropologia Social y Cultural) – Universidad Autônoma de Barcelona, Departamento de Antropologia Social, Barcelona, Julio de 2004.

SUAUD, Charles. **Contribution à une sociologia de la vocation**: destin religieux et projet scolaire. Revue française de sociologia, Année 1974, Volume 15, Numéro 1.

_____. **L'imposition de la vocation sacerdotale**. Actes de la Recherche em Sciences Sociales. Année, 1975, Volume 1, Numéro 3.

_____. Splendeur et misère d'un petit séminaire. Actes de la Recherche em Sciences Sociales. Année, 1976, Volume 2, Numéro 4.

URUBATAN, Álvaro. **O antístite D. Luís de Brito** (sinopse biográfica). São Luis/MA, 1994 (Acervo da Biblioteca Pública Benedicto Leite).

VERNARD, Marc. **Pour une sociologie du clergé au XVIe siècle: recherche sur le recrutement sacerdotal dans la province d'Avignon**. Annales. Année, 1968, Volume 23, Numéro 5, p. 987-1016.

VIDE, Dom Sebastião Monteiro da. **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia**. (Impressas em Lisboa no ano de 1719, e em Coimbra em 1720. São Paulo): Tip. 2 de Dezembro, 1853.

VILLAÇA, Antônio Carlos. **História da Questão Religiosa**. Rio de Janeiro: Francisco

Alves, 1974.

VONES-LIEBENSTEIN. **El método prosopográfico como punto de partida de la historiografía eclesiástica**. AHIG, N.º 14, 2005, 351-364.

ZANON, Dalila. **A Ação dos Bispos e a Orientação Tridentina em São Paulo (1745-1796)**. Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Brasil. Dissertação de Mestrado, 2000.

WEBER, Max. **A objetividade do conhecimento na ciência social e na ciência política**. In: WEBER, Max. Metodologia das ciências sociais. 4ª ed. Trad. Augustin Wernet. São Paulo: Cortez/Ed. da UNICAMP, 2001. Parte 1. pp. 107-154.

_____. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa; revisão técnica de Gabriel Cohn, 3ª edição, Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1994.

WOLF, Eric. **Antropologia e poder**. Organizado por Bela Feldman-Bianco e Gustavo Lins Ribeiro; tradução de Pedro Maia Soares – Brasília: Editora da Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Editora Unicamp, 2003.

Sites:

<http://www.portal.ecclesia.pt/catolicopedia/apresentacao.asp>

<http://www.scielo.org/php/index.php>

[http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/visualiza_colecao_digital.php?titulo=R](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/visualiza_colecao_digital.php?titulo=R%20ecenseamento%20Geral%20do%20Brasil%201872%20-)

[%20Imp%C3%A9rio%20do%20Brazil&link=Imperio%20do%20Brazil](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/visualiza_colecao_digital.php?titulo=R%20ecenseamento%20Geral%20do%20Brasil%201872%20-%20Imp%C3%A9rio%20do%20Brazil&link=Imperio%20do%20Brazil)

<http://bndigital.bn.br/>

ANEXOS

ANEXO A: Interrogatórios de genere e vita et moribus

Sobre Habilitação de Gênera

1 – Se sabe ou suspeito para o que é chamado ou alguma pessoa lhe disse que, sendo perguntado por sua geração ou de alguém, disse mais ou menos do que soubesse; ou lhe disse e instruiu no que havia de testemunhar.

2 – Se conhece o habilitando (NOME DO HABILITANDO) d'onde é natural e morador e de que tempo a esta parte o conhece, e que razão tem de o conhecer;

3 – Se conhece (NOME DOS PAIS DO HABILITANDO) pae e mãe do habilitando, que officio tem, donde são naturaes e moradores, de que a esta parte os conhece e porque razão é que os conhece;

4 – Se conhece (NOME DOS AVÓS DO HABILITANDO) avós paternos e maternos do habilitando que officio tiveram; d'onde forão naturaes e moradores, de que tempo a esta parte os conheceo; e sempre darão razão do seu dito;

5 – Se sabe que o habilitando é filho (ESPAÇO EM ABERTO) dos ditos paes e netos dos ditos avós paternos e maternos acima nomeados, e por filho e neto das ditas pessoa é tido, tratado commumente reputado de todos, sem que haja fama ou rumor em contrário;

6 – Se elle testemunha é parente ou adherente do habilitando ou de alguma das sobreditas pessoas, em que grao ou por que via; ou se é ou foi inimigo ou amigo particular, ou tem outra alguma couza que dizer ao costume; e no caso que responda que tem alguma cousa das sobreditas, não será mais perguntado, antes aqui acabará o seu juramento;

7 – Se o habilitando, seos paes e avós paternos e maternos todos e cada um per si forão e são inteiros e legítimos Christão velhos, sem rala de Judeo, mouro, herege pagão nem de outra alguma infecta nação reprovada; ou nascidos de pessoas novamente convertidas à noss Sancta Fé Catholica, sem haver fama, rumor ou suspeita em contrário; ou, se a houve, donde nasceu e de que pessoas;

8 – Se alguma das ditas pessoas incorreo em infâmia alguma de facto ou de direito, ou commetteo crime de lesa majestade divina ou humana, heresia, apostasia, soffreo pena civil ou foi penitenciada;

9 – Se finalmente, tudo o que tem dito e testemunhado é público e notório e por que razão o sabe.

Fonte: Arquivo Público do Estado do Maranhão, Acervo da Arquidiocese do Maranhão, AUTOS de Habilitação de Gênera e AUTOS de Vita et Moribus.

EDITAL – Processo de Vita et Moribus

1 - Se o habilitando é filhos dos pais nomeados;

2 - Se é christão, baptisado e chrismado;

3 - Se é ou foi hereje, ou apostata da nossa Santa Fé;

4 - Se é filho ou neto de pais e avós paternos e maternos que commettenssem crime de leza Majestade Divina ou humana, pelos quaes fossem sentenciados com as penas estabelecidas nas leis do Império;

5 - Se tem algum defeito ou deformidade corporal, por que não possa bem, e sem escândalo citar as funcções;

6 - Se padece de alguma enfermidade contagiosa, queixas, ou accidentes, que o provem de repente de seu juízo, ou façam cais sem sentidos no chão;

7 - Se tem incorrido em alguma irregularidade, excommunhão, suspensão, ou interdito;

8 - se commetteu algum homicídio, ou cortou membro principal a alguma pessoa, ou para isso deu conselho, ajuda ou favor, não sendo em sua justa e necessária defeza;

9 - Se por estes, ou por outros alguns delitos está obrigado às justiças seculares, ou a dar contas perantes as mesmas justiças de alguma tutoria, curadoria ou administração de fazenda;

10 - Se tem repugnância a beber vinho, que o provoque a vômitos ou é costumado a bebel-o com tanto excesso, que lhe perturbe o juízo;

11 - Se é incontinente de tal sorte, que não dê esperanças de guardar castidade;

12 - Se tem feito promessa de casamento a alguma mulher, de que não esteja desobrigado;

13 - Se é presentemente casado, ou bigamo por qualquer espécie de bigamia;

14 - Se é constrangido à tomar às Ordens fpor força, violência ou medo grave, que lh'o faça alguma pessoa;

15 - se é de boa vida, e costumes, freqüente em receber os Sacramentos da Confissão e Communhão e em assistir aos Officios Divinos na Igreja e exercer as ordens que pretende;

16 - Se tem incorrido em alguma infâmia pública de facto ou de direito, ou soffrido pena vil;

17 - Se é inquieto, rixoso, perturbador da paz e socego público, ou tem outro qualquer vício, que o inhiba das ordens, que pretende;

18 - Se se ordena a título de beneficio, ou patrimônio, e se nisto há algum dolo, malicia ou fingimento, e está em pacífica posse do dito patrimônio ou beneficio.

ANEXO B: Freguesias e datas de criação

Nº	Nome das Freguesias	Data de Criação
1	Nossa Senhora da Victória da Catedral	Não consta, mas já era criada em 1673
2	N. S. da Conceição	Provisão Régia de 23 de Maio de 1805
3	São João Batista	Lei Provincial n.º 602 de 27 de Agosto de 1856
4	S. Joaquim do Bacanga	Lei Provincial n.º 13 de 08 de Maio de 1835
5	Santa Filomena do Cutim	Lei Provincial n.º 402 de 27 de Agosto de 1856
6	N.S. da Luz do Paço do Lumiar	Resolução Régia de 18 de Junho de 1757
7	S. José dos Índios	Resolução Régia de 18 de Junho de 1757
8	S. João Batista de Vinhaes	Resolução Régia de 18 de Junho de 1757
9	S. Mathias de Alcantara	Não consta, mas já criada em 1754
10	S. João de Cortes	Lei Provincial n.º 73 de 23 de Julho de 1838
11	Santo Antonio e Almas	Provisão Régia de 07 de Novembro de 1805
12	S. Bento	Provisão Régia de 07 de Novembro de 1805
13	S. Bento de Bacurituba	Lei Provincial n.º 843 de 10 de Julho de 1868
14	S. Vicente Férrer de Cajapió	Provisão Régia de 07 de Novembro de 1805
15	Santo Ignácio do Pinheiro	Lei Provincial n.º 370 de 26 de Maio de 1855
16	S. José de Guimarães	Provisão do Bispo de 23 de Março de 1758
17	Santa Helena	Lei Provincial n.º 13 de 08 de Maio de 1835
18	São João Batista de Cururupu	Lei Provincial n.º 13 de 08 de Maio de 1835
19	S. Francisco Xavier de Tury-açu	Não Consta; julga-se criada pela Res. de 18 de Junho de 1757
20	S. Francisco Xavier de Monção	Não Consta; julga-se criada pela Res. de 18 de Junho de 1757
21	S. José de Penalva	Lei Provincial n.º 510 de 27 de Julho de 1858
22	N. S. da Conceição de Vianna	Resolução Régia de 18 de Junho de 1757
23	N.S. de Nazareth do Meary	Provisão Régia de 19 de Abril de 1723
24	N.S. da Graça do Arary	Lei Provincial n.º 465 de 24 de Maio de 1858
25	Santa Maria de Anajatuba	Lei Provincial n.º 359 de 22 de Julho de 1854
26	São José do Peria	Lei Provincial n.º 13 de 08 de Maio de 1835
27	N.S. da Conceição do Icatu	Não consta; mas já era criada em 1715
28	N.S. do Rosário	Prov. Régia de 25 de setembro de 1801
29	N.S. da Lapa e Pias de São Miguel	Lei Provincial n.º 13 de 08 de Maio de 1835
30	N.S. das Dores do Itapecuru-Mirim	Provisão Régia de 25 de Setembro de 1801
31	N.S. da Piedade do Coroatá	Lei Provincial n.º 173 de 05 de Novembro de 1843
32	S. Luiz Gonzaga do Alto-Meary	Lei Provincial n.º 196 de Agosto de 1844
33	Santa Rita e Santa Filomena do Codó	Lei Provincial n.º 13 de 08 de Maio de 1835
34	N. S. das Dores da Chapadinha	Provisão Régia de 25 de setembro de 1801
35	S. Sebastião da Vargem Grande	Lei Provincial n.º 13 de 08 de Maio de 1835
36	N.S. da Conceição do Arayoses	Não consta; julga-se ser freguesia pela Resolução Régia de 18 de Janeiro de 1757
37	N.S. da Conceição de Barreirinhas	Lei Provincial n.º 481 de 18 de Junho de 1858
38	N.S. da Conceição da Tutoya	Resolução Régia de 18 de Junho de 1757
39	N.S. da Conceição do Brejo	Não consta, mas julga-se ser freguesia pela Resolução Régia de 1757
40	S. Bernardo	Não consta; mas já era freguesia em 1799
41	N.S. da Conceição e S. José de Caxias	Não consta; mas já era freguesia em 1795
42	Santa Anna do Burity	Lei Provincial n.º 157 de 19 de Outubro de 1843
43	S. Benedicto de Caxias	Lei Provincial n.º 13 de 08 de Maio de 1835
44	Nossa Senhora de Nazareth da Tresidella	Provisão Régia de 25 de setembro de 1801
45	S. José dos Mattões	Lei Provincial n.º 13 de 08 de Maio de 1835
46	S. Sebastião da Passagem-Franca	Lei Provincial n.º 13 de 08 de Maio de 1835
47	S. Bento de Pastos-Bons	Não consta; mas já era criada em 1779
48	N.S. da Conceição da Manga	Lei Provincial n.º 54 de 20 de Julho de 1859
49	S. Félix de Balsas	Lei Provincial n.º 13 de 08 de Maio de 1835
50	N.S. da Victoria	Lei Provincial n.º 974 de 08 de Junho de 1871
51	Santa Cruz da Barra do Corda	Lei Provincial n.º 368 de 24 de Julho de 1854
52	Senhor do Bom-Fim da Chapada	Lei Provincial n.º 13 de 08 de Maio de 1835

53	Santa Thereza do Porto Franco	Lei Provincial n.º 398 de 27 de Agosto de 1856
54	São Pedro de Alcantara da Carolina	Lei Geral de 25 de Outubro de 1831
55	N.S. de Nazareth do Riachão	Lei Provincial n.º 13 de 08 de Maio de 1835
1	N.S. do Amparo da Theresina	Lei Geral de 06 de Junho de 1832
2	N.S. das Dôres da Theresina	Lei Provincial n.º 590 de 06 de Agosto de 1866
3	Capella Curada de N.S. dos Humildes	Lei Provincial n.º 703 de 18 de Agosto de 1870
4	N.S. dos Remédios da União	Lei Provincial n.º 348 de 25 de Agosto de 1853
5	N.S. da Conceição das Barras	Lei Geral de 20 de Outubro de 1823, Resolução de Junho de 1832
6	Santo Antonio de Campo-Maior	Não consta; mas já era freguesia em 1757
7	N.S. da Graça do Parnahyba	Provisão Régia de 25 de Setembro de 1801
8	N.S. dos Remédios do Burity dos Lopes.	Lei Provincial n.º 533 de 13 de Junho de 1864
9	S. Gonçalo da Batalha	Lei Provincial n.º 340 de 24 de Agosto de 1853
10	N.S. do Carma de Peracuruca	Não consta; mas já era freguesia em 1707
11	N.S. dos Remédios do Peripery	Lei Provincial n.º 698 de 16 de Agosto de 1870
12	N.S. da Conceição de Pedro Segundo	Lei Provincial n.º 295 de 20 de Agosto de 1851
13	Senhor do Bom-fim do Principe Imperial	Lei Geral de 06 de Julho de 1832
14	N.S. dos Desterro de Marvão	Provisão do Bispo do Maranhão de 27 de Novembro de 1742
15	Sant' Anna da Independência	Lei Provincial n.º 356 de 15 de Setembro de 1853
16	N.S. do O' de Valença	Não consta; mas já era freguesia em 1805
17	N.S. da Victória de Oeiras	Não consta; mas já era freguesia em 1704
18	N.S. das Mercês de Jaicós	Nossa Senhora das Mercês de Jaicós
19	N.S. dos Remédios dos Picos	Lei Provincial n.º 308 de 11 de setembro de 1851
20	S. Gonçalo d' Amarante	Provisão Régia de 27 de Setembro de 1801
21	Santo Antonio de Jeromenha	Não consta; mas já era freguesia em 1792
22	N.S. da Conceição da Uhyca	Lei Provincial n.º 419 de 11 de Janeiro de 1856
23	S. Raimundo Nonnato	Resolução da Assembléia Geral de 06 de Julho de 1832
24	S. João do Piauhy	Lei Provincial n.º 335 de 11 de Agosto de 1860
25	N.S. do Livramento de Parnaguá	Não consta;
26	N.S. da Conceição do Corrente	Lei Provincial n.º 500 de 09 de Agosto de 1860
27	Senhor Bom Jesus da Gurguéa	Lei Provincial n.º 101 de 22 de Setembro de 1838
28	Santa Filomena	Lei Provincial n.º 413 de 08 de Janeiro de 1856

Fonte: APEM, Acervo da Arquidiocese do Maranhão, Setor de Códices, LIVRO de Registro das Freguesias do Maranhão e seus respectivos Colados e Coadjuutores e material diverso reunido pelo autor.

ANEXO C: Alvará de Faculdades

Eu a Rainha, como governadora e perpétua administradora que sou do Mestrado, Cavalaria, e Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo, faço saber a vós bispo do Rio de Janeiro D. José Joaquim Mascarenhas: — Que desejando concorrer quanto em mim está, para que as dignidades conesias, e vigararias, benefícios curados e sem cura e mais cargos eclesiásticos desse vosso bispado, cuja representação me compete, sejam sempre providos nos sujeitos mais dignos, e que melhor possam servir a igreja, instruir, e edificar os fiéis com as suas doutrinas, e exemplos: — E parecendo-me pela muita confiança que de vós faço, e pelo individual, exacto cumprimento, que no exercício de vosso pastoral ofício tendes adquirida do clero dessa vossa diocese, que sendo por mim apresentados nas ditas dignidades, e benefícios os clérigos, que por vós me forem propostos, serão neles providos os eclesiásticos, que nesse vosso bispado mais se distinguirem em letras e virtudes, que mais tiverem servido a igreja, e de que mais se possa esperar, que sendo empregados neles serão bons ministros do altar, e do coro, trabalharão com muito zelo na vinha do Senhor, e desempenharão dignamente todas as obrigações de seus ofícios: — Hei por bem e me praz conceder-vos faculdade para que enquanto residires nesse vosso bispado, e eu assim o houver por bem, e não mandar o contrário, possais propor-me, e me proponhais, para as ditas dignidades, conesias, vigararias, benefícios curados, e sem cura, e mais cargos eclesiásticos, que tiverem vago depois do primeiro dia da vossa residência nele, e daqui em diante vagarem, os clérigos vossos diocesanos que para cada uma das duas dignidades, e benefícios vos parecerem mais idóneos, exceptuado somente o arceidiago, por ser na vossa Sé a primeira dignidade, que em todas as catedrais dos bispos ultramarinos reservo para a minha imediata apresentação. E para que as vossas propostas sejam sempre feitas com o devido acerto, e justiça; logo que receberes notícia da vacância de alguma das ditas dignidades, conesias, vigararias, onde algum dos mencionados benefícios curados e sem cura, mandareis afixar editais, para que no termo de trinta dias improrrogáveis concorram a ele todos os clérigos, que o pretenderem, e vos ofereçam os seus requerimentos instruídos com todas as certidões, e documentos necessários. Se o dito benefício vago não for curado nem tiver cura de almas anexas, findo que seja o termo dos editais, ser-me-ão por vós propostos para ele três opositores, que entre todos os concorrentes julgares mais dignos pelas circunstâncias da sua naturalidade, movimento, suficiência de letras, vida, costumes, e serviços feitos à igreja; fazendo-lhe vós presentes nas vossas propostas todas e cada uma das ditas circunstâncias, de que eles se acharem revestidos, e graduando-os em primeiro, segundo, e terceiro lugar, à proporção dos seus merecimentos, sem que para a regulação do vosso juízo haja de preceder algum exame literário: sendo porém o benefício vago, vigararia igreja paroquial, capelania, ou curato, a que eu tenha dado, e mandar dar para o futuro, natureza colectiva, procedereis então ao concurso de exames na forma que prescrevem os antigos alvarás dos senhores reis meus predecessores, excitados, e mandados observar pelo alvará de 29 de Agosto de mil setecentos e sessenta e seis: chamando para examinadores três religiosos dos de melhor nota em ciência e virtudes, na forma que se pratica no meu tribunal da mesa da consciência, e ordens: não por que eu seja obrigada a mandar fazer os referidos provimentos por concursos; mas sim pela maior utilidade, que deles pode resultar à igreja. Depois de concluídos os exames, me proporeis três dos referidos concorrentes na mesma forma acima referida, os quais no vosso conceito forem mais beneméritos, assim pela ciência, que tiverem mostrado, como pelos serviços feitos à igreja; e pelas outras qualidades determinadas pelos cânones, e Concílio Tridentino, no que tudo vos encarrego a consciência, e descarrego a minha. Serão os ditos propostos naturais desse vosso bispado, em quanto os houver, preferindo entre eles em igualdade de circunstâncias os que forem da antiga nobreza dessa capitania por procederem dos primeiros descobridores, que à custa de seu sangue concorreram para nessas regiões, suplantar a nossa santa Fé, e se propagar a luz do Evangelho. As propostas que me fizéreis serão concebidas em forma de simples consultas, sem terem força alguma de apresentações, e virão por vós assinadas, e seladas com o selo das armas de que usares, e acompanhadas dos documentos e certidões com que os propostos tiverem instruído os requerimentos, que vos fizerem, não faltando entre elas as dos assentos dos baptismos de cada um dos mesmos propostos. Serão as ditas propostas remetidas por vós ao meu tribunal da mesa da consciência, e ordens, na primeira ou mais tardar, na segunda embarcação, que sair do porto dessa cidade para a dita capital, depois de concluídas todas as acções dos concursos; e tardando vós mais tempo em fazer as ditas remessas sem teres para isso legítima causa, que fareis constar, ficareis pela omissão, com que nisso vos houveres, privado por essa vez da faculdade, que vos permito: e a mesa da

consciência, e ordens suprirá logo esta vossa negligência pondo imediatamente a concurso nesta corte os benefícios que tiveres deixado de propor-me em tempo competente; o que igualmente praticará a dita mesa havendo alguma nulidade nas vossas propostas; ou por não teres observado nela a sobredita forma dos concursos; ou por qualquer outra contravenção deste alvará, e dos que a ele tiverem precedido, e respeitarem à mesma: como também no caso de vos ausentares desse bispado, durante o tempo em que não residires nele, e isto da mesma forma, que o costuma, e deve fazer, estando ele vago. O presidente e deputados da referida mesa da consciência e ordens o tenham assim entendido, e logo que receberem as propostas que lhe enviareis, em virtude delas, somente me consultarão as vossas propostas sem mandar proceder previamente nesta corte a outro algum concurso, nem exame, ou seja para mais operar os merecimentos dos ditos propostos, ou para admitir por opositores aos mesmos benefícios outros clérigos também naturais desse vosso bispado que se acharem ausentes neste Reino, não poderão entrar no concurso perante vós feito; porque depois de aberto, e fechado o dito concurso na própria diocese, não poderá mais fazer-se outro algum, e nesta corte; excepto nos casos acima referidos: O que assim hei por bem ordenar para tirar aos clérigos desse vosso bispado toda a ocasião de vagarem por este Reino, e fora da própria diocese como igualmente andam os das outras dioceses do ultramar com o fim de obterem benefícios, e igrejas dos seus mesmos bispados, quando só deveram procurar merecê-lo no serviço da sua mesma igreja; e talvez que os venham pretender fora dela por não terem as qualidades necessárias para poderem consegui-los dos seus respectivos prelados. Baixando por mim resolutas as consultas que a mesa da consciência, e ordens fizer subir à minha real presença, ou havendo eu por bem nomear outros eclesiásticos em lugar dos propostos por vós; fará a dita mesa expedir as cartas da minha real apresentação, as quais assinadas por mim, e passadas pela chancelaria, vos serão apresentadas pelas próprias pessoas que de mim os tiverem obtido, no preciso termo de seis meses, depois da data delas; e à vista das mesmas cartas mandareis então proceder às mais diligências, que conforme o direito devem preceder às colações e feitas as ditas diligências, instituireis, e colareis os que pelas referidas cartas vos constar que foram por mim apresentados; e os fareis logo investir na posse dos seus benefícios. E para que nas igrejas, ou paróquias, que se houverem de prover, não falem ministros que os sirvam, enquanto deste Reino se não expedem as cartas da minha apresentação, mandareis para as mesmas igrejas, ou paróquias os eclesiásticos, que melhor vos parecerem dos que me houveres proposto, os quais como encomendados a sirvam, enquanto os colados nas ditas igrejas ou paróquias não tornarem posse delas. — Pelo que mando assim a vós como a todos aqueles a quem pertencem, cumpram e guardem este meu alvará, e façam cumprir, e guardar tudo o que nele se contém; o qual valerá como carta, posto que o seu efeito haja de durar mais de um ano, sem embargo de quaisquer leis, alvarás, provisões, regimentos, e estilos em contrário: — e será registado no livro das mercês do mestrado; — e passará pela chancelaria da ordem. — Dado no Palácio de Nossa Senhora da Ajuda, aos 14 de Abril de 1781. — RAINHA — Martinho de Melo e Castro — Alvará porque Vossa Majestade é servida regular os provimentos das dignidades, conesias, e mais benefícios. — José Joaquim Oldemberg.

Disponível em: http://pt.wikisource.org/wiki/Anais_da_Ilha_Terceira/III/Documentos. Acesso: 08 de dezembro

de 2009, 23:35.

ANEXO D: Lista de “Colados” e “Encomendados” com datas do “decreto”, “carta”, “collação” e/ou “Provisão” em 1872.

Nº	Nome das Freguesias	Collado	Encomendado	do decreto	da Carta	da Collação	Provisão
1	Nossa Senhora da Victória da Catedral	Maurício Fernandes Alves		05/04/1866	26/12/1866	01/02/1867	
2	N. S. da Conceição	Pedro Nicolau Ribeiro			25/02/1839	13/03/1839	
3	São João Batista	João Evangelista de Carvalho		21/12/1870	28/01/1871	13/03/1871	
4	S. Joaquim do Bacanga						
5	Santa Filomena do Cutim						
6	N.S. da Luz do Paço do Lumiar						
7	S. José dos Índios	João Ignácio Portugal		12/09/1850	14/11/1850	05/12/1850	
8	S. João Batista de Vinhaes	José Claudio Marques		12/09/1850	20/09/1850	25/01/1851	
9	S. Mathias de Alcantara	Lusitano Marcolino Barreto		21/12/1870	28/01/1871	20/03/1871	
10	S. João de Cortes						
11	Santo Antonio e Almas	Saturnino Alexandrino Alves de Melo		18/05/1846	28/06/1846	28/02/1847	
12	S. Bento	Zacheo Francisco da Penha		12/09/1850	19/09/1850	10/09/1850	
13	S. Bento de Bacurituba		Satyro Celestino da Costa Leite				01/09/1868
14	S. Vicente Férrer de Cajapió	Fabício Alexandrino da Costa Leite		20/12/2852	28/12/2850	10/09/1850	
15	Santo Ignácio do Pinheiro	Francisco Mariano de Faria		18/01/1844	25/01/1844	19/05/1844	
16	S. José de Guimarães	Lourenço Custódio dos Anjos		18/08/1870	24/08/1870	18/12/1872	
17	Santa Helena		Lino da Anunciação				11/01/1872
18	São João Batista de Cururupu	Manoel Altino Alves do Nascimento		21/12/1870	28/01/1871	30/03/1871	
19	S. Francisco Xavier de Tury-açu		Conego Romualdo Gonçalves de Asevedo				20/12/1872
20	S. Francisco Xavier de Monção	Manuel Viriato de Araújo Bogea		13/03/1869	20/03/2869	17/08/1869	
21	S. José de Penalva						
22	N. S. da Conceição de Vianna	Luiz Marianno de Barros		15/06/1861	08/02/1862	24/03/1862	
23	N.S. de Nazareth do Meary	João Emiliano do Lago		21/12/1870	28/01/1871	09/03/1871	
24	N.S. da Graça do Arary						
25	Santa Maria de Anajatuba	Jose Manoel de Freitas		29/04/1865	16/12/1865	13/03/1866	
26	São José do Peria	Pedro Ribeiro da Silva		21/12/1870	28/01/1871	09/03/1871	
27	N.S. da Conceição do Icatu	João Valeriano Cortes Maciel		13/03/1869	09/06/1869	28/08/1869	
28	N.S. do Rosário		Carvilio Pereira da Silva Luso				07/12/1870
29	N.S. da Lapa e Pias de São Miguel		Ignácio Raimundo de Abreu				25/06/1872
30	N.S. das Dores do Itapecuru-Mirim		Lourenço Justiniano da Fonseca				25/07/1872
31	N.S. da Piedade do Coroatá		Mário José de Oliveira Mira-Sol				11/03/1872

32	Santa Rita e Santa Filomena do Codó		Cyrillo dos Reis Lima				06/03/1871
33	S. Luiz Gonzaga do Alto-Meary	José Gonçalves de Oliveira		13/03/1869	09/06/1869	07/08/1869	
34	S. Sebastião da Vargem Grande		Marcolino de Assumpção Oliveira				13/09/1868
35	N. S. das Dores da Chapadinha		Antônio Firmo da Cunha Sanches				20/12/1869
36	N.S. da Conceição de Barreirinhas		José Pacífico Serra				31/12/1861
37	N.S. da Conceição da Tutoya						
38	N.S. da Conceição do Arayoses	José Pires Seabra		20/12/2852	10/02/1853	10/07/1853	
39	S. Bernardo	João Francisco Martins		12/09/185	08/01/1852	21/02/1852	
40	N.S. da Conceição do Brejo	Marcolino da Assunção e Oliveira	Joaquim Raimundo da Silva Ribeiro				13/10/1868
41	Santa Anna do Burity		Feliciano José de Abreu				24/08/1871
42	N.S. da Conceição e S. José de Caxias	José Gonçalves da Silva		15/06/1861	21/09/1861	07/03/1862	
43	S. Benedicto de Caxias	Luiz Raimundo da Silva Brito		04/12/1870	28/01/1871	09/03/1971	
44	Nossa Senhora de Nazareth da Tresidella	Raimundo João Alvares Duarte		02/04/1845	09/04/1845	26/10/1845	
45	S. José dos Mattões		Mário José de Oliveira Mirasol				23/12/1872
46	S. Sebastião da Passagem-Franca	Francisco Mariano da Costa		27/10/1866	03/11/1866	25/12/1866	
47	S. Bento de Pastos-Bons		Diocleciano do Rego Manso Thalez				21/09/1871
48	N.S. da Conceição da Manga	Antonio Simões de Moura		29/09/1865	16/12/1865	17/12/1866	
49	S. Félix de Balsas	José Lopes Teixeira		05/05/1858	18/05/1858	12/06/1858	
50	Santa Cruz da Barra do Corda		Manoel Gonçalves da Cruz				16/12/1869
51	Senhor do Bom-Fim da Chapada		Jose Bernal Pinto Rosa				30/04/1872
52	Santa Thereza do Porto Franco	Domingos Elias Costa de Moraes		05/12/1866	30/01/1867	26/06/1867	
53	São Pedro de Alcantara da Carolina	Antonio Pereira da Maia		06/06/1853	15/06/1853	13/08/1853	
54	N.S. de Nazareth do Riachão	José Francisco de Sales Landin		06/07/149	17/07/1849	01/09/1849	
1	N.S. do Amparo da Theresina	Mamede Antonio de Lima		06/07/1849	11/07/1849	01/09/1849	
2	N.S. das Dôres da Theresina	Homaz de Moraes Rego		21/12/1870	28/01/1871	06/07/1871	
3	Capella Curada de N.S. dos Humildes						
4	N.S. dos Remédios da União	Simpliciano Barbosa Ferreira		31/01/1863	19/02/1863	22/04/1863	
5	N.S. da Conceição das Barras	Miguel Fernando Alves		27/12/1849	08/01/1850	24/01/1850	
6	Santo Antonio de Campo-Maior	Manuel Félix Cavalcante de Barros		10/06/1844	18/06/1844	25/07/1844	
7	N.S. da Graça do Parnahyba	Francisco de Oliveira Gomes		20/10/1843	06/11/1843	02/02/1844	
8	N.S. dos Remédios do Burity dos Lopes.						
9	S. Gonçalo da Batalha		Raimundo José Pereira de Freitas				11/02/1870
10	N.S. do Carma de Peracuruca		Joaquim Marianno da Silva Guimarães				03/01/1861
11	N.S. dos Remédios do Peripery		Francisco de Paula Cavalcante de Albuquerque				20/09/1872

12	N.S. da Conceição de Pedro Segundo						
13	Senhor do Bom-fim do Principe Imperial	Antonio Cavalcante de Macedo Albuquerque		20/12/1852	05/01/1853	07/03/1853	
14	N.S. dos Desterro de Marvão		João Zeferino de Almeida Barbosa				22/11/1869
15	Sant' Anna da Independência		Antonio Ricardo de Albuquerque Cavalcante				02/01/1854
16	N.S. do O' de Valença		José Rufino Soares Valamira				17/01/1862
17	N.S. da Victória de Oeiras	João de Sousa Martins		06/12/1841	15/09/1841	04/04/1841	
18	N.S. das Mercês de Jaicós	Claro Mendes de Carvalho		06/07/1849	13/07/1849	06/10/1850	
19	N.S. dos Remédios dos Picos		Francisco Carneiro de Sousa				
20	S. Gonçalo d'Amarante	José Marques da Rocha		01/10/1865	18/11/1865	17/02/1866	
21	Santo Antonio de Jeromenha	Joaquim da Silva Monteiro		27/10/1866	03/11/1866	20/12/1866	
22	N.S. da Conceição da Uhyca		Antonio Marques dos Reis				09/01/1867
23	S. Raimundo Nonnato	Sebastião Ribeiro Lima		04/05/1847	10/05/1847	10/08/1847	
24	S. João do Piahy						
25	N.S. do Livramento de Parnaguá		Manoel Mariano de Oliveira				20/07/1868
26	N.S. da Conceição do Corrente		Antonio Joaquim de Abreo				30/07/1870
27	Senhor Bom Jesus da Gurguéa	Lourenço Candido Ribeiro de Brito		10/07/1867	30/08/1867	19/03/1868	
28	Santa Filomena	Luiz de Sousa Mello Piage		19/08/1863	06/06/1865	03/09/1865	

Fonte: APEM, Acervo da Arquidiocese do Maranhão, Setor de Códices, LIVRO de Registro das Freguesias do Maranhão e seus respectivos Colados e Coadjuutores e material diverso reunido pelo autor.

ANEXO E: Sacerdotes ordenados na diocese desde 08 de julho de 1878

Nome	Local de ordenação
Honório José Saraiva	Na diocese
Carno Nonnato da Silva	Idem
José Silvestre Alves de Miranda	Idem
José Gonçalves Serejo	Idem
Francisco José Baptista	Idem
Dorotheu Dias de Freitas	Em Paris
João Baptista Teixeira	Na diocese
Raimundo Gil da Silva Brito	No Ceará
Silvino Angelo da Silva	Na diocese
Jose Braulio Nunes	Idem
Joaquim Sampaio Castelo Branco	Em Roma
Alvaro José de Lima	Em Paris
Leopoldo Damasceno Ferreira	Em Paris
Vicente Ferreira Galvão	Na diocese
José Hemetério do Rego Brito	Idem
Horácio Pompílio Martins	Idem
Arthur César da Rocha	Idem
Manoel Evaristo Ribeiro de Mendonça	Na diocese
Fábio José da Costa	No Ceará
Benedicto Portela Lima	Em Paris
Joaquim Antônio Leal	Nesta diocese
Francisco Pimenta Bastos	Idem

Fonte: APEM, Acervo da Arquidiocese do Maranhão, Setor de Códices, LIVRO de Registro das Freguesias do Maranhão e seus respectivos Colados e Coadjuutores e material diverso reunido pelo autor.

ANEXO F: Quadro geral da população da Província do Maranhão em 1872

Numeros	MUNICIPIOS	Numeros	FREGUEZIAS	SEXOS			Total da população do Município	ESTADOS CIVIS						Raças				Religião				Nacionalidades				Instrução			
				Homens	Mulheres	Total		dos homens			das mulheres			dos homens		das mulheres		dos homens		das mulheres		dos homens		das mulheres		dos homens		das mulheres	
								Solteiros	Casados	Vivos	Solteiras	Casadas	Viúvas	Pardos	Pretos	Pardas	Pretas	Catholicos	Acatolicos	Catholicas	Acatolicas	Brasileiros	Estrangeiros	Brasileiras	Estrangeiras	Sabem ler e escrever	Analfabetos	Sabem ler e escrever	Analfabetas
1	S. Luiz	1	N. S. da Victoria.....	1314	1309	2623	1289	17	8	1282	15	12	389	925	337	972	1314	1909	1279	35	1270	39	1314	1309	
2		2	N. S. da Conceição.....	864	1016	1870	846	0	2	1010	5	1	291	563	347	669	854	1016	804	50	977	39	11	843	10	1006	
3		3	S. João Baptista.....	777	1105	1882	772	4	1	1090	7	8	271	506	425	650	777	1105	768	9	1080	25	12	765	2	1103	
4		4	S. Joaquim do Bacanga.....	299	202	501	281	61	7	158	32	12	120	179	69	133	299	202	291	8	192	10	299	202	
5		5	S. João Baptista dos Vinhaes.....	77	73	150	77	10	3	48	20	5	24	53	24	49	77	73	77	73	77	73	
6		6	N. S. da Luz do Paço do Lumiar.....	219	247	466	200	12	7	281	12	4	64	155	130	117	219	247	214	5	236	11	219	247	
7	Paço do Lumiar	7	S. José dos Indios.....	24	8	32	24	8	11	13	2	5	24	8	24	7	1	24	8	
8		8	S. Mathias de Alcântara.....	1379	1591	2970	1362	13	4	1576	13	2	478	901	600	991	1379	1591	1379	1591	1379	1591	
9	Alcantara	9	S. João de Cortes.....	73	90	163	72	1	1	88	1	1	18	55	25	95	73	90	73	90	73	90	
10		10	Santo Antonio e Almas.....	800	840	1640	797	2	1	898	2	1	225	575	254	586	800	840	800	840	800	840	
11		11	S. Bento dos Perizes.....	1546	1575	3121	1524	17	5	1557	17	2	443	1103	637	138	1546	1575	1581	15	1569	6	1	1546	1575	
12		12	S. Bento de Bacurituba.....	265	218	483	258	4	3	314	4	2	66	199	64	154	265	218	251	14	215	3	265	218	
13		13	S. Vicente Ferrer.....	970	980	1950	959	5	6	974	5	2	330	640	279	701	970	980	954	16	967	13	970	980	
14		14	St. Ignacio do Pinheiro	448	490	938	445	3	6	458	2	2	151	297	191	299	448	490	438	10	484	6	448	490	
15		15	Guimarães	2919	2849	5468	2908	11	10	2811	7	11	1124	1495	458	2391	2919	2849	2678	41	2820	43	3	2919	2849	
16		16	Cururupá	1785	2037	3822	1758	19	8	2002	19	16	301	1484	352	1685	1785	2037	1730	55	1994	20	3	1785	2037	
17		17	Tury-assú	685	795	1480	626	52	7	764	26	5	255	430	243	552	685	795	679	6	782	13	685	795	
18		18	Santa Helena	605	414	1019	598	7	7	696	7	6	167	438	121	298	605	414	605	414	605	414	
19		19	Rosario	818	965	1803	779	33	6	961	19	5	242	576	302	683	818	965	788	80	968	27	818	965	
20		20	N. S. da Lapa e Pias de S. Miguel.....	118	138	256	114	4	1	130	5	3	27	91	36	102	118	138	117	1	132	6	118	138	
21		21	Itaiti	790	756	1546	773	12	5	739	11	6	238	552	272	484	790	756	756	756	790	756	
22		22	Miritibi	94	102	196	93	1	1	100	2	2	39	55	43	59	94	102	91	3	102	94	102	
23		23	Vianna	1116	1189	2305	1012	84	20	1066	106	18	351	765	355	824	1116	1189	1095	21	1170	19	1116	1189	
24		24	Penalva	600	665	1265	568	87	5	631	31	3	225	375	213	452	600	665	605	662	3	600	665	
25		25	Monção	774	728	1502	748	24	7	701	19	9	187	587	238	490	774	728	728	728	774	728	
26		26	Mearim	304	294	598	278	25	1	260	3	3	80	224	74	190	304	294	264	264	304	294	
27		27	Arary	340	276	616	318	14	8	263	10	3	141	199	112	164	340	276	276	276	340	276	
28		28	Itaipicuri-mirim	789	881	1620	707	63	19	705	96	30	284	605	320	611	789	881	831	10	743	46	779	52	789	881
29		29	Anajatuba	370	370	740	298	60	12	301	60	9	122	248	98	272	370	370	370	370	370	370	
30		30	Vargem Grande	428	425	853	414	13	1	417	8	119	300	148	282	428	425	428	425	428	425	
31		31	N. S. Sebastião da Vargem-Grande.....	320	293	613	311	9	338	113	207	85	208	320	293	314	6	289	4	320	293	
32		32	N. S. das Dóras da Chapadinha.....	546	640	1186	510	21	6	610	22	8	254	292	294	840	546	640	544	2	639	1	3	546	640	
33		33	Brejo	510	423	939	506	10	1	414	7	2	95	421	93	330	510	423	602	14	408	15	510	423	
34		34	S. Bernardo	256	250	506	250	5	1	247	2	1	121	135	139	111	256	250	255	1	250	1	255	250	
35		35	Barreirinhas	246	212	458	234	10	2	200	6	6	113	133	116	96	246	212	212	237	9	264	8	1	246
36		36	Codá	115	100	215	113	2	99	2	1	34	81	27	73	115	100	108	7	100	1	114	100
37		37	Coroatá	87	103	200	93	2	2	100	2	1	22	75	40	63	97	103	93	4	100	97	103	
38		38	S. Luiz Gonzaga	3279	3484	6763	3207	63	9	3406	50	28	1010	2289	1117	2867	3279	3484	3144	135	3345	139	3279	3484	
39		39	S. José dos Mattões	1070	1162	2232	914	132	24	942	199	21	387	682	396	766	1070	1162	1034	46	1125	37	1070	1162	
40		40	Mirador	2272	2461	4733	2212	44	16	2400	44	17	425	1847	470	1991	2272	2461	2461	2461	2272	2461	
41		41	Picos	832	812	1644	796	24	12	800	0	3	269	563	294	518	832	812	812	812	832	812	
42		42	Barra do Corda	959	950	1909	944	11	4	891	44	16	313	646	338	617	959	950	959	959	959	950	
43		43	Chapada	599	457	1016	551	5	3	454	1	2	186	423	134	326	599	457	457	457	599	457	
44		44	Carolina	1519	1501	3020	1412	76	31	1382	82	37	545	974	531	970	1519	1501	1501	1459	60	1477	31	1519	1499
45		45	Imperatriz	428	366	804	362	60	16	322	40	4	171	201	163	188	428	366	422	16	366	10	428	366	
46		46	Riachão	724	351	723	226	127	19	223	111	17	282	492	281	473	724	351	371	8	344	7	724	351	
47		47	Total	38889	38000	74989	38198	1356	340	38888	1291	370	11670	25210	11652	26398	38688	3805										

ANEXO H: Quadro geral da população da Província do Piauí em 1872

PROVINCIA DO PIAUHY

Quadro geral da população livre considerada em relação aos sexos, estados civis, raças, religião, nacionalidades e grão de instrucção, com indicação dos numeros de casas e fôgos.

Numeros	MUNICIPIOS	FREGUEZIAS	Numeros	SEXOS	ESTADOS CIVIS															RAÇAS										RELIGIÃO				Nacionalidades		INSTRUCÇÃO						CASAS		
					Homens	Mulheres	Total	dos Homens					das Mulheres					dos Homens					das Mulheres					dos Homens	das Mulheres	dos Homens	das Mulheres	Homens	Mulheres	População escolar de 6 a 15 annos				Total	Numero de fogos					
								Solteiros	Casados	Viúvos	Solteiras	Casadas	Viúvas	Branços	Fardos	Pretos	Caboclos	Branças	Fardas	Pretas	Caboclas	Catholicos	Acatolicos	Catholicas	Acatolicas	Brasileiros	Estrangeiros	Brasileiras	Estrangeiras	Sabem ler e escrever	Analfabetos	Sabem ler e escrever	Analfabetas	Frequentes escolas	Não frequentão	Total	Frequentes escolas			Não frequentão	Total	Habitadas	Desabitadas	
																																												Meninos
1	Therzema	1	N. S. do Amparo de Therzema	9531	9053	17584	18619	2867	585	199	2700	704	229	278	2317	108	318	659	3600	147	188	3654	—	3653	—	3644	7	3631	2	1031	5029	661	2072	81	576	607	—	506	600	1329	10	1345	1329	
2	União	1	N. S. das Dóres de Therzema	9726	8556	18282	18619	4067	1230	458	3665	1279	636	1743	3930	919	463	1839	3339	232	170	4754	—	4559	—	4519	26	4542	8	3091	3664	1331	4249	231	416	647	169	698	859	1372	10	1388	2544	
3	Barras	1	N. S. dos Remedios da União	2998	2826	5824	6051	843	824	78	2920	841	122	205	2584	101	588	245	2549	84	417	3365	—	3232	—	3232	12	3220	1	856	2569	571	2715	68	576	644	48	634	677	474	18	492	695	
4	Batalha	1	S. Gonsalo da Batalha	5971	6184	12155	12155	3158	1625	178	4207	1621	350	404	4241	243	1683	904	3809	484	968	5971	—	6184	—	6061	20	616	4	556	3412	179	6010	132	1113	1246	68	1423	1491	2075	0	2089	2075	
5	Parahyba	1	N. S. da Graça do Parahyba	2081	1728	3729	3729	1287	578	28	1636	545	195	290	1243	115	53	478	1089	139	36	2001	—	1728	—	1708	8	1728	—	261	1740	34	1694	32	599	591	28	484	532	661	—	541	593	
5	Parahyba	2	N. S. dos Remedios do Durty do Lopes	2081	1801	3882	3882	1411	496	55	1289	429	106	157	862	242	428	351	597	234	589	7089	—	1801	—	1800	4	1807	4	901	1788	89	1802	49	518	597	20	483	633	728	13	741	728	
5	Parahyba	2	N. S. do Carmo de Piracurua	1682	1323	2945	2945	1045	485	62	812	460	81	579	876	45	68	438	804	48	62	3022	—	1323	—	1323	3	1323	—	896	1196	107	1186	44	391	326	21	215	243	479	22	490	470	
6	Piracurua	1	N. S. dos Remedios do Peripery	1679	1396	2974	2974	1002	455	82	594	562	87	571	988	152	68	372	871	85	67	1579	—	1396	—	1396	1	1396	—	473	1166	279	1123	31	287	318	11	241	252	670	—	970	970	
7	Pedro II	1	N. S. da Conceição de Pedro II	4129	3927	8056	8056	1227	697	162	1233	654	166	462	1351	144	37	580	1130	101	100	2996	—	3927	—	3927	1	3927	—	931	1165	665	1564	37	365	402	21	331	332	559	41	608	608	
8	Campo Maior	1	Santo Antonio de Campo Maior	3079	2977	6056	6056	2766	1047	162	2652	1214	211	657	2429	255	249	959	2939	320	162	3976	—	2977	—	2977	0	2977	—	1021	2954	706	3571	78	597	676	37	804	841	1469	—	1469	1469	
9	Marvão	1	N. S. do Desterr de Marvão	2166	2725	4932	4932	2244	761	100	1792	718	170	911	1727	463	5	649	1488	496	3	3166	—	2725	—	2725	13	2725	3	290	2716	100	2820	39	971	1010	29	1095	1034	798	13	811	798	
10	Príncipe Imperial	1	Senhor do Bonfim do Príncipe Imperial	4231	4200	8431	8431	3351	3197	1128	89	2907	1673	223	742	2162	257	919	832	1860	519	639	4281	—	4200	—	4200	18	4190	10	626	3872	192	4008	22	1408	1425	16	1517	1532	1224	2	1227	1224
11	Independencia	1	Senhor da Independencia	5712	5634	11346	11346	4277	1949	166	4040	1296	240	297	3013	378	324	1600	3110	421	468	5712	—	5634	—	5634	2	5634	4	854	4856	448	6159	37	723	760	26	643	669	1506	19	1524	1506	
12	Amantão	1	S. Gonsalo de Amantão	7746	7457	15203	15203	3273	2108	274	4190	1874	398	2399	4160	807	369	2106	4341	504	390	7746	—	7457	—	7457	17	7456	2	958	6788	642	6815	66	1429	1524	39	1455	1492	2504	—	2504	2576	
13	Ociras	1	N. S. da Victoria de Ociras	3333	3474	6807	6807	3882	1271	169	2767	1382	324	1265	3468	599	145	985	4014	417	58	5333	—	3474	—	3474	3	3474	4	678	4655	323	6149	104	629	703	65	785	856	2165	—	2165	2171	
14	Valença	1	N. S. do O' de Valença	3221	2998	6219	6219	2816	1333	158	3868	1828	202	1278	3791	242	6	1147	3907	172	32	4921	—	2998	—	2998	6	2998	2	786	4035	354	4944	70	794	864	39	1152	1191	1962	13	1975	1974	
15	Picos	1	N. S. dos Remedios dos Picos	3658	3370	7028	7028	2499	969	117	3283	1094	137	1648	3122	225	206	1159	1754	198	257	3585	—	3370	—	3370	1	3370	1	964	2921	541	2839	33	758	792	21	676	697	1237	20	1237	1237	
16	Jacica	1	N. S. das Mercês de Jacica	6638	5989	12627	12627	4339	1856	358	2546	1895	645	2166	3791	846	786	1955	2939	687	668	6588	—	5989	—	5989	70	5989	33	5391	654	3455	204	529	743	139	616	752	2284	—	2284	2290		
17	Jeromenha	1	Santo Antonio de Jeromenha	2139	2038	4177	4177	1218	729	199	1319	731	88	594	1327	152	66	484	1203	284	117	2139	—	2038	—	2038	3	2037	1	717	1422	503	1637	43	435	478	36	203	329	943	—	943	943	
18	Manga	1	N. S. da Uhyra da Manga	1886	1452	3338	3338	894	388	34	865	395	104	217	707	149	313	168	835	192	237	1896	—	1452	—	1452	2	1452	—	103	1283	39	1414	41	180	230	16	180	196	656	—	656	656	
19	Gurguéia	1	Senhor Bom Jesus da Gurguéia	2641	2646	5287	5287	1762	817	162	1843	696	107	744	1644	94	49	646	1923	87	20	2741	—	2646	—	2646	1	2645	1	626	1965	211	2436	37	828	606	28	607	636	650	—	650	650	
20	Parangá	1	N. S. da Conceição do Corrente	2747	2789	5536	5536	1877	766	101	1996	642	157	598	1784	258	67	562	1864	269	60	2747	—	2789	—	2789	1	2789	—	234	2513	98	2604	32	814	646	14	580	534	709	—	709	710	
20	Parangá	2	N. S. do Livramento de Parangá	2747	2789	5536	5536	1877	766	101	1996	642	157	598	1784	258	67	562	1864	269	60	2747	—	2789	—	2789	1	2789	—	234	2513	98	2604	32	814	646	14	580	534	709	—	709	710	
20	Parangá	3	Santa Philomena	2747	2789	5536	5536	1877	766	101	1996	642	157	598	1784	258	67	562	1864	269	60	2747	—	2789	—	2789	1	2789	—	234	2513	98	2604	32	814	646	14	580	534	709	—	709	710	
21	S. Raymundo Nonato	1	S. Raymundo Nonato	2982	2879	5762	5762	1887	853	138	1851	939	118	657	1615	198	53	619	1961	189	114	2928	—	2879	—	2879	1	2879	—	931	1892	743	2136	63	400	459	49	390	433	979	—	979	976	
22	S. João do Piahy	1	S. João Baptista do Piahy	2998	2643	5641	5641	1886	652	73	1947	631	97	303	1664	603	6	319	1786	547	2	2998	—	2643	—	2643	3	2644	1	456	2162	190	2440	59	697	726	28	776	804	750	16	771	751	
Total				90292	86166	176458	176458	62944	23322	2709	60047	23371	5187	22298	53474	7605	7130	21299	65191	7307	6518	50813	9	88105	—	86022	200	86001	104	17677	72642	10093	76012	1777	15690	17737	1024	16969	17992	29238	223	29431	30770	

RECAPITULAÇÃO.

População livre	90292	86166	176427	176427	62944	23323	2709	60047	23371	5187	22298	53474	7605	7130	21299</
-----------------	-------	-------	--------	--------	-------	-------	------	-------	-------	------	-------	-------	------	------	---------

ANEXO J: Mapa da Província do Piauí em 1856

Mapa da divisão civil, judiciária e eclesiástica da Província do Piauí, por Comarcas e Termos, com declaração
aproximada da população livre e escrava designada por nacionalidades, e de genero de industria por que mais
se distingue a população de cada Município. 1856

Comarcas	Termos	Freguezias	Nacionalidades		Escravos	Total	Genero de industria por que mais se distingue a população de cada Município.
			Indigenas	Estrangeiros			
Theressina	Theressina (Capital)	Nossa Senhora de Anjozão	10.848	32	1.920	12.800	Agricultura, criação de gados.
		União (Villa)	Nossa Senhora dos Remedios	3.431	2	567	4.000
San Gencalo	San Gencalo (")	San Gencalo d'Amorante	8.965	3	1.400	10.368	
		Santo Agostão	9.016	4	950	10.000	
Oceas	Oceas (Cidade)	Nossa Senhora da Victoria	5.481	14	1.500	7.000	
		Nossa Senhora dos Remedios	4.561	9	790	5.100	
		San Joao do Piauí	4.050		550	4.600	
Parnaíba	Parnaíba (Cidade)	Nossa Senhora de O.	8.920		1.380	10.300	
		Nossa Senhora da Graça	2.753	55	1.192	11.000	
		Nossa Senhora do Carmo	6.233	3	265	6.500	
Parnaíba	Parnaíba (Cidade)	San Gencalo	2.035		265	2.300	
		Nossa Senhora da Conceição	5.260	1	330	5.600	
Príncipe Imperial	Príncipe Imperial (")	San Joao do Bomfim	4.152	1	447	4.580	
		Sant'Anna	5.119	1	380	5.500	
Campo Maior	Campo Maior (")	Nossa Senhora do Pastore	5.456		546	6.000	
		Santo Agostão	5.485	8	807	6.300	
Parnaíba	Parnaíba (")	Nossa Senhora da Conceição	7.744	5	1.456	9.200	
		Nossa Senhora de Sacramento	8.743	15	1.164	10.000	
Jaicoz	Jaicoz (")	San Joao do Bomfim	4.206	8	286	4.500	
		Nossa Senhora das Neves	8.743	3	642	9.395	
Jaicoz	San Ramundo	San Ramundo	4.839		441	5.300	
		San Ramundo					

Secretaria da Presidencia da Província do Piauí, em 15 de Março de 1856.
Paulino José Castro
Secretario da Província.

ANEXO L: Matrícula Geral do Clero da Diocese do Maranhão organizada em Fevereiro de 1886

01	Antônio Candido Alvarenga, natural da capital da província de São Paulo, idade 50 anos, sendo cônego penitenciário da Catedral de São Paulo foi apresentado Por S. Ma. O Imperador para Bispo do Maranhão por decreto de 28 de dezembro de 1876, sagrado na Catedral de S. Paulo a 31 de Março de 1878. Chegou ao Maranhão e fez sua entrada solenne na Igreja Catedral a 8 de julho de 1878; continua no governo da diocese.
02	João Tolentino Guedelha Mourão, natural da província do Maranhão, fez seus estudos superiores na Europa onde recebeu o sacerdócio e o grau de Doutor na Sagrada Teologia. Ocupa os cargos de Vigário Geral, Provisor, Juiz de Gêner e dos casamentos; é Arcipreste da Cathedral, Reitor e Professore de Theologia Dogmática no Seminário Maior. Prelado Doméstico de Leão XII.
03	Manoel Tavares da Silva, natural do Maranhão, Presbítero secular, Bacharel em Theologia pela Universidade de Coimbra, Arcediago da Cathedral, dispensado da residência no coro pelo Governo, dispensa confirmada pelo superior diocesano.
04	Francisco José dos Reis, natural do Maranhão, Presbytero secular, Chantre da Catedral, dispensado pelo Governo Civil da residência no coro, dispensa que não foi, nem está confirmada pelo superior diocesano e foi dispensado pela Santa Sé.
05	Osório Athaide Cruz, natural do Maranhão, presbytero secular, cônego da Catedral, Reitor do Pequeno Seminário, Professor, Promotor Eclesiástico.
06	Honório José Saraiva, natural do Piauí, Presbytero Secular, Conego da Catedral, dispensado da residência para ocupar os cargos de Vigário-Geral Forâneo da Província do Piauí e Pároco da Parochia do Amparo da cidade de Therezina.
07	José Gonçalves Serejo, natural do Maranhão, Presbytero Secular, Conego da Cathedral, Vice-Reitor e Professor Pequeno Seminário.
08	Raimundo Lusitano Fernandes, natural do Maranhão, presbytero secular, Conego da Cathedral, Thesoureiro da Fábrica.
09	Severino José dos Santos, natural do Maranhão, Presbytero Secular, Esrivão interino da Camara Eclesiástica
10	Theodoro Antonio Pereira de Castro, natural do Maranhão, presbytero Secular, Conego da Cathedral
11	Raymundo Gil da Silva Brito, natural do Piauí, Presbytero Secular, Conego da Cathedral, Professor do Seminario Maior, Tehsoureiro do Bispado.
12	José Antonio de Abreu, Brasileiro, Presbytero Secular, Conego da Cathedral, Coadjutor da Parochia da Conceição.
13	Antônio Rodrigues Sodré, natural do Maranhão, Presbytero Secular, Amanuense da camara Eclesiástica, Coadjutor da Parochia de São João, encarregado da de Vinhaes, Beneficiado da Cathedral.
14	Francisco Hildebrando Gomes Angelim, natural do Ceará, Presb. Secular, Professor no Seminário Maior, Amanuense da Camara Eclesiástica. Encaminhado para a Diocese do Rio de Janeiro.
15	Francisco José Baptista, natural do Piauí, Presbytero Secular, Professor no Pequeno Seminário.

16	Silvino Angelo da Silva, natural do Maranhão, Presbytero Secular, Economo do Grande Seminário, Coadjutor do Curado da Sé, Sub-Chantre
17	Leopoldo Damasceno Ferreira, natural do Piauí, Presbytero Secular, Professor no Pequeno Seminário
18	Arthur César da Rocha, natural do Maranhão, Presbytero Secular, Professor em ambos os seminários.
19	José Hemetério do Rego Britto, natural do Maranhão, Presbytero Secular, Professor do Pequeno Seminário
20	Joaquim Sampaio Castelo Branco, Doutor em Direito Canonico, natural do Piauí, Presbytero Secular (hoje na diocese do Rio de Janeiro)
21	João Evangelista de Carvalho, natural do Maranhão, Presbytero Secular, Pároco de São João Baptista da Capital.
22	Maurício Fernandes Alves, natural do Maranhão, Presbytero Secular, Cônego Honorário, Cura da Cathedral.
23	Manoel Gonçalves da Cruz, natural do Maranhão, Presbytero Secular, Capelão Militar, encarregado da Parochia da Conceição da Capital.
24	Vicente Ferreira Galvão, natural do Piauí, Presbytero Secular, Secretário Particular do Bispado, Capelão da Cathedral (hoje Conego)
25	José Manoel de Freitas, natural do Maranhão, Presbytero Secular, Conego Resignatorio (?) da Cathedral, Capelão Militar.
26	Gervásio Antonio Nogueira, natural do Maranhão, Presbytero Secular, Beneficiado resignatório, Capelão Militar (Está em Pernambuco).
27	Lusitano Marcolino Barreto, natural do Maranhão, Presbytero Secular, Pároco Collado da Parochia de Alcantara.
28	Bento Pereira, Brasileiro adoptivo, religioso egresso, Presbytero Secular, residente em Alcantara.
29	Saturnino Alexandrino Alves de Mello, natural do Maranhão, Presbytero Secular, Paroco Collado de S. Antonio e Almas.
30	Lourenço Custódio dos Anhos, natural do Maranhão, Presbytero Secular, Parocho Collado de Guimarães.
31	Manoel Altino Alves do Nascimento, natural do Maranhão, Presbytero Secular, Parocho Collado de Cururupu.
32	Custódio José da Silva Santos, natural do Maranhão, Presbytero Secular, Parocho Encomendado de Tury-Assú
33	Lino de Anunciação, natural do Maranhão, Presbytero Secular, Religioso Carmelita secularizado, Cura do Curato de Gurupy.
34	Francisco Marianno da Costa, natural do Maranhão, Presbytero Secular, Parocho signatário de Passagem Franca, encarregado actualmente da Parochia de Pinheiro.
35	Manoel Viriato de Araújo Bogéa, natural do Maranhão, Presbytero Secular, Parocho Collado de Monção.

36	Satyro Celestino da Costa Leite, natural do Maranhão, Presbytero Secular, Parocho Encomendado de Bacurituba.
37	José Bráulio Nunes, natural do Maranhão, Presbytero Secular, Parocho Encomendado de S. Vicente Ferrer.
38	Luis Marianno de Barros, natural do Maranhão, Presbytero Secular, Parocho Collado de Vianna
39	Antonio Firmo da Cunha Sanches, natural do Maranhão, Presbytero Secular, Parocho encomendado em Anajatuba.
40	José Gonçalves de Oliveira, natural do Maranhão, Presbytero Secular, Parocho Collado de S. Luiz Gonzaga.
41	Pedro Ribeiro da Silva, natural do Maranhão, Presbytero Secular, Pároco Collado do Preá
42	José Pires Seabra, natural do Maranhão, Presbytero Secular, Parocho Collado de Arayoses.
43	Antônio Lyra Pessoa de Maria, natural do Ceará, Presbytero Secular, Pároco Encomendado de Brejo.
44	José Pacífico Serra, natural do Maranhão, Presbytero Secular, Pároco Encomendado de Barreirinhas.
45	João Francisco Martins, natural do Maranhão, Presbytero Secular, Paroco Collado de S Bernardo.
46	João Valeriano Cortes Maciel, natural do Maranhão, Presbytero Secular, Pároco Collado de Icatú.
47	João Baptista Teixeira, natural do Maranhão, Presbytero Secular, Paroco Encomendado de Vargem Grande (hoje de Penalva).
48	Lourenço Justiniano da Fonseca, natural do Maranhão, Presbytero Secular, Paroco de Rosario (Falecido).
49	Feliciano José de Abreu, natural do Maranhão, Presbytero Secular, Paroco Encomendado de Itapecuru-Mirim.
50	Horácio Pompílio Martins, natural do Maranhão, Presbytero Secular, natural do Maranhão, Presbytero Secular, Paroco Encomendado de Codó.
51	Dorotheu Dias de Freitas, natural do Piauí, Presbytero Secular, Licenciado em Theologia, Paroco Encomendado da Conceição de Caxias.
52	Manoel José de Oliveira Mira-Sol, natural do Maranhão, Presbytero Secular, Paroco Encomendado de S. Benedito de Caxias.
53	Raimundo João Alves Duarte, natural do Maranhão, Presbytero Secular, Paroco Collado de Tresidela.
54	Diocleciano do rego Manso Thalez, natural do Maranhão, Presbytero Secular, Pároco Encomendado de S. José dos Mattões.
55	Joaquim da Silva Mourão, natural de Ceará, Presbytero Secular, Pároco Encomendado de Passagem Franca.

56	Manoel Ribeiro Gonçalves, natural do Piauí, Pároco Encomendado da Manga do Maranhão.
57	Antônio de Almeida, natural do Ceará, Presbytero Secular, Pároco Encomendado de Balsas.
58	Seraphin Gomes de Albuquerque, natural do Ceará, Pároco Encomendado de Balsas.
59	Aumunriato (?) Servídio, natural da Itália, brasileiro naturalizado, Presbytero Secular, Paroco Encomendado da Victoria do Alto-Parnahyba.
60	Balduino Pereira Maia, natural do Maranhão, Presbytero Secular, Parocho encomendado de Porto-Franco.
61	João Francisco Carlos Barbosa, natural do Maranhão, Presbytero Secular, Parocho encomendado do Grajahy (faleceu).
62	Vírgilio José Nunes, natural do Maranhão, Presbytero Secular, Parocho encomendado de Barra do Corda (faleceu)
63	Francisco Casimiro de Sousa, natural do Ceará, Presbytero Secular, Parocho encomendado de Riachão.
64	Carvílio Pereira da Silva Luso, natural do Maranhão, Presbytero Secular, Parocho encomendado de Carolina.
65	José Laurindo dos Santos, natural do Ceará, Presbytero Secular, Parocho encomendado de Parnahyba (voltou para o Ceará)
66	José Gomes de Castro, natural do Rio Grande do Norte, Presbytero secular, Parocho encomendado de Pedro Segundo.
67	Manoel Carlos da Silva Peixoto, natural do Ceará, Presbytero Secular, Parocho encomendado de Marvão.
68	Antonio Cavalcante de Macedo e Albuquerque, Presbytero Secular, Parocho Collado de Principe Imperial (hoje diocese do Ceará).
69	José de Araújo Galvão, natural do Piauí, Presbytero Secular, Parocho encomendado de Independência (passou a pároco para diocese do Ceará)
70	Manoel Félix Cavalcante de Barros, Presbytero Secular, Parocho Collado de Campo-Maior.
71	Alvaro José de Lima, natural do Maranhão, Presbytero Secular, Parocho encomendado de União.
72	José Marques da Rocha, natural do Piauí, Presbytero Secular, Parocho collado e licenciado do Amarante, encarregado da Parochia das Barras.
73	Acilino Baptista Portella Ferreira, natural do Piauí, Presbytero Secular, Conego Honorário da Cathedral do Maranhão, Paroco encomendado de Valença.
74	José Dias de Freitas, natural do Piauí, Presbytero Secular, Paroco encomendado de Oeiras.
75	João Severino de Miranda Barbosa, natural da Bahia, Presbytero Secular, Parocho encomendado de Picos (regressou a Bahia)
76	Custódio Francisco, natural do Maranhão, Presbytero Secular, Parocho encomendado de S. João do Piauí.

77	Maximo Martins Ferreira, natural do Maranhão, Presbytero Secular, Parocho encomendado de Piracuruca.
78	Joaquim Marianno da Silva Guimarães, natural do Piauh, Presbytero Secular, Paroco encomendado de Balsas.
79	Claro Mendes de Carvalho, Presbytero secular, cônego Honorário da Capella Imperial, Parocho collado de Jaicós.
80	Pedro Álvares de Araújo, natural do Ceará, Presbytero seclar, Parocho encomendado de S. Raymudo Nonnato.
81	Eliseu César Cavalcante, natural do Piauh, Presbytero Secular, Parocho encomendado de Corrente.
82	Luiz de Sousa Mello Piage, Presbytero Secular, Parocho collado de Santa Philomena.
83	Manoel Mariano de Oliveira, Presbytero Secular, Parocho encomendado de Gurguea.
84	Joaquim da Silva Monteiro, Presbytero Secular, Parocho collado de Jeromenha.
85	José Rufino Soares Valamira, natural do Piauh, Presbytero secular, encarregado da Parochia de Amarante
86	Thomaz de Moraes Rego, natural do Piauh, Presbytero Secular, Conego Honorário da Capella Imperial, Parocho collado da Parochia das Dores em Theresina.
87	Antonio Marques dos Teis, Presbytero Secular, Paroco encomendado da Manga ou Uhica.
88	João Manoel de Almeida, Natural do Piauh, Presbytero Secular, Conego resignatório da Cathedral do Maranhão, Parocho encomendado de Regeneração.
89	Francisco Alvares Teixeira Lima, natural do Ceará, Prsbytero Secular avulso, residente em Oeiras.
90	Germano Antenor de Araújo, natural do Ceará, Presbytero secular, Capelão militar, residente em Theresina.
91	Ccasimiro Maria de Lauria, natural da Itália, Presbytero Secular, capuchinho secularizado, residente em Paranaguá, ainda não está compatriotado no Bispado (está suspenso de ordens).
92	Fr. Caetano de Santa Rita Serejo, Carmelita, Provincial do Carmo, Presbytero Regular.
93	Fr. Manoel Rufino de santa Maria Freitas, Presbytero Regular da Ordem dos mecedários.
94	Joaquim Alves Nobrega, Presbytero Secular, residente em Parnahyba. É completamente cego. Tem faculdade só para confessar.
95	Manoel Florencio dos Santos, Presbytero Secular, iade 50 anos, residente na Parochia de Picos do Piauh. É cego.
96	Manoel Evaristo Ribeiro de Mendonça, natural do Maranhão, subdiácono, Capellão da Cathedral – Parocho do Codó.
97	Francisco Pimenta Bastos Júnior, clérigo in Minoribus, capellao da cathedral natural do Maranhão. Subdiácono e sacerdote.

98	Antonio Damasio Pereira Maia, natural do Maranhão, Clerigo in Minoribus, capellão da catedral.
99	Benedito Portela Lima, natural do Piauí, tonsurado, estudante em Paris. Ordenou-se Presbytero em Paris (vigário de Picos Piauí).
100	Luiz Gonzaga de Sousa, natural do Maranhão, Tonsurado, Capellao da Cathedral.
101	Fábio José da Costa, Professor do Seminário, Amauense da Camara Eclesiástica.
102	Joaquim Antônio de Sousa Leal, subdiácono (é presbytero).
103	Padre Antonio de Albuquerque Braga, nomeado vigário de Parnahyba em 22 de maio de 1888 – Faleceu no Ceará em 04 de janeiro de 1889.
104	João de São Bastos, egresso carmelita, residente em Pinheiro.

Fonte: APEM, Acervo da Arquidiocese do Maranhão, Setor de Códices, LIVRO de Registro das Freguesias do Maranhão e seus respectivos Colados e Coadjuutores e material diverso reunido pelo autor.

ANEXO M: Sacerdotes falecidos na diocese desde 08 de julho de 1878

1 – Raimundo Alves dos Santos (Cônego)
2 – João Luiz Martins (Cônego)
3 – Pedro Nicolao Ribeiro (Pároco Colado)
4 – Augusto Francisco Nogueira (Pároco Encomendado)
5 – Agnello Marques da Silva Guimarães (Pároco Encomendado)
6 – José de Almeida Bastos Fonseca (Coadjutor)
7 – José Francisco de Salles Landim (Paroco)
8 – Antônio Pereira Maria (Paroco)
9 – Severiano José Correa (Beneficiado)
10 – José Lopes Teixeira (Paroco)
11 Francisco de Paula Cavalcante de Albuquerque (Paroco)
12 – José Bernal Pinto Rosa (Paroco)
13 – Francisco Mariano Ferreira (Paroco)
14 – Fr., Francisco de Paula Ignácio Ramos (Carmelita)
15 – Zacheo Francisco da Penha
16 – Antônio Limões de Moura
17 - Domingos Dias da Conceição e Silva (Coadjutor)
18 – Joaquim Damasceno Rodrigues (Avulso)
19 – Sebastião Ribeiro de Lima (Conego Honorário; Pároco)
20 – Fabrício Alexandrino da Costa Leite (Paroco)
21 – Joaquim Tavares da Silva (Avulso)
22 – Miguel Fernandes Alves (Paroco)
23 – Antônio Thomaz de Aquino
24 – Fr. José Maria de Lara
25 – Raimundo Alves da Fonseca (Cônego Mestre-Escola)
26 – João Ramos Filho (Paroco)
27 – João Emiliano do Lago (Paroco)
28 – Simpliciano Barbosa Ferreira (Cônego Honorário, Pároco)
29 – Bento Pereira (Avulso)
30 – Luis de Sousa Mello Piage (Paroco)
31 – Gorácio Pompílio Martins (Paroco)
32 – Lourenço Justiniano da Fonseca (Paroco)
33 – Virgílio José Nunes (Paroco)
34 – João Francisco Carlos Barbosa (Paroco)
35 – Anastácio de Albuquerque Braga (Paroco)
36 - Fr. Seraphim
37 – Severiano José dos Santos (Escrivão da Câmara Eclesiástica).

Fonte: APEM, Acervo da Arquidiocese do Maranhão, Setor de Códices, LIVRO de Registro das Freguesias do Maranhão e seus respectivos Colados e Coadjuutores e material diverso reunido pelo autor.

ANEXO N: Sacerdotes que passaram para outras dioceses.

N.º	Nome	Diocese de destino
01	Luiz Raimundo da Silva Brito	Diocese do Rio
02	José Cabral de Vasconcelos Castro	Rio Grande do Norte
03	Raimundo da Purificação dos Sanctos Lemos	Rio de Janeiro
04	José Antônio Cavalcante	Goiaz
05	Francisco Ignácio Costa de Moraes	Ceará
06	Candido Marinho de Oliveira	Rio de Janeiro
07	José Silvestre Alves de Miranda	Rio de Janeiro
08	Joaquim Guedes Alcoferrado	Ceará
09	Fr. Manoel Procópio do Coração de Maria	Bahia
10	Francisco Hildebrando Gomes Angelim	Rio de Janeiro
11	Gervásio Antônio Nogueira	Pernambuco
12	José Manoel de Freitas	Alagoas
13	Fr. Seraphim	Pernambuco
14	Joaquim Sampaio Castelo Branco	Rio de Janeiro
15	José Laurindo dos Santos	Ceará
16	José Gonçalves Serejo	Rio de Janeiro
17	Osório Athaide Cruz	Rio de Janeiro
18	Vicente Ferreira Lustosa Lima	Rio de Janeiro
19	João Ferreira Goulart	Rio de Janeiro
20	João Lira Pessoa de Maria	Rio de Janeiro
21	Arthur César da Rocha	Rio de Janeiro

Fonte: APEM, Acervo da Arquidiocese do Maranhão, Setor de Códices, LIVRO de Registro das Freguesias do Maranhão e seus respectivos Colados e Coadjuutores e material diverso reunido pelo autor.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)